

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

7



1997/1998
OEIRAS

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 7 • 1997/1998



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
1997/1998

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 7 • 1997/1998 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
PREFÁCIO - Isaltino Morais
MENSAGEM - Conselho Académico da Academia Portuguesa da História
FOTOGRAFIA - Autores assinalados
DESENHO - Bernardo Ferreira, salvo os casos
devidamente assinalados
PRODUÇÃO - Luís Macedo e Sousa
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho
de Oeiras - Câmara Municipal de Oeiras
2780 OEIRAS

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 938 14 50
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96



Foto M. Leitão

In Memoriam

O. da Veiga Ferreira (1917-1997)

O Doutor O. da Veiga Ferreira nasceu em Lisboa, em 28 de Março de 1917, tendo falecido nesta cidade em 14 de Abril de 1997.

Mais velho de seis irmãos, seu Pai morreu tinha ele vinte anos, depois de ter sido afastado da carreira militar, por envolvimento na revolta monárquica de 1919 ("Monarquia do Norte"), tendo participado na ocupação da serra de Monsanto, em Lisboa. Obrigado a ganhar a vida, matriculou-se no então Instituto Industrial de Lisboa. Entretanto, distinguiu-se como desportista, tendo praticado hóquei em patins, pugilismo, futebol (Sporting Clube de Portugal, Académica de Coimbra, Académica de Santarém e União de Lisboa) e *rugby*, de que foi internacional, pelo Belenenses e pela equipa do Instituto Industrial.

O seu primeiro emprego após concluído o curso foi na Comissão Reguladora do Comércio dos Metais (1941), transitando em 1944 para a Direcção-Geral de Geologia e Minas e, em 1950, para uma das suas subdirecções gerais, os Serviços Geológicos de Portugal, de onde se aposentou em 1987. Foi nessa grande e bela casa, de tradições centenárias, que veio a desenvolver notável actividade, que justamente o transformou numa das figuras de referência incontornável da Arqueologia nacional e peninsular.

Foi chamado a colaborar em prolongados estudos e trabalhos de campo, com destaque para os de cartografia geológica, no decurso dos quais teve oportunidade de desenvolver os seus dotes de observação e de satisfazer a sua insaciável curiosidade científica. Deste modo, veio a descobrir importantes estações e monumentos arqueológicos, que depois, na medida das possibilidades que as chefias lhe concediam, procurou explorar, recorrendo ao longo dos anos a diversificada colaboração. Neste contexto, encontrou particular apoio e interesse por parte do seu antigo Director e Amigo pessoal, o Eng. António de Castello-Branco, em desenvolver tais actividades, as quais eram firmemente protegidas pelo seu imediato superior hierárquico, o Doutor Georges Zbyszewski, eminente geólogo e, ele próprio, arqueólogo pioneiro em Portugal no estudo das indústrias paleolíticas dos terraços fluviais e das praias antigas do litoral português, efectuado com H. Breuil.

As suas qualidades vieram ao de cima e, ainda antes da sua entrada para os Serviços Geológicos, dispunha já de um brilhante currículo como arqueólogo, que depois veio a ser muito potenciado pela sua formação e experiência profissionais – como engenheiro e como naturalista –, as quais lhe permitiam o tratamento interdisciplinar de questões de índole arqueológica, quando tal prática era quase desconhecida e impraticável. Foi, neste sentido, um precursor, sendo natural continuador da brilhante investigação desenvolvida nas últimas décadas do século XIX pelos geólogos da então Comissão Geológica: Carlos Ribeiro, Pereira da Costa e Nery Delgado. Assim se explicam trabalhos sobre as faunas ictiológica, carcinológica e malacológica do concheiro de Moita do Sebastião, Muge, apresentado em 1954 ao "IV Congresso Internacional de Ciências Pré e Proto-históricas", reunido em Saragoça; sobre a petrografia de artefactos de pedra polida; sobre a mineralogia de objectos de adorno pré-históricos e, sobretudo, sobre a paleometalurgia, vindo a desenvolver a

hipótese, hoje indiscutível, acerca da presença de arsénio em artefactos da Idade do Cobre, se dever à sua presença natural nos minérios originais e não à sua adição intencional.

À natural curiosidade e gosto pela investigação, aliava uma notável capacidade de trabalho e resistência física. Calcorreava montes e vales, sofrendo molhas e canseiras sem fim, mas encontrava-se sempre disponível para redigir as suas últimas descobertas, como se fossem as primeiras. No seio dos livros e dos amigos, que cultivava, procurava as ideias que prontamente punha à disposição de todos: não se considerava um literato, muito menos um especulativo. Em linguagem simples e directa, não se furtando às críticas, expunha sem rodeios as suas ideias. Claro que errou nalguns casos; mas só não erra que não se abalança ao trabalho honesto, especialmente em áreas então ainda tão mal conhecidas. Foi um desbravador de caminhos, na sempre presente preocupação de encontrar vias novas de investigação. Assim se compreende a sua obra publicada, de mais de quatrocentos títulos, abarcando todas as épocas e materiais da Pré-história, da Proto-história, do Período Romano, da mineração antiga, da joalheria antiga, da numismática ibero-romana, romana e visigoda, para já não falar dos seus trabalhos de divulgação arqueológica e de investigação historiográfica.

Em 1965 doutorou-se na Sorbonne (Paris) com uma dissertação dedicada à “Cultura do Vaso Campaniforme em Portugal”, ainda hoje de consulta proveitosa.

Aveso a quaisquer benesses e honrarias, não desprezava o prestígio que lhe adveio de labor científico esforçado, sério e persistente, que ninguém se atreveu jamais a questionar: o seu mais valioso capital foi, com efeito, o do seu trabalho, acumulado ao longo de décadas e os Amigos e admiradores que granjeou.

Os prejuízos que, no plano pessoal, as suas posições desassombradas, de uma impulsividade telúrica, lhe valeram, possibilitaram, em contrapartida, manter intacta a sua independência de julgamento, tanto dos homens como das instituições. Liberto de interesses que amesquinhavam outros, viveu totalmente entregue à Ciência que o fascinava, sacrificando a saúde, a Família e até o bem-estar material.

O esforço frutificou: ele aproveitou, não a um, mas a muitos apaixonados pelo nosso passado mais longínquo e a milhares de alunos universitários que então tomavam o primeiro contacto com a Arqueologia, encontrando no Mestre a ajuda sempre pronta, expressa em linguagem simples e clara, sem barroquismos espúrios, que tanto o repugnavam.

Com efeito, desde 1977 regia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, por proposta do Prof. A. Oliveira Marques, o curso de Pré-história, da Licenciatura em História, onde se jubilou como Professor Catedrático Convidado, em 1987, atingido pelo limite de idade.

Sabendo que só através da educação e formação de todos – e em particular dos jovens – se poderia travar o processo acelerado de destruição do rico património arqueológico português, acarinhou a possibilidade de, aos sábados à tarde, orientar todos os interessados que, de forma mais consequente, pretendessem obter formação nesta área. Assim, acorreram ao então Centro Piloto de Arqueologia do Secretariado para a Juventude do Ministério da Educação Nacional, à frequência de dois cursos livres – o de “Introdução à Arqueologia”, com duração de um ano lectivo, seguido do de “Especialização em Pré-história”, com igual duração –, milhares de interessados, muitos deles alunos universitários, que assim completavam a sua formação académica.

Foi, porém, a televisão que o tornou conhecido do país inteiro. Ficaram célebres os doze programas da série “Do Paleolítico ao Romano”, apresentada na Radiotelevisão Portuguesa em 1982 e 1983 e sucessivamente repetida. Ali denunciou, corajosamente, os atentados ao Património Arqueológico a que assistia diariamente, indignado e comovido, sempre com frontalidade de todos bem conhecida.

Assim se revelavam os pormenores da sua índole: de uma franqueza por vezes rude ficou, na memória dos que deles se abeiraram, a figura de um Homem Livre, procurando acima de tudo a verdade científica.

Por isso, as homenagens que lhe foram prestadas em vida ou depois da morte tiveram sempre origem nos seus discípulos mais directos, que viam no Mestre um exemplo moral a seguir. Possuía as Medalhas de Mérito Municipal de Rio Maior e de Cascais, além da Medalha de Ouro do Concelho de Oeiras, atribuída a título póstumo.

João Luís Cardoso

PREFÁCIO

Só a educação de todas as classes póde ter o nome de nacional, e só com a educação nacional completa apertaremos nas nossas mãos a arma que nos fará fortes, que nos fará respeitados, porque não ha para as victorias senão o saber.

.....
Mal das sociedades que ignoram a sua estirpe, e não dão valor ao patrimonio grangeado pelos seus maiores!

Dr. Bernardino Machado, *Affirmações Públicas*, Coimbra, 1888, pp. 170 e 348.

Como recentemente escrevi, a obra, qualquer obra, *não nasce fortuita ou pelo acaso, antes se sedimenta no pensamento, conjunto de ideias e reflexões moldadas de importantes contributos, que nos induzem à acção, com uma vontade indomável de tornar Oeiras melhor.* É o caso da Arqueologia no Concelho de Oeiras e do papel do Prof. Doutor João Luís Cardoso em tal domínio. Ao longo do constante contacto destes últimos catorze anos à frente dos destinos da Câmara Municipal de Oeiras, tive oportunidade de melhor conhecer, e por conseguinte melhor avaliar, as potencialidades do património arqueológico aqui existente e à data quase totalmente por desvendar e aproveitar. Desde a minha primeira visita ao povoado pré-histórico de Leceia, em 1986, pouco tempo depois de iniciar o primeiro mandato, guiado por aquele arqueólogo que, entusiasmado, me indicava muros, restos de habitações e de muralhas, velhas de quase cinco mil anos, umas por ele já postas a descoberto, outras ainda por descobrir, mas cuja existência, convictamente, me era assegurada, me apercebi do interesse que advinha para a população em geral, e para os Oeirenses em particular, em promover o estudo e consequente valorização destes longínquos testemunhos do nosso passado comum, que a todos pertence. Não bastava, porém, ter equipas no terreno: importava, sobretudo, dar visibilidade e aproveitar consequentemente o seu esforço e trabalho.

Por isso, logo ali, solicitei que fosse preparada exposição alusiva aos resultados até então obtidos no notável sítio arqueológico que já então era Leceia, a qual, sob responsabilidade daquele arqueólogo, veio a concretizar-se em Fevereiro e Março de 1987, no Palácio do Egipto. Estava, deste modo, dado o mote para a firme estratégia que viria a afirmar-se plenamente nos anos seguintes no domínio da Arqueologia, cuja cabal execução veio a ser proporcionada pela criação, logo no ano seguinte, e por minha proposta, do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras. Numa sucinta avaliação do trabalho desde então desenvolvido por esta unidade orgânica camarária, ao tempo uma das primeiras a ser organizada no País, importa salientar a preocupação da articulação que deverá sempre existir, numa perspectiva de índole autárquica, entre a *investigação*, a *protecção* e *valorização* e, finalmente, a *divulgação* e consequente *aproveitamento lúdico-cultural* deste tipo de património.

Assim se compreende a desmultiplicação de actividades de campo, paradigmaticamente expressas nas escavações efectuadas em continuidade desde 1883 no povoado pré-histórico de Leceia - transformado assim em local de visita obrigatória de especialistas ou simples interessados - mas também em diversos outros sítios, ameaçados ou descobertos no decurso de movimentações de terras, do Paleolítico à Idade Moderna. Como disse alguém, *A melhor forma de proteger o Património é estudá-lo*. Certos de que assim é, promoveu a Câmara Municipal de Oeiras as condições necessárias para que tal sucedesse, assegurando ainda a divulgação dos resultados mais relevantes que viessem a obter-se através da edição da revista "Estudos Arqueológicos de Oeiras", destinada à publicação dos estudos que, no âmbito do referido Centro de Estudos Arqueológicos fossem sendo produzidos, mesmo que pertencentes a um espaço geográfico mais vasto mas culturalmente homogéneo, em termos arqueológicos, no qual o território concelhio naturalmente se encontra inserido. Assim se garantiu a cabal integração e compreensão dos resultados obtidos do estudo das estações arqueológicas situadas dentro das actuais fronteiras administrativas do Concelho, impostas pelas circunstâncias. Os seis volumes já publicados atestam eloquentemente o vigor do trabalho ali produzido, sob a direcção do Prof. Doutor João Luís Cardoso.

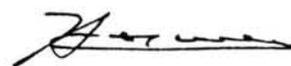
Garantida por inteiro a componente de investigação, importava não descurar a que deveria constituir seu natural corolário, a *protecção* e *valorização* de estações arqueológicas mais relevantes, preocupações a que o Centro de Estudos Arqueológicos tem dedicado particular atenção: basta para o efeito consultar os sucessivos relatórios anuais de actividades, publicados em números anteriores da revista mencionada. Claro que a valorização do património arqueológico não pode ser entendida como um conceito abstracto: as acções que neste âmbito se realizaram, como a recuperação das muralhas do povoado pré-histórico de Leceia, ou a construção dos respectivos circuitos de visita, destinam-se ao aproveitamento concreto e respectiva fruição pública, objectivo final de qualquer política cultural.

E assim se chega à *divulgação*, entendida como o conjunto de acções conducentes à adequada tomada de conhecimento, por parte do público destinatário, dos resultados obtidos em determinado sector, neste caso o arqueológico. Neste âmbito se inserem as publicações, mais ou menos especializadas, que têm sido produzidas ao longo dos últimos anos, as visitas guiadas e as palestras e conferências, que tornaram o património arqueológico oirense uma realidade familiar e acessível a todos os interessados, e muito

especialmente à população escolar, que assim complementa, de forma objectiva, a sua formação neste domínio. Paradigma desta preocupação foi a organização, em parceria com o Museu Nacional de Arqueologia, de exposição monográfica temporária, alusiva ao povoado pré-histórico de Leceia, comissariada pelo Prof. Doutor João Luís Cardoso, organizada no Mosteiro dos Jerónimos (1997/1998). O êxito obtido com tal experiência aconselhou a que a mesma fosse reorganizada em outro espaço, doravante também de utilização pública: refiro-me à Fábrica da Pólvora de Barcarena, adquirida pelo Município de Oeiras e na qual se estão desenvolvendo obras de recuperação patrimonial da maior importância, talvez as que, por iniciativa autárquica, alguma vez se fizeram entre nós e onde se encontra também instalado o Museu da Pólvora Negra.

Deste modo, o espaço arqueológico ali criado, embrião de um futuro Museu Municipal de Arqueologia em preparação, potenciará o desenvolvimento de sinergias que a todos beneficiam, servindo, desde logo, de elemento incontornável ao conhecimento da História Local, em particular numa das suas vertentes tradicionalmente mais inacessíveis. Trata-se, enfim, de tirar partido de uma rica diversidade cultural, até agora ignorada mas que vem, progressiva mas seguramente, a ser investigada e valorizada, sem demagogias nem fáceis populismos. Tal é o firme propósito que me anima, alicerçado num trabalho necessariamente longo e moroso – como são todos os trabalhos arqueológicos – mas sem cedências de critérios de qualidade, que cada vez mais farão a diferença, consciente do papel fulcral que a vertente cultural da actual gestão autárquica detém numa política de desenvolvimento harmonioso do Concelho de Oeiras. Só assim cumpriremos, todos, as lapidares palavras de Bernardino Machado, com que desejei abrir esta Apresentação, na certeza de elas estão sempre presentes no labor do Prof. Doutor João Luís Cardoso, a quem particularmente felicito pela importância de mais este contributo que a ele, sobretudo, se deve.

O Presidente,



Isaltino de Morais



ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

AO EXMO. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
SENHOR DR. ISALTINO DE MORAIS

M E N S A G E M

UM DOS PAPÉIS FUNDAMENTAIS DAS AUTARQUIAS PORTUGUESAS CONSISTE EM DEFENDER O PATRIMÓNIO QUE NELAS SE CONSERVA, MUITO DELE DE RAÍZ MULTISSECCULAR: SENDO UMA LIÇÃO VIVA DO PASSADO, DEVEM OS MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS SER OBJECTO DE DESVELO POR PARTE DAS ENTIDADES QUE SUPERINTENDEM NA ESFERA HISTÓRICO-CULTURAL DOS MUNICÍPIOS. PORQUE É COM BASE NA MEMÓRIA COLECTIVA, QUE AS POPULAÇÕES TOMAM A CONSCIÊNCIA DA VALIOSA HERANÇA RECEBIDA E DE QUANTO SE IMPÕE O SEU RESTAURO OU CONSERVAÇÃO.

A ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA CONSIDERA SER A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS UMA DAS QUE MELHOR TEM UTILIZADO OS INSTRUMENTOS QUE A LEI PÕE AO SEU DISPOR, A FIM DE PRATICAR ESSA POLÍTICA DE LONGO ALCANCE. SOB A DIRECÇÃO DO EXMO. SENHOR DR. ISALTINO DE MORAIS, QUE HÁ 14 ANOS PRESIDE AOS DESTINOS DO SEU MUNICÍPIO, BEM PODE CONSIDERAR-SE OEIRAS COMO UM CASO PARADIGMÁTICO DE APOIO À ARQUEOLOGIA NO UNIVERSO CULTURAL PORTUGUÊS.

O CONCELHO DE OEIRAS SURGE ASSIM, NA PLENITUDE DAS SUAS VIVÊNCIAS, COMO O REPOSITÓRIO DE UM CHÃO SAGRADO E QUE CUMPRE À HISTÓRIA ENALTECER E RESPEITAR. A CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS, NO ANO DE 1988, FRANQUEOU A LARGAS CAMADAS DA POPULAÇÃO, SEJAM ELAS EXPERIENTES OU JOVENS, APAIXONANTES FOCOS DE INTERESSE PARA O MELHOR CONHECIMENTO DO PASSADO DA VILA E DO SEU CONCELHO. O SONHO DE FORMAÇÃO DE UMA ESCOLA DE INVESTIGADORES ALIMENTOU O ENTUSIASMO DO SENHOR PRESIDENTE ISALTINO DE MORAIS E TEVE A SUA CONFIRMAÇÃO NA EXPERIÊNCIA CIENTÍFICA DO SENHOR PROF. DOUTOR JOÃO LUÍS CARDOSO, DA UNIVERSIDADE ABERTA EM LISBOA E COORDENADOR DO REFERIDO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS.

MÚLTIPLAS TAREFAS FORAM ASSIM REALIZADAS EM SERVIÇO DO BEM COMUM, NA EXPLORAÇÃO DE POVOADOS E NO EXAME DE MATERIAIS DE ORIGEM VARIADA.

DESTA FORMA, AS “ANTIGUIDADES” DO CONCELHO DE OEIRAS PODEM REPRESENTAR UM “EX-LIBRIS” DA SUA RIQUEZA HISTÓRICA E ARQUEOLÓGICA.

A ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA SAÚDA O SENHOR DR. ISALTINO DE MORAIS, PELO APREÇO QUE VEM CONCEDENDO ÀS INVESTIGAÇÕES EM CURSO, AS QUAIS SÃO DE MOLDE A FAZER DA VILA E DO CONCELHO DE OEIRAS UM DOS MAIS RICOS LABORATÓRIOS DOS TEMPOS PRÉ-HISTÓRICOS EM PORTUGAL.

LISBOA, 5 DE MAIO DE 1999

João Luís Cardoso
João Luís Cardoso

ÍNDICE

	Pág
<i>In Memoriam</i> – O. da Veiga Ferreira	5
PREFÁCIO	7
MENSAGEM	11
JOÃO LUÍS CARDOSO Política do Património em Oeiras: ópticas para a sua gestão integrada	17
JOÃO LUÍS CARDOSO O povoado do Neolítico Final do Carrascal, Leceia (Oeiras). Notícia preliminar	25
JOÃO LUÍS CARDOSO & JOSÉ NORTON A oficina de talha do sílex do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras)	35
JOÃO LUÍS CARDOSO Leceia, paradigma da protecção do património arqueológico no Concelho de Oeiras	47
JOÃO LUÍS CARDOSO & M. F. GUERRA Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras e seu significado no quadro da intensificação económica calcolítica da Estremadura	61
JOÃO LUÍS CARDOSO A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)	89
JOÃO LUÍS CARDOSO Colaboração de M. LEITÃO, O. DA VEIGA FERREIRA, C. T. NORTH & J. NORTON As cerâmicas de ornatos brunidos da gruta do Correio-Mor (Loures)	155
JOÃO LUÍS CARDOSO O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra)	169

ÍNDICE (continuação)

	Pág
JOÃO LUÍS CARDOSO & J. R. CARREIRA A ocupação da época púnica da Quinta da Torre (Almada)	189
MARIA DA CONCEIÇÃO ANDRÉ & JOÃO LUÍS CARDOSO Acerca de uma tigela de <i>terra sigilatta</i> clara da necrópole de Sol Avesso, Porto Salvo (Oeiras)	219
JUSTINO MENDES DE ALMEIDA No 4.º Centenário da 2.ª edição dos <i>De Antiquitatibus Lvsitaniae</i> <i>Libri Quattuor</i> (Roma, 1597)	227
Apresentação do 6.º volume dos Estudos Arqueológicos de Oeiras	235
Palavras proferidas pelo Magnífico Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, no dia 27 de Maio de 1997, na apresentação do 6.º volume dos Estudos Arqueológicos de Oeiras	237
NOTÍCIAS E RELATÓRIOS (1997) Inauguração da exposição monográfica “Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C.”, no Mosteiro dos Jerónimos – Museu Nacional de Arqueologia	245
Visita do Prof. José Hermano Saraiva ao povoado pré-histórico de Leceia	246
Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras Relatório das actividades desenvolvidas em 1997	247

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/98, pp. 17-23

POLÍTICA DO PATRIMÓNIO EM OEIRAS: ÓPTICAS PARA A SUA GESTÃO INTEGRADA

João Luís Cardoso⁽¹⁾

PROTEGER, PARA QUÊ?

A simples ideia de uma paisagem deserta de referências culturais, despida de testemunhos do Passado e, por isso mesmo, sem perspectivas de Futuro é, naturalmente, insuportável, mesmo aos espíritos menos exigentes na matéria. Inversamente, a vontade de proteger, indiscriminadamente, todos e quaisquer vestígios desse mesmo Passado, levaria, igualmente, a realidade inviável para as gerações presentes, tornando o Presente eivado de escolhos desprovidos de significado relevante.

É urgente, pois, desenvolver investimentos em áreas culturais inovadoras, quase totalmente por explorar: o Património Arqueológico é uma dessas áreas. Para que tal seja viável, é imperioso que os sítios se apresentem de forma atraente e em estado cuidado e visitável; assim sendo, as acções de preservação e conseqüente valorização, além de promoverem a dignificação patrimonial intrínseca, têm reflexos imediatos na vivência das próprias populações: é o conceito de Património como recurso, gerador de bem-estar.

Sendo certo o papel fundamental que as Autarquias detêm nesta matéria, haverá de definir critérios e ser selectivo nas prioridades, até porque os recursos financeiros e, sobretudo, os humanos, são sempre deficitários e limitados. Com efeito, o Património Arqueológico integra, tradicionalmente, um sector carenciado não só de meios financeiros mas, sobretudo, de recursos técnicos adequados, que importa rentabilizar, numa perspectiva de colaboração interdepartamental, mutuamente enriquecedora, sem preconceitos desusados.

Por outro lado, é imperioso não perder de vista o tempo real de execução de tais intervenções, ou seja, os prazos que as devem pautar, para que, da sua concretização, resultem reais e efectivos benefícios

⁽¹⁾ *Da Academia Portuguesa da História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa), Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras.*

em tempo útil, na defesa dos interesses das presentes gerações de contribuintes, concorrendo, deste modo, para uma equilibrada política de desenvolvimento regional.

De uma perspectiva estritamente tecnicista, encarando o Património Construído como simples somatório de monumentos notáveis e isolados, cuja importância se esgotava na sua simples existência, tem-se progressivamente evoluído para o crescente papel das envolências humana e ambiental. Tal evolução nos conceitos de Património explica, por um lado, a nítida afirmação dos “Centros Históricos”, constituídos por conjuntos não necessariamente monumentais, onde decorrem vivências humanas específicas e, por outro, a natural e desejável integração da protecção do Património numa política mais vasta, de conservação e reabilitação do próprio ambiente e da paisagem, na qual a realidade construída, moderna ou passada, obviamente, se insere.

Com efeito, a introdução dos valores naturais no âmbito da gestão integrada de todos os bens patrimoniais foi explicitamente considerada na Convenção do Património Mundial da UNESCO, ratificada por Portugal em 20 de Setembro de 1980.

Resolver os estrangulamentos ambientais e salvaguardar o Património paisagístico, histórico e cultural é, precisamente, um dos objectivos do PDM de Oeiras, actualmente em vigor. Numa perspectiva de gestão integrada do ambiente e dos recursos culturais – designadamente os arqueológicos – disponíveis em dada região, deverão considerar-se vários requisitos previamente assegurados. Acima de todos, importa dispor de inventários actualizados de sítios, conjuntos ou monumentos, que viabilizem diagnósticos seguros sobre o estado do Património e as suas potencialidades; trata-se de tarefa de execução prioritária, que passa, forçosamente, por trabalhos de campo prolongados, de prospecção e cartografia, tanto quanto possível com carácter exaustivo. Da elaboração destes inventários à escala concelhia ou regional dependerá a selecção e sinalização dos elementos patrimoniais mais importantes ou significativos, que justifiquem a sua integração em circuitos de visita, pedonais ou motorizados, consoante a respectiva acessibilidade, complementados por roteiros e desdobráveis.

Por outro lado, a par dos edifícios monumentais, dos conjuntos ou dos sítios (designadamente os arqueológicos, onde melhor se evidencia a estreita relação entre as actividades humanas pretéritas e a Natureza), têm surgido, mais recentemente, outros tipos de Património: além do Industrial, reunindo sobretudo construções fabris do século XIX e da 1.ª metade do século XX, deve salientar-se o Paisagístico/Natural o qual, em áreas tão precocemente e intensamente ocupadas como a de Oeiras, corresponde ao conceito de Paisagem Cultural, na qual, até época recente, os elementos rurais e urbanos se mesclavam e harmonizavam sobre um fundo natural profundamente modificado, ainda que equilibrado. Esta concepção abrangente de Património foi reafirmada através da Recomendação de Nairobi, produzida no âmbito da 19.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em 1976, na qual se admite a possibilidade de distinguir as seguintes situações patrimoniais: sítios pré-históricos; cidades históricas; bairros urbanos antigos; aldeias e lugares; e conjuntos monumentais homogéneos.

A valorização da envolência humana na conservação e reabilitação do Património Construído e Paisagístico/Natural de dada região é hoje um imperativo da própria Sociedade. De um passado recente, onde tais problemas interessavam apenas a sector muito restrito e de limitada capacidade interventiva,

a abertura e democratização da Sociedade contribuiu para que a discussão de tais questões atingisse público cada vez mais interessado, esclarecido e numeroso, constituído, no caso vertente, por munícipes mais e melhor informados. Com efeito, a defesa no terreno dos diversos Patrimónios passa pela existência de legislação adequada, mais flexível e de mais célere promulgação, numa palavra, mais eficiente, impondo-se relação mais flexível e criativa entre o Poder Central, através do Instituto que tutela o Património, e as Câmaras Municipais. Com efeito, são centenas os sítios, conjuntos ou monumentos que aguardam a promulgação pelo referido Instituto – o IPPAR – como imóveis de interesse concelhio, após as respectivas propostas terem sido aprovadas pelas Câmaras Municipais. Impõe-se, desta forma, um realinhamento de competências e responsabilidades institucionais, passando a plena tomada de consciência desta realidade, naturalmente, por um maior empenhamento das Câmaras Municipais, enquanto órgãos mais imediata e directamente relacionados com a gestão do território e por uma maior autonomia destas relativamente às autoridades nacionais na matéria em apreço. Assim se compreende a crescente constituição de Gabinetes Municipais de Arqueologia, integrando arqueólogos, outros técnicos superiores, desenhadores especialistas e técnicos auxiliares de conservação e arquivo, funcionando em estreita ligação com outros sectores camarários: Património Construído, Planeamento, Gestão Urbanística, Turismo e Acção Cultural, especialmente nas Autarquias com mais recursos.

Em Oeiras, o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, criado em 1988, foi um dos primeiros desta índole a ser organizado a nível nacional, visando dar resposta aos aspectos acima enunciados. Com efeito, a importância de um sítio arqueológico só se revela plenamente através do seu estudo aturado – “a melhor forma de defender o Património é estudá-lo” – estudo esse que exige, frequentemente, escavações prolongadas. É importante, nessa medida, salvaguardar sempre questões de índole científica ou legal. A execução ou, ao menos, o acompanhamento de tais trabalhos, designadamente daqueles que revestem carácter de escavações de emergência, deverá ser confiado ao respectivo Gabinete Municipal, caso exista, em estreita colaboração com o recém-criado Instituto Português de Arqueologia, organismo a quem compete prioritariamente a realização de tais trabalhos, excepto em áreas classificadas, nas quais o IPPAR tem competência própria. De facto, é desejável que, quando existam estruturas municipais devidamente credenciadas e com arqueólogos reconhecidos oficialmente, as intervenções arqueológicas de emergência, sejam, sempre que possível, asseguradas pela estrutura municipal de pesquisa, caso exista. Assim sendo, viabilizar-se-á de forma mais imediata e atempada a integração dos resultados obtidos numa política municipal de investigação e de valorização do património (neste caso arqueológico), promovendo a valorização dos sítios que entretanto a justificarem, no âmbito dos planos de desenvolvimento, de reordenamento ou de revitalização de qualquer parcela do espaço concelhio (planos de pormenor, planos gerais de urbanização, etc.), tenha ele características rurais ou urbanas.

Também a este nível se reflecte a melhoria da qualidade de vida da população: a valorização do passado, através dos testemunhos materiais conservados, constitui via privilegiada para o reforço da identidade de cada comunidade ou região e factor de prestígio para os próprios habitantes. Viver num

Centro Histórico recuperado pode, por exemplo, contribuir para a manutenção do espírito comunitário, favorável à dissipação de diferenças e tensões sociais, inter-geracionais ou outras.

Tal realidade tem de ser devidamente entendida e assumida pelos poderes políticos (a nível local, regional ou central), criando os instrumentos necessários de ordem jurídica, institucional e financeira, em ordem à concretização de uma política cultural – na sua vertente patrimonial – mas também não deixa de ser social. É que o próprio desenvolvimento económico de dada região passa, actualmente, pela manutenção de antigos referenciais do seu passado que devem constituir, no tempo presente, verdadeiros e efectivos factores de estabilização de uma Sociedade em permanente evolução. É à luz da interpretação daquela realidade que, num sentido mais amplo, procuramos pautar a nossa acção.

Com efeito, a boa imagem conseguida pela gestão autárquica em Oeiras resulta não só da satisfação das necessidades quotidianas e mais prementes dos munícipes: insensivelmente, torna-se cimento agregador de todos os Oeirenses, contribuindo para a definição da sua própria identidade, distinta da dos concelhos adjacentes, e isto sem prejuízo da inserção deste território em espaço geográfico mais vasto, do qual, naturalmente, faz parte integrante e é dele indissociável.

VALORIZAR, COMO?

A protecção do Património tem como corolário a sua reabilitação, com a conseqüente manutenção da utilização original do espaço ou construção, ou atribuindo-lhe outros aproveitamentos mais adequados à realidade actual (asserção obviamente reservada ao Património construído).

Porém, o primeiro passo para a protecção passa necessariamente pela classificação legal, a qual se deve basear em inventariação do existente, tanto quanto possível exaustiva, acompanhada de caracterização caso a caso. No concelho de Oeiras, aos cento e nove sítios de interesse arqueológico inventariados e publicados em 1993, pela Câmara Municipal de Oeiras, através do seu Centro de Estudos Arqueológicos, somam-se os cento e trinta e quatro elementos identificados e descritos em documento elaborado pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística/Sector do Património Construído, cuja proposta de classificação como Imóveis de Interesse Concelhio foi apresentada à Câmara a 28/6/1995 e por esta aprovada. Encontra-se, desta forma, este Município, como poucos, habilitado a implementar uma política de gestão e valorização dos seus valores patrimoniais, integrada, conseqüente, metódica, cientificamente alicerçada e não vogando ao sabor das circunstâncias.

Não se pretende agora inventariar as acções já realizadas neste âmbito: elas são do domínio público. Importa, porém, salientar que tais acções se podem inscrever em grandes desígnios de actuação:

- ao nível de todos os Núcleos e Centros Históricos do concelho, importa pôr em prática os respectivos Planos de Pormenor, enquanto instrumentos indispensáveis a ulteriores intervenções arquitectónicas e urbanísticas, primeiro e fundamental passo que obstará à sua degradação e descaracterização. Assim se viabilizará a pretendida revitalização, tendo sempre presentes critérios estritos de conservação do existente.

Especialmente em núcleos históricos, a conservação deve entender-se como objectivo primordial do planeamento e gestão urbana de tais espaços, como é preconizado na Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, aprovada na Assembleia-Geral do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, Washinton DC, em Novembro de 1987, com as necessárias adaptações as exigências e necessidades da vida actual. Tais Planos de Recuperação promovem a criação de novas actividades profissionais (as chamadas “Indústrias do Património”), geradoras de empregos, inclusivé a nível local.

Em Oeiras, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável para o século XXI preconiza tais objectivos: a conservação dos núcleos urbanos antigos encontra-se aí expressamente contemplada.

- ao nível dos grandes imóveis de interesse patrimonial – as casas de quintas históricas, edifícios religiosos ou construções militares, em que o concelho é tão rico, são aplicáveis as anteriores considerações. Porém, nestes casos são mais nítidas as relações com a envolvência natural, de índole agrícola, no caso das quintas e palácios, ou relacionada com o litoral e a entrada na barra do Tejo, no caso das fortificações. Desta forma, a protecção de áreas ainda de evidente ruralidade ou monumentalidade impõe-se. Convém dar continuidade a tais acções, prestando particular atenção a áreas de grande sensibilidade, tanto cultural (presença de numerosas quintas) como natural, designadamente os vales dos três principais cursos de água que atravessam o concelho: o rio Jamor e as ribeiras de Barcarena e da Lage. Trata-se de espaços essenciais, aliás previstos no PDM. Os jardins da Quinta Real de Caxias, constituem apenas um bom exemplo da preocupação dispensada à recuperação de zonas verdes de interesse histórico/patrimonial, como a recuperação do Forte de São Bruno, em Caxias, o é, ao nível do património construído mais monumental;
- ao nível dos núcleos de património industrial susceptíveis de ainda poderem documentar o passado fabril de Oeiras, está em curso a recuperação integral e respectiva musealização da Fábrica da Pólvora de Barcarena, conjunto monumental emblemático de uma actividade que ali se efectuou em continuidade desde o século XVI até aos nossos dias. Trata-se de acção concertada de estudo, defesa, reabilitação e animação patrimoniais de grande envergadura, tanto a nível nacional como internacional, constituindo paradigma do papel das Autarquias neste domínio, envolvendo vultuosos investimentos, em parte obtidos ao abrigo de programas comunitários;
- ao nível do estudo, valorização e divulgação/animação dos vestígios arqueológicos, para além da notável actividade editorial do Centro de Estudos Arqueológicos salientam-se os trabalhos de campo desenvolvidos no povoado pré-histórico de Leceia, conduzidos por este Centro, os quais puseram a descoberto um dos mais notáveis povoados pré-históricos à escala peninsular e, mesmo, europeia, tornando-o ponto de visita frequente e obrigatório, tanto da população estudantil do concelho, como de grupos de alunos e investigadores nacionais e estrangeiros.

Ao criarem-se as condições de visita regulares ou, nos casos que o justifiquem, quotidianas, aos imóveis mais notáveis, conjuntos patrimoniais ou sítios arqueológicos, que ilustram as grandes etapas da ocupação humana verificada no território oeirense, estar-se-á, naturalmente, a promover a pretendida reabilitação patrimonial de tais espaços. Essas visitas beneficiarão de módulos de exposição permanentes funcionando em cada local, incluindo documentação gráfica e mostra de espólios que for possível obter, alusivo às actividades ou funções outrora desenvolvidas em cada um deles.

Tal desiderato impõe-se, particularmente, nos casos em que se encontra assegurado, à partida, a existência de espólios temáticos numerosos, representativos e cientificamente importantes; a ausência de alternativas regionais suficientemente próximas e de índole idêntica, bem como a existência potencial de público numeroso e interessado constituem argumentos susceptíveis de reforçar o êxito de tais iniciativas museológicas.

Trata-se, pois, da concepção de um grande Museu Municipal, constituído por núcleos temáticos mutuamente independentes, porém estreitamente articulados entre si, o qual poderia, ainda, contemplar outros temas, como os alusivos às actividades económicas, culturais, desportivas, humanitárias ou outras, com relevância passada ou presente na vida oeirense, sem esquecer o contributo de associações ou personalidades que se tenham destacado na região ou no País.

Assim se concretizará uma política de animação cultural que, partindo do património construído, do património arqueológico e do património natural, se projectará muito para além daquelas três realidades interactivas. Tal política favorecerá inquestionavelmente a actividade turística, a qual, em contraponto a um turismo massificado, indiferenciado e sazonal, verificado noutras zonas do País, procura crescentemente outro tipo de ofertas, de carácter permanente. Porém, tal política destinar-se-á, sobretudo, à completa formação das novas gerações de oeirenses, na qualidade de fiéis depositários de uma herança colectiva ainda em boa parte por desvendar, os quais, conciliados com os testemunhos do seu Passado, mais seguramente se empenharão na construção do seu Futuro.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CABRAL, F. Caldeira (1988) – O Turismo, a Cultura e os Recursos Naturais. *Correio da Natureza*, 3, p. 1-2.
- CANINAS, J. C. (1995) – Um futuro comum para o Património Natural e o Património Cultural. *Fórum Ambiente*, 11, p 11.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Arqueologia, turismo e Poder Local: o exemplo do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, p. 341-347.
- FERREIRA, C. A. (1992 a) – *Restauração dos monumentos históricos. Restaurar porquê? Restaurar o quê? Restaurar quando e como?* Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 26 p.

- FERREIRA, C. A. (1992 b) – *Valorizar e desenvolver as áreas de Património Classificado*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 35 p.
- MORAIS, I. (1996) – Prefácio. In ROCHA, coord., F. Serrão (1996) – *Oeiras. O Património; a História*. Câmara Municipal de Oeiras, 141 p.
- QUINTELA, A. C.; CARDOSO, J. L.; MASCARENHAS, J. M. & ANDRÉ, M. C. (1995) – *A Fábrica da Pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos*. Câmara Municipal de Oeiras, 214 p.
- ROCHA, coord., F. Serrão (1996) – *Oeiras. O Património; a História*. Câmara Municipal de Oeiras, 141 p.
- SERRÃO, E. da Cunha (1967) – Turismo cultural. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*, 1, p. 46-53.
- SOARES, R., textos de (1994) – *Retratos de Oeiras*. Oeiras, Publicações DSA, 219 p.
- SOROMENHO, M. I. et al. (1995) – *Plano de salvaguarda do Património Construído e Ambiental do concelho de Oeiras*. Câmara Municipal de Oeiras, Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística. 3 vol.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 25-33

O POVOADO NO NEOLÍTICO FINAL DO CARRASCAL, LECEIA (OEIRAS). NOTÍCIA PRELIMINAR

João Luís Cardoso⁽¹⁾

1 - SITUAÇÃO E CONDICIONANTES GEOMORFOLÓGICAS

Cerca de 500 m para Sul do povoado pré-histórico de Leceia, e a meia altura da encosta direita da ribeira de Barcarena, desenvolve-se plataforma larga e regular, levemente inclinada para o fundo do vale, limitada do lado meridional pela profunda ravina do Carrascal (Fig. 1). As coordenadas geodésicas GAUSS de um ponto central são as seguintes (Carta Militar de Portugal na escala de 1/25 000, Folha 430, Oeiras, Lisboa, S.C.E., 1970):

M = 100,14

P = 195,81

A superfície do terreno apresenta-se muito pedregosa, sem indícios de qualquer actividade agrícola recente. Encontra-se, porém, pontuada por numerosos testemunhos arqueológicos, sobretudo representados por fragmentos de cerâmica pré-históricas, cujas primeiras recolhas foram efectuadas pelo Eng. A. M. Monge Soares. Comunicadas tais descobertas por este arqueólogo ao signatário, em Agosto de 1997, foi o local visitado sucessivamente por este último, recolhendo-se numeroso espólio, em depósito no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/CMO. É a apresentação dos elementos mais relevantes desse conjunto que ora se apresenta, constituindo notícia preliminar de estação que, pelo potencial interesse que evidenciou, justificará trabalhos arqueológicos mais aprofundados, envolvendo a realização de escavações, previstas ao abrigo de Projecto de Investigação apresentado pelo signatário ao Instituto Português de Arqueologia.

⁽¹⁾*Da Academia Portuguesa de História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa), Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras.*

2 - ESPÓLIO RECOLHIDO

2.1 - Pedra lascada

Nas Figs. 2 e 3 representam-se diversos artefactos de pedra lascada, considerados, do ponto de vista tipológico, mais expressivos. Sem que à amostragem recolhida se possa conferir representatividade estatística, salienta-se, no entanto, a presença dos seguintes grupos tipológicos:

- lâminas e lamelas, retocadas ou não possuindo, no primeiro caso, bordos microdenticulados ou com retoques marginais, mais ou menos contínuos (Fig. 2, n.^{os} 1 a 12);
- lâminas com extremidade em raspadeira, representados pelo exemplar da Fig. 2, n.^o 15;
- furadores sobre lasca, alongados, de retoque abrupto (Fig. 2, n.^{os} 13 e 14);
- núcleos de lascas mais ou menos poliédricos (Fig. 2, n.^o 16; Fig. 3, n.^{os} 1 e 2).

A matéria-prima utilizada é toda de origem local: trata-se do sílex acizentado, muito abundante, sob a forma de nódulos nos calcários recifais do Cenomaniano (Cretácico Inferior), que afloram na parte superior de encosta e no próprio local da estação.

2.2 - Pedra polida

Recolheram-se dois artefactos; trata-se de uma enxó, incompleta (Fig. 2, n.^o 17) e de um pequeno machado, de gume embotado pelo uso e de secção sub-rectangular (Fig. 3, n.^o 3); tanto a enxó como o machado foram talhados em anfiboloxistos, de textura fina a média, respectivamente. Trata-se de tipo petrográfico não existente na Estremadura, cuja importação em larga escala do Alentejo, constitui um dos exemplares mais interessantes de comércio transregional em época pré-histórica à escala peninsular e mesmo europeia. Com efeito, os afloramentos anfibolíticos mais próximos situam-se a mais de 120 km de distância em linha recta, na região de Montemor-o-Novo e de Abrantes (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995).

2.3 - Indústria cerâmica

2.3.1 - Cerâmicas lisas

As formas lisas são dominadas pelos recipientes de bordo em aba, de lábio convexo e pelas taças carenadas; de ambas se recolheram abundantes exemplares representados nas Fig. 3, 4 e 5; mais escassos são os recipientes de bordo simples, por vezes exterior ou interiormente espessado (Fig. 5, n.^{os} 1 a 7). Um grande recipiente ostenta base plana, ligeiramente marcada por protuberância ou anel convexo (Fig. 5, n.^o 11), com paralelos em escassos exemplares neolíticos da Estremadura (CARDOSO & CARREIRA, 1991, Fig. 2, n.^o 2).

2.3.2 – Cerâmicas decoradas

Representados por bordos denteados de recipientes em tudo análogos aos que possuem bordos em aba, não decorados, referidos em 2.3.1 (Fig. 3, n.º 5; Fig. 4, n.º 1). Um bordo de uma grande taça Palmela, muito erodido, mas ainda com vestígios de decoração incisa no lábio, muito largo, testemunha ocupação do local no decurso do Campaniforme (Fig. 3, n.º 6). Possui na estação campaniforme do Monte do Castelo, a cerca de 200 m para Sul, exemplares em tudo semelhantes (CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996).

3 – CRONOLOGIA E INTEGRAÇÃO CULTURAL

O espólio dado agora a conhecer afigura-se globalmente coerente. Exceptuando o fragmento da grande taça Palmela, tanto a indústria lítica de pedra lascada como a de pedra polida, bem como a indústria cerâmica, indicam a ocupação da plataforma em apreço no decurso do Neolítico Final. Esta fase cultural, particularmente evidenciada pela associação cerâmica reconhecida (bordos denteados, taças carenadas) encontra-se bem representada na camada basal do povoado pré-histórico de Leceia, situado 500 m para Norte, onde foi bem datada: com efeito, as sete datas de radiocarbono obtidas situam a referida ocupação para uma probabilidade de 95%, entre 3510 e 2900 AC (CARDOSO & SOARES, 1996). Por outro lado, cerca de 200 m para Sul situava-se gruta artificial, a qual, antes de ser totalmente destruída pela lavra de pedreira existe no local, há cerca de trinta anos, forneceu restos antropológicos de um conjunto homogéneo pertencentes a, pelo menos, nove indivíduos (CARDOSO, CUNHA & AGUIAR, 1991). Datação de uma amostra de tais restos, forneceu o seguinte resultado (CARDOSO & SOARES, 1995):

ICEN – 738 – 4630±45 BP

Este resultado corresponde ao intervalo calibrado, para 95% da probabilidade, de 3509-3147 AC. A datação obtida justificou a possibilidade de atribuição do referido sepulcro colectivo aos primeiros habitantes do povoado pré-histórico de Leceia. Porém, a identificação desta estação estende também tal possibilidade aos seus ocupantes. Deste modo, parece configurar-se a ocupação dispersa do vale médio da ribeira de Barcarena, no sector a meia-encosta correspondente a afloramentos dos calcários duros cretácicos, que orlam ambas as encostas, formando por vezes plataformas limitadas por cornijas de dimensões variáveis. Tais locais ofereciam, deste modo, condições propícias para a fixação de pequenas comunidades, que ali se sediaram em povoados abertos mas de forma já estável e permanente, no decurso da segunda metade do IV milénio AC. Para além das condições propícias à prática do pastoreio e da agricultura, incluindo a horticultura em pequenos talhões ao longo do fundo do vale da ribeira de Barcarena, tais comunidades seriam atraídas pela riqueza em sílex da região, que exploravam através

de pequenas minas a céu aberto, como a existente em Barronhos, a cerca de 500 m para Oeste (CARDOSO & COSTA, 1992) ou no próprio sopé do Monte do castelo, a apenas 200 m para Sul (CARDOSO & NORTON, 1997). Enfim, a presença campaniforme, atestada no local por apenas um fragmento de bordo de grande taça Palmela incisa, é compatível com o padrão de povoamento dominante no final do Calcolítico, caracterizado por um retorno ao modelo vigente na região até ao Neolítico Final, consubstanciado na multiplicação de pequenos sítios abertos, talvez de raiz familiar, de economia agro-pastoril. O sítio mais próximo, que bem revela tal realidade, situa-se no Monte do Castelo, a escassos 200 m para Sul (CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996). Futuras escavações, que pretendemos levar a cabo no local, permitirão averiguar a importância desta última ocupação, face à do Neolítico Final, a qual se afigura, de momento, largamente dominante.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, J.L. & CARREIRA, J.R. (1991) – O espólio arqueológico de Algar de João Ramos ou gruta das Redondas, Turquel – Alcobaça. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990), p. 277-285.
- CARDOSO, J.L. & COSTA, J.B. da (1992) – Estação pré-histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica*, 9/10, p. 229-245.
- CARDOSO, J.L. & NORTON, J. (1997) – A oficina de talhe do sílex do Monte do Castelo, Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 7, p. ??-??.
- CARDOSO, J.L. & SOARES, A.M. Monge (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan*, Série II, 4, p. 10-13.
- CARDOSO, J.L. & SOARES, A.M. Monge (1996) – Contribution d'une série de datations ¹⁴C provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolitique de l'Estremadura Portugaise. *Supplement à la Revue d'Archéométrie*, p. 45-50.
- CARDOSO, J.L.; CUNHA, A. Santinho & AGUIAR, D. (1991) – O Homem pré-histórico no Concelho de Oeiras. Estudos da Antropologia Física. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 2, p. 1-85.
- CARDOSO, J.L.; NORTON, J. & CARREIRA, J.R. (1996) – Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, p. 287-299.

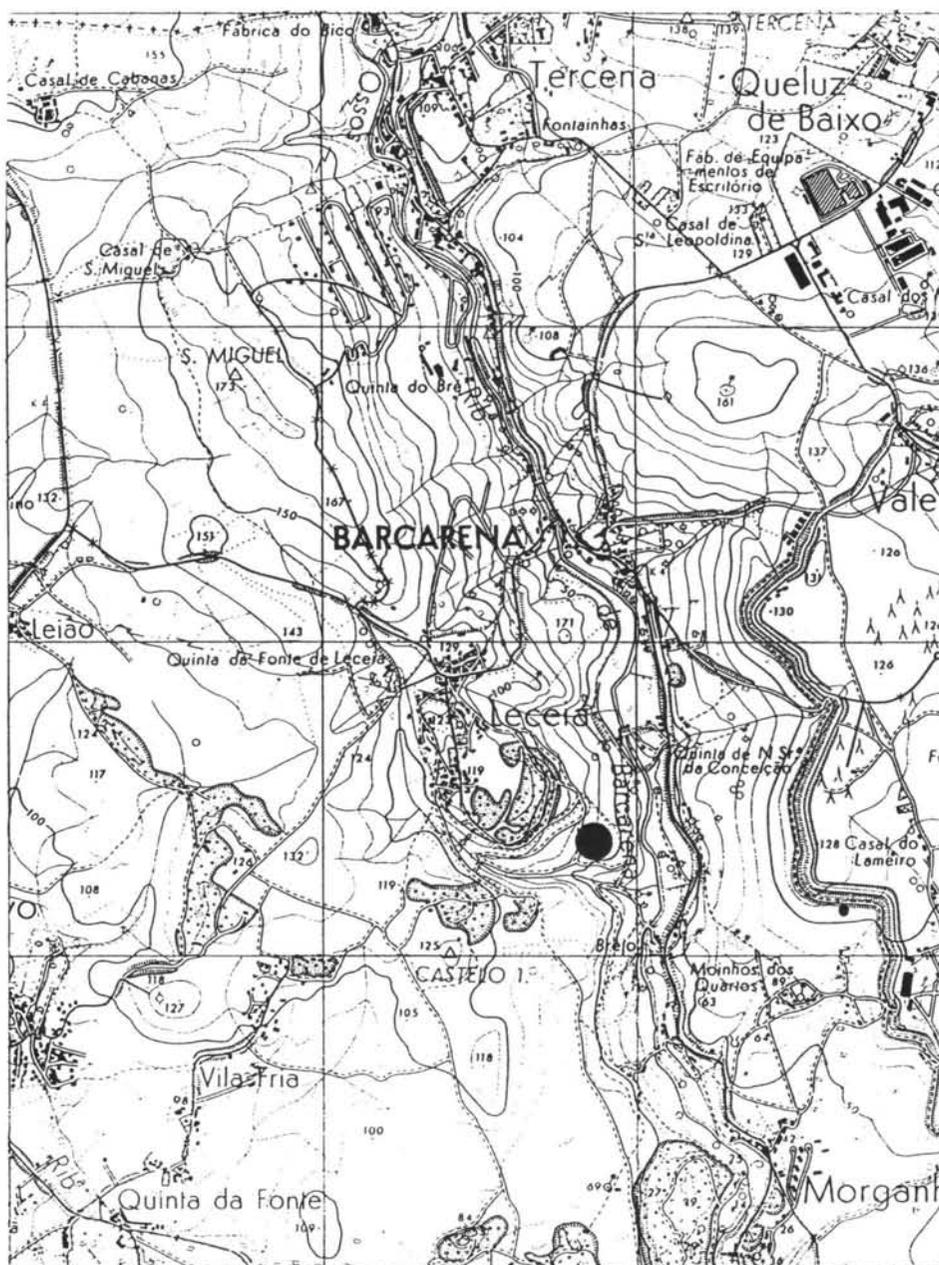


Fig. 1 – Localização do povoado pré-histórico de Carrascal (Leceia) em extracto da Carta Militar de Portugal à escala de 1/25000 – Folha 430 (Oeiras). Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército, 1970.

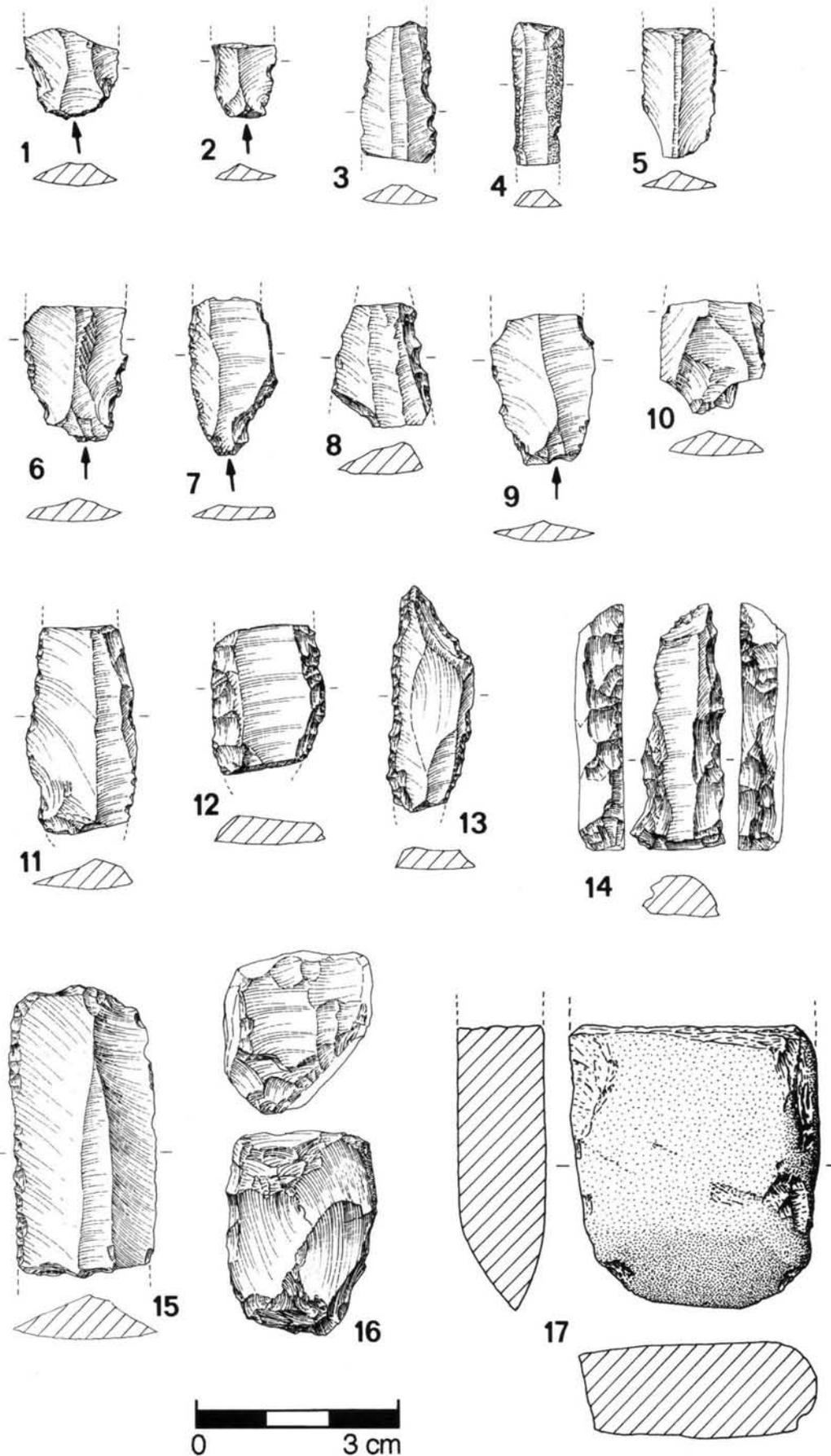


Fig. 2 - Carrascal. Indústria de pedra lascada e de pedra polida.

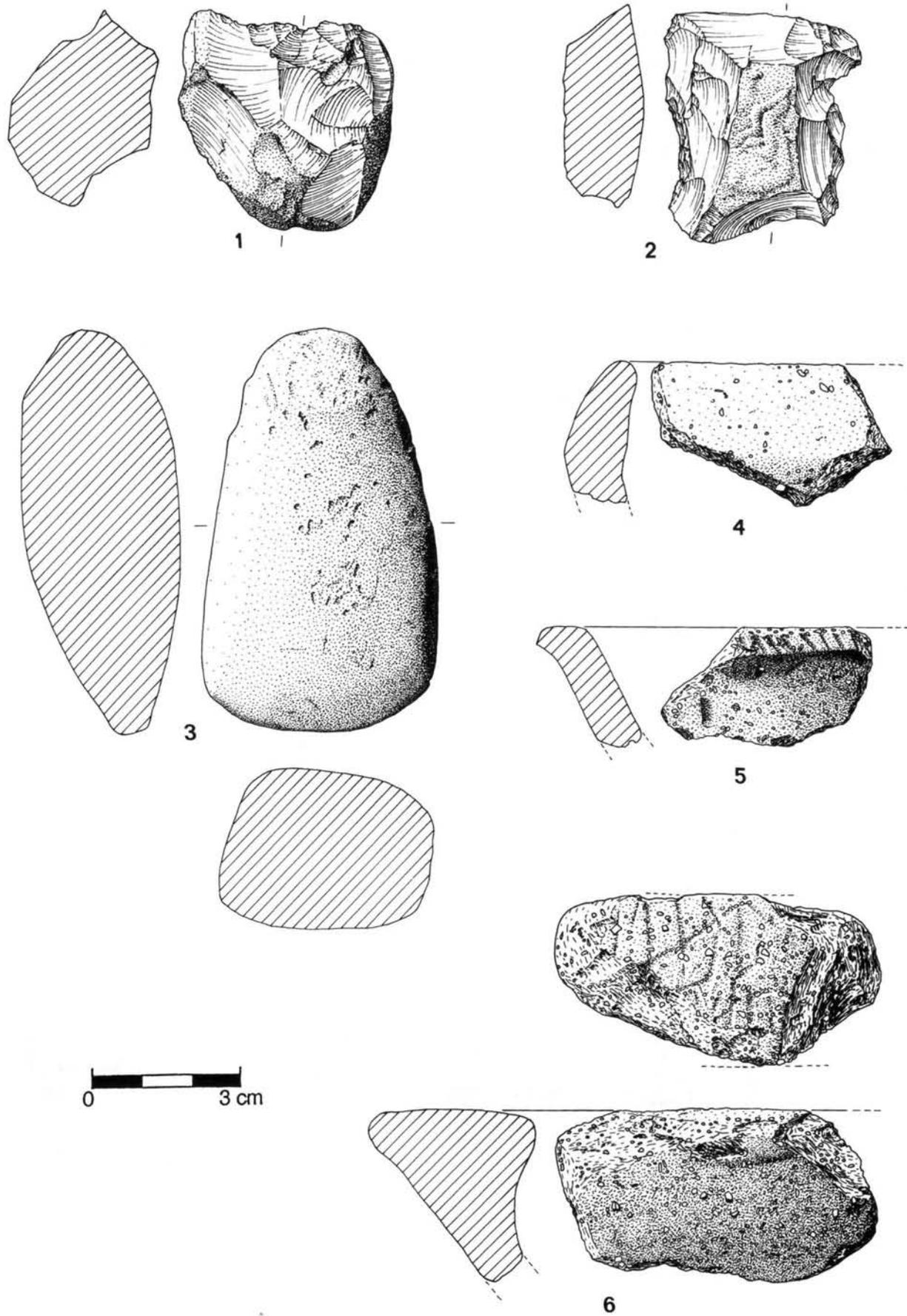


Fig. 3 – Carrascal. Indústria de pedra lascada, de pedra polida e cerâmica.

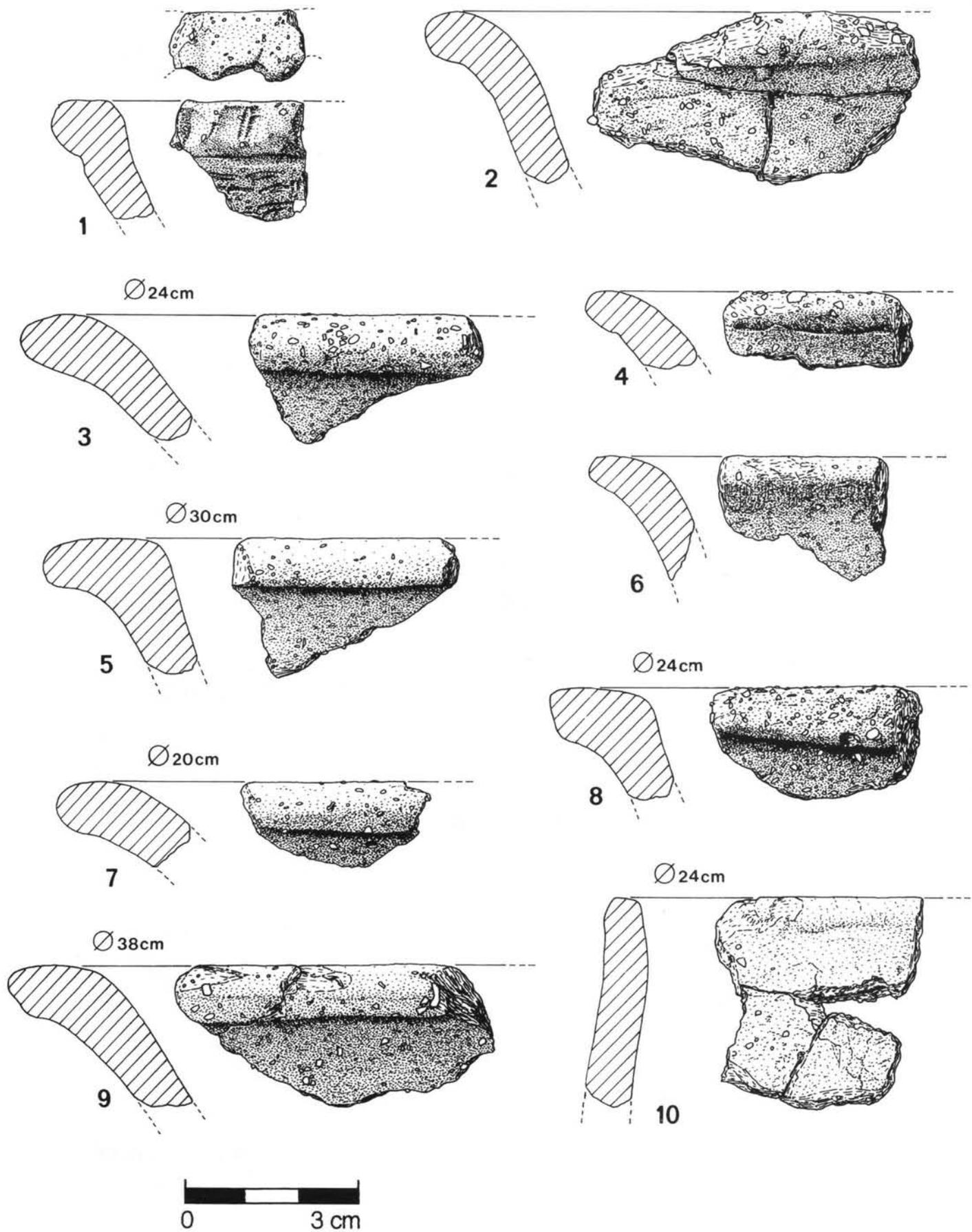


Fig. 4 - Carrascal. Indústria de cerâmica.

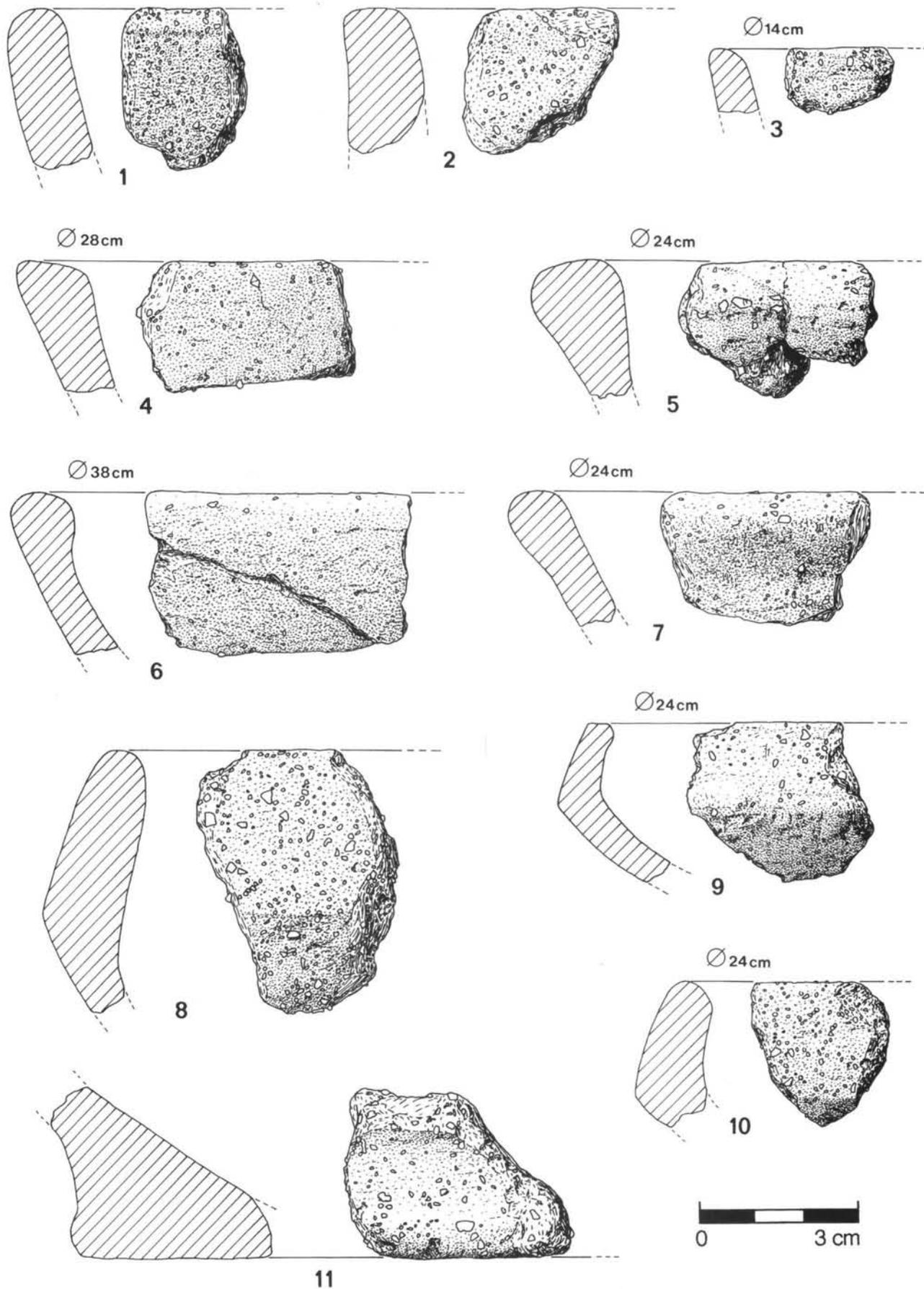


Fig. 5 - Carrascal. Indústria cerâmica.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 35-45

A OFICINA DE TALHE DO SÍLEX DO MONTE DO CASTELO (LECEIA, OEIRAS)⁽¹⁾

João Luís Cardoso⁽²⁾ & José Norton

1 - INTRODUÇÃO E AMBIENTE ARQUEOLÓGICO

O Monte do Castelo, pequena colina basáltica correspondente à raiz de um aparelho vulcânico de idade fini-cretácica, que se ergue de 900 m a Sul do povoado pré-histórico de Leceia possui, nas suas adjacências, diversos testemunhos arqueológicos, em boa parte já dados a conhecer. Na carta arqueológica do concelho de Oeiras (CARDOSO & CARDOSO, 1992), foi-lhe atribuído o número 40, no inventário geral das estações reconhecidas.

Com efeito, o sítio despertou precocemente a atenção dos investigadores: já Carlos Ribeiro, atendendo à situação geográfica da pequena elevação, entre o local do povoado pré-histórico de Leceia e a foz do Tejo, da qual dista cerca de 2 km (Fig. 1), o considerou como atalaia daquele importante povoado pré-histórico. (RIBEIRO, 1878). Contudo, os testemunhos arqueológicos não ocorrem na parte mais alta, nem nas encostas do pequeno outeiro: dispersam-se pela sua adjacência, correspondendo a diversas épocas e tipos de materiais. Assim, na frente de exploração de antiga pedreira de calcários (hoje totalmente preenchida por aterros), outrora situada do lado setentrional da elevação, identificou-se os restos de uma gruta artificial, da qual subsistia apenas parte da câmara (OLIVEIRA & BRANDÃO, 1969), onde se recolheram restos osteológicos humanos, entretanto estudados (CARDOSO, CUNHO & AGUIAR, 1991). A datação obtida coloca tais tumulações no Neolítico final estremenho (CARDOSO & SOARES, 1994), portanto contemporâneas dos primeiros povoadores de Leceia e com eles certamente relacionadas.

Do lado oriental da referida pedreira, em cavidades do “lapiás” preenchidas por “terra rossa”, deparou A. Gonzales com alguns materiais arqueológicos (CARDOSO, 1980), entre eles fragmento de

⁽¹⁾ Trabalho preparado pelo primeiro dos signatários, com base em materiais arqueológicos recolhidos pelo segundo.

⁽²⁾ Da Academia Portuguesa da História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa), Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras.

belo copo com decoração canelada de palmetas, pequena enxó de anfibolito e duas lâminas ovais de retoque cobridor, materiais entretanto já publicados (CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996, Fig. 2, n.º 1 a 3 e 11), os quais configuram uma ocupação do sítio, de carácter habitacional, no decurso do Calcolítico Inicial. A estas recolhas, juntaram-se ulteriormente outras, resultantes de prospecções dos dois signatários, efectuadas na mesma zona, as quais reforçaram a atribuição cultural proposta para a referida ocupação: com efeito, o conjunto das cerâmicas decoradas encontra-se exclusivamente representado por elementos pertencentes ao Calcolítico inicial estremenho (Fig. 2). Os materiais líticos ora estudados acompanhavam tais materiais; desta forma, é lícito reportá-los, igualmente, àquela fase cultural. Esta ocupação humana, circunscrita a pequeno trecho de terreno a Nordeste da elevação, limitado pelo antigo perímetro da pedraira, não deve ser confundida com o local onde um de nós (J.N.) recolheu conjunto homogéneo de época campaniforme tardia, já estudado, situado algumas dezenas de metros a Sudeste do morro (CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996).

2 - DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS

Será dada especial atenção aos artefactos líticos, já que do escasso conjunto cerâmico, os materiais mais relevantes foram entretanto publicados (CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996, Fig. 2).

Todos os artefactos líticos são confeccionados em sílex acinzentado de origem local. Entre abundantes lascas residuais ou esquirolas de talhe, que na altura não foram recolhidas, reconheceram-se elementos de tipologia melhor definida, adiante descritos. Neste conjunto, avultam os núcleos de lâmelas, obtidas por percussão indirecta ou por pressão, representados por três exemplares (Fig. 2, n.º 1 e 5; Fig. 3, n.º 6), um deles exausto (Fig. 3, n.º 6): trata-se de um delgado núcleo tubular, de lascamento frontal unipolar, cujo reverso se encontra totalmente ocupado pela superfície primitiva do nódulo, sendo inviável o prosseguimento da debitagem. Outros núcleos, contudo, ilustram estádios precoces de exploração: são exemplo os da Fig. 3, n.º 2, que corresponde a nódulo com um plano de percussão preparado através de um levantamento horizontal, partir do qual se esboçou a organização, que não prosseguiu. Situação análoga observa-se no exemplar da Fig. 3, n.º 5.

Os escassos instrumentos reconhecidos foram integralmente representados neste trabalho. Deste modo, consideraram-se os seguintes grupos tipológicos:

- denticulados - um exemplar (Fig. 2, n.º 6);
- entalhes ("encoches") - dois exemplares (Fig. 2, n.º 2 e 4);
- raspadores assimétricos - um exemplar (Fig. 3, n.º 3);
- raspadores simples convexos - representado pelo grande exemplar da Fig. 3, n.º 4 e pelo da Fig. 4, n.º 5, estes possuindo bordo denticulado;
- raspadores simples côncavos - um exemplar, obtido por levantamentos semi-abruptos (Fig. 4, n.º 3);

- raspadeiras - constituem grupo importante; possuem em geral gumes espessos, obtidos por retoque abrupto, sendo algumas atípicas (Fig. 2, n.º 7; Fig. 3, n.º 1; Fig. 4, n.ºs 4 e 6);
- pontas - representadas por exemplar atípico (Fig. 4, n.º 2);
- lâminas - representadas por exemplar fracturado (Fig. 4, n.º 1);
- lascas retocadas - trata-se de exemplar muito sumariamente trabalhado, não atingindo o estatuto de verdadeiro utensílio. Os levantamentos que exhibe podem corresponder, apenas, a simples acções mecânicas devidas à utilização (Fig. 2, n.º 3).

3 - DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

No conjunto das indústrias líticas do Monte do Castelo avultam os núcleos, representados por cinco exemplares, sobre os restantes catorze produtos de debitage recolhidos, transformados em diversos utensílios. Crê-se que esta realidade decorre do carácter funcional do sítio. Com efeito, a alta percentagem relativa daquelas peças, parece configurar a hipótese de o Monte do Castelo corresponder a pequeno núcleo habitacional especializado na exploração e formação de nódulos siliciosos destinados a aproveitamento ulterior em povoados permanentes, designadamente no de Leceia. Tal conclusão encontra-se reforçada não apenas pelos escassos utensílios recolhidos, contrastando com a grande quantidade de produtos de debitage, mas ainda pela escassez de restos cerâmicos, que corresponderiam apenas ao indispensável requerido pelos poucos artífices que permaneceriam, mais ou menos quotidianamente, no sítio.

Neste contexto, a presença de núcleos em estádios avançados de exploração, ou mesmo exaustos, não é incompatível com a interpretação funcional proposta: situação idêntica foi observada e discutida na oficina de talhe do sílex neo-calcolítica de Casas de Baixo, Vila Nova de Ourém (ZILHÃO, 1994). Com efeito, a região onde se implanta o Monte do Castelo é rica de nódulos siliciosos, de medianas dimensões, existentes no seio dos calcários cenomanianos aflorantes no próprio local. Já anteriormente, foi noticiada oficina de talhe do sílex, neo-calcolítica, com núcleos lamelares idênticos aos descritos (Fig. 5), situada a menos de 1 km para Nordeste, no sítio de Barotas (CARDOSO & COSTA, 1992), a qual foi também relacionada com o povoado pré-histórico de Leceia, do qual dista cerca de 500 m. Neste último, com efeito, recolheram-se diversas destas peças (Fig. 6), em contextos do Calcolítico inicial e do Calcolítico pleno (CARDOSO, 1981, Est. 4, n.º 60; CARDOSO, 1997), cuja origem é de reportar tanto a um como ao outro destes sítios de características especializadas.

Por outras palavras: o sucesso económico da formação social que, no decurso do Calcolítico inicial e do Calcolítico pleno, ocupou o esporão de Leceia resultou, em boa parte, de uma exploração metódica e regrada dos recursos naturais potencialmente disponíveis na região imediatamente adjacente, directamente subordinada àquela comunidade e por ela intensamente utilizada. Entre tais recursos figurava, em lugar de destaque, o sílex, cujas ocorrências justificaram a respectiva exploração, provavelmente através de pequenas minas a céu aberto. Assim se constituíram reservas económicas que

possibilitaram não apenas o auto-abastecimento mas sobretudo o estabelecimento de permutas, tendo em vista a obtenção de outras matérias-primas de origem geológica, igualmente necessárias à satisfação das tarefas quotidianas das populações sediadas em Leceia.

Daquela forma se explica a ocorrência de sílex cinzento ou esbranquiçado, de origem estremenha, em numerosas estações do Alto Alentejo e do Sul da Beira Interior e, inversamente, o abastecimento maciço, desde o Neolítico Final, dos povoados da orla ocidental, em rochas anfibolíticas, oriundas daquelas duas regiões, aproveitando os vales do Tejo e dos seus afluentes, como vias de circulação e de comércio estáveis e duradouras. Com efeito, conforme se verificou em Leceia, cerca de 70% das rochas duras utilizadas na confecção de machados e de enxós são anfiboloxistos (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995), facto que bem demonstra a importância das permutas de carácter trans-regional então estabelecidas.

Além da exportação, o sílex explora no Monte do Castelo e em Barotas destinava-se naturalmente ao abastecimento de Leceia, como provam os núcleos de lamelas ali encontrados, em tudo idênticos aos oriundos daqueles dois sítios. A abundância de sílex era tal, que mesmo os grandes percutores esferoidais, tão comuns em Leceia, eram de sílex. Com efeito, em Leceia encontra-se confirmada a cadeia operatória identificada no povoado calcolítico do Zambujal (UERPMANN, 1995): enquanto utensílios de pequenas dimensões (pontas de seta, furadores) eram fabricados no povoado a partir de retoque cobridor, seriam obtidas a partir de grandes lascas importadas em bruto. Prova disto é a recolha em Leceia de peças em estádios sucessivos de transformação naquele tipo de artefactos (CARDOSO, 1997, p. 56), tanto de sílex acinzentado, compatível com o explorado naqueles dois locais, como de sílex avermelhado (este de origem mais longínqua).

Deste modo, o interesse principal da pequena estação arqueológica dada agora a conhecer é o de vir ilustrar a exploração metódica de um recurso natural, à época estratégico, em período conectável com o apogeu do povoado pré-histórico de Leceia – o Calcolítico inicial – certamente por parte de populações dali oriundas, tendo em vista não só o abastecimento para as suas próprias necessidades mas, sobretudo, a constituição de reservas destinadas à exportação: aí residiria uma das razões do manifesto sucesso económico das sucessivas comunidades ali instaladas.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, J. L. (1980) – O povoado pré-histórico de Leceia. Estudo da colecção do escultor Álvaro de Brée. 1.^a Parte. *Revista de Guimarães*, 90, p. 211-304.
- CARDOSO, J. L. (1991) – O povoado pré-histórico de Leceia. Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée. 2.^a Parte. *Revista de Guimarães*, 91, p. 190-233.

- CARDOSO J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinelado do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras, Instituto Português de Museus/Câmara Municipal de Oeiras, 128 p.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1992) – Carta arqueológica do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 4, p. 1-126.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHOSA, A. de Barros e (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análises de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J. L. & COSTA, J. B. (1992) – Estação pré-histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica*, 9/10, p. 229-245.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan*, Série II, 4, p. 10-13.
- CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. S. & AGUIAR, D. (1991) – O homem pré-histórico no concelho de Oeiras – estudos de Antropologia Física. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, p. 287-299.
- OLIVEIRA, A. & VALLE-BRANDÃO, J. (1969) – Descoberta de restos de uma possível gruta artificial em Leceia. *O Arqueólogo Português*, Série III, 3, p. 287-290.
- RIBEIRO, C. (1878) – *Notícia da estação humana de Licêa*. Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 69 p.
- UERPMANN, M. (1995) – A indústria da pedra lascada no Zambujal – alguns resultados. In M. KUNST (ed.): *Origens, estruturas e relações das culturas calcólicas da Península Ibérica*. Actas das Primeiras Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras (Torres Vedras, 1987). Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 37-43.
- ZILHÃO, J. (1994) – A oficina de talhe neo-calcolítica de Casas de Baixo (Caxarias, Vila Nova de Ourém). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, p. 35-45.

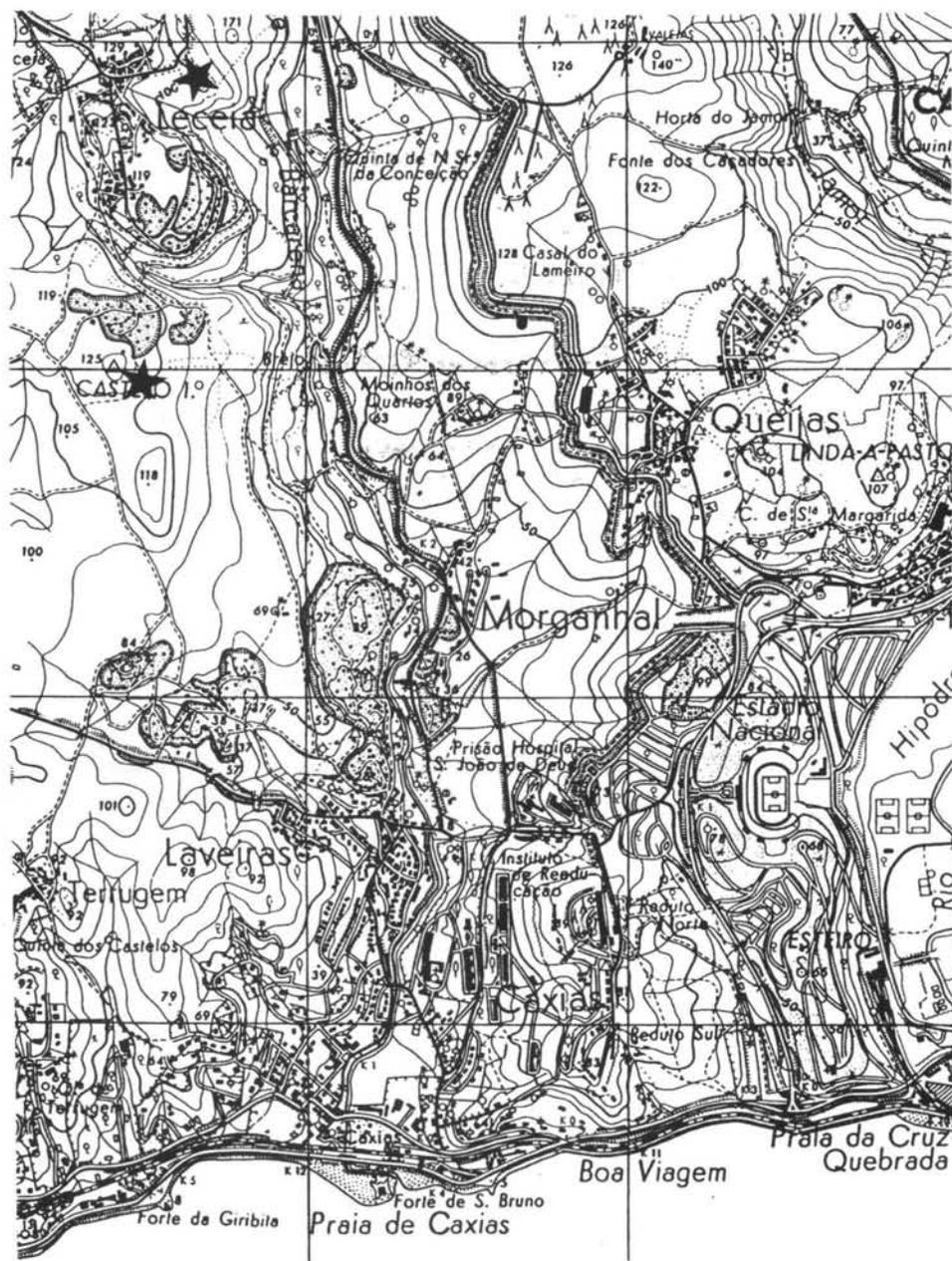


Fig. 1 - Localização da oficina de talhe do sílex do Monte do Castelo, junto ao topónimo do mesmo nome, face à implantação do povoado pré-histórico de Leceia, cerca de 1 km a NNE. Extracto da Carta Militar de Portugal na escala de 1/25000, Folha 430 (Oeiras). Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército, 1970.

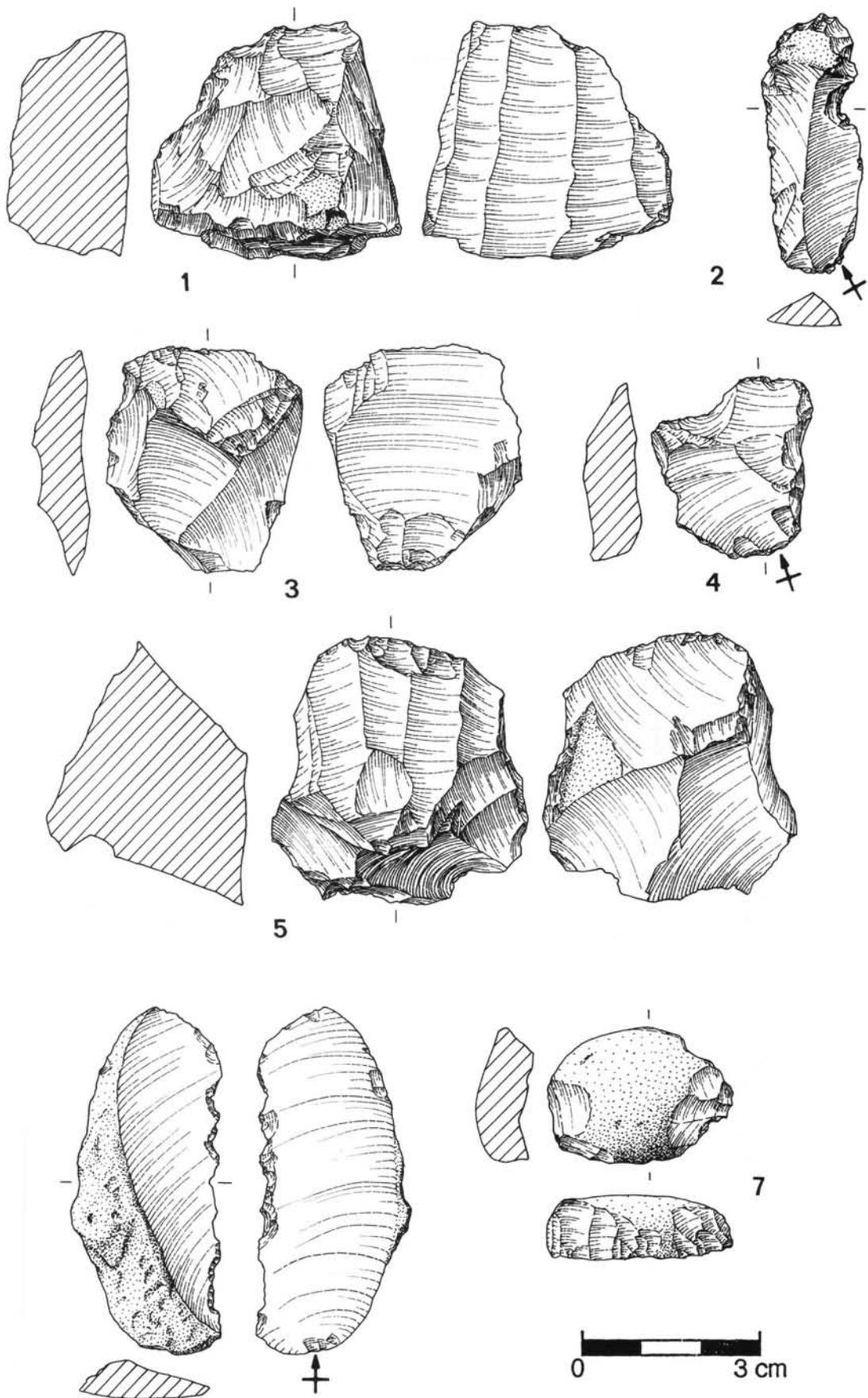


Fig. 2 - Oficina do Monte do Castelo, Leceia. Indústria lítica.

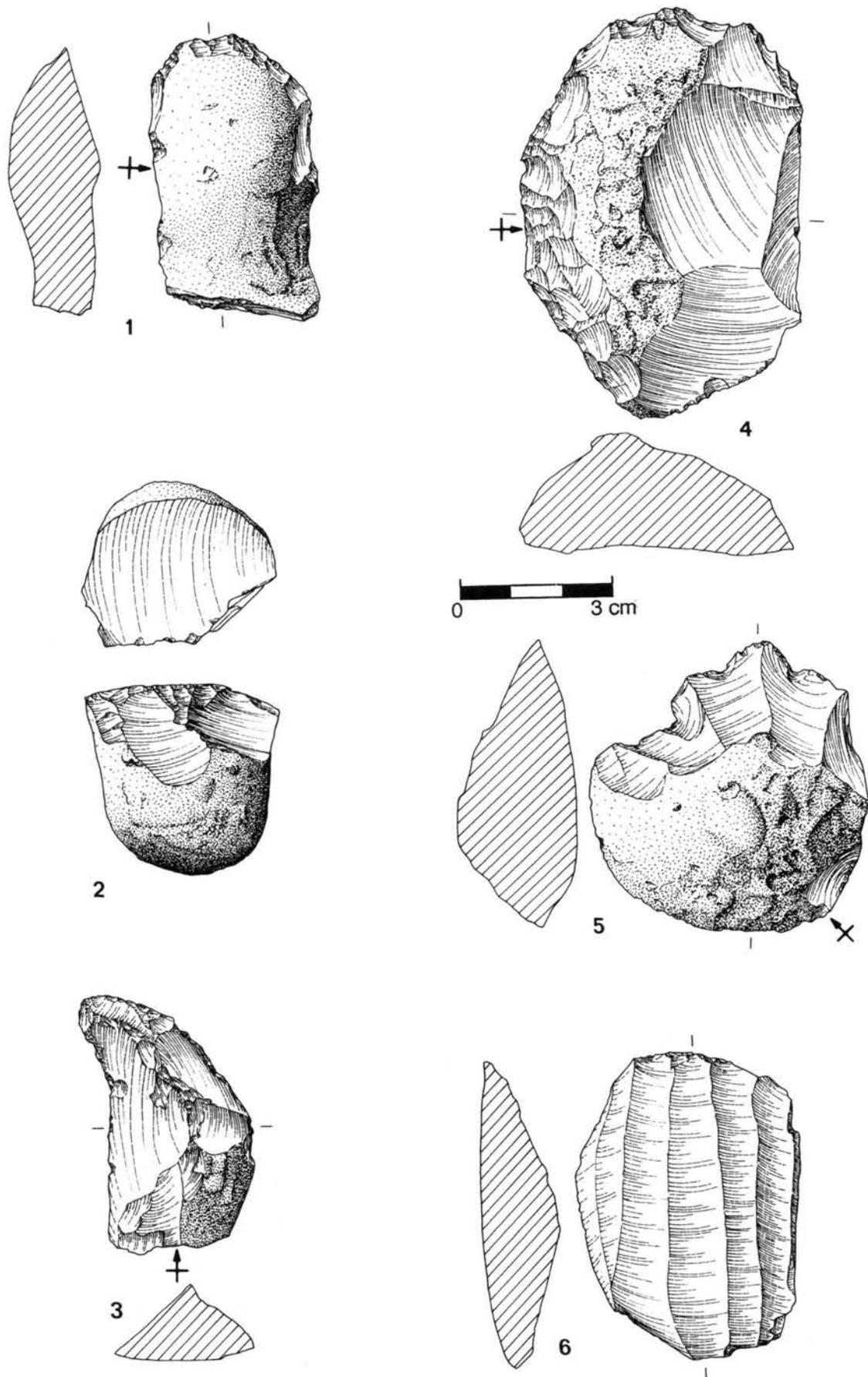


Fig. 3 - Oficina do Monte do Castelo, Leceia. Indústria lítica.

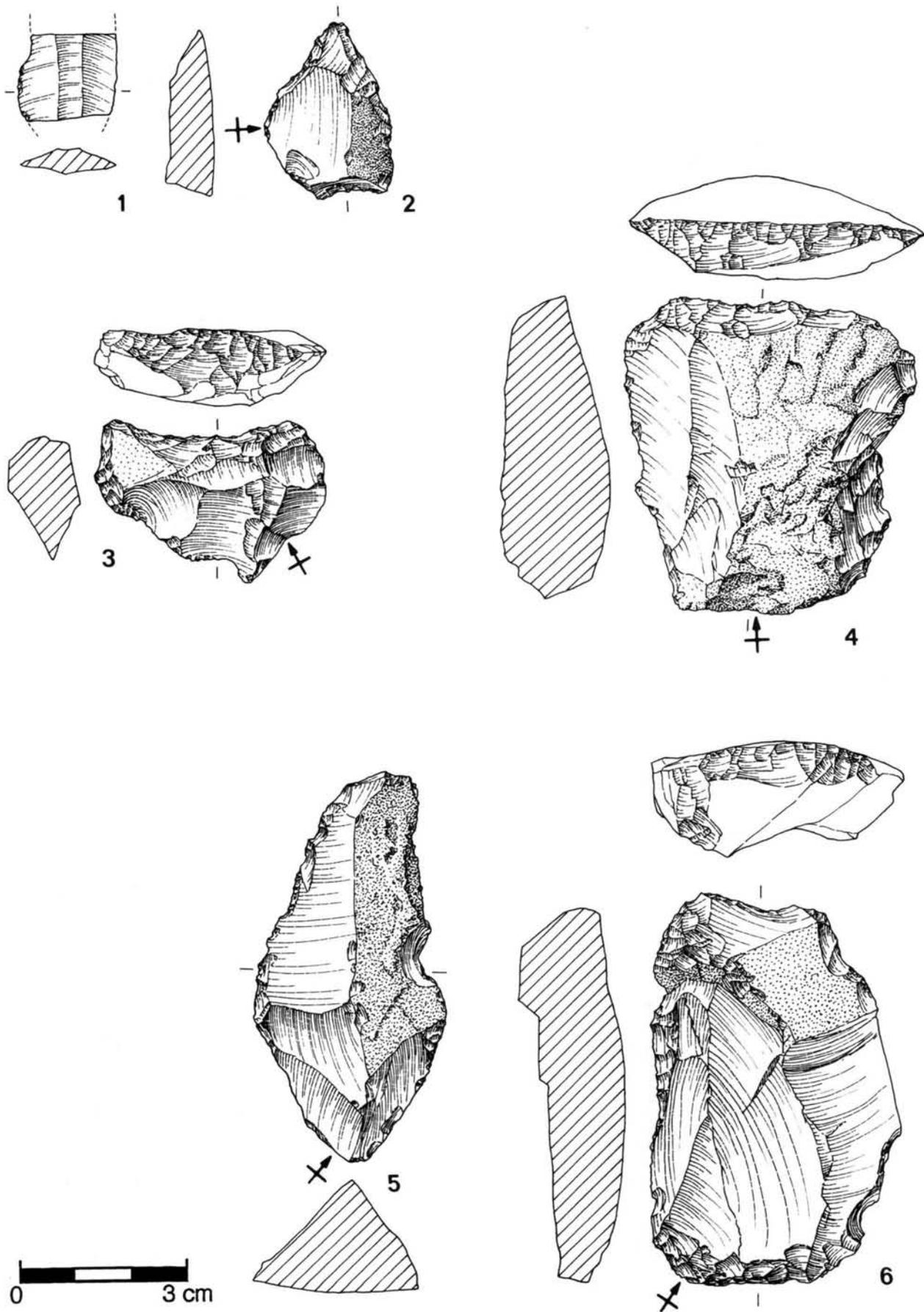


Fig. 4 - Oficina do Monte do Castelo, Leceia. Indústria lítica.

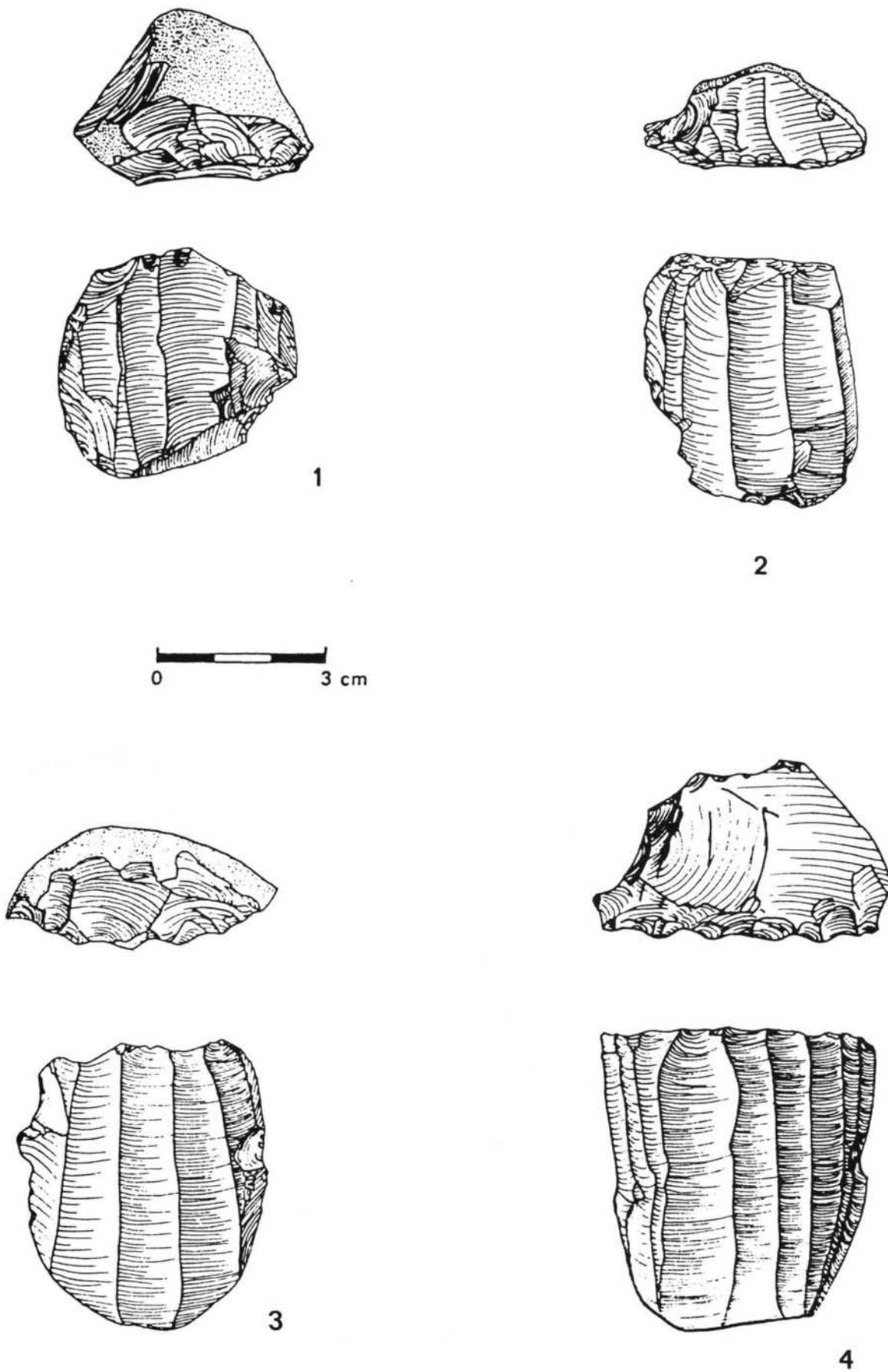


Fig. 5 - Oficina de Barotas, Leceia. Núcleos de sílex cinzento (seg. CARDOSO & COSTA, 1992, Est. 2).

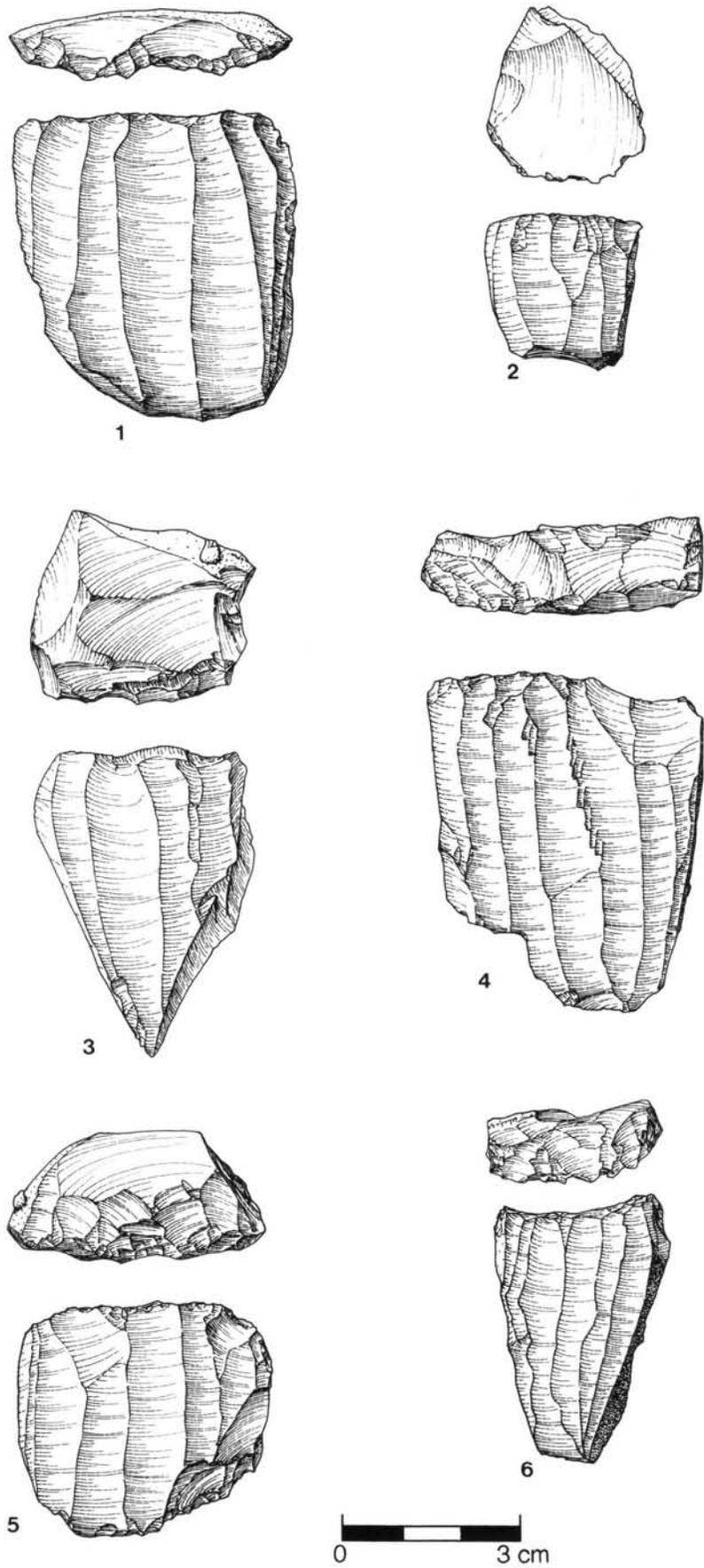


Fig. 6 - Povoado pré-histórico de Leceia. Núcleos de sílex cinzento. Neolítico Final (1, 2); Calcolítico Inicial (6); Calcolítico Pleno (3 a 5).

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 47-59

LECEIA, PARADIGMA DA PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, NO CONCELHO DE OEIRAS

João Luís Cardoso⁽¹⁾

1 - O CONTRIBUTO DE LECEIA PARA O CONHECIMENTO DA SOCIEDADE DO TERCEIRO MILÉNIO ANTES DE CRISTO

O povoado pré-histórico de Leceia é conhecido no mundo científico desde 1878, altura em que o General Carlos Ribeiro, pioneiro da Pré-História e da Geologia no nosso país, publicou uma extensa e bem documentada memória, apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa. Porém, não obstante o arqueossítio ser frequentemente citado, desde então, em trabalhos de especialidade, nunca até ao início da nossa intervenção se tinham ali realizado escavações: apenas J. Fontes publicou, na “Revista de Guimarães”, em 1955, os resultados sumários de pequenas valas de prospecção que realizou na plataforma de Leceia, em colaboração com o escultor Álvaro de Brée, durante décadas colector de materiais arqueológicos recolhidos à superfície, estudados pelo signatário (CARDOSO, 1980, 1981). Em 1983, a jazida encontrava-se em fase de degradação acelerada; nesse ano, um dos proprietários da área arqueológica abriu, com retro-escavadora, numerosas valas para o plantio de árvores; outro, tinha construído redondel para touradas, exactamente na área que depois se verificou corresponder a uma das partes mais importantes da estação; a jazida corria o risco de desaparecer rapidamente, tanto mais que já se encontrava em fase de apreciação pela Câmara Municipal de Oeiras um projecto geral de urbanização que viria a afectar toda a área arqueológica. Tal facto resultava, em parte, da indefinição da própria área de interesse arqueológico que carecia de protecção; a única planta disponível era a de Carlos Ribeiro a qual, além de ser muito exagerada na delimitação da estação, era presentemente de aplicação legal irrealista, visto incluir toda a actual povoação de Leceia.

Deste modo, impunha-se proceder a escavações, conducentes, primeiro, à determinação da real importância arqueológica da estação e, depois, à sua efectiva delimitação no terreno. Foi, para o efeito,

⁽¹⁾Da Academia Portuguesa da História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa), Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras.

apresentado pelo signatário, em inícios de 1983, um Projecto de Investigação ao então IPPC o qual, uma vez aprovado, veio a permitir, em Agosto daquele ano, o início dos trabalhos de campo.

As campanhas de escavações feitas anualmente desde então – em 1998 realizou-se a 16.^a – vieram confirmar a importância excepcional, do ponto de vista científico e patrimonial, do antigo povoado pré-histórico, situando-o entre um dos mais importantes do Mediterrâneo Ocidental para a compreensão da génese das primeiras sociedades complexas ocidentais. Nele estão representadas diversas fases culturais, desde o Neolítico Final da Estremadura, bem datado em Leceia no último quartel do IV milénio a.C., até ao Calcolítico Final – época de máxima afirmação das cerâmicas campaniformes, cujo limite inferior atinge de 2200 anos a.C. pelo ¹⁴C (datações calibradas). Ao longo dos cerca de 1000 anos de ocupações sucessivas, construiu-se um notável dispositivo, constituído por muralhas e bastiões, integrando três linhas defensivas, e identificam-se três fases culturais distintas, representadas por outras tantas camadas arqueológicas principais, integrando, cada uma delas, vários momentos construtivos.

A primeira fase cultural pertence ao Neolítico Final da Estremadura (Fase I), datado em Leceia, como se disse, no último quartel do IV milénio a.C.. O apogeu do povoado verificou-se logo no início do Calcolítico Inicial da Estremadura, situável pelo referido método, entre *ca* 2800 e 2600 anos a.C. (Fase II). De referir que foi possível, pela primeira vez, isolar cronologicamente tal fase cultural, recorrendo a um número suficiente de datações pelo radiocarbono. Nesta fase cultural integram-se três fases construtivas principais, na primeira das quais se assiste à construção e, depois, ao progressivo reforço do imponente dispositivo defensivo, denotando agravamento da instabilidade social então dominante, na região, ao longo de todo o 3.^o milénio a.C.; paralelamente é, porém, nítida, a crescente degradação da qualidade construtiva, que prenuncia o início do declínio do povoado.

A fase cultural seguinte (Fase III) corresponde ao Calcolítico Pleno da Estremadura; pode situar-se entre *ca* 2600 e 2300 anos a.C., como indicam os resultados das análises de radiocarbono realizadas; tal como a primeira, encontra-se representada por apenas uma fase construtiva, quase limitada a estruturas habitacionais de carácter precário. O abandono definitivo do povoado ter-se-á verificado no final desta fase, *ca* 2300 anos a.C., aquando da plena afirmação das cerâmicas campaniformes no litoral ocidental peninsular, conhecidas desde, pelo menos, o início do Calcolítico pleno, conforme é sugerido pelas datas de radiocarbono recentemente obtidas para diversas estações do território português, incluindo duas estruturas habitacionais de Leceia. As cerâmicas campaniformes, escassamente representadas em Leceia no interior da fortificação, devem relacionar-se com a presença episódica de pequenos grupos humanos pouco sedentarizados, num momento em que as construções defensivas, culminando um prolongado período de declínio, se encontravam em grande parte arruinadas. Já o mesmo não sucederá com duas cabanas campaniformes de planta oval – as únicas no seu género conhecidas em território nacional – identificadas no exterior da fortificação, e onde as cerâmicas campaniformes, no conjunto da olaria decorada, eram exclusivas, não ocorrendo um único fragmento da cerâmica típica de outra tradição cultural. As datas de radiocarbono obtidas sugerem, conseqüentemente, coexistência dos

utilizadores de tais cerâmicas com os derradeiros ocupantes do povoado fortificado, no decurso do Calcolítico Pleno. Tais resultados mostram a existência de dois vectores culturais e sociais, e economicamente distintos, no decurso do Calcolítico estremenho: um, na tradição directa das comunidades sedentárias que, desde o Neolítico Final procuraram sítios com visibilidade e boas condições naturais de defesa para aí se fixarem de modo permanente e crescentemente organizado; outro, correspondente às populações campaniformes, cuja base social assentaria na família reduzida, muito mais móveis e, por tal motivo, menos dependentes das limitações à própria sobrevivência, impostas pelos recursos localmente disponíveis.

2 - UM PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO AMBICIOSO

2.1 - Aspectos institucionais

A realidade de termos um povoado pré-histórico como o de Leceia, vedado, escavado e devidamente preparado para ser visitado pelo público, deve-se, em grande parte, à exemplar colaboração desde cedo estabelecida entre o arqueólogo responsável, a autarquia e o órgão do Estado que tutela a realização deste tipo de trabalhos. Com efeito, a Câmara Municipal de Oeiras empenhou-se ao longo dos anos, de forma crescente neste processo; a criação, com o estatuto de Unidade Orgânica, do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal, em 1988, foi motivada e justificada, em grande medida, pelos excelentes resultados obtidos, nos anos antecedentes, nas escavações em Leceia. Desta forma, a redacção e manutenção da estação arqueológica, de inteira iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras redundou, em primeiro lugar, em benefício dos próprios munícipes, que passaram a dispôr de um vasto espaço natural protegido, com cerca de cinco hectares, de invejável interesse para actividades escolares, de animação cultural, ou simplesmente de lazer.

Quanto ao IPPC (actual IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico) cumpriu, como lhe competia legalmente, papel avaliador do bom nível científico dos trabalhos arqueológicos, concedendo, ao mesmo tempo, o indispensável apoio institucional, através da classificação correspondente à área da estação arqueológica, bem como da zona de protecção envolvente. Deve ainda salientar-se o apoio financeiro dispensado por ambas aquelas entidades à recuperação das estruturas arqueológicas, aspecto a que voltaremos adiante.

2.2 - A salvação

Diversas ameaças pesavam sobre a estação, não obstante o arqueossítio se encontrar (desde 1963) classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 45327, de 23/10/1963), destacando-se:

- a pressão urbanística exercida sobre a zona envolvente da jazida, em parte resultante da proximidade da povoação actual, com a consequente degradação paisagística, visto tratar-se, em

geral, de habitações de fraca qualidade arquitectónica. Importa referir que, em 1983, se encontrava em apreciação, pela Câmara Municipal de Oeiras, um plano de loteamento que abarcaria, caso fosse aprovado, a totalidade da estação arqueológica;

- a presença de curiosos e de amadores de fim-de-semana que delapidavam, contínua e progressivamente, a estação, através de recolhas de materiais de superfície procedendo ainda a pequenas escavações clandestinas.

Impunha-se a delimitação legal da área de real interesse arqueológico, tarefa que, por solicitação do então IPPC, foi levada a cabo pelo signatário. Com a publicação da Portaria n.º 186/86, de 27 de Agosto, em Diário da República, foi definida uma zona *Non-Aedificandi*, bem como uma zona de Protecção Especial, tendo em vista assegurar a preservação da área de verdadeiro interesse arqueológico e salvaguardar o adequado enquadramento paisagístico da estação.

Garantida a protecção legal, a consequente protecção física da estação foi efectuada por instalação de vedação metálica, concluída em Junho de 1996, correspondente à zona classificada como *Non-Aedificandi*, que substituiu outra, de carácter provisório, igualmente instalada pela Câmara Municipal de Oeiras, em Novembro de 1985.

2.3 - A escavação

Ao longo das dezasseis campanhas de escavações realizadas entre 1983 e 1998, foi posta a descoberto uma área de cerca de 9000 m², dos cerca de 10000 m² que correspondem à área total da estação, e que fazem de Leceia um caso impar na Arqueologia portuguesa; trata-se da escavação em extensão mais vasta até ao presente realizada em um povoado calcolítico, superior, em extensão, às escavações dos sítios hostificados homólogos de Vila Nova de São Pedro, efectuadas desde a década de 1930 à de 1950 e do Zambujal, perto de Torres Vedras, na década de 1960 e inícios da seguinte, os dois povoados calcolíticos que, pelas suas dimensões, mais se aproximam a Leceia. Porém, em nenhum deles – e ao contrário de Leceia – se procedeu à sua escavação completa, ao menos das estruturas defensivas, única forma de aceder à interpretação e conhecimento globais da estratégia e organização do espaço em um grande povoado calcolítico, bem como à caracterização da sua evolução, através das respectivas construções, e sucessivas remodelações, restauros e reforços, executados ao longo do tempo, denunciadores das diversas estratégias de defesa e de ocupação do próprio espaço, numa perspectiva diacrónica, ali verificadas.

Os trabalhos de escavação referidos foram de início suportados legalmente por Projecto de Investigação superiormente aprovado pelo então IPPC em 1983. Com a criação do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – unidade orgânica da Câmara Municipal de Oeiras, em 1988, passou o signatário, na qualidade de seu Coordenador a ser solicitado a intervir em um número crescente de sítios, de assinalável diacronia. Impunha-se, deste modo, a elaboração de outro Projecto de Investigação, que pudesse dar

resposta à nova realidade. Este documento, tal como o anterior apresentado pelo signatário ao IPPAR, foi superiormente aprovado por este Instituto em 1995; desta forma, as campanhas de escavação realizadas em Leceia nos anos de 1995, 1996 e 1997 decorreram ao abrigo deste Projecto.

Enfim, com a abertura do Concurso a Projectos de Investigação plurianual pelo Instituto Português de Arqueologia, em 1998, foi apresentado pelo signatário projecto relativo à investigação arqueológica na área do Concelho de Oeiras, respeitante aos anos de 1998 a 2001, no qual se prevê a continuação dos trabalhos de campo e de gabinete nesta estação arqueológica, o qual mereceu aprovação plena por parte daquele Instituto.

2.4 – A recuperação de estruturas

Considerando que um dos objectivos finais deste Projecto de Investigação consistia na recuperação integral da jazida, tendo em vista o seu adequado aproveitamento turístico-cultural, iniciaram-se em 1988 acções de restauro, consolidação e recuperação das estruturas arqueológicas entretanto postas a descoberto. De facto, a partir do momento em que estas atingiram extensão no terreno e expressão significativa, impunha-se a adopção de tais medidas, com diversos objectivos, a saber:

- assegurar a conservação das próprias estruturas: ao promover-se o alteamento dos muros, contribui-se para a protecção da porção original que deles ainda subsiste, e que a escavação pôs a descoberto. Tal interesse é evidente nos trabalhos realizados em Leceia. Com efeito, trata-se de muros com argamassas muito pobres e de pedra não aparelhada, muito sensíveis portanto às acções desagregadoras dos agentes naturais: aos desmoronamentos, somava-se a alteração e fracturação dos blocos, por acções físico-químicas, com a conseqüente desagregação; os blocos rochosos, que, durante milénios, estiveram enterrados e em ambientes húmidos, podem sofrer impactos muito negativos uma vez bruscamente expostos ao sol e aos agentes meteóricos, como se verificou em Leceia. O património arqueológico é uma riqueza frágil e não renovável. É necessário que os arqueólogos, cada vez mais, se consciencializem deste facto e admitam que o seu trabalho e responsabilidades não se esgotam com a escavação e a respectiva publicação dos resultados;
- tornar as ruínas mais aliciantes e didácticas: parte do êxito obtido nalgumas, infelizmente muito poucas, estações arqueológicas (Conimbriga é exemplo quase único) do território nacional deve-se à simples regra de conservar os espaços arqueológicos nas melhores condições de visita. No caso de Leceia, para além das condições gerais de arranjo e limpeza, afigurava-se imperativo proceder a tais trabalhos de restauro, por forma a tornar mais perceptíveis as estruturas postas a descoberto aos olhos dos leigos, que constituem a quase totalidade dos visitantes, evidenciando-os do “mar de blocos” donde, anteriormente, mal se diferenciavam.

Os trabalhos de restauro e conservação de estruturas, iniciados em 1988, prosseguiram em continuidade até 1993, tendo sido suportados financeiramente pelo IPPC/IPPAR, e, sobretudo, pela

Câmara Municipal de Oeiras. Executados sob orientação científica do signatário, foram realizados por técnicos que, após curso de formação específico no Museu Monográfico de Conimbriga, ingressaram em empresa especializada no restauro e conservação do património arqueológico. Actualmente, a área arqueológica que mais carecia de tais trabalhos de restauro encontra-se completamente recuperada, tendo-se aproveitado, para o efeito, os próprios elementos obtidos nas camadas de derrube e destruição das estruturas arqueológicas, onde jaziam.

2.5 - Musealização da estação

As acções de escavação e de recuperação das estruturas anteriormente descritas, estão a ser complementadas no terreno por outras. Dentre estas, avulta a organização de diversos circuitos de visita, de acordo com os diversos graus de interesse dos visitantes, bem como a sinalização e descrição, através de painéis, das mais importantes estruturas observáveis ao longo daqueles; presentemente, encontra-se já instalado o circuito interno, constituído por passareira de madeira, permitindo o acesso visual directo a estruturas arqueológicas situadas no interior da área escavada, evitando-se o atravessamento das referidas áreas pelos visitantes, de alta sensibilidade em alguns sítios, com a consequente destruição inadvertida de estruturas. Por isso, parte daquele circuito é aéreo, sobre pilares de madeira permitindo a observação das estruturas nas melhores condições. Importa referir que a concepção destes circuitos, bem como a respectiva instalação estiveram a cargo da Câmara Municipal de Oeiras.

Neste contexto se insere, igualmente, a recuperação de pequeno moinho, datado de 1707, situado em plena zona arqueológica, com o objectivo de expor, temporariamente, as réplicas das peças mais significativas. A cobertura foi adaptada de modo a constituir plataforma para visualização da área escavada. Tratou-se, também, da obra integralmente custeada pela Câmara Municipal de Oeiras, tendo sido inaugurada em Junho de 1989.

Impõe-se, igualmente, o adequado tratamento paisagístico do espaço envolvente. Nesse sentido procedeu-se, com a colaboração da Divisão de Espaços Verdes da CMO, ao plantio de árvores e arbustos no interior da zona *Non-Aedificandi*, privilegiando espécies autóctones, como a oliveira ou adequadas ao ambiente arqueológico, como os ciprestes. Tais acções estender-se-ão, na medida do possível, à zona de protecção especial envolvente. Assim se minorará o impacto negativo decorrente da proximidade da povoação de Leceia, da qualidade arquitectónica e urbanística medíocre.

Assegurada a salvaguarda física da área arqueológica através da respectiva classificação e vedação, impunha-se a aquisição dos respectivos terrenos, começando pelos correspondentes à zona *Non-Aedificanti*, por parte da Câmara Municipal de Oeiras. Trata-se de processo complexo, levado a cabo pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico da CMO, dificultado pelo número elevado de proprietários ou seus descendentes. Presentemente, tais negociações foram dadas por terminadas nalguns casos, mas, o usufruto deste notável espaço arqueológico, por parte da

população em geral, nas suas diferentes vertentes: lúdica, de lazer, turística e cultural só ficará definitivamente assegurado quando as negociações com a totalidade dos proprietários chegarem a bom termo.

No âmbito da musealização da estação, é de referir a organização da exposição monográfica temática, coordenada pelo signatário, a qual foi inaugurada em 17 de Julho de 1997 no Museu Nacional de Arqueologia, onde permaneceu até início de Abril de 1998. Esta exposição foi reinstalada em dependências da antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena, propriedade do Município de Oeiras, onde ficará a título permanente. Ficou, desta forma, contemplada a necessária componente expositiva (maquetes, artefactos, fotografias e outras peças gráficas), indispensável à completa compreensão do sítio arqueológico. A proximidade geográfica deste, relativamente ao local onde aquela exposição se encontra – funcionando como se de Museu de Sítio se tratasse – favorecerá a afluência de visitantes. Deste modo, a estação arqueológica, devidamente assinalada em roteiros municipais, passará a estar aberta ao público segundo horário semanal já definido dando sequência às centenas de visitas guiadas que, desde 1988, têm sido promovidas e asseguradas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, nas quais têm participado milhares de visitantes com especial destaque para a população escolar residente no concelho de Oeiras.

2.6 – O estudo dos materiais e a publicação dos resultados

Também neste domínio, o presente Projecto de Investigação foi inovador e ambicioso. Através da constituição de uma equipa integrando especialistas de diversas áreas científicas tem sido possível a recuperação de toda a informação potencial do espólio arqueológico recuperado. As condições objectivas propícias ao seu estudo transdisciplinar foram criadas, como atrás se disse, em 1988, ao fundar-se o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, onde todo o espólio tem vindo a ser inventariado e arquivado, antes de se proceder ao respectivo desenho e estudo. Actualmente, ascende a mais de 400 000 o número de exemplares inventariados entre espólio cerâmico, lítico, metálico e ósseo.

Como corolário das acções de estudo e divulgação referidas, tem vindo a ser dada primordial importância ao plano editorial, tendo em vista a divulgação atempada dos resultados obtidos nas sucessivas campanhas de escavação, não apenas no seio da comunidade científica mas sobretudo, ao nível do público mais geral, crescentemente interessado pela temática arqueológica. Assim, para além de numerosas entrevistas e reportagens, publicadas regularmente em jornais de expansão regional ou nacional, ou difundidas em programas radiofónicos ou televisivos, tem vindo a apresentar-se regularmente em revistas especializadas e em reuniões científicas, informação actualizada, sobre os principais resultados obtidos, através de textos de síntese ou relativos a algumas peças mais notáveis do espólio exumado. A este propósito, merecem destaque duas monografias editadas pela Câmara Municipal de Oeiras em 1989 e em 1994, da autoria do

signatário, bem como o catálogo da exposição inaugurada em Julho de 1997 no Museu Nacional de Arqueologia, da autoria do signatário; a esta obra foi atribuído o Prémio Dr. Possidónio Laranjo Coelho, da Academia Portuguesa da História, em 1998. É ainda neste espírito que se compreende a criação de uma série arqueológica, os “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, editada pela Câmara Municipal de Oeiras, e destinada a dar público conhecimento da investigação arqueológica desenvolvida no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras e onde Leceia ocupa, naturalmente, lugar destacado. Os seis números já publicados, recheados de dezenas de artigos científicos, dão bem conta da intensidade do trabalho desenvolvido, colocando este Centro, bem como a Câmara onde orgânicamente se integra, entre as estruturas que, a nível nacional, mais consequentemente têm promovido e divulgado a actividade arqueológica nacional. Esta série científica tem vindo a ser crescentemente reconhecida, a nível nacional e internacional. Disso é prova as dezenas de revistas especializadas internacionais de carácter arqueológico com que mantém permuta, assim distribuídas por Países (em Dezembro de 1997):

Alemanha – 6
Espanha – 53
França – 7
Inglaterra – 2
Itália – 4
Marrocos – 1
Mónaco – 1

3 - CONCLUSÃO

À excepcional importância científica e patrimonial do povoado pré-histórico fortificado de Leceia, vem somar-se a sua privilegiada situação geográfica, em termos de acessibilidade; a este factor acrescenta-se ainda a existência potencial de um numeroso público interessado, decorrente da proximidade de grandes centros urbanos. Tais factos justificam e impõem uma rápida conclusão da recuperação, com a consequente valorização turístico-cultural integral da estação, a começar pela conclusão do processo de aquisição dos terrenos. Com a concretização das acções descritas, umas já concluídas outras em fase de execução crê-se que Leceia passará a ser local de visita obrigatório e assíduo, constituindo um verdadeiro pólo de atracção regional de um público diversificado. Trata-se, finalmente, de transformar um património inerte, num sítio com vida própria, gerador de interesses e vontades que viabilizem a sua própria manutenção e valorização.

**PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA SOBRE LECEIA RESULTANTE
DESTE PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO**

1975

Flauta, chamariz ou negaça de caça, de osso, encontrada no castro de Leceia (Barcarena). **Bol. Cultural da Junta Distrital de Lisboa**, série III, 81: 57-63. De col. com O. da Veiga Ferreira.

1979

O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Nota prévia sobre a colecção de Álvaro de Brée. **Bol. Soc. Geol. Portugal**, 21 (2/3): 265-273.

1980

O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée. 1.^a parte – **Revista de Guimarães**, 90: 211-304.

1981

O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée. 2.^a parte. **Revista de Guimarães**, 91: 120-233.

1983/84

O povoado calcólico de Leceia (Oeiras). 1.^a e 2.^a campanhas de escavação. **Clio/Arqueologia**, Revista da Unidade de Arqueologia do Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, 1: 41-68 (1983/84). De col. com C. Tavares da Silva e J. Soares.

1985

Povoado pré-histórico de Leceia – 1983. **Informação Arqueológica**. Departamento de Arqueologia do IPPC, 5: 86-87. De col. com C. Tavares da Silva e J. Soares.

1986

O povoado calcólico de Leceia (Oeiras). **Oeiras – Revista Municipal**, 14: 17-18.

Povoado pré-histórico de Leceia – 1984. **Informação Arqueológica**, 6: 55-56. Departamento de Arqueologia do IPPC. De col. com J. Soares e C. Tavares da Silva.

Povoado de Leceia – 3.^a campanha. **Informação Arqueológica**, 7: 52-53, Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Arqueologia. De col. com C. Tavares da Silva e J. Soares.

1987

Oeiras há 5000 anos. **Monografia de Leceia**. Edição da Câmara Municipal de Oeiras, 24 p. De col. com C. Tavares da Silva e J. Soares.

Povoado de Leceia (Oeiras) – 1986. **Informação Arqueológica**. Departamento de Arqueologia do IPPC, 8: 46-52.

1989

Leceia – resultados das escavações realizadas 1983-1988. Câmara Municipal de Oeiras, 146 p.

1990/1992

Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. **O Arqueólogo Português**, S. IV, 8/10, p. 203-228. De col. com A. M. Monge Soares.

1991

Notas e Comentários à reedição de Ribeiro, C. (1878) – Estudos pré-históricos em Portugal. Notícia da estação humana de Licêa. Academia Real das Ciências de Lisboa, 68 p. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, Câmara Municipal de Oeiras, 1, 184 p.

A reconstrução de grandes estruturas em povoados calcolíticos. O exemplo de Leceia (Oeiras). **Actas das IV Jornadas Arqueológicas** (Lisboa, 1990), Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 139-146.

Restos humanos do povoado pré-histórico de Leceia. Estudos de Antropologia física. **STOMA – Cadernos de Estomatologia, Cirurgia maxilo-facial e Medicina Dentária**, 20: 7-14. De col. com Delberto de Aguiar e A. Santinho Cunha.

O Homem Pré-histórico no concelho de Oeiras. Estudos de Antropologia Física. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, Câmara Municipal de Oeiras, 2, 85 p. De col. com A. Santinho Cunha e Delberto de Aguiar.

1992

Acerca de um suporte de lareira do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). **Al-Madan**, Centro de Arqueologia de Almada, Série II, 1: 23-26.

1993

Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, Câmara Municipal de Oeiras, 4, 126 p. De col. com G. Cardoso.

Estratégias de ocupação do espaço na área do Concelho de Oeiras, do Paleolítico ao Período Romano: um ensaio. **Actas do I Encontro de História Local do Concelho de Oeiras** (Oeiras, 1991), p. 17-24. Câmara Municipal de Oeiras.

1994

Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico. **Estudos Arqueológicos de Oeiras** (número especial), 164 p. Câmara Municipal de Oeiras.

Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras. Caracterização de actividades e objectivos. **Al-Madan**, Centro de Arqueologia de Almada, Série II, 3: 117-119.

L' habitat chalcolithique fortifiée de Leceia. **Les dossiers de l'Archéologie**, 198: 10-15.

Viajem ao Passado. In **Retratos de Oeiras**, p. 160-170. Publicações DSA, Oeiras.
Leceia. **Informação Arqueológica**, 9, p. 63-64. Lisboa, Dep. Arqueologia do IPPAR.
Sítio arqueológico de Leceia (Oeiras). In: **Lisboa Subterrânea**, Catálogo da exposição realizada no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa/Capital Europeia da Cultura, 94), p. 172-173. Instituto Português de Museus.
Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Caracterização de actividades e de objectivos. **Al-Madan**, Centro de Estudos Arqueológicos de Almada, Série II, 3: 59-74.
Sobre a existência de cerâmicas impressas e incisas no Neolítico Final estremenho. Actos das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993). Associação dos Arqueólogos Portugueses, 69-78. De col. com J. Roque Carreira.

1995

O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). **Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular** (Porto, 1993), 5: 115-129.
Para o conhecimento da agricultura no concelho de Oeiras: do Neolítico ao Período Romano. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 87-96.
Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniências. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 123-151. De col. com A. Barros e Carvalhosa.
Estudo arqueometalúrgico de um lingote de cobre de Leceia (Oeiras). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 153-164. De col. com F. Braz Fernandes.
L'avifaune de l'habitat chalcolithique de Leceia (Oeiras, Portugal). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 165-186. De col. com L. Gourichon.
Ictiofauna do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 187-192. De col. com M. Telles Antunes.
Ossos de cetáceo utilizados no Calcolítico da Estremadura. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 193-198.
Dentes de tubarões miocénicos em contextos pré-históricos portugueses. Estudo comparado dos materiais de Leceia (Oeiras). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 199-211. De col. com M. Telles Antunes.
Os ídolos falange do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Estudo comparado. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 213-232.
Possíveis pontas de seta calcolíticas de osso do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 233-241.
Cerâmicas decoradas a pente, do Calcolítico Pleno de Leceia (Oeiras) e da Penha Verde (Sintra). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 243-249.
Símbolos sexuais do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 251-261.

Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 263-276. De col. com A. M. Monge Soares.

Arqueologia, Turismo e Poder Local: o exemplo do concelho de Oeiras. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 341-347.

Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras. Relatório das actividades desenvolvidas no decurso de 1993, 1994 e 1995. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 5: 349-372.

1996

Contribution d'une série de datations C14, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolitique de l'Estremadura Portugaise. **Actes du Colloque de Périgueux (1995). Supplément à la Revue d'Archéométrie** (1996): 45-50. De col. com A. M. Monge Soares.

Povoado pré-histórico de Leceia. **Ecoambiente**, 1: 16.

A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 6: 47-89. de col. com J. Soares e C. Tavares da Silva.

Estatuetas zoomórficas de terracota do povoado de Leceia (Oeiras). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 6: 91-106.

Pesos de pesca do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo comparado. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 6: 107-119.

Pequenos mamíferos do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 6: 121-133. De col. com M. Telles Antunes e P. Mein.

Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 6: 287-299. De col. com J. Norton e J. R. Carreira.

Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras. Relatório das actividades desenvolvidas em 1996. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 6: 447-455.

1997

Génese, apogeu e declínio das fortificações calcolíticas da Estremadura. **Zephyrus**, Univ. Salamanca, 50:249-261.

O povoado de Leceia (Oeiras), sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C. Lisboa/Oeiras, Museu Nacional de Arqueologia, Câmara Municipal de Oeiras, 128 p.

1998

A ocupação campaniforme no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 7: 89-153.

Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Primeiros resultados. De col. com M. F. Guerra. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, 7: 61-88.

Do Paleolítico à Idade do Ferro no concelho e Oeiras: percursos da presença humana. **Actas do 1.º Ciclo de Estudos Oeirenses** (Oeiras, 1996/1997), Câmara Municipal de Oeiras/Ed. Celta, p. 31-71.

“Génese, apogeu e declínio do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Exemplo de desenvolvimento não sustentado na Estremadura do III milénio a.C.”. **Comunicação apresentada em sessão ordinária da Academia Portuguesa da História em 7 de Janeiro de 1998.**

“Bell Beakers in the Lower Tagus-Sado region (Portugal): Economy, demography, social aspects, material culture and the absolute chronology”. **Comunicação apresentada ao Simpósio Internacional “Bell Beakers Today – pottery, people, culture, symbols in Prehistoric Europe”**, Riva del Garda, Trento (Itália), 11-16 de Maio de 1988.

**ANÁLISES QUÍMICAS NÃO DESTRUTIVAS DO ESPÓLIO METÁLICO DO
POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA, OEIRAS E SEU SIGNIFICADO
NO QUADRO DA INTENSIFICAÇÃO ECONÓMICA CALCOLÍTICA
DA ESTREMADURA PORTUGUESA**

J. L. Cardoso⁽¹⁾ & M. F. Guerra⁽²⁾

1 - INTRODUÇÃO

O povoado fortificado pré-histórico de Leceia (Oeiras) é, até ao presente, o único, no território português onde se encontra conservado um registo contínuo (ou quase) de ocupações humanas sucessivas, desde o Neolítico final (2.^a metade do IV milénio A.C.) ao final do Calcolítico (cerca 2300/2200 A.C.).

Tal sequência, correspondente a três fases culturais distintas, além da fase campaniforme – a quarta, sem dúvida coexistente com a anterior (CARDOSO & SOARES, 1990/92) – faz deste povoado um elemento precioso para a compreensão da crescente complexificação social, de que irá resultar as primeiras comunidades proto-urbanas da Europa Ocidental e onde a hierarquização social terá sido consequência da especialização das actividades produtivas e transformadoras, nas quais a metalurgia, naturalmente, se inscreve.

Aquela, porém, apenas se encontra documentada no Calcolítico Pleno, correspondente à terceira fase cultural caracterizada no povoado, situável entre cerca de 2600 e 2300 anos A.C. (CARDOSO & SOARES, 1996); no decurso do Calcolítico Inicial, a que corresponde a edificação da imponente fortificação e aos sucessivos rearranjos nela observados entre cerca de 2800 A.C. e 2600 A.C. (SOARES & CARDOSO, 1995), o cobre não era conhecido ou, pelo menos, utilizado no local, facto que vem definitivamente provar a inexistência de qualquer relação causal entre a prática da sua metalurgia e a construção dos imponentes dispositivos defensivos calcolíticos tão bem conhecidos na Estremadura do III milénio A.C. Ao contrário, quando o seu uso se vulgarizou, no decurso do Calcolítico Pleno, já a

⁽¹⁾ *Da Academia Portuguesa da História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa) e Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras.*

⁽²⁾ *Chargé de Recherche do C.N.R.S. – Centre de Recherche Ernest-Babelon, Orléans, França.*

fortificação de Leceia se encontrava em grande parte arrasada e incapaz de oferecer qualquer protecção à comunidade que então ocupava o sítio, a qual, não obstante, detinha um razoável poder aquisitivo: assim se explicam os cerca de 130 objectos de cobre exumados na camada 2 no decurso das quinze campanhas de escavação ali efectuadas desde 1983.

A tardia adopção da metalurgia do cobre em Leceia, apenas por meados do 3.^o milénio A.C., integra-se no processo da chamada “Revolução dos Produtos Secundários”, vigente ao longo de todo aquele milénio; tal processo correspondente à adopção de novas tecnologias, no sentido da melhoria dos processos produtivos e da optimização do aproveitamento dos recursos: nela se inscreve, entre outras, a manufatura de produtos derivados do leite (queijo), como demonstram os “cinchos” que só então ocorrem, bem como a prática de fiação que só também nessa época se generaliza, a atendermos à distribuição das placas de barro quadrangulares, com furos nos cantos, utilizadas como pesos de tear (CARDOSO, 1994).

Sendo o cobre uma matéria-prima quase inexistente na Estremadura, ao menos em quantidade suficiente para suprir às necessidades quotidianas das numerosas comunidades aqui instaladas, impunha-se a sua importação de outras regiões onde se pudesse obter com os meios tecnológicos então disponíveis. Neste caso, assume particular importância a faixa piritosa que atravessa obliquamente o Alentejo, de Grândola a São Domingos, prolongando-se por território espanhol. A zona de concentração de certos elementos à superfície, ou próximo dela, (“chapéus de ferro”), era rica em cobre nativo, de fácil obtenção; poder-se-iam ainda explorar, entre outros, os carbonatos cupríferos, igualmente existente naquela área, justamente considerada como a principal fornecedora da Estremadura em cobre, no decurso do Calcolítico (CARDOSO, 1997).

Nesta óptica, impunha-se proceder, com carácter sistemático, à análise não destrutiva do espólio metálico, de modo a caracterizar a actividade metalúrgica do povoado. Através de diversos métodos, pretendia-se evidenciar a eventual presença de diversos lotes de fabrico, caso existissem, assim como verificar a existência de uma evolução composicional na metalurgia do cobre, por aqueles eventualmente configurada.

Apesar dos 130 objectos recolhidos, o cobre era um bem escasso e precioso na Estremadura. Daí que o seu uso se circunscrevia, em regra, a pequenos artefactos cujas funções os seus homólogos de pedra ou osso não desempenhavam de forma tão satisfatória: estão neste caso as pequenas serras de bordo denteado e, sobretudo, sovelas, furadores, escopros e anzóis. Os grandes e valiosos artefactos, como machados, são excepcionais: as suas funções seriam, sobretudo, de prestígio, podendo ainda nalguns casos corresponderem a verdadeiros lingotes de matéria-prima, de onde pequenas porções eram extraídas para o fabrico de artefactos de pequenas dimensões, como os referidos (CARDOSO & FERNANDES, 1995).

2 - ANÁLISES NÃO DESTRUTIVAS

2.1 - Trabalhos realizados: seus objectivos

A escolha das técnicas de análise está directamente ligada à necessidade de efectuar análises não destrutivas de um lote de amostras que pode atingir mais do que uma centena; uma discussão geral sobre este tema pode ser encontrado em GUERRA (1995). Estas técnicas de análise deverão permitir o desencadeamento dos elementos maioritários (neste caso o cobre e o arsénio) assim como os minoritários e, se possível, os que se encontram em estado vestigial (também ditos em estado de traço) visto serem aqueles que “traçam” ou caracterizam o metal utilizado, isto é, que podem permitir a diferenciação entre diversos minérios.

Numa primeira fase, os artefactos foram analisados por FRX (fluorescência de raios X), de modo a determinar os elementos maioritários que entram na sua composição. Sendo a FRX uma técnica não destrutiva que analisa apenas os primeiros μm ($\mu\text{m} = 10^{-6} \text{ m}$), quando aplicada sem abrasão mecânica ou química da superfície, os resultados obtidos refletem, sobretudo, a composição da pátina. Deste modo, para as várias regiões de análise de um mesmo objecto, podem observar-se grandes disparidades de composição, não sendo possível determinar uma composição média do objecto. Para objectos com uma pátina importante, os resultados obtidos por esta técnica não são representativos da sua composição.

Para verificar a validade das composições obtidas por intermédio da FRX, procedeu-se, numa segunda fase, a uma análise por activação nuclear com neutrões rápidos de ciclotrão (FNAA). Na técnica FNAA, fornecendo uma análise global e não destrutiva do objecto, o resultado obtido reflecte a sua composição média. Possuindo limites de detecção da ordem do ppm ($1\text{ppm} = 10^{-6} \text{ g/g}$), esta técnica permite determinar os elementos maioritários e minoritários, assim como alguns elementos vestigiais (BARRANDON & GUERRA, 1988).

Para uma das peças, foi utilizada neste trabalho a técnica de espectrometria de massa com plasma indutivo ICP-MS, com amostragem efectuada por intermédio de um feixe laser (sendo então indicada como LA-ICP-MS). Esta técnica, virtualmente não destrutiva, permite observar, além dos elementos maioritários e minoritários, os elementos vestigiais mesmo em muito baixa concentração, visto os seus limites de detecção poderem, para certos elementos, atingir a fracção de ppb ($1\text{ppb} = 10^{-9} \text{ g/g}$). Ela é aqui utilizada apenas numa forma semi-quantitativa, explorando a possibilidade de realização de perfis de concentração.

A comparação das análises FRX e FNAA, sobre um primeiro lote do espólio do povoado de Leceia (22 artefactos), permitiu verificar a composição dos objectos, sobretudo a concentração de As, assim como avaliar o limite de utilização de cada uma das técnicas para a análise da matriz cobre. Estes resultados, que serão posteriormente alargados ao maior conjunto jamais estudado de um único sítio, são de evidente interesse para o conhecimento da paleometalurgia das primeiras comunidades do Ocidente peninsular.

2.2 - As técnicas de análise

São três as técnicas de análise utilizadas neste trabalho: FRX, FNAA e LA-ICP-MS. Esta última técnica é, no entanto, apenas utilizada para o estudo de uma das peças do conjunto: o denominado lingote, objecto de estudo metalográfico anterior (CARDOSO & FERNANDES, 1995).

Primeiramente, os artefactos foram analisados por fluorescência de raios X obtida por radiação γ proveniente de uma fonte anelar de ^{241}Am de 300 mCi (FERREIRA & GIL, 1980 e GIL *et al.*, 1989). Este método permite determinar os elementos maioritários e alguns dos minoritários que entram na composição da liga por intermédio de um programa de cálculo interactivo que toma em consideração os efeitos de matriz, sendo, no caso das matrizes em estudo, os efeitos cruzados de fluorescência corrigidos empiricamente (GUERRA, 1990). Para estas, e para a configuração do nosso sistema de análise, podemos dizer que os limites de detecção (para uma análise de rotina) dos elementos doseados são os seguintes, em %:

Sn = 0,00(3) Pb = 0,3 Fe = 0,3 Ni = 0,2 Ag = 0,00(6) Sb = 0,00(2) As = 0,2 Au = 0,6 Zn = 0,2.

A análise não destrutiva FRX é executada directamente sobre o objecto, sem realização de amostragem e sem que o seu estado de conservação seja alterado por qualquer tratamento de superfície antes da análise. No entanto, esta é uma técnica de superfície, pois os resultados obtidos correspondem apenas à composição, no caso da matriz cobre, dos primeiros 20 a 100 μm do objecto, conforme o elemento considerado.

Deste modo, quando a espessura da pátina do objecto é importante relativamente à espessura analisada por FRX e nenhuma limpeza química ou por abrasão mecânica na zona de análise é efectuada, como foi proposto por CARTER (1964 e 1965) para a eliminação dos óxidos formados à superfície, os resultados assim obtidos podem encontrar-se muito longe da realidade. Isto é, devido às alterações sofridas pela superfície do objecto durante o seu enterramento no solo e ao comportamento dos componentes da liga durante a fundição, uma análise por FRX pode indicar composições aleatórias. Sobre esta problemática veja-se CARDOSO *et al.* (1995).

Um problema analítico específico da matriz aqui estudada é a interferência entre a risca $K\alpha$ do As com a risca L_{α} do Pb, que possuem exactamente a mesma energia. Apesar da interferência poder ser levantada a partir das riscas K_{β} do As e L_{β} do Pb, o facto da concentração de As ser muito superior à concentração de Pb faz com que este último elemento seja sobrestimado e o seu valor apresente um erro bastante elevado. Assim, o resultado obtido para o chumbo por FRX deverá ser tomado apenas a título informativo.

O FNAA, de "Fast Neutron Activation Analysis", é uma técnica de análise global não destrutiva que se baseia na produção de reacções nucleares no objecto por intermédio de um feixe de neutrões rápidos (BEAUCHESNE & BARRANDON, 1986). Este é produzido por reacção nuclear sobre um alvo de Be com um feixe de deuterões acelerados, num acelerador de tipo ciclotrão, até à energia de 17,5 MeV. O tipo de partículas iniciais, deuterões, assim como a sua energia, são escolhidos de modo a obter o

melhor compromisso entre um máximo de sensibilidade e um mínimo de interferência para os elementos que se pretendem dosear. O feixe de neutrões possui uma energia centrada entre 6 e 8 MeV e produz por reacção nuclear, os radio-isótopos que são medidos por espectrometria gama após irradiação, que permitem obter a composição do objecto em estudo (ver BEAUCHESNE *et al.*, 1988).

As condições de irradiação aqui utilizadas correspondem a 5 minutos por cada 5 gramas do objecto, com uma intensidade de corrente de 30 μ A. As irradiações são feitas utilizando um dos três porta-amostras rotativos, comandados a partir da sala de produção de feixe (GUERRA *et al.*, 1989). Um permite o posicionamento até 12 objectos de 5 cm de diâmetro máximo e os outros, utilizados para objectos de maior volume, permitem respectivamente, o posicionamento directo sobre o alvo com um movimento rotativo no eixo do feixe (X), e o outro, para objectos cuja forma o justifique, um movimento rotativo nos três eixos X, Y, Z, proporcionando uma irradiação homogénea de um objecto até 80 cm³ de volume (GUERRA *et al.*, 1990).

Particularmente adaptada à análise de ligas de cobre, a técnica FNAA permite determinar, com bons limites de detecção, a concentração de, pelo menos, oito dos elementos mais importantes constituintes das ligas de cobre. Desprovido de carga, o neutrão possui uma grande capacidade de penetração na matéria, o que permite afirmar que para objectos das dimensões dos aqui estudados, todo o objecto é analisado. Note-se que, como qualquer outra técnica de activação sem separação química após irradiação, isto é, não destrutiva, estamos condicionados a dosear apenas o número de elementos possíveis relativamente às condições de irradiação escolhidas.

Para uma amostra de cobre de 10 g irradiada nas condições referidas, os limites de detecção para o cobre puro são, em ppm:

Fe = 40 Ni = 0.5 Zn = 10 As = 0.5 Ag = 10 Sn = 0.5 Sb = 0.1 Au = 0.4 Pb = 30.

No caso particular da maioria dos objectos aqui estudados, isto é, no caso dos cobres arsenicais, a grande sensibilidade de detecção do arsénio leva-nos a limites de detecção que são de cerca de uma ordem de grandeza inferiores para o ouro, o chumbo e o antimónio.

A técnica de LA-ICP-MS baseia-se na pulverização da amostra obtida directamente sobre o objecto através de um feixe laser; a amostra é depois levada até à torcha de produção do plasma por um fluxo de argon. Este gás permite-nos ionizar cerca de 80 elementos da tabela periódica. Os vários elementos constituintes da amostra depois de ionizados são levados até ao espectrómetro de massa; este tem por finalidade separar os elementos por valor de massa (cada elemento possui uma ou mais massas específicas), de modo a serem detectados em fim de linha por um detector do tipo "channeltron" (multiplicador de electrões).

O laser que equipa o ICP-MS utilizado neste trabalho permite realizar crateras da ordem de 20 μ m, mas, conforme a matriz, a quantidade de matéria pulverizada é essencial para obter resultados reprodutíveis e assim representativos do objecto em estudo. É por este motivo que neste trabalho são realizadas crateras de cerca de 40 μ m. Os limites de detecção desta técnica dependem dos elementos considerados e da matriz. Eles não foram medidos para a matriz cobre, mas de uma forma geral os

limites de detecção da técnica ICP-MS são de 10 a 100 vezes inferiores aos das técnicas de activação nuclear para os elementos menores e vestigiais, como se pode ver na Fig. 1 (GRATUZE *et al.*, 1993) para as matrizes vidro, ouro e prata (para estas duas matrizes utiliza-se a técnica de activação nuclear com protões de 12 MeV (produzidos no ciclotrão).

Sendo as ligas de cobre pouco homogéneas devido aos precipitados de chumbo e estanho e à migração do arsénio à superfície, inhomogeneidades e outros fenómenos (BEAUCHESNE & BARRANDON, 1986; CONDAMIN & PICON, 1972), ainda pelo facto desta técnica ser pontual e de superfície, afigura-se pouco conveniente para a análise do cobre. No entanto, no caso do cobre puro, para a realização de perfis de certos elementos, assim como para a determinação da concentração de elementos vestigiais em muito baixa concentração, esta técnica é a que apresenta, actualmente, as maiores potencialidades de análise.

3 - RESULTADOS DAS ANÁLISES

3.1 - Análises por FRX

Neste trabalho analisaram-se 22 peças metálicas de Leceia: nas Fig. 2 a 4, representam-se esquematicamente tais peças, entre as quais um punhal, uma ponta de flecha, punções, machados, facas, anzóis, serras e um lingote de cobre, anteriormente estudado do ponto de vista metalográfico (CARDOSO & FERNANDES, 1995).

Numa primeira fase todos os objectos foram analisados por FRX directamente sobre a superfície. Estas foram apenas limpas da terra que se encontrava aderente. Para cada objecto foram realizadas, em geral, duas a quatro análises, de modo a minimizar as imprecisões e os valores aberrantes devidos aos fenómenos de enriquecimento à superfície, inhomogeneidades de composição, etc.. Apenas o anzol (peça 93) e o lingote (peça 94) foram analisados sobre uma superfície limpa mecanicamente, isto é, livres da pátina. No caso do lingote, foram feitas 3 análises (A, C e D) sobre a zona livre de pátina e uma quarta (B), sobre a pátina.

Os pontos de análise podem ser observados nas Figs. 2 a 4; no Quadro 1 apresenta-se a média da composição assim obtida para cada objecto. Em algumas peças, a grande variação de composição de ponto para ponto impediu o cálculo da composição média. Certos elementos presentes em baixa concentração são apenas observados para as aquisições longas (cerca de 10 horas); consequentemente, foram apenas medidos em um dos pontos de análise. O erro da média efectuada para cada objecto é indicado; note-se que pode atingir valores bastante elevados.

QUADRO 1 – Composição média em % de cada objecto de cobre analisado pelo método de FRX (n.d.: não detectado)

<i>Peça</i>	<i>Sn</i>	<i>Pb</i>	<i>As</i>	<i>Fe</i>	<i>Ag</i>	<i>Sb</i>	<i>Cu</i>
P7AB	0.04±0.005	1.1±0.3	0.5±0.02	1.7±0.8	0.03±0.002	0.01	96.7
P8AB	0.03±0.001	n.d.	1.2±0.1	0.4±0.1	0.01±0.001	0.00(4)	98.3
P9AB	0.02±0.002	0.3±0.1	0.7±0.1	0.6±0.2	0.02±0.003	0.01±0.002	98.4
P10AB	0.02±0.001	n.d.	4.2±0.8	0.8±0.2	n.d.	0.01±0.001	95.0
P11AB	0.03±0.003	0.1	2.4±0.5	0.7±0.2	n.d.	0.01±0.001	96.8
P12AB	0.03±0.005	0.4±0.07	11.1±1.2	1.3±0.5	0.02±0.002	0.03±0.004	87.2
P13ABC	0.04±0.002	0.4±0.05	9.4±0.9	1.2±0.5	n.d.	0.01±0.006	88.9
P15AB	0.01±0.002	n.d.	3.3±1.0	0.5±0.1	n.d.	0.00(2)	96.1
P16AB	0.04±0.005	0.2	3.1±0.6	0.6±0.2	0.01±0.003	0.01±0.001	96.0
P17AB	0.03±0.005	n.d.	0.6±0.1	0.6±0.2	n.d.	0.03	98.7
P18AB	0.01±0.003	n.d.	1.1±0.1	0.6±0.1	0.00(2)	0.01	98.2
P19A	0.03	N.D.	1.0	0.5	0.02	0.02	98.4
P19B	0.08	2.7	1.3	n.d.	n.d.	0.01	95.9
P23C	0.05±0.004	0.2	2.5±0.7	n.d.	n.d.	n.d.	97.5
P23B	0.13	n.d.	4.9	n.d.	n.d.	n.d.	94.9
P31B	0.10±0.01	n.d.	3.7±0.8	n.d.	n.d.	n.d.	96.2
P38A	0.18	n.d.	7.0	n.d.	n.d.	n.d.	92.8
P38B	0.16	1.6	7.3	n.d.	n.d.	n.d.	91.0
P76AB	0.02±0.002	n.d.	1.2±0.1	0.9±0.2	0.01±0.002	0.00(3)	97.9
P77ABC	0.02±0.005	0.7±0.2	1.7±0.7	1.4±0.5	0.02±0.002	0.01±0.003	96.7
P90ACD	0.01±0.04	n.d.	1.3±0.1	0.2±0.1	0.01	0.00(4)	98.5
P90B	0.05	1.1	1.5	n.d.	n.d.	0.01	97.3
P91A-F	0.01±0.003	n.d.	1.1±0.1	0.2±0.005	n.d.	0.00(2)	98.7
P92A-D	0.06±0.01	0.6±0.3	1.2±0.1	nd.	0.01	0.00(4)	98.4
D92E	0.12	0.8	2.2	n.d.	n.d.	0.01	96.9
P93ABD	0.10±0.02	1.2±0.3	1.7±0.1	0.5	n.d.	0.00(1)	96.9
P93C	0.04	0.8	1.2	0.1	0.01	0.00(3)	97.8
P94ACD	0.05±0.004	1.7±0.3	1.1±0.1	0.4±0.02	n.d.	0.00(2)	97.0
P94B	0.21	3.7	2.0	n.d.	0.01	n.d.	94.5

Pode observar-se no Quadro 1 que, como era esperado, o chumbo apresenta valores um pouco díspares (ver resultados diferentes para os vários pontos de análise das peças 19, 38, 90, 93 e 94). O ferro apresenta valores especialmente elevados para certas peças, sobretudo no caso das peças 7, 12, 13 e 77. Estas fortes concentrações devem-se ao facto das medidas serem efectuadas sobre a pátina do objecto (relembre-se que, durante o enterramento, a superfície pode enriquecer-se em óxidos de ferro). A prata, o antimónio e o estanho aparecem apenas como impurezas. Quanto ao arsénio, os valores medidos variam de 0,5% a 11%, apresentando, como o chumbo, variações de concentração de ponto para ponto de análise (como para as peças 92 e 93).

Se considerarmos os dois artefactos livres de pátina, podemos observar que, no caso do anzol, apenas um dos pontos de análise (ponto C) apresenta valores díspares dos outros: o chumbo afasta-se de 50% da média obtida para os pontos A, C e D, o arsénio de 30% e o estanho de 60%. Note-se, no entanto, que para os teores destes elementos esta diferença é pouco significativa, contrariamente ao que se passa, por exemplo, para os teores de chumbo da peça 19 ou de arsénio da peça 92.

Quanto ao lingote (peça 94), é evidente que o ponto B, cuja análise é efectuada sobre a pátina, apresenta valores muito mais elevados de estanho, chumbo e arsénio que os três pontos cuja análise é efectuada sobre o corte. Para estes últimos os resultados obtidos são mutuamente concordantes.

3.2 - Análises por FNAA

Os 22 objectos considerados neste estudo foram analisados por FNAA; os resultados obtidos apresentam-se no Quadro 2. Note-se que tais resultados estão afectados de um erro de cerca de 5% relativo para os elementos maioritários e minoritários e de cerca de 10% para os elementos vestigiais (isto é, para teores em ppm ou inferiores).

QUADRO 2 - Composição em % de cada objecto de cobre analisado pelo método de FNAA (n.d.: não detectado)

<i>Peça</i>	<i>Ni</i>	<i>Sn</i>	<i>Sb</i>	<i>Ag</i>	<i>As</i>		<i>Cu</i>
P7	0.006	0.003	0.005	0.007	1.12	<i>Fe</i>	98.9
P8	0.003	n.d.	0.021	n.d.	.26	1.12	95.6
P9	0.007	n.d.	0.010	n.d.	1.48		98.5
P10	0.003	N.D.	N.D.	N.D.	0.34		99.7
P11	0.017	0.007	0.022	n.d.	3.93	<i>Fe</i>	96.0
P12	0.020	0.003	0.002	n.d.	1.54	0.01	98.4
P13	0.001	0.003	0.002	n.d.	3.36		96.6
P15	N.D.	N.D.	0.035	N.D.	5.22		94.7
P16	0.010	0.010	0.011	n.d.	1.44		98.5
P17	0.012	n.d.	0.010	0.101	0.85		99.0
P18	0.022	n.d.	0.022	n.d.	2.75		97.2
P19	0.004	N.D.	0.014	N.D.	3.05		96.9
P23	0.005	n.d.	n.d.	n.d.	0.17		99.8
P31	0.007	0.010	0.016	n.d.	1.86	<i>Pb</i>	98.1
P38	0.002	0.007	0.012	n.d.	5.31	0.22	94.4
P76	0.003	0.005	0.007	0.012	0.91		99.1
P77	0.003	0.007	0.007	0.011	0.87		99.1
P90	0.007	N.D.	0.020	N.D.	3.61		96.4
P91	0.007	n.d.	0.015	n.d.	3.55		96.4
P92	0.010	0.003	0.006	n.d.	2.19		97.8
P93	0.011	0.002	0.006	n.d.	1.55	<i>Au</i>	98.4
P94	0.007	0.001	0.005	0.007	1.19	0.0003	98.8

Relembre-se que esta é uma técnica global, logo todo o objecto é analisado, correspondendo os valores obtidos à composição média da peça. Ocorrem elementos não doseados por FRX (como o Ni e o Au) e um valor elevado de Fe na peça 8. Este teor deve-se à interferência com o Mn que não foi possível eliminar. Seria interessante analisar esta peça por outra técnica que permita medir o Mn com uma boa precisão, por exemplo a técnica TFNAA, que se baseia na moderação de um feixe de neutrões rápidos (ver GUERRA & BARRANDON, 1988 e GUERRA *et al.*, 1991), a qual permite, também, uma análise global não destrutiva dos objectos. Os resultados para o chumbo (apesar das restrições já acima citadas) são inferiores a 0,3%, mostrando bem que os valores obtidos por FRX são demasiado elevados.

A partir dos resultados obtidos pelas duas técnicas de análise, comparou-se a concentração de arsénio na superfície de cada objecto (FRX) com a respectiva concentração média (FNAA). A Fig. 5 mostra a discrepância dos resultados: com efeito, os teores reais de As (determinados por FNAA) são semelhantes aos obtidos à superfície (por FRX) para alguns dos objectos com uma pátina menos espessa e com concentrações até 2% (grupo I); podem ser superiores, como é o caso dos do grupo II; ou ainda inferiores aos teores obtidos à superfície, caso do grupo III (note-se que por FNAA apenas atingimos cerca de 5% de As, como teor máximo, enquanto por FRX atingimos 11% deste elemento).

Se considerarmos os resultados obtidos para o anzol e o lingote (peças 93 e 94), únicas peças que sofreram uma limpeza por abrasão mecânica, podemos observar, nos Quadros 3 e 4, que os teores de arsénio estão de acordo com os obtidos por FRX, o chumbo é inferior ao observado por FRX, o estanho é inferior de cerca de um factor 10 ao medido por FRX, o ferro é inexistente e, os outros elementos determinados, pelas duas técnicas, se encontram dentro da mesma ordem de grandeza. Estes resultados vêm confirmar o que foi dito anteriormente: para evitar os resultados aleatórios por FRX, é necessário efectuar uma abrasão mecânica na zona de análise ou utilizar uma técnica global como o FNAA.

A análise por FNAA do conjunto de artefactos permitiu obter uma composição que corresponde a um cobre puro com cerca de 1% de arsénio, mostrando mais uma vez que os valores de chumbo se devem à pátina assim como à grande interferência com as riscas X do arsénio. Note-se aqui o facto de terem sido detectados por aquela técnica 30 ppm de Au para a peça 94 (Quadro 2).

Efectuou-se o mesmo tipo de gráfico para as concentrações de estanho obtidas pelas duas técnicas de análise. A Fig. 6 mostra os teores obtidos para o Sn por FRX em função daqueles obtidos por FNAA. É daqui evidente que, mesmo para concentrações muito baixas, os valores diferem de uma ordem de grandeza, devido aos efeitos de superfície; sobre estes fenómenos vejam-se os artigos de CONDAMIN & PICON (1972), BEAUCHESNE *et al.* (1988) e GUERRA *et al.* (1989).

QUADRO 3 – Resultados percentuais das análises por FNAA e dos diferentes pontos do lingote considerados por FRX (n.d.: não detectado).

PEÇA 94

FRX								
	Sn	Pb	As	Ag	Sb	Fe		
Ponto A	0,04	1,7	1,2	n.d.	0,00(2)	0,38		
Ponto B	0,21	3,7	2,0	n.d.	n.d.	n.d.		
Ponto C	0,03	1,4	1,1	0,01	n.d.	0,23		
Ponto D	0,05	1,7	0,9	0,01	0,00(1)	0,37		
FNAA								
	Sn	Pb	As	Ag	Sb	Fe	Ni	Au
	0,001	n.d.	1,1	0,006	0,006	n.d.	0,006	0,0003

QUADRO 4 – Resultados percentuais das análises por FNAA e dos diferentes pontos do anzol considerados por FRX (n.d.: não detectado).

PEÇA 93

FRX							
	Sn	Pb	As	Ag	Sb	Fe	
Ponto A	0,09	1,9	1,8	n.d.	n.d.	n.d.	
Ponto B	0,08	1,3	1,5	n.d.	0,00(1)	n.d.	
Ponto C	0,04	0,8	1,2	0,01	0,00(3)	0,1	
Ponto D	0,13	1,9	1,7	n.d.	n.d.	0,5	
FNAA							
	Sn	Pb	As	Ag	Sb	Fe	Ni
	0,001	n.d.	1,5	n.d.	0,006	n.d.	0,01

3.3 – Análise por LA-ICP-MS

O lingote (peça 94) foi analisado por três técnicas sobre uma pequena amostra que lhe foi retirada para proceder às análises metalográficas a que já tinha sido sujeito. Primeiramente, por FRX, foram executadas quatro análises (ver Fig. 7): três sobre as zonas de corte (análises com referências A e D numa face e C na outra), sem pátina, e uma sobre a pátina (análise com referência B). As diferenças dos resultados desta análise relativamente aos obtidos por FNAA e FRX, encontram-se bem evidenciadas no Quadro 5, quando confrontado com o Quadro 3.

Sobre o corte correspondente às análises A e D por FRX, foram efectuadas várias medidas por LA-ICP-MS, em função da distância entre o bordo e o centro do corte. As crateras efectuadas têm um diâmetro de cerca de 40 µm; aqui os resultados são apenas semi-quantitativos, pois foi utilizado um

padrão pouco representativo da matriz para os cálculos de composição. Estes valores têm, pois, um valor relativo. Con efeito, pretendeu-se apenas dar uma ideia comparativa dos teores obtidos para o perfil em profundidade dos elementos doseados (ou doseáveis) pelas outras técnicas.

QUADRO 5 – Resultados em ppm do perfil de concentração de 11 elementos do bordo ao centro do corte do lingote (o valor zero significa que o teor do elemento é inferior ao ppm).

<i>Posição</i>	<i>Fe</i>	<i>Ni</i>	<i>Mn</i>	<i>As</i>	<i>Ag</i>	<i>Sn</i>	<i>Sb</i>	<i>Au</i>	<i>Pb</i>	<i>Bi</i>	<i>Zn</i>
bordo 1	846	162	2	10883	157	58	111	0	64	191	56
100 μm	444	132	3	5378	137	26	46	0	0	21	64
200 μm	425	142	0	3713	0	0	38	23	46	0	54
300 μm	339	169	0	6396	160	0	59	0	0	27	65
400 μm	331	101	0	6805	114	89	93	25	49	148	123
1 mm	202	596	2	9197	0	132	157	73	73	0	21
2 mm	101	276	0	6259	19	0	91	101	0	0	44
centro	7	207	0	2851	19	29	55	34	34	0	52
bordo 2	0	386	0	4653	0	91	101	0	38	0	77

No Quadro 5 pode observar-se os perfis de composição para os 10 elementos detectados, em ppm; concentrações inferiores ao ppm são indicadas neste Quadro como nulos. Esta técnica permite determinar outros elementos que não foram detectados pelas outras técnicas, como o zinco e o bismuto, e que se encontram neste artefacto em muito baixa concentração. A partir dos resultados do Quadro 5 realizou-se o gráfico para quatro deles: As, Fe, Sn e Pb (Fig. 8).

Note-se a diminuição da quantidade de ferro com a distância ao bordo. Este facto explica a diferença encontrada entre os teores de ferro medidos pela técnica de superfície FRX e a técnica global FNA. O óxido de ferro que se deposita à superfície durante o enterramento, fazendo parte integrante da pátina, vai induzir à superfície teores muito elevados relativamente aos reais. Quanto ao chumbo e ao estanho, tomam valores aleatórios em função profundidade quando analisados com este tipo de “microfeixe”. É conhecida a fraca miscibilidade destes dois elementos no cobre. Finalmente, o perfil de arsénio mostra o seu valor mais elevado no bordo, isto é, a sua migração à superfície. O seu teor baixa rapidamente até cerca de 300 μm , para voltar a atingir um valor elevadotornando a diminuir até atingir os valores anteriores, isto é, cerca de 3,5 vezes inferiores ao valor medido à superfície.

4 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Se apenas pretendemos saber se, por exemplo, uma determinada peça em cobre possui ou não arsénio, ou se se trata de um bronze com ou sem chumbo, ou de um latão, possuindo ou não uma certa

quantidade de estanho, a FRX, sendo uma técnica rápida e pouco onerosa, é a mais adequada à resposta de tais questões. Isto é, esta técnica deve apenas ser utilizada de uma forma qualitativa ou, na melhor das hipóteses, semi-quantitativa; é possível saber se um determinado elemento entra na composição de um objecto mas o seu teor é de difícil quantificação sobretudo se nos restringirmos a uma análise totalmente não destrutiva, isto é, sem recurso a serragem ou à colheita de amostra.

Pelo contrário, a composição absoluta de um objecto pode ser determinada a partir de uma análise não destrutiva por activação nuclear. No caso das matrizes cujo elemento maioritário é o cobre, o feixe excitador deverá ser, para uma análise global, composto por neutrões rápidos. Para o efeito, importa recorrer a um acelerador de partículas do tipo ciclotrão de energia variável, não disponível em Portugal.

Neste trabalho, que compreende uma primeira análise do espólio metálico de Leceia, foram analisadas 22 peças de entre as 130 que constituem o espólio metálico de Leceia, por duas técnicas: a FRX e a FNAA.

A técnica FNAA, com limites de detecção da ordem do ppm, fornece uma composição média do objecto. A comparação dos valores obtidos pelos dois métodos para os elementos medidos nas 22 peças permite tirar várias conclusões. Uma refere-se ao arsénio. A Fig. 5 evidencia as discrepâncias dos teores máximos obtidos pelas duas técnicas: cerca de 5% por FNAA e 11% por FRX. A variação dos teores de arsénio devido à pátina foi bem demonstrada pelos estudos do anzol e do lingote sobre uma superfície limpa por abrasão mecânica (ver Quadros 3 e 4). Com efeito, os valores daquele elemento obtidos pelas duas técnicas estão em plena concordância. Se tomarmos a análise por FRX do lingote sobre a região da pátina, verifica-se que o valor obtido para o arsénio é o dobro do determinado por FNAA (também o chumbo e o estanho apresentam valores nesta região muitos díspares).

O facto dos teores de arsénio se distribuírem uniformemente até cerca de 5% vem mostrar que este elemento fazia parte integrante do minério, não tendo, desta forma, resultado de qualquer adição intencional; por outras palavras: a variação dos teores de arsénio é contínua, até ao já referido valor máximo de 5%, como se verifica na Fig. 9. Note-se que o arsénio é um metal muito volátil que sofre uma importante redução de concentração durante a fundição. Esta redução tem uma ligação directa com as condições metalúrgicas a que o metal está sujeito; daí, certamente, a variação contínua observada para os teores deste elemento no espólio metálico de Leceia.

Acima do referido limite de 5%, é admissível uma adição intencional de As, com o objectivo de endurecer as ligas de cobre, situação que se terá possivelmente observado ainda no final do Calcolítico, mas não em Leceia. A análise de um maior número de peças do espólio de Leceia permitir-nos-á confirmar esta afirmação. Esta é uma das conclusões mais interessantes deste estudo, confirmando plenamente as considerações que FERREIRA (1961, 1970) teceu sobre tal assunto, objecto de conhecida polémica. Com efeito, aquele autor publicou análises de cobres nativos e carbonatos de cobre portugueses em que o arsénio iguala e até ultrapassa aquele valor limite.

Outra questão refere-se aos teores de ferro, os quais crescem uniformemente para a superfície dos objectos, como se conclui das análises feitas a várias profundidades da secção do lingote de cobre

estudado (ver Fig. 8B). Conclui-se, portanto, que este elemento se encontra sobrerrepresentado à superfície das peças, em consequência de enriquecimentos post-deposicionais.

Face à análise sistemática deste sub-conjunto do espólio metálico de Leceia, nada há que sugira a existência de ligas. Trata-se invariavelmente de cobres, de composição globalmente homogénea, resultantes, tudo o indica, da mineração e metalurgia de cobres nativos.

Uma das principais vantagens do numeroso conjunto de peças de cobre de Leceia é a de se poder atribuir rigorosamente a uma etapa bem definida, tanto culturalmente – o Calcolítico Pleno da Estremadura portuguesa – como do ponto de vista cronológico: entre cerca de 2600 e 2200/2300 anos cal A.C. Considerando a representatividade dos resultados obtidos sobre um tal conjunto, pode concluir-se que a matéria-prima metálica manufacturada num grande número de pequenos artefactos no decurso daquele lapso cronológico-cultural, nos povoados estremenhos, era o cobre nativo, certamente obtido nos chapéus de ferro da faixa piritosa do sul do país ou em veios quartzosos que a integram. A análise de um maior número de objectos de Leceia poderá confirmar estas afirmações com maior segurança.

5 - A METALURGIA DO COBRE NO QUADRO DA INTENSIFICAÇÃO ECONÓMICA CALCOLÍTICA DA ESTREMADURA

Na Estremadura, uma certeza avulta: a de qua a metalurgia do cobre só se terá verdadeiramente iniciado ou, pelo menos, substancialmente desenvolvido, de forma comprovada, no Calcolítico Pleno, como é demonstrado em Leceia. A ênfase atribuída a este arqueossítio justifica-se. Dos três grandes povoados calcolíticos estremenhos – Zambujal e Vila Nova de S. Pedro são os restantes –, é o único para o qual se dispõe de uma estratigrafia de significado cultural bem caracterizada, alicerçada no respectivo conteúdo artefactual.

De facto, em Vila Nova de São Pedro as referências a peças de cobre na camada pré-campaniforme, vista como um todo, ou Vila Nova I (PAÇO & SANGMEISTER, 1956; PAÇO & ARTHUR, 1956, p. 536), além de raras, nada provam quanto à existência de metalurgia no Calcolítico Inicial, visto aquela camada englobar, para os autores, todo o período pré-campaniforme do povoado. Isto mesmo é explicitamente declarado por SAVORY (1970, p. 20 da tradução portuguesa): "... os cortes de 1959 têm uma importância especial na medida em que demonstraram que a fase consagrada na literatura da especialidade como "Vila Nova I" consistia de facto em duas culturas sucessivas e distintas que podem ser reconhecidas em várias outras estações portuguesas". O mesmo autor, refere não ter encontrado nenhum artefacto de cobre na camada com "copos", correspondente à primeira ocupação do arqueossítio do Calcolítico Inicial. Ulteriormente, o próprio PAÇO (1964, p. 144) é categórico quanto à total ausência de metal em tal camada, considerando-a "sem qualquer mescla de metalurgia". O mesmo não se teria verificado no Zambujal. Na campanha de escavações de 1994, dedicada em parte à exploração do núcleo interno da fortificação, sob o casal moderno ali construído, foi identificada estrutura de carácter metalúrgico, onde

se recolheu fragmento de copo canelado (KUNST & UERPMANN, 1996), o que equivaleria a dizer que pertenceria ao Calcolítico Inicial, tendo presentes as estratigrafias obtidas em Leceia e em Vila Nova de São Pedro. Porém, considerando que, segundo os escavadores, a distribuição de tal tipo cerâmico teria abarcado quase a totalidade da vida útil da fortificação, mantém-se a indefinição da altura em que foi efectivamente introduzida, naquele povoado, a metalurgia do cobre.

Assim, pode concluir-se, face aos elementos disponíveis, que a actividade metalúrgica, por vezes importante, em diversos povoados da Baixa Estremadura, terá seguramente apenas sido introduzida em fase já avançada do Calcolítico. Em Vila Nova de S. Pedro, encontrou-se um acumulação de cerca de 13,5 Kg de mineral limonítico com incrustações de malaquite por tratar (PAÇO & JALHAY, 1945); no Zambujal, identificaram-se mesmo áreas destinadas à fundição, constituídas por lareiras agrupadas em círculo ao redor de uma superfície plana de barro cozido, com os bordos elevados, as quais continham centenas de gotas de cobre (SCHUBART & SANGMEISTER, 1987); e são inúmeros os testemunhos de tal actividade em outros povoados de estremenhos, representados por pingos e escórias, realidade que se encontra plenamente ilustrada em Leceia pelas escórias e restos de fundição encontrados. Aqui, produzir-se-ia, em áreas restritas do espaço habitado, um instrumental variado, com destaque para os pequenos artefactos, como sovelas, escopros e punções. A preferência dada a tais artefactos explica-se: por um lado, a escassez do então precioso metal, não favorecia o fabrico de objectos pesados; por outro lado, seriam os instrumentos destinados a funções específicas, que os seus equivalentes líticos desempenhavam menos eficazmente, aqueles que suscitariam maior procura. Em Leceia recolheram-se alguns desses lingotes, correspondendo a pequenas barras informes de cobre (Fig. 10); um deles, já amplamente mencionado no decurso deste trabalho, foi objecto de estudo metalográfico (CARDOSO & FERNANDES, 1995). Trata-se de um lingote de cobre que sofreu, tal como outros, perda da sua massa inicial, por corte a frio, destinado a obtenção de massas de cobre para o fabrico de pequenos artefactos (Fig. 7). Tal operação foi antecedida por martelagem a quente, em forja, destinada à melhoria da liga. Esta conclusão é corroborada pelo facto de a parte mais rica de escórias ocupar apenas uma das extremidades da peça. Estes lingotes documentam a existência de um comércio do cobre, por certo oriundo do Alentejo, visto não se conhecerem ocorrências cupríferas na Estremadura susceptíveis de bastarem às necessidades dos povoados calcolíticos ali existentes, realidade já admitida por outros, reportando-se ao Zambujal (SCHUBART & SANGMEISTER, 1987) e a Vila Nova de São Pedro (PAÇO, 1955).

Nas proximidades imediatas de Leceia, a escassos Km em linha recta, perto de Asfamil, Rio de Mouro estiveram no passado registadas diversas minas de cobre (BOLÉO, 1973). Desconhecem-se, porém, as características dos minérios e a importância das explorações, casos estas efectivamente tenham existido, pelo que, até prova em contrário, será preferível admitir a chegada do cobre a Leceia pelo aludido comércio trans-regional.

É, pois, mais do que admissível, a existência de um comércio organizado com a região da faixa piritosa do Baixo Alentejo, que se estende do Cercal até à região de Huelva e onde se poderia encontrar e obter o cobre, no estado nativo, quer na zona da oxidação superficial de corpos

filoneanos, quer nos “chapéus de ferro”. Embora a possibilidade de exploração das zonas de enriquecimento secundário dos chapéus de ferro tenha sido questionada por ROTHENBERG & BLANCO-FREIJEIRO (1981), a verdade poderá ser outra. BENSÁUDE (1899, p. 123) declarou, a tal propósito, que “on trouve, encore aujourd’hui, après une longue exploitation, du cuivre natif en quantités appréciables comme par exemple aux anciennes mines d’Aljustrel”, possuindo a então Comissão dos Trabalhos Geológicos exemplares de cobre nativo de Aljustrel, do Alandroal, de Silves e, sobretudo, da região da Barrancos. Estes factos levam a repensar o significado dos chamados cobres arsenicais calcolíticos, por oposição aos cobres quase puros de que são feitos a maioria dos artefactos daquela época. DOMERGUE (1990, p. 106) admite que os artefactos de cobre quase puro poderiam resultar da mineração de cobres nativos, enquanto que os de cobre arsenical derivariam da redução dos carbonatos de cobre. FERREIRA (1970, p. 100) tinha anteriormente admitido tal hipótese, declarando que “les cuivres des instruments dont le pourcentage en arsenic est grand, a été extrait des carbonates, oxydes on même des sulfures” sugerindo, no caso da Vila Nova de São Pedro, origem do minério na região de Óbidos, onde anteriormente Francisco Garcia (*In* PAÇO, 1955, p. 34, nota 14) o tinha assinalado.

É evidente que o cobre puro, não poderia competir, quanto à dureza e resistência, com o anfibolito, de obtenção muito menos dispendiosa. Desta forma, é lícito admitirmos carácter essencialmente não funcional para os referidos machados planos de cobre, talvez apenas reservados a certas utilizações especiais, além da de lingotes (SOARES *et al.*, 1994), podendo, nesta perspectiva e reforçando anteriores considerações a seu propósito, ser considerados como verdadeiros artefactos de prestígio. Com efeito, é interessante registar a existência em Leceia de dois gumes de machados cortados (CARDOSO, 1989, Fig. 108, n.º 13; CARDOSO, 1994, Fig. 136), um deles representado na Fig. 11, a que se somam outras peças – tanto da área estremenha, de que são exemplo as do Zambujal (SANGMEISTER, 1995, Tf. 6), como do Calcolítico do Sudoeste – Monte da Tumba (SILVA & SOARES, 1987, Fig. 4).

Qual o significado de tais peças? Cremos que se podem considerar como porções extraídas intencionalmente de machados-lingote, destinadas a ulterior transformação, que não se chegou a consumir. Com efeito, caso o objectivo fosse o reavivamento dos gumes, embotados pelo uso – situação que não se observa em qualquer das duas peças de Leceia – então tal desiderato seria facilmente atingido por nova martelagem (sabendo que tal operação conduz, por acréscimo, a um endurecimento do metal), sem que fosse necessária a eliminação do próprio gume. Ao produzir-se o seu corte, por serragem, como patenteia um dos exemplares, obtinham-se as porções de cobre requeridas para o fabrico de pequenos artefactos especializados, estes sim, de evidente carácter funcional e utilitário.

O aproveitamento do cobre poderá ser visto, deste modo, apenas como mais uma consequência da Revolução dos Produtos Secundários (RPS), visando a melhoria da eficiência de determinados instrumentos de produção ou de transformação, conducentes ao aumento e diversificação dos bens consumidos, designadamente alimentares. Neste contexto, não cremos que deva ser valorizada a sua acção como agente de mudança económica ou social, e, muito menos, como prova de diferenciação

social dos seus utilizadores. Na verdade, punções, sovelas, serras, jamais poderão ser considerados, dado o seu evidente fim utilitário, como “objectos de prestígio”.

Aliás, a importância do cobre, mesmo em regiões onde ele existe, como a bacia do baixo Guadiana, não deverá ser sobrevalorizada. Ali, foram os cursos de água, e os solos com maior aptidão agrícola, mais do que os recursos mineiros, que estruturaram o povoamento calcolítico (SOARES, 1992, Fig. 1 e 2; SOARES & SILVA, 1992). Apenas no Alto Algarve Oriental foi atribuída à procura do cobre papel condicionante na implantação dos povoados (GONÇALVES, 1989, 1991).

A tardia introdução do cobre na Estremadura, em pleno Calcolítico, acompanha, simplesmente, a de outras novidades tecnológicas, típicas da RPS, em pleno 3.^o milénio, como a fiação (os pesos de tear são quase desconhecidos da Camada 3, do Calcolítico Inicial) ou a transformação de produtos lácteos (os cinchos encontram-se mesmo dela ausentes). A este propósito é interessante observar, com todas as reservas decorrentes de métodos de escavação pouco rigorosos e de análise arqueográfica igualmente superficial, que PAÇO (1964, p. 146) já tenha referido, acerca de Vila Nova de S. Pedro, que “As condições económicas que sofreram alteração com a vinda dos metalúrgicos do cobre, apresentam agora mais indícios de indústrias de fiação e tecelagem, de fabrico de produtos lácteos...”, observações plenamente concordantes com a realidade detectada em Leceia.

Já na década de 1950 se relacionou a progressão dos construtores de *tholoi* – então identificados com populações de prospectores e de metalurgistas do cobre – com a difusão do uso deste metal, da Andaluzia, até à Estremadura, passando pelo Baixo Alentejo (FERREIRA & VIANA, 1956). As recentes datações de povoados calcolíticos do Grupo do Sudoeste – cerro do Castelo de Santa Justa, Alcoutim e Monte da Tumba, Alcácer do Sal – parecem confirmar tal proposta, ao darem como mais precoce o uso do cobre naquela região que na Estremadura (SOARES & CABRAL, 1993). Porém, tal como na Estremadura, também no Sudoeste, ao uso do cobre “não é possível conectá-lo globalmente com as fortificações ali conhecidas” (JORGE, 1994, p. 476).

Embora esteja provada a utilização da malaquite como minério de cobre, no Calcolítico do Sudeste peninsular – o povoado calcolítico de El Malagón (Granada) onde se encontram documentadas todas as fases de manufactura do cobre, situa-se, precisamente, sobre uma área de mineração daquele carbonato (ARRIBAS *et al.*, 1989, p. 72) – a demonstração de que o cobre nativo, com percentagens variáveis de arsénio, constituía a fonte essencial de matéria-prima em Leceia, reforça a hipótese de que a sua mineração se efectuasse em especial na zona dos chapéus de ferro dos jazigos de polissulfuretos metálicos da faixa piritosa, além de filões de quartzo com mineralizações de cobre nativo. Assim se explica a existência, atrás aludida, de vários lingotes de cobre em Leceia (CARDOSO & FERNANDES, 1995). Com efeito, segundo ROTHENBERG & BLANCO-FREIJEIRO (1981, p. 174), “a fusão redutora dos minérios era realizada junto às minas (...), sendo o metal transportado para os povoados onde seria transformado em artefactos”. As duas únicas ocorrências de lingotes calcolíticos até ao presente registadas – Santa Justa (GONÇALVES, 1989-1991, Est. 228, n.^o 7) e Porto Mourão (SOARES *et al.*, 1994) –, podem, sem dificuldade, relacionar-se com jazigos cupríferos existentes nas proximidades daqueles dois

povoados calcolíticos. O seu achado vem, pois, ilustrar o comércio do cobre, sob a forma de lingotes, desde a área de exploração, onde seriam produzidos, até aos povoados, onde seriam transformados em diversos artefactos, sem esquecer o tratamento metalúrgico de minérios em tais centros, como se comprova pelos achados sistemáticos de escórias cupríferas, igualmente bem documentados em Leceia.

BIBLIOGRAFIA

- ARRIBAS, A.; MOLINA, F.; SAEZ, L.; TORRE, F. de la; AGUAYO, A. B. & JUÁREZ, A. (1989) – Excavaciones en los Millares (Santa Fe de Modujar, Almería). Campañas de 1982 y 1983. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 8, p. 123-147.
- BARRANDON, J.-N. & GUERRA, M. F. (1988) – Os métodos de análise nuclear utilizando um ciclotrão. Aplicação à numismática. *Numismática*, 50, p. 1-29.
- BEAUCHESNE, F. & BARRANDON, J.-N. (1986) – Analyse globale et non destructive des objets archéologiques cuivreux par activation avec des neutrons rapides de cyclotron. *Rev. d'Archéométrie*, 10, p. 75-85.
- BEAUCHESNE, F.; BARRANDON, J.-N.; ALVES, L.; GIL, F. B. & GUERRA, M. F. (1988) – Ion beam analysis of copper and copper alloy coins. *Archaeometry* 30, n.º 2, p. 187-197.
- BENSAÚDE, A. (1889) – Notice sur quelques objets préhistoriques du Portugal fabriqués en cuivre. *Communic. Trab. Geol. Portugal*, 2 (1), p. 119-124.
- BOLÉO, J. de Oliveira (1973) – *Sintra e seu termo (estudo geográfico)*. 2.ª edição. Câmara Municipal de Sintra.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia, resultados das escavações realizadas 1983-1988*. Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 146 p.
- CARDOSO, J. L. (1994) – *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras, número especial, 164 p.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Instituto Português de Museus/Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. & FERNANDES, J. M. B. (1995) – Estudo arqueometalúrgico de um lingote de cobre de Leceia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, p. 153-164.

- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1990/92) – Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 8/10, p. 203-228.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1996) – Chronologie absolue pour le Néolithique et le Chalcolithique de l'Estremadura portugaise – la contribution de Leceia. *Rev. Archéométrie*, supplément, p. 45-50.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G.; GUERRA, M. F. (1995) – A necrópole tardo-romana e medieval de Talaide (Cascais). Caracterização e integração cultural. Análises não destrutivas do espólio metálico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, p. 315-339.
- CARTER, G. F. (1964) – Preparation of ancient coins for accurate X-ray fluorescence analysis. *Archaeometry*, 7, p. 106-113.
- CARTER, G. F. (1965) – Some problems in analysing museum material by nondestructive surface sensitive techniques. *Archaeometry*, 7, p. 106-113.
- CONDAMIN, J. & PICON, M. (1972) – Changes suffered by coins in the course of time and the influence of these on the results of different methods of analysis. In: *Methods of Chemical and Metallurgical Investigation of ancient Coinage* (Royal Numismatic Society ed.) 8, p. 49-66.
- DOMERGUE, C. (1990) – *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité Romaine*. Collection de l'École Française de Rome, 127. Roma.
- FERREIRA, O. da Veiga (1961) – Acerca da presença de arsénio e instrumentos encontrados em Portugal. *Boletim de Minas*, 12, p. 1-5.
- FERREIRA, O. da Veiga (1970) – La metallurgie primitive au Portugal pendant l'époque chalcolithique. *Actas do VI Congresso Internacional de Minería* (Leon, 1970), 1, p. 99-116.
- FERREIRA, G. & GIL, F. B. (1980) – A fluorescência de raios X e o método PIXE como técnicas não destrutivas em arqueologia. *Arqueologia*, 4, p. 12-26.
- FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1956) – L'importance du cuivre péninsulaire dans Ages du Bronze. *Actas IV Congreso Internacional de Ciências Prehistoricas y Protohistoricas* (Madrid, 1954), Zaragoza, p. 503-516.
- GIL, F. B.; BARREIRA, G.; GUERRA, M. F. & ALVES, L. C. (1989) – Quantitative elemental analysis of thick samples by XRF and PIXE. *X-Ray Spect.*, 18, p. 157-164.
- GONÇALVES, V. S. (1989, 1991) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. Estudos e Memórias, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa, INIC, Lisboa, 2 vol.
- GRATUZE, B.; GIOVAGNOLI, A.; BARRANDON, J.-N.; TELOUK, Ph. & IMBERT, J.-L. (1993) – Apport de la méthode ICP-MS couplée à l'ablation laser pour la caractérisation des archéomatériaux. *Rev. d'Archéométrie*, 17, p. 89-104.

- GUERRA, M. F. (1990) – A caracterização dos arqueometais. Análise quantitativa por métodos nucleares e perinucleares. *Tese de Doutoramento em Física Aplicada*, Universidade Nova de Lisboa, 425 p.
- GUERRA, M. F. (1995) – Elemental Analysis of Coins and Glasses. *Appl. Radiat. Isot.* 46, n.º 6/7, p. 583-588.
- GUERRA, M. F. & BARRANDON, J.-N. (1988) – Thermal neutron activation analysis of archaeological artifacts using a cyclotron. In: *Proceedings of the 26th International Archaeometry Symposium* (The Archaeometry Laboratory, Univ. of Toronto ed.), 262-268.
- GUERRA, M. F.; BARRANDON, J.-N.; MAGRO, F. & GIL, F. B. (1989) – Analyse de “dinheiros” de la Ière dynastie du Portugal: nouvelles approches. *Rev. Archéométrie*, 13, p. 31-41.
- GUERRA, M. F.; BEAUCHESNE, F.; FAUDUET, I. & BARRANDON, J.-N. (1990) – Caractérisation par activation neutronique des fibules d’Argentomagus. *Rev. Archéométrie*, 14, p. 99-107.
- GUERRA, M. F.; BARRANDON, J.-N.; LE ROY LADURIE, E.; MORRISON, C. & COLIN, B. (1991) – The diffusion of the silver from Potosi in the XVI century European coinage. *Archaeometry’90* (Birkhäuser Verlag Basel ed.), p. 11-18.
- JORGE, S. Oliveira (1994) – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras* (Universidade do Porto), Série II, 11, p. 447-546.
- KUNST, M. & UERPMANN, H.-P. (1996) – Zambujal (Portugal). Vorberichtüber die Grabungen, 1994. *Madrider Mitteilungen*, 37, p. 10-36.
- PAÇO, A. do (1955) – Castro de Vila Nova de S. Pedro VII – Considerações sobre o problema da metalurgia. *Zephyrus*, 6, p. 27-40.
- PAÇO, A. do (1964) – Castro de Vila Nova de S. Pedro XIV – Vida económica; XV – O problema campaniforme; XVI – Metalurgia e Análises espectrográficas. *Anais da Academia Portuguesa da História*, Série II, 16, p. 117-152.
- PAÇO, A. do & ARTHUR, M. L. C. (1956) – “Castro” de Vila Nova de S. Pedro. Le problème de la metallurgie. *Crónica del IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistoricas y Protohistoricas* (Madrid, 1954), p. 535-540. Zaragoza.
- PAÇO, A. do & JALHAY, E. (1945) – El castro de Vila Nova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Soc. Española de Antropologia, Etnologia y Prehistoria*, 20, p. 55-141.
- PAÇO, A. do SANGMEISTER, E. (1956) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. VIII – Campanha de escavações de 1955 (19.^a). *Arqueologia e História*, Série VIII, 7, p. 93-114.
- ROTHENBERG, B. & BLANCO-FREIJEIRO A. (1981) – *Studies in ancient mining and metallurgy in South-West Spain*. Institut for Archaeo-metallurgical Studies. Londres.

- SANGMEISTER, E. (1995) – Zambujal. Kupferfunde aus den Grabungen 1964 bis 1973. *Madrider Beiträge*, Band 5, Teil 3, p. 1-154.
- SAVORY, H. N. (1970) – A section through the innermost rampart at the chalcolithic castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarém (1959). *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969), 1, p. 133-162. Tradução portuguesa em *CLIO/Arqueologica*, revista da UNIARCH/INIC (1983/84), 1, p. 19-29.
- SCHUBART, H. & SANGMEISTER, E. (1987) – *Zambujal – Torres Vedras. Portugal*. Câmara Municipal de Torres Vedras.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*, 8, p. 29-79.
- SOARES, A. M. Monge (1992) – O povoado calcolítico dos Três Moinhos (Baleizão, concelho de Beja). Notícia preliminar. *Setúbal Arqueológica*, 9/10, p. 291-314.
- SOARES, A. M. Monge & CABRAL, J. M. Peixoto (1993) – Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993), 2, p. 217-235. Porto.
- SOARES, G. & SILVA, C. Tavares da (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*, 9/10, p. 37-88.
- SOARES, A. M. Monge; ARAÚJO, M. F. & CABRAL, J. M. Peixoto (1994) – Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança. *In: Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana* (Huelva, 1994), p. 165-200.

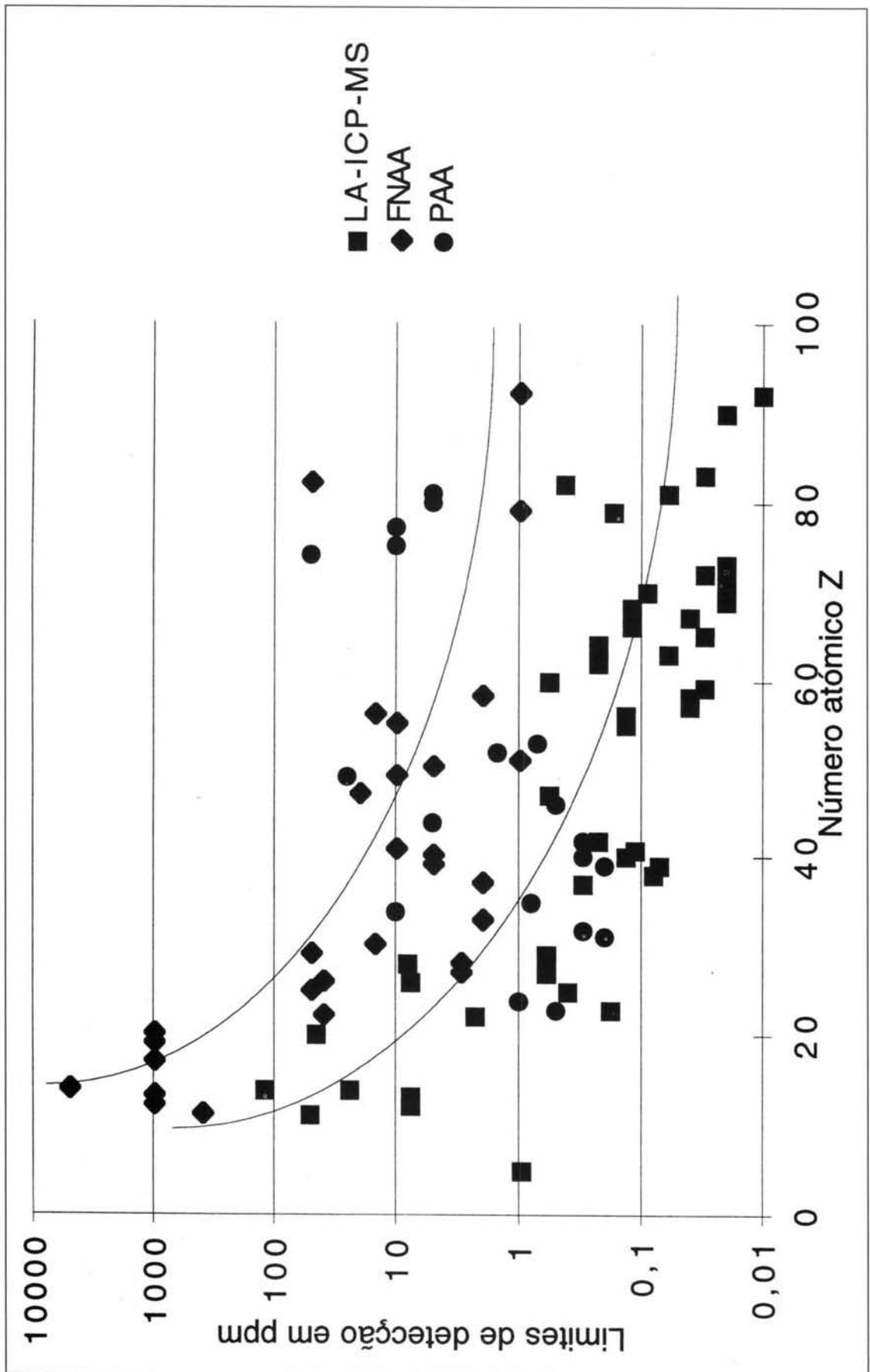


Fig. 1 - Comparação dos limites de detecção obtidos por FNAA (vidro), PAA (prata e ouro) e LA-ICP-MS.

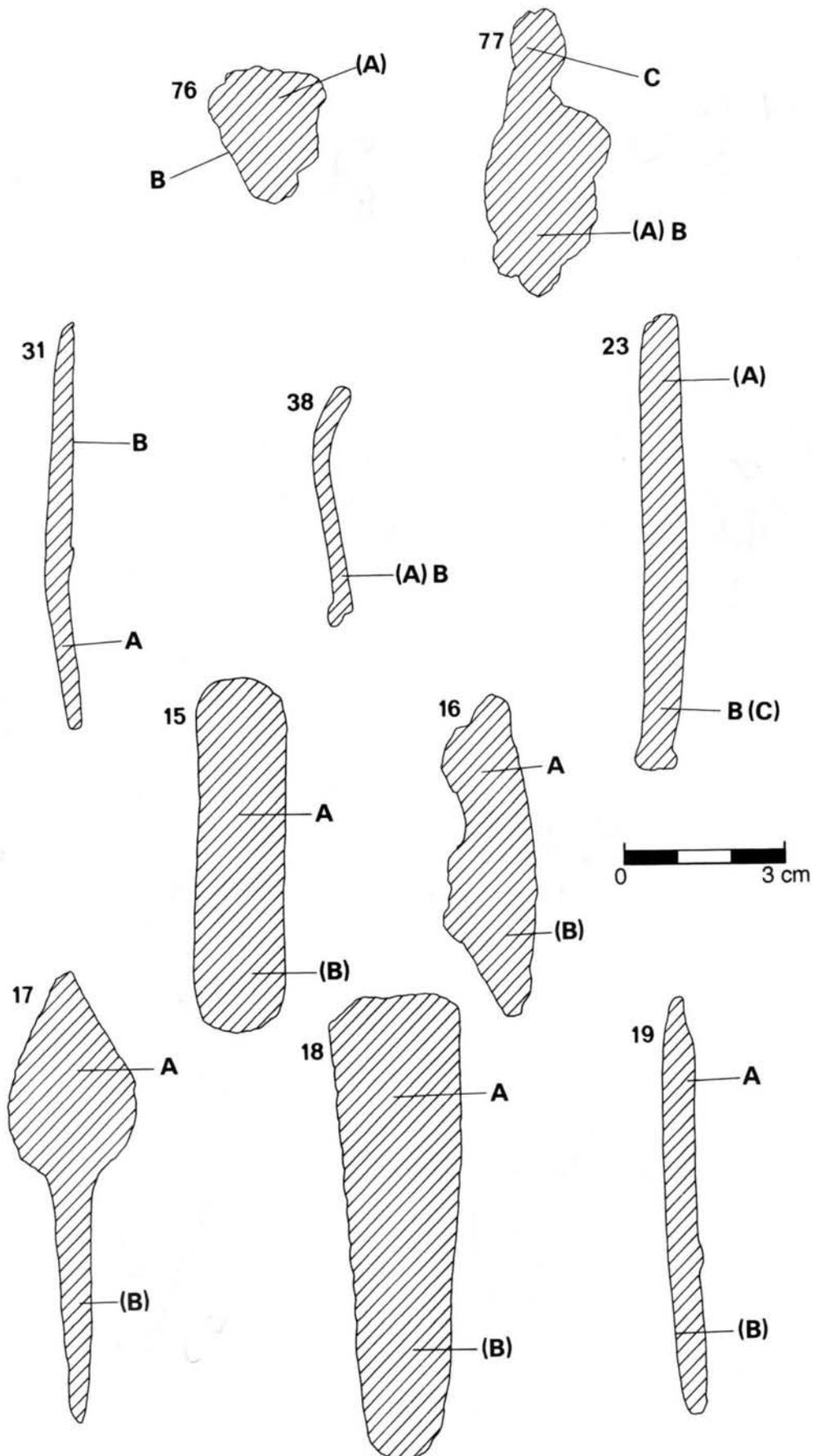


Fig. 2 - Artefactos de cobre de Leceia. Localização das análises realizadas.

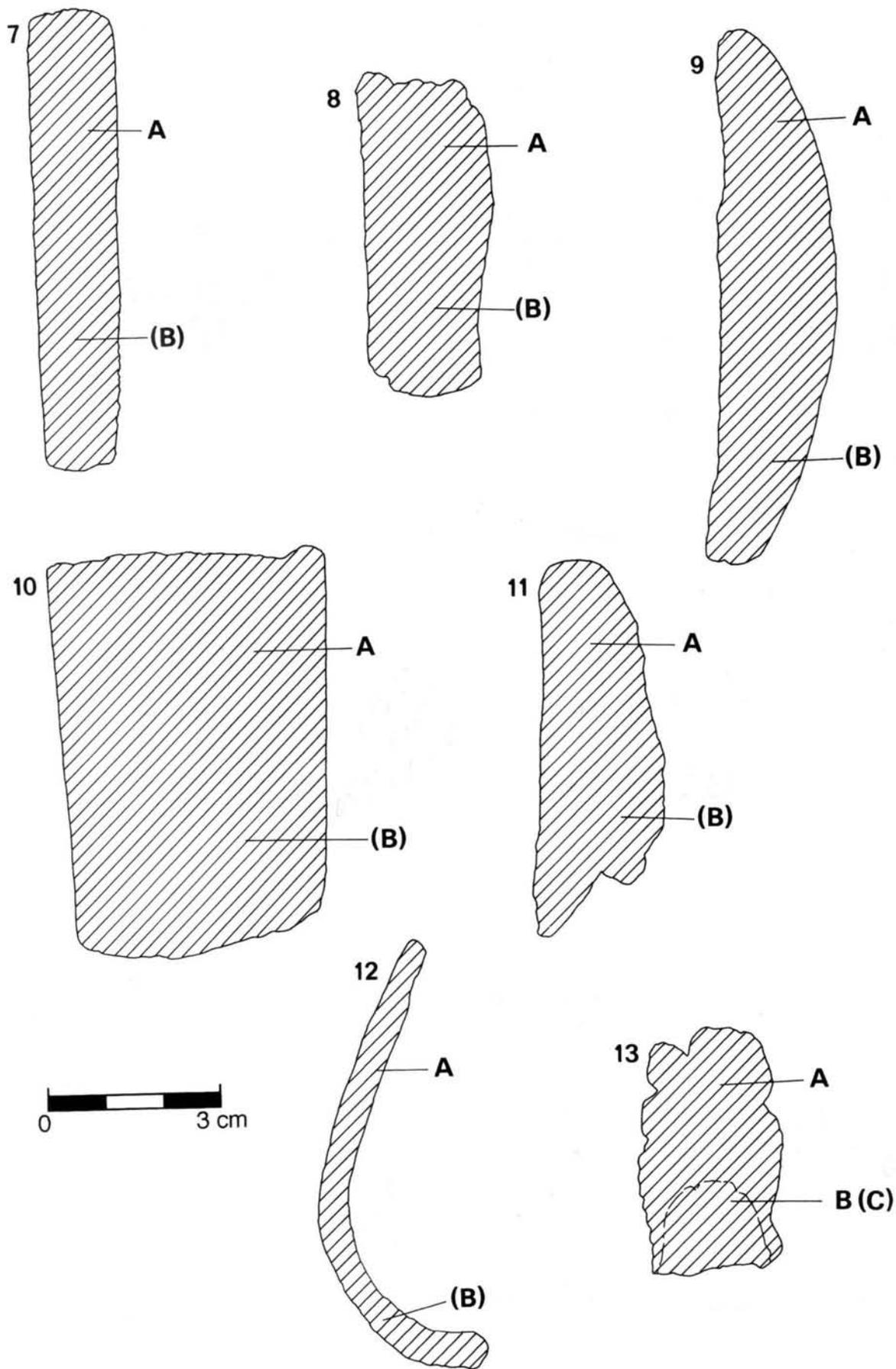


Fig. 3 - Artefactos de cobre de Leceia. Localização das análises realizadas.

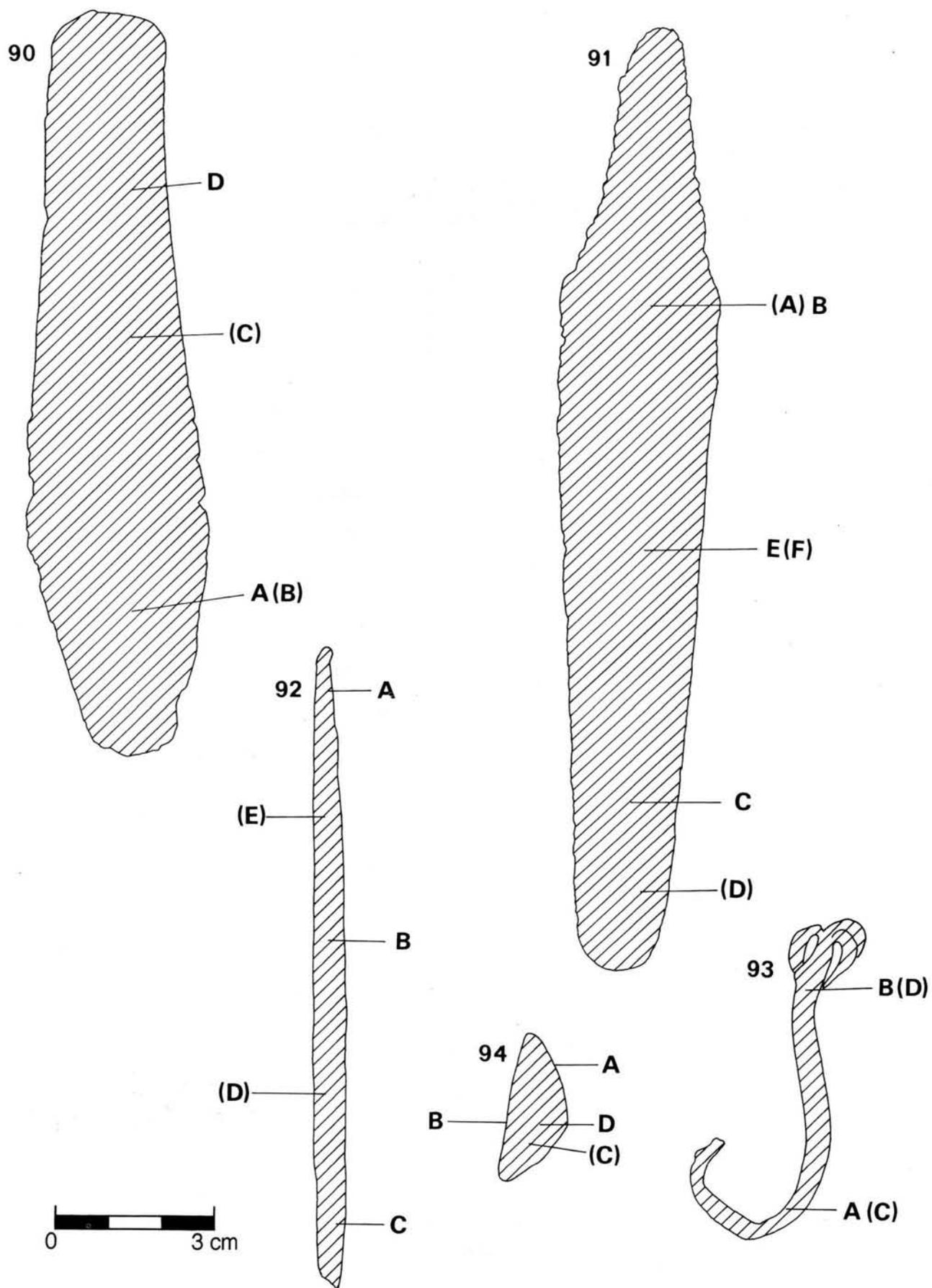


Fig. 4 - Artefactos de cobre de Leceia. Localização das análises realizadas.

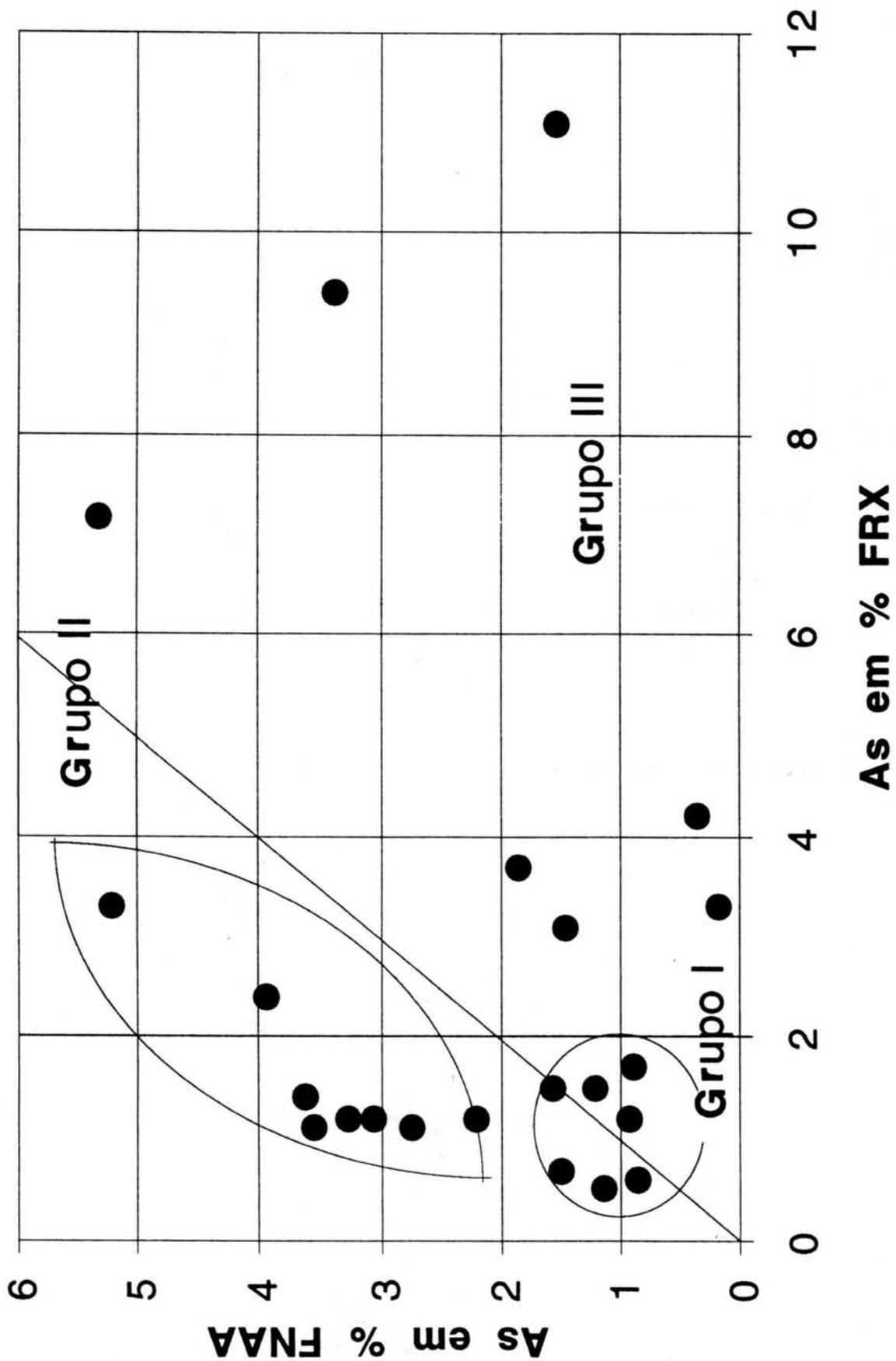


Fig. 5 - Concentrações do arsênio determinadas por FRX em função das determinadas por FNAAs.

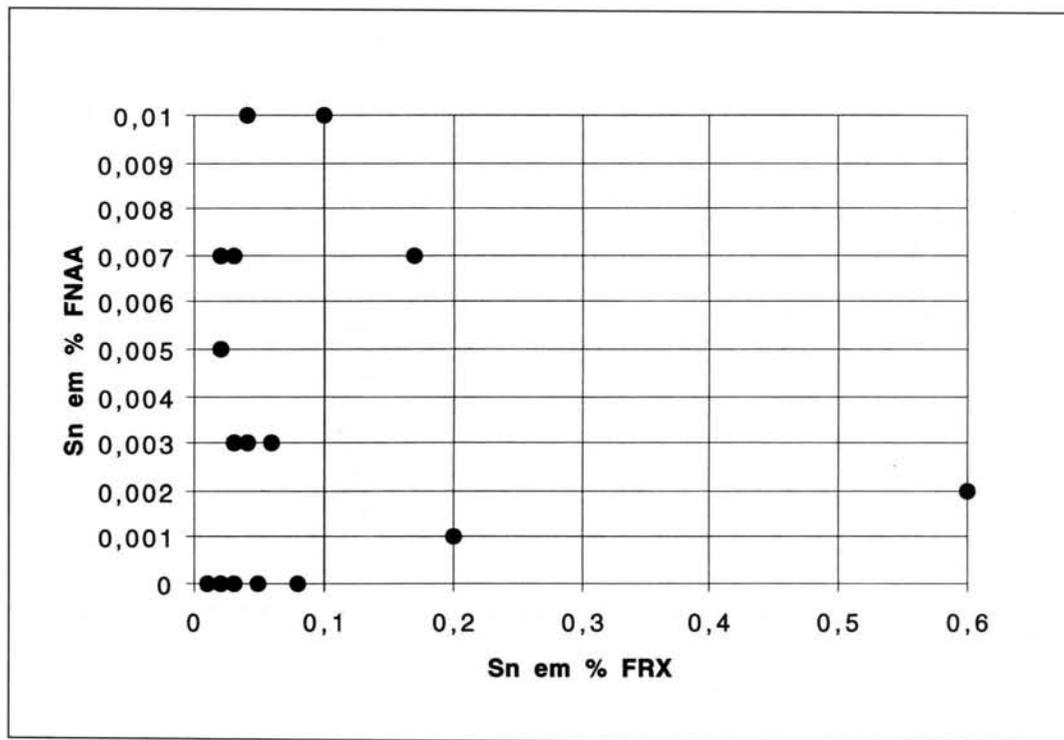


Fig. 6 - Concentrações do estanho determinadas por FRX em função das determinadas por FNA.

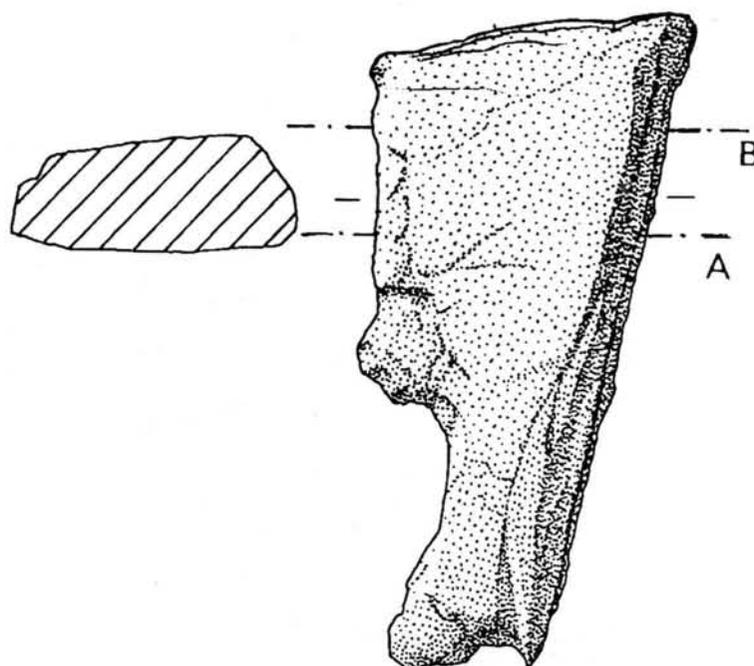


Fig. 7 - Lingote de cobre, com indicação das secções efectuadas e analisadas pelas diferentes técnicas. Comprimento - 5,2 cm.

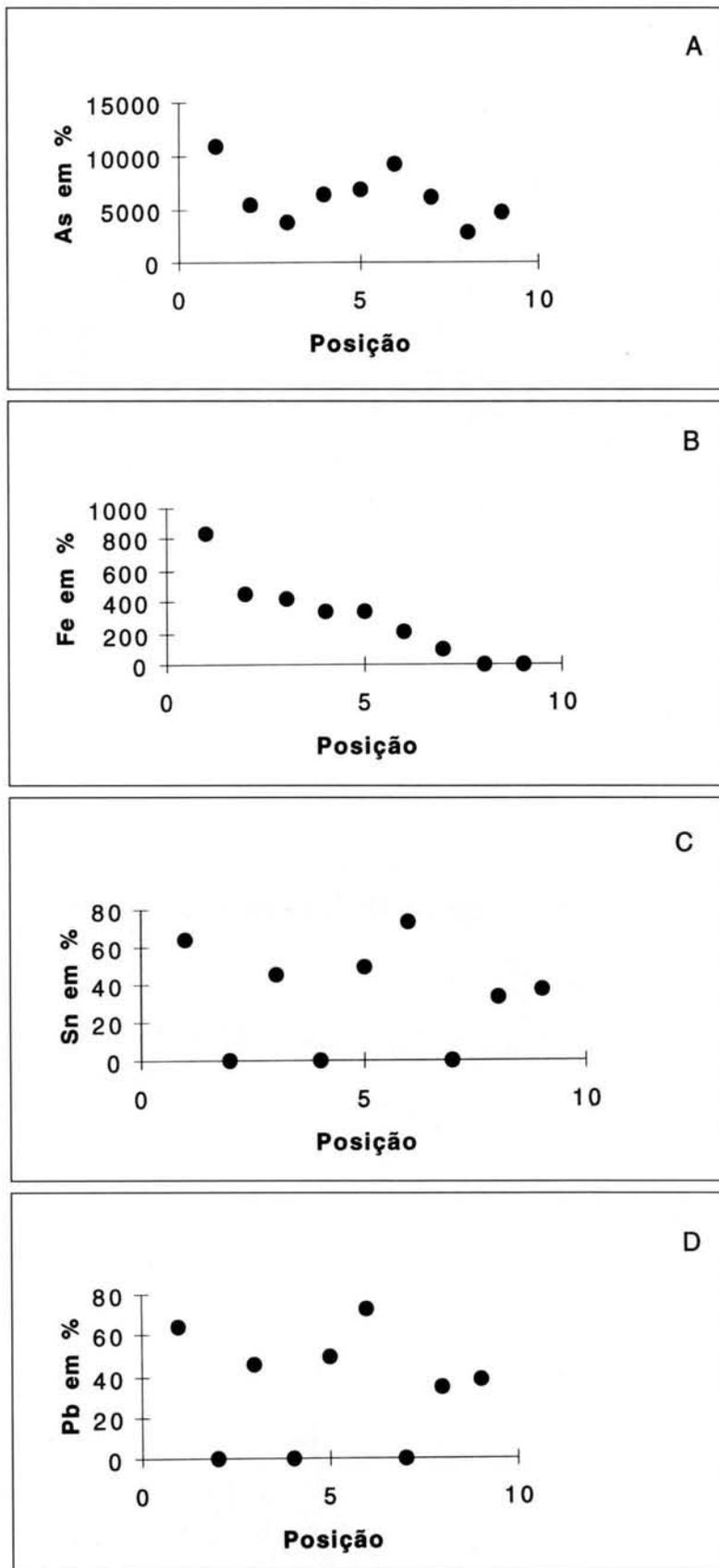


Fig. 8 - Variação dos teores de arsênio, ferro, estanho e chumbo do lingote de cobre em função da profundidade pela técnica LA-ICP-MS. O eixo das abcissas representa os nove pontos de análise do Quadro 5 (por exemplo, o ponto 5=400 μ m). A) Perfil de concentração do arsênio; B) perfil de concentração do ferro; C) perfil de concentração do estanho; D) perfil de concentração do chumbo.

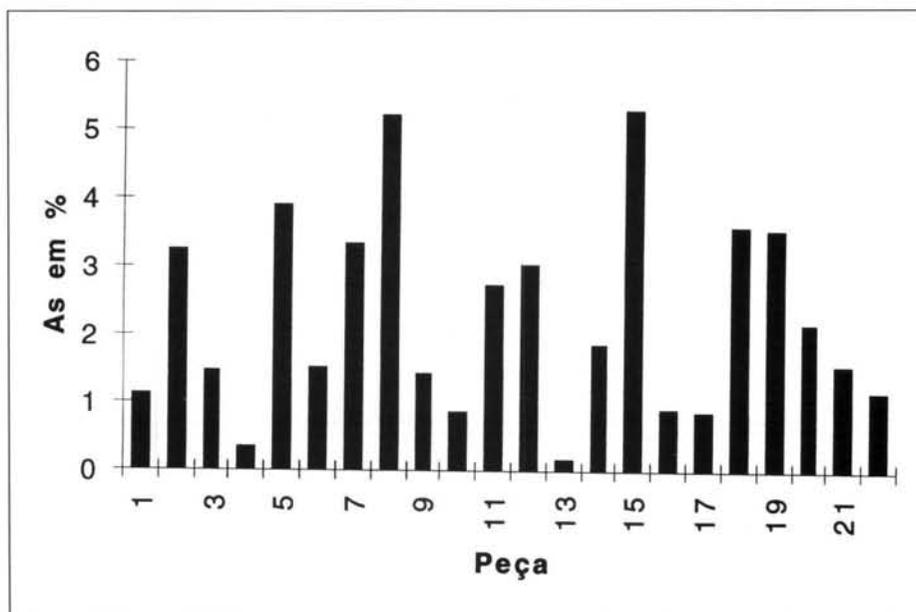


Fig. 9 - Variações dos teores de arsênio determinados pela técnica FNAA.



Fig. 10 - Lingote de cobre de Leceia observando-se profundas incisões feitas a escopro ou punção, destinadas à sua partição (comprimento - 4,5 cm). Calcolítico Pleno (foto de G. Cardoso).

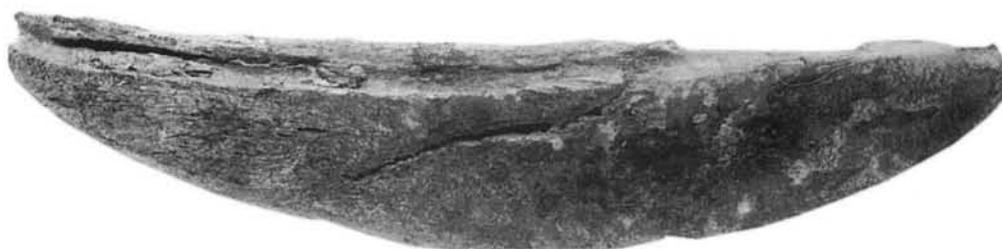


Fig. 11 - Gume de grande machado de cobre, de Leceia, intencionalmente serrado (comprimento - 9,0 cm). Calcolítico Pleno (foto de G. Cardoso).

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 89-153

A OCUPAÇÃO CAMPANIFORME DO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA (OEIRAS)

João Luís Cardoso⁽¹⁾

1 - INTRODUÇÃO

Desde o início das escavações dirigidas pelo signatário no povoado pré-histórico de Leceia, em Agosto de 1983, que têm vindo a ser recolhidas, de maneira persistente, fragmentos de cerâmicas campaniformes. Com a identificação e escavação integral de duas estruturas habitacionais campaniformes, respectivamente em 1990/1994 e em 1995/1996, o volume de materiais para estudo foi muito aumentado, da mesma forma que o interesse da informação disponível, particularmente valorizada pelo facto de tais construções constituírem ocorrências únicas, até ao presente, no território português. Importava, pois, estudar de forma articulada e comparada o espólio campaniforme recolhido nos diversos *loci* que integram o povoado pré-histórico. Foi dada prioridade ao estudo do material cerâmico decorado, por constituir a componente mais expressiva daquele espólio; desta forma, o estudo do espólio lítico, ósseo e a cerâmica lisa, dita de acompanhamento, será apresentado noutra oportunidade.

2 - ESTRATIGRAFIA E ESTRUTURAS

Em Leceia (Fig. 1), devem considerar-se duas situações distintas no concernente à estratigrafia e modos de ocorrência das cerâmicas campaniformes: a zona intramuros e o espaço extramuros, onde se incluem as duas estruturas habitacionais já referidas.

Na zona intramuros, correspondente a área de cerca de 10.000 m², delimitada pela primeira linha defensiva, as cerâmicas campaniformes concentravam-se no núcleo do antigo povoado fortificado, numa

⁽¹⁾ *Da Academia Portuguesa da História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa) e Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras.*

zona entre a segunda e a terceira linha defensiva (Fig. 2) e, sobretudo, no interior desta última, nos sítios não atingidos pela lavra de pedreira que, na segunda metade do século XVIII ali se instalou e foi responsável pela destruição das estruturas habitacionais que aí existiam. Por outras palavras, a distribuição das cerâmicas campaniformes na zona intramuros não se afigurava aleatória; ao contrário, a evidente concentração de tais materiais na área referida, correspondente ao núcleo do antigo povoado fortificado encontra estreito paralelismo na própria ocupação da estação no decurso do Calcolítico Pleno, facto que reforça as estreitas ligações entre aquela presença (horizonte das cerâmicas com decoração em “folha de acácia” e em “crucífera”) e a presença campaniforme.

Com efeito, como já em trabalhos anteriores se referiu (CARDOSO, 1994; CARDOSO, 1994a) os materiais cerâmicos campaniformes ocorrem, na zona intramuros, exclusivamente na parte superior da Camada 2, correspondente à terceira fase cultural identificada na estação, do Calcolítico Pleno da Estremadura. Tal constatação significa que a presença campaniforme, na área intramuros, se verificou numa altura em que todo o dispositivo defensivo se encontrava já francamente degradado e mesmo, nalguns casos, totalmente arrasado. Com efeito, as estruturas habitacionais do Calcolítico Pleno, circunscritas ao núcleo do antigo povoado fortificado do Calcolítico Inicial, aproveitaram troços de muralhas ainda de pé como elementos construtivos de circunstância; as escassas estruturas susceptíveis de se relacionarem com a presença campaniforme resumem-se a alguns alinhamentos de blocos, de planta rectilínea irregular, sem significado preciso, talvez correspondentes a pequenas cabanas, construídas sobre os derrubes da muralha mais interna, então já quase totalmente destruída.

As unidades habitacionais do Calcolítico Pleno escavadas nesta zona do povoado não revelaram a presença de quaisquer elementos campaniformes; o conjunto do espólio cerâmico decorado é dominado pela presença das cerâmicas com decorações em “folha de acácia” e em “crucífera”, as quais apenas se encontravam misturadas, com cerâmicas campaniformes na parte superior da respectiva camada (Camada 2). Este facto indica, inquestionavelmente, uma anterioridade da presença daquelas cerâmicas, relativamente às campaniformes, no núcleo do antigo povoado fortificado; porém, a coexistência entre os dois grupos cerâmicos é provável, como sugere a sua associação estratigráfica, a menos que tal situação se fique a dever a remeximentos ulteriores, hipótese plausível atendendo à posição quase superficial de tais materiais, e à utilização agrícola daqueles terrenos, até época recente.

É evidente a rarefacção das cerâmicas campaniformes no espaço situado entre a segunda e a primeira linha defensiva. Ao longo desta e na sua adjacência imediata, do lado externo, encontraram-se alguns materiais dispersos e fora do contexto original, de mistura com derrubes dos panos da muralha e dos bastiões da a ela exteriormente adossados.

Na zona extramuros, a presença campaniforme encontrava-se particularmente bem representada: ali se identificaram duas estruturas habitacionais cujo espólio cerâmico decorado era representado exclusivamente por elementos campaniformes. Trata-se da *Cabana EN*, orientada de NW para SE distanciada cerca de 10m do lado externo da *Muralha EH*, correspondente à primeira linha

defensiva e menos de 4m do *Bastião EI*. Trata-se de pequena unidade habitacional de planta oval, cujo eixo maior atinge 5m de comprimento, definida por alinhamento de blocos calcários muito irregulares, sem que se evidencie qualquer solução de continuidade que pudesse corresponder a entrada (Fig. 3). Nestas circunstâncias, é provável que aquela fosse definida por uma soleira sobreelevada. Tal alinhamento de blocos, sem dúvida relacionável com a fixação de uma superestrutura de troncos e ramagens que constiuía as paredes e a cobertura da cabana, encontra-se fundado em camada constituída por manto de blocos engrenados entre si, dispersos no terreno, correspondentes a derrubes da muralha calcolítica adjacente. As observações de terreno sugerem que aquela camada pedregosa, na altura aflorante, com uma potência máxima de cerca de 0,50m foi ligeiramente rebaixada na zona correspondente à cabana que se pretendia construir, de onde se poderiam ter extraído os blocos que serviram para a delimitar lateralmente (Fig. 4).

A *Cabana FM*, igualmente situada do lado externo da 1.^a linha defensiva, da qual dista cerca de 5m, com dimensões muito maiores, encontra-se orientada de NE-SW (Fig. 5): como a anterior, trata-se de estrutura de planta oval, cujo eixo maior atinge o comprimento máximo de 12m, porém mais complexa. Com efeito, o recinto era definido por um duplo alinhamento de blocos (Fig. 6) que constituem o embasamento da superestrutura vegetal desaparecida. Tal embasamento destinava-se a melhor suportar o peso da cobertura, por certo muito elevada atendendo ao vão que tinha de vencer, com cerca de 5m de diâmetro mínimo, sem que se tenham identificado fundações de postes para apoio da cobertura, no interior da cabana. O sistema construtivo seria pois idêntico ao identificado na cabana de menores dimensões, embora mais complexo, encontrando-se munido de uma porta com soleira (Fig. 7); tem paralelo em cabanas de época campaniforme de França (BARGE-MAHIEU, 1989), tendo a cabanas de maiores dimensões, com duplo embasamento, o seu melhor termo de comparação em cabana de Idade do Ferro da Alemanha, tanto o recinto externo como o interno desta última possuem entradas, funcionando como portas, embora não se apresentem alinhadas, do lado da extremidade ocidental (Fig. 7). Enfim, toda a estrutura se apresenta fundada na Camada 4, correspondente à ocupação do Neolítico Final identificada anteriormente noutros locais da estação (CARDOSO, 1994). Com efeito, apesar da proximidade da primeira linha defensiva, faltam as camadas correspondentes à ocupação do Calcolítico Inicial (Camada 3), coeva da construção e utilização da fortificação e à do Calcolítico Pleno (Camada 2), indicando que os derrubes das estruturas defensivas pouco espalhamento terão conhecido para este lado. Como é óbvio, o facto da estrutura se fundar directamente em camada do Neolítico Final por si só não significa que seja coeva da construção da fortificação calcolítica, também fundada em tal camada ou mesmo, ainda que parcialmente, no substracto geológico, situação que também se verifica esta estrutura.

Estas duas estruturas habitacionais, forçosamente de “vida curta”, talvez de uma ou duas gerações, forneceram um espólio doméstico puramente campaniforme: nisso reside um dos seus maiores interesses, potenciando, por outro lado, comparações com a sucessão crono-estratigráfica verificada intramuros.

3 - CRONOLOGIA ABSOLUTA

Os resultados cronométricos obtidos em Leceia, no decurso das dezasseis campanhas anuais de escavação já realizadas, entre 1983 e 1998, colocam este povoado pré-histórico entre os sítios mais importantes para a compreensão da génese e desenvolvimento das sociedades calcolíticas peninsulares. Entre os principais resultados científicos, sublinha-se a existência de uma sequência estratigráfica homogénea, observada invariavelmente, a qual, quando se encontra completa, é constituída por três camadas principais – Camada 4, 3 e 2 – directamente relacionadas com outras tantas fases culturais, respectivamente o Neolítico Final, o Calcolítico inicial e o Calcolítico Pleno.

A datação pelo radiocarbono de trinta e seis amostras indicadas no Quadro I, representativas das referidas camadas permitiu datar, com precisão, e pela primeira vez, as três fases culturais referidas e o estabelecimento cronológico da evolução da cultura material desde a segunda metade do IV milénio a.C. até ao final do milénio seguinte, na região da Baixa Estremadura portuguesa (CARDOSO & SOARES, 1996). Pode concluir-se que a edificação de todo o dispositivo defensivo, verificada logo no início do Calcolítico Inicial, se efectuou em torno de 2800 BC, situando-se a transição do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno cerca de 2600 BC, prolongando-se esta última fase cultural até cerca de 2200 BC, correspondendo a franca decadência das construções defensivas anteriores, acompanhada por marcada retracção do espaço habitado.

As duas cabanas campaniformes identificadas e escavadas na zona extramuros forneceram igualmente abundantes restos orgânicos que permitiam datação. Submetidos a análise duas amostras de ossos de animais recolhidos em cada uma delas, os resultados obtidos foram os seguintes (CARDOSO & SOARES, 1990/92):

Cabana EN: ICEN – 1241-3950±90 BP (= 2629-2176 BP para um intervalo de 2 *sigma*).

Cabana FM: Sac – 13174220±50 BP (= 2825-2654 BP para um intervalo de 2 *sigma*).

Estes resultados, cronologicamente idênticos aos obtidos para o Calcolítico Pleno, obrigam a repensar a cronologia de emergência do fenómeno campaniforme na região da Baixa Estremadura, bem como às relações entre os seus utilizadores, e as populações sediadas nos povoados fortificados da região. Com efeito, pode concluir-se que a plena afirmação das cerâmicas campaniformes em Leceia, na zona extramuros, se efectuou num período onde elas ainda não eram utilizadas no interior da fortificação, considerando ambas as datas, especialmente a correspondente à *Cabana FM*. Tais resultados conduzem à admissibilidade de as cerâmicas campaniformes, na região em apreço, remontarem a primeira metade do III milénio BC, hipótese que se encontra consubstanciada por outras datações apresentadas no Quadro II (CARDOSO & SOARES, 1990/92). Outra consequência dos resultados cronométricos obtidos é a de conduzirem à revisão do faseamento cultural do Calcolítico da Estremadura. Admitindo o princípio de que diferentes culturas materiais exprimem realidades culturais distintas, como explicar a existência, em Leceia, de contextos habitacionais exclusivamente campaniformes, situados no exterior de fortificação, estatisticamente coevos de outros, existentes na zona intramuros, e nos quais se encontram totalmente ausentes aquelas cerâmicas, visto só ocorrerem na parte superior da respectiva camada estratigráfica? É questão que adiante se discutirá.

QUADRO 1 – Datações absolutas pelo ^{14}C para o Neolítico final (Camada 4), o Calcolítico inicial (Camada 3) e o Calcolítico pleno (Camada 2) do povoado pré-histórico de Leceia (In CARDOSO & SOARES, 1996)

Ref. Laboratório	Tipo de amostra	$\delta^{13}\text{C}$ ‰	^{14}C (BP)	Data calibrada (cal BC)	
				1 σ	2 σ
CAMADA 4					
ICEN-827	carvão	-24,08	7930±60	7000-6620	7030-6560
ICEN-738	osso	-19,77	4630±45	3497-3351	3509-3147
ICEN-1160	"	-21,81	4630±60	3500-3350	3620-3110
ICEN-312	carvão	-20,22	4530±100	3370-3040	3610-2910
ICEN-313	"	-22,02	4520±130	3490-2930	3630-2880
ICEN-316	"	-23,39	4520±70	3350-3050	3490-2920
ICEN-1161	osso	-20,00	4440±50	3292-2927	3337-2917
ICEN-1159	"	-21,35	4430±50	3261-2925	3333-2915
ICEN-1158	"	-21,45	4320±60	3020-2880	3090-2710
CAMADA 3					
ICEN-674	carvão	-24,56	4370±60	3080-2910	3290-2880
ICEN-1173	osso	-20,50	4170±50	2878-2621	2888-2581
ICEN-91	"	-20,00	4130±60	2870-2580	2880-2490
ICEN-673	carvão	-24,95	4130±100	2880-2500	2920-2460
ICEN-675	"	-25,42	4100±90	2870-2490	2890-2410
ICEN-1175	osso	-19,85	4090±80	2870-2490	2880-2460
ICEN-1176	"	-20,02	4090±60	2860-2500	2880-2460
ICEN-1177	"	-21,12	4050±50	2615-2485	2860-2461
ICEN-1174	"	-21,20	3980±50	2563-2457	2587-2335
CAMADA 2					
ICEN-89	osso	-19,91	4200±70	2890-2630	2920-2580
ICEN92	carvão	-24,56	4120±80	2870-2500	2890-2460
ICEN-1212	osso	-21,02	4110±70	2870-2500	2880-2470
Ly-4205	carvão	-	4030±120	2860-2410	2890-2200
ICEN-1220	osso	-20,05	4030±70	2620-2460	2870-2250
ICEN-1217	"	-22,64	4020±80	2620-2460	2870-2310
ICEN-95	<i>Venus</i> sp.	+1,34	3990±70	2580-2410	2850-2290
ICEN-102	<i>Patella</i> sp.	+1,68	3970±70	2570-2360	2840-2210
ICEN-1213	osso	-23,21	3970±70	2570-2360	2840-2210
ICEN-737	"	-19,56	3920±70	2470-2290	2580-2150
ICEN-1218	"	-23,37	3910±60	2470-2280	2570-2150
ICEN-1211	"	-25,05	3900±80	2470-2210	2580-2140
ICEN-1215	"	-20,90	3900±70	2470-2280	2570-2140
ICEN-1216	"	-21,22	3880±80	2460-2200	2570-2050
ICEN-1214	"	-26,21	3840±110	2460-2060	2580-1950
ICEN-314	carvão	-25,74	3770±130	2450-1980	2560-1780
ICEN-315	"	-21,91	3730±170	2450-1890	2580-1680
ICEN-1219	osso	-21,0	3660±50	2130-1940	2180-1890

NOTA: estes resultados encontram-se já corrigidos ao efeito de reservatório oceânico. A idade aparente das conchas marinhas da costa portuguesa, durante a maior parte do Calcolítico, apresenta o valor de 380 ± 30 anos ^{14}C (SOARES, 1993).

QUADRO 2 – Datações de radiocarbono relacionadas com contextos campaniformes da Estremadura e do Sudoeste de Portugal

Ref. do Laboratório	Tipo de amostra	Contexto arqueológico	Data convencional de ¹⁴ C (anos BP)	Data calibrada*	
				Métodos da distribuição de probabilidades 1σ (cal BC)	2σ (cal BC)
Penha Verde					
W-656	Carvão	Casa 2	3420±200	<u>1968-1501</u> ; 1480-1458	<u>2282-1258</u> ; 1234-1224
ICEN-1275	Ossos	Indeterminado	4000±50	<u>2573-2513</u> ; 2508-2461	2844-2827; <u>2620-2394</u> ; 2384-2341
Leceia					
Sac-1317	Ossos	Estrutura FM	4220±50	2890-2862; <u>2812-2740</u> ; 2727-2696	2913-2849; <u>2825-2654</u> ; 2645-2621
ICEN-1241	Ossos	Casa EN	3950±90	2570-2516; <u>2506-2302</u>	2857-2818; 2666-2631; <u>2629-2176</u> ; 2167-2142
Zambujal					
GrN-7009	Carvão	Fase 2a	4200±40	2882-2862; <u>2812-2740</u> ; 2727-2696	2890-2850; <u>2825-2654</u> ; 2645-2621
GrN-6671	Carvão	Fase 2a	4170±55	2875-2854; 2821-2795; <u>2783-2661</u> ; 2637-2626	<u>2884-2609</u> ; 2607-2590
GrN-7008	Ossos	Fase 2a-3c	3980±35	2560-2527; <u>2499-2458</u>	<u>2577-2400</u> ; 2373-2361
GrN-7002	Carvão	Fase 3a	4050±40	<u>2612-2552</u> ; 2545-2492	2855-2820; 2663-2635; <u>2627-2464</u>
GrN-7003	Carvão	Fase 3b	4055±40	2615-2552; <u>2545-2492</u>	2856-2818; 2665-2631; <u>2629-2466</u>
GrN-7004	Carvão	Fase 3b	3955±35	2561-2526; <u>2499-2464</u>	<u>2586-2452</u> ; 2422-2405
GrN-7005	Carvão	Fase 3c	4055±40	<u>2615-2552</u> ; 2545-2492	2856-2818; 2665-2631; <u>2629-2466</u>
GrN-6670	Carvão	Fase 3c/4a	4150±105	2876-2793; <u>2786-2610</u> ; 2599-2590	<u>2925-2455</u>
GrN-6669	Carvão	Fase 4b	4025±95	2858-2817; 2692-2679; <u>2667-2451</u> ; 2429-2403	2874-2797; <u>2781-2288</u>
GrN-7007C	Carvão	Fase 4b	3950±65	2559-2529; <u>2497-2392</u> ; 2387-2336	2610-2597; 2590-2273; 2254-2205
GrN-6668	Carvão	Fase 4c	3625±65	2113-2088; <u>2039-1887</u>	2176-2167; <u>2142-1860</u> ; 1846-1773
Porto Torrão					
ICEN-60	Ossos**	Estrato 1	4200±70		
ICEN-61	Ossos**	(campaniforme)	4230±60		
ICEN-60/61***			4220±45	2889-2863; <u>2810-2746</u> ; 2725-2698	2912-2852; <u>2823-2658</u> ; 2640-2624
Verdelha dos Ruivos					
GrN-10971	Ossos	Sepultura 2	3960±40	2557-2531; <u>2496-2450</u> ; 2442-2401; 2372-2365	2571-2515; 2507-2330
GrN-10972	Ossos	Sepultura 3	4100±60	2862-2812; 2740-2727; <u>2696-2568</u> ; 2518-2504	2873-2798; 2779-2711; <u>2709-2488</u>
GrN-10973	Ossos	Sepultura 4	4000±35	<u>2562-2525</u> ; 2500-2466	<u>2588-2454</u> ; 2415-2407
ICEN-1242	Ossos	Indeterminado	3940±45	2481-2394; 2383-2342	2564-2523; <u>2501-2287</u>
Hipogeu de Palmela					
GrN-10744	Fémur humano	Vaso "marítimo" (?)	4040±70	2850-2825; 2655-2644; <u>2622-2463</u>	2870-2803; 2773-2717; <u>2705-2399</u> ; 2376-2355
OxA-5508	Alfinete de osso de cabeça postiça	Gruta 3	4050±60	2843-2827; 2652-2647; <u>2620-2469</u>	2868-2805; 2771-2719; <u>2703-2455</u> ; 2412-2409

*Calibração segundo o programa CALIB Rev. 3.03 de STUIVER & REIMER (1993). Os intervalos sublinhados correspondem a uma maior probabilidade. ** A mesma amostra.

*** Média ponderada.

4 - CARACTERÍSTICAS DAS CERÂMICAS DECORADAS CAMPANIFORMES

Neste capítulo serão considerados todos os fragmentos de cerâmicas decoradas campaniformes recolhidos até ao presente (1999) nos diversos *loci* da estação arqueológica, cuja distribuição tipológica se apresenta no QUADRO III. Os principais resultados obtidos da respectiva análise podem sumarizar-se do seguinte modo:

- no interior da fortificação, recolheram-se 52 fragmentos campaniformes decorados (Figs. 8 a 13), constituindo quantitativo baixo, quando comparado com o correspondente às cerâmicas decoradas não campaniformes oriundas da mesma camada arqueológica. Apenas 6 fragmentos exibem decorações incisadas, estando representados vasos campaniformes com decoração “marítima” (1) e linear (1), além de duas taças Palmela. No conjunto pontilhado, predominam largamente os vasos campaniformes com decoração “marítima” (22) seguido pelas caçoilas de ombro (12), encontrando-se ausentes as taças Palmela;
- no exterior da fortificação em zona imediatamente adjacente a primeira linha defensiva e na camada de derrubes a ela correspondente, recolheram-se 33 fragmentos campaniformes decorados (Figs. 14 a 20). A técnica pontilhada é apenas ligeiramente mais frequente que a incisa (18 contra 15 exemplares), continuando a ser os vasos campaniformes a pontilhado com decoração “marítima” o tipo mais frequente (6), seguidos pelas taças Palmela com decoração incisa (4). Esta tendência para o acréscimo das decorações incisadas transparece também na zona adjacente à *Casa FM*, incluindo o recinto exterior daquela unidade habitacional: dos 55 fragmentos decorados campaniformes recolhidos, 31 apresentam a técnica incisa (Figs. 21 a 28). No conjunto, predominam as grandes caçoilas incisadas (12), seguidas pelos vasos campaniformes com decoração “marítima” a pontilhado (6) e pelas taças Palmela incisadas (5). Naturalmente, o conjunto campaniforme em causa, poderá não corresponder a uma única associação funcional, visto provir de zonas de derrube da antiga fortificação e do espaço exterior a esta, o qual poderia ter sido sucessivamente ocupado em épocas distintas. Desta forma, é limitado o uso cronológico e cultural que se possa fazer dos resultados obtidos, apesar da ausência de quaisquer outras cerâmicas decoradas, designadamente do Calcolítico Pleno;
- do recinto interno da *Casa FM*, correspondente ao espaço doméstico efectivamente ocupado, provém o conjunto mais numeroso de cerâmicas decoradas campaniformes: 109 fragmentos (Figs. 29 a 47). Ao contrário do anterior, este conjunto possui significado cronológico-cultural preciso, visto tratar-se de unidade habitacional, forçosamente de “vida curta”. As decorações obtidas pela técnica pontilhada, largamente dominantes (80), têm paralelo no registo correspondente ao interior da fortificação, onde tal preponderância é ainda mais marcada;
- por último, do interior da *Casa EN* provém o conjunto campaniforme menos numeroso, apenas constituído por 21 fragmentos decorados; predomina largamente a técnica incisa (15 exemplares),

aplicada predominantemente a taças Palmela (4), enquanto que, dos seis exemplares decorados a pontilhado, quatro pertencem a grandes caçoilas (Figs).

As diferenças observadas na distribuição tipológica das cerâmicas campaniformes pelos diversos *loci* possuem, naturalmente, significado cronológico-cultural que importa discutir.

QUADRO 3 - Leceia. Distribuição das cerâmicas campaniformes pelos diversos *loci* identificados

	Interior da fortificação		Exterior da fortificação		Cabana FM (interior)		Cabana FM (exterior)		Cabana EN		Totais
	Pontilhado	Inciso	Pontilhado	Inciso	Pontilhado	Inciso	Pontilhado	Inciso	Pontilhado	Inciso	
Vasos campaniformes M	22	1	6		13	3	6	1			52
Vasos campaniformes L	2	1			3		1			7	
Vasos campaniformes G						1		1			2
Caçoilas de perfil suave				1	1						2
Caçoilas carenadas	1		1	1	4	2	1	3	1	2	16
Caçoilas de ombro	12		1		11		2	3			29
Grandes caçoilas	1		4	3	2	3	1	12	4	2	32
Taças Palmela (s.l.)		2	4	4	7	7	1	5		4	35
Esféricos			1		1			1			3
Taças em calote	1		1		23	3	2	1		1	32
Inclassificáveis	7	2		6	15	10	10	4	1	6	59
Totais	46	6	18	15	80	29	24	31	6	15	269

Legenda: M – vasos marítimos com decoração em bandas preenchidas interiormente;
L – vasos marítimos com decoração linear; G – vasos de grandes dimensões.

5 - DISCUSSÃO

Tradicionalmente, considera-se a existência de um faseamento tripartido na génese e afirmação da presença campaniforme na Estremadura portuguesa. A fase mais antiga – o Grupo Internacional –

encontrar-se-ia representada pelo vaso campaniforme com decoração pontilhada “marítima” associada a caçoilas com decoração geométrica, igualmente obtida a pontilhado. Suceder-lhe-ia outra fase, na qual as produções de carácter local se acentuam (HARRISON, 1977, 1984) avultando as taças com lábio mais ou menos espessado, decoradas a pontilhado (taças Palmela): trata-se do Grupo de Palmela (SOARES & SILVA, 1974/77). A última fase seria caracterizada pela predominância das decorações obtidas pela técnica incisa, aplicadas a formas diversificadas, de marcado cunho regional. As taças Palmela afiguram-se agora de grandes dimensões, com lábio muito largo e aplanado, exuberantemente decorado: correspondem ao Grupo Inciso do faseamento daqueles autores.

Outros autores (BÜBNER, 1979), consideram ainda um último período, no qual já não se produziriam cerâmica, com decorações campaniformes, persistindo porém alguns dos elementos da sua cultura material (é o horizonte de Montelavar, no que à área estremenha diz respeito): trata-se de momento que poderíamos designar por epicampaniforme (NOGUEIRA & ZBYSZEWSKI, 1943; JORGE, 1990; SCHUBART, 1971; NIETO-GALLO, 1985). Esta proposta de faseamento do fenómeno campaniforme do território português apresenta afinidades com sequências técnico-tipológicas elaboradas por diversos autores para regiões extra-peninsulares, na medida em que aceita, como estas, a crescente afirmação de estilos locais, de marcado regionalismo, a partir do momento inicial, caracterizado por formas paneuropeias, representadas pelos vasos “marítimos”, com decoração pontilhada. Porém, desde cedo se aceitou que estes grupos estilísticos não se sucediam linearmente no tempo sendo, ao contrário, evidente a coexistência de exemplares característicos de cada um deles; esta situação encontra-se plenamente comprovada pelo registo obtido em Leceia, especialmente na *Cabana FM*. Por outras palavras, tais grupos exprimem apenas tendências evolutivas de carácter geral. Aceitando a aplicação deste princípio a Leceia, haverá que coaduná-lo com as datações radiométricas obtidas nesta estação arqueológica, confrontando depois tais resultados com as observações efectuadas noutros arqueossítios da região em apreço. É o que se fará de seguida.

Os materiais campaniformes recolhidos no interior da fortificação, do ponto de vista tipológico, integram-se bem nos cânones do Grupo Internacional. As 18 datações disponíveis para a Camada 2, no topo da qual ocorrem tais materiais, situam-se entre 4200 ± 70 BP e 3660 ± 50 BP, valores que correspondem aos intervalos, para 95% da probabilidade, de 2920-2580 e 2180-1890 AC, respectivamente. Estes valores extremos enquadram um valor mais provável localizado entre cerca de 2600 e 2300 anos a.C., fazendo uso do conceito de *floruit* de uma cultura ou fase cultural, correspondente ao intervalo central no decurso do qual teriam sido produzidos 50% de todos os objectos a ele correspondentcs (CARDOSO & SOARES, 1996).

Considerando agora o conjunto de cerâmicas decoradas campaniformes oriundas do interior da *Cabana FM* verifica-se que vasos campaniformes “marítimos” coexistem com taças Palmela, além de caçoilas de diversos tipos e pequenas taças em calote; a diversificação de formas regionais é pois evidente, ao mesmo tempo que as decorações incisivas assumem maior importância. Atendendo a tais características é lícito admitir que este conjunto, de curta diacronia pela própria natureza habitacional da estrutura de onde provém, seja mais moderno que o anterior. A datação correspondente obtida em

ossos de animais, porém, não torna evidente tal conclusão: o respectivo resultado (CARDOSO & SOARES, 1990/92) – Sac – 1317 – 4220±50 BP (= 2825-2654 BC para um intervalo de 95% de probabilidade) é parcialmente sobreponível aos resultados cronométricos da Camada 2 para um intervalo de probabilidade de 95%, correspondente a intervalo entre 2850 e 1950 BC (CARDOSO & SOARES, 1996).

Na *Cabana EN* as cerâmicas decoradas campaniformes evocam cronologia nitidamente mais recente que a da *Casa FM*, sugerida pela total ausência do vaso campaniforme “marítimo”, e pelo predomínio quase absoluto das decorações incisas. Esta realidade está em consonância com a data radiométrica obtida: ICEN-1241 – 3950±90 BP, correspondente ao intervalo de 2629-2176 BP, para uma probabilidade de 95% (CARDOSO & SOARES, 1990/92).

Vejamos agora como os resultados obtidos se podem integrar nos conhecimentos actuais sobre a cronologia absoluta do campaniforme na região estremenha e alentejana do território português, discutida em anterior trabalho (CARDOSO & SOARES, 1990/92).

No povoado fortificado de Vila Nova de São Pedro, Azambuja, considerado o sítio epónimo da cultura calcolítica pré-campaniforme da Estremadura portuguesa, A. do Paço, que ali conduziu escavações durante mais de 25 anos, é definitivo no concernente à presença das cerâmicas campaniformes: estas encontravam-se totalmente ausentes dos níveis arqueológicos correlativos da construção e utilização da fortificação, apresentando-se limitadas aos níveis de derrube superiores (PAÇO & SANGMEISTER, 1956); estas observações foram ulteriormente confirmadas por GONÇALVES (1994). A tipologia dos materiais campaniformes não foi ainda objecto de estudo aprofundado: segundo os elementos disponíveis, parece que a técnica pontilhada, aplicada sobretudo a vasos campaniformes “marítimos” e a çaoilas de padrão geométrico, é dominante. Infelizmente, também não se conhece a cronologia absoluta desta presença.

No povoado pré-histórico do Zambujal, Torres Vedras, as observações realizadas no decurso das escavações ali dirigidas por E. Sangmeister e H. Schubart, entre 1964 e 1973, conduziram a conclusões diferentes das obtidas em Vila Nova de São Pedro. Foram sumarizadas do seguinte modo (KUNST 1996, p. 280), dos momentos construtivos mais antigos para os mais recentes e no concernente às associações de cerâmicas decoradas encontradas:

- 1 – “Copos” cilíndricos exclusivos;
- 2 – “Copos” cilíndricos (frequentes) + “folha de acácia” (raras);
- 3 – “Copos” cilíndricos (frequentes) + “folha de acácia” (frequentes) + campaniformes (raros);
- 4 – “Folha de acácia” (frequentes) + campaniformes (frequentes) + “copos” cilíndricos (raros, sempre em posição secundária);
- 5 – Campaniformes (frequentes) + “folha de acácia” (pouco frequente) + “copos cilíndricos” (ausentes ou muito raros).

Da sucessão descrita, avultam as seguintes conclusões principais:

- 1 – Apenas na fase inicial de construção e ocupação do Zambujal não se encontram representadas cerâmicas campaniformes.
- 2 – As cerâmicas campaniformes coexistem seguramente com as cerâmicas com decoração em “folha de acácia”, características do Calcolítico Pleno estremenho, não sendo todavia claro se também foram usadas simultaneamente com os “copos”, recipientes típicos do Calcolítico Inicial.
- 3 – Verifica-se uma frequência progressiva das cerâmicas campaniformes ao longo da sequência, com o tempo.

Do ponto de vista tipológico, predominam largamente, como em Vila Nova de São Pedro, os vasos campaniformes “marítimos” com decoração a pontilhado (KUNST, 1987). A presença campaniforme estender-se-ia, no Zambujal, desde a Fase construtiva 2A até à Fase 4C. Tal lapso de tempo encontra-se balizado pelos seguintes intervalos (para 95% da probabilidade): 2825-2654 BP e 2142-1860 BP, correspondentes, respectivamente, às datas GrN – 7009 – 4200±40 BP e Grn – 6668 – 3625±65 BP. HARRISON (1988) seleccionou seis datas radiocarbónicas do Zambujal, directamente relacionáveis com a presença de vasos campaniformes “marítimos” na estação, desde a Fase construtiva 3 até à 4b. A média ponderada deste conjunto, 4040±20 BP corresponde a sete intervalos calibrados, todos de curta expressão temporal, o primeiro entre 2850 e 2825 BC, o último entre 2505-2495 BP. Esta dispersão deve-se ao facto de a curva de calibração apresentar numerosas oscilações para a época em apreço, tornando-se quase horizontal (CARDOSO & SOARES, 1990/92, Fig. 10); seja como for, o autor considera a emergência das cerâmicas campaniformes na Estremadura, como em outras zonas da Península Ibérica, em cerca de 2650 BC. Recentemente, tal emergência foi mesmo ligeiramente recuada (HARRISON & MEDEROS MARTIN, 1998), ao mesmo tempo que se admitia a dificuldade de separar cronologicamente os diversos grupos ou estilos campaniformes. A aceitar a validade de tais resultados, as primeiras manifestações campaniformes no Zambujal ter-se-iam produzido em plena primeira metade do III milénio BC, conclusão que condiz com a referente a Leceia e ao povoado de Porto Torrão, Ferreira do Alentejo, cuja ocupação campaniforme foi também situada, para um intervalo de 95%, de confiança entre 2823 e 2658 BC correspondente à data ICEN – 60/61 – 4220±45 BP (CARDOSO & SOARES, 1990/92).

Desta forma, somos levados a admitir para as cerâmicas campaniformes no Ocidente peninsular uma cronologia bastante mais antiga que aquela que, tradicionalmente, lhe vinha sendo atribuída. Esta conclusão tem paralelo noutros sítios campaniformes da Península Ibérica (HARRISON, 1988; HARRISON & MEDEROS MARTIN, 1998).

Na região de Lisboa, importa ainda valorizar as quatro datas radiocarbónicas obtidas sobre ossos humanos da necrópole campaniforme em gruta natural de Verdelha dos Ruivos (CARDOSO & SOARES 1990/92):

GrN-10971-3960±40 BP
GrN-10972-4100±60 BP
GrN-10973-4000±35 BP
ICEN-1242-3940±45 BP

A calibração destas datas para um intervalo de confiança de 95% faz situar as respectivas tumulações no 3.º quartel do III milénio BC, exceptuando-se a data mais antiga, para a qual se obteve o intervalo mais provável de 2709-2488 BP. Tais resultados parecem de acordo com o facto de ali estarem representados apenas materiais campaniformes tardios, predominando as taças Palmela incisas (LEITÃO *et al.*, 1984). Nesta medida, confirmam a data obtida para a *Cabana EN* de Leceia.

As considerações anteriores conduzem a admitir uma cronologia para a afirmação dos primeiros campaniformes na região estremenha em torno de 2700 BC, representados por vasos e caçoilas do estilo “marítimo” e linear decorados a pontilhado encontrando-se as cerâmicas com decorações cordadas completamente ausentes.

A adaptação das novas técnicas e temáticas decorativas a formas de marcado regionalismo como a taça Palmela – que só esporadicamente ultrapassa a região do Tejo e do Sado, onde é muito abundante – e suas variantes deverá ter-se processado muito rapidamente: com efeito, não seria necessário mais do que uma dezena ou vintena de anos para que tais “novidades” pudessem ser totalmente “apropriadas” pelos artífices locais, sem que, contudo tal opção implicasse o completo abandono das temáticas decorativas cerâmicas do Calcolítico Pleno; tal conclusão é ilustrada pela coexistência de ambos os grupos cerâmicos nos níveis superiores do povoado calcolítico da Rotura, Setúbal (SILVA 1971; GONÇALVES, 1971). Pelo que se disse, parece improvável que, na região do Tejo e Sado alguma vez se possa isolar estratigraficamente um conjunto “marítimo” puro: nesta região, os vasos campaniformes associam-se, por via de regra, em maior ou menor grau, a formas locais com decoração pontilhada, configurando um “Grupo de Palmela” (SOARES & SILVA 1974/77), podendo ser também, chamado de Chibanes (BÜBNER, 1979) de forma mais alargada do que a anteriormente considerada. A total ausência, em alguns conjuntos cerâmicos exclusivamente com decoração pontilhada, de vasos campaniformes “marítimos” como o oriundo do povoado de Malhadas, Palmela (SOARES & SILVA, 1974/77), pode explicar-se facilmente pela escassa amostragem ali recolhida (não dispomos de quaisquer elementos quantitativos sobre o material especializado daquele pequeno sítio). Estes considerandos têm estreito equivalente nas conclusões de HARRISON & MEDEROS MARTIN (1998), ao atribuírem ao Grupo de Ciempozuelos – equivalente mesetenho do Grupo de Palmela – larga diacronia, indissociável da que anteriormente o primeiro dos autores tinha conferido ao Grupo “Marítimo” (HARRISON, 1988). O conjunto cerâmico campaniforme oriundo da *Cabana FM* de Leceia inscreve-se em tal grupo, visto de forma mais abrangente do que a admitida até ao presente.

Enfim, as cerâmicas campaniformes do Grupo Inciso – o mais recente das periodizações admitidas por diversos autores (SOARES & SILVA, 1974/77; BUBNER 1979) – têm equivalentes nas decorações especializadas, de carácter marcadamente regional, do grupo de Carmona (HARRISON, 1988) também

predominantemente incisas, que aquele autor situou entre 2400 e 2100 BC. As datas obtidas para o conjunto campaniforme inciso exumado na gruta sepulcral da Verdelha dos Ruivos fazem recuar, porém, a cronologia deste grupo cerâmico em Portugal para o terceiro quartel do III milénio a.C., com terminus provável antes de 2250 BC, e, em qualquer caso, antes do fim do milénio como também indica a data obtida para a *Cabana EN* de Leceia. Em apoio desta conclusão pode invocar-se a data radiocarbónica obtida sobre ossos do povoado do Bronze Pleno do Catujal, Loures, situado a escassos km de distância daquela gruta sepulcral e pertencente a fase cultural obviamente posterior à representada naquele com estreitas afinidades com o Bronze do Sudoeste (CARDOSO, 1994b): ICEN - 843 - 3570±45 BP, correspondente ao intervalo para 95% de confiança de 2028-1752 BC.

Uma última observação: a ausência da taça Palmela em contextos campaniformes cada vez mais distantes do foco de tal tipo cerâmico nada diz quanto à eventualidade de poderem ser mais antigos daqueles, onde ocorra, tendo presente a nítida incidência geográfica da sua distribuição, em torno dos estuários do Tejo e do Sado.

6 – CONCLUSÕES: A EVOLUÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL DA FORMAÇÃO CAMPANIFORME NA ESTREMADURA

A plena afirmação da presença campaniforme na Estremadura –verificada, segundo os elementos cronométricos disponíveis – por meados do III milénio BC encontra-se tradicionalmente conotada com o declínio da cultura pré-campaniforme de Vila Nova de São Pedro. Na verdade, o início do declínio dos centros populacionais fortificados mais importantes, onde se concentrava a população, verifica-se antes daquela presença, ou pelo menos é dela independente, como se conclui das observações realizadas em Leceia (CARDOSO, 1994), onde tal decadência é evidente desde os primórdios do Calcolítico Pleno, tanto a nível das construções habitacionais como, sobretudo, das defensivas, em contextos de onde as cerâmicas campaniformes se encontram totalmente ausentes. Assim sendo, o declínio aludido explica-se por razões inerentes à própria evolução da sociedade calcolítica pré-campaniforme da área estremenha. Muito mais móveis e por isso melhor adaptadas às limitações impostas pelas condições ambientais envolventes – a começar pela própria dependência dos recursos naturais ali potencialmente disponíveis – as primeiras comunidades campaniformes que ocuparam a região, no decurso do segundo quartel do III milénio a.C. corporizam uma nova ordem económica, já não baseada no modelo demográfico e económico anterior, baseado em grandes povoados fortificados, o qual determinou o seu próprio declínio. Tal foi a resposta à situação prevalecente, caracterizada pela mútua competição inter-povoados, determinando um estado de permanente tensão social, agravada pela ausência de um poder político hierarquizado e centralizado. A fissão desta estrutura social foi, pois, determinada por razões endógenas, próprias da sociedade calcolítica pré-campaniforme, e inerentes à sua evolução interna, à qual as comunidades campaniformes foram completamente estranhas, embora tivessem assumido

plenamente a nova ordem demográfica, imposta pelas circunstâncias, para a qual se encontravam naturalmente preparadas; tal facto encontra-se evidenciado pelo registo arqueológico disponível caracterizado pela multiplicação de pequenos “habitats” abertos situados nas planícies ou encostas suaves, de que se conhecem numerosos exemplos na região imediatamente a Norte de Lisboa, nos concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra e Mafra.

Em tais sítios, predominam largamente as cerâmicas campaniformes incisadas (CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996; CARREIRA, CARDOSO & LOPES 1996; CARDOSO & CARREIRA, 1996; CARREIRA & LOPES, 1994), atestando a sua relativa modernidade. Porém, ainda que a expressão numérica de tais testemunhos seja em geral reduzida, a sua dispersão pelos vastos e férteis terrenos da região referida, indicia a ocupação estável e permanente dos territórios assim constituídos, por parte de comunidades de pastores e agricultores, assumindo a prática da ceralicultura extensiva papel naturalmente importante, como é indicado pela presença de elementos de foice sobre lâminas de sílex. Por outro lado, os escassos elementos arqueozoológicos disponíveis, indicam a presença de ovinos/caprinos e de grandes bovídeos domésticos (SOARES & SILVA, 1974/77, p. 106; CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996), estes últimos incompatíveis com sazonalidade ou ocupações temporárias. Desta forma, o abandono dos grandes sítios fortificados, longe de constituir uma regressão no grau de desenvolvimento tecnológico ou económico atingido no decurso do Calcolítico Inicial, foi simplesmente a resposta encontrada que viabilizou a plena afirmação de todas as capacidades produtivas e de exploração dos recursos naturais potencialmente disponíveis nos respectivos territórios, assegurando desta forma a sobrevivência das próprias comunidades. Efectivamente, já anteriormente se tinha verificado discordância entre a pujança da cultura material da comunidade do Calcolítico Pleno que permaneceu em Leceia e a qualidade construtiva das respectivas habitações, cuja degradação acompanha o declínio da própria fortificação (CARDOSO, 1994). Parece, pois, haver independência no decurso do Calcolítico entre os fenómenos de intensificação económica e o de fortificação, a qual é plenamente afirmada pelas populações campaniformes tão bem corporizadas pelas duas cabanas que edificaram no exterior da fortificação de Leceia, contemporâneas das populações de tradição cultural mais antiga, que ainda ocupavam o espaço intramuros. Com efeito, é bem conhecida a presença, pela primeira vez, de produtos manufacturados de evidente circulação transregional, que demonstram o poder aquisitivo destas comunidades: o chamado “pacote” campaniforme; tais peças acompanham a plena afirmação das actividades metalúrgicas do cobre, produto inexistente na Estremadura, cuja origem alentejana implica a manutenção da rede de trocas estabelecida anteriormente, desde o Neolítico Final.

Por outro lado, a presença, cada vez mais importante de armas, encontra-se evidenciada nos derradeiros momentos do Campaniforme por punhais ou adagas, como o encontrado em uma sepultura cistóide de Montelavar, Sintra (NOGUEIRA & ZBYSZEWSKI, 1943), com paralelos tanto no Norte do País, como a célebre sepultura da Quinta da Água Branca, Vila Nova de Cerveira (FORTES, 1906), na qual se recolheu também uma lâmina de punhal ou adaga, acompanhada de jóias auríferas, como no Sul onde corresponde ao horizonte de Ferradeira (SHUBART, 1971). Tal situação sugere continuidade e

até intensificação do processo de diferenciação social observado no decurso de todo o Calcolítico, exactamente o contrário do que poderia ser sugerido pelo declínio, seguido do abandono dos imponentes sítios fortificados, caso fossem considerados isoladamente. Tratar-se-ia, pois, de uma sociedade cada vez mais complexa, prenunciadora de estrutura social plenamente afirmada na Idade do Bronze, de maior contenção conflitual e não de competição generalizada, que esteve na origem, como se disse, do fracasso do modelo social precedente. Esta transição no sentido de uma nova ordem social foi protagonizada, na Baixa Estremadura, pela sociedade campaniforme.

BIBLIOGRAFIA

- BARGE-MAHIEU, H. (1989) – L'habitat perché et les cabanes campaniformes des Calades (Orgon, Bouches-du-Rhône): In: D'ANNA, A. & GUTHERZ, X. (ed.), *Enceites, habitats ceinturés, sites perchés du Néolithique au Bronze Ancien dans le Sud de la France et les régions voisines* (Aix-en-Provence, 1987). Mém. Soc. Languedocienne de Préhistoire, 2, Montpellier, p. 231-237.
- BUBNER, T. (1979) – Ocupação campaniforme do Outeiro de São Bernardo. *Ethnos*, 8, p. 139-151.
- CARDOSO, J.L. (1994) – *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras, número especial. Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras 164 p.
- CARDOSO, J.L. (1994a) – L'habitat chalcolithique fortifié de Leceia. *Les Dossiers de l'Archéologie*, 198, p. 10-15.
- CARDOSO, J.L. (1994b) – Investigação arqueológica na área de Lisboa; Os últimos dez. anos. *Al-Madan*, série II, 3, p. 59-74.
- CARDOSO, J.L. & CARREIRA, J.R. (1996) – Materiais campaniformes e da Idade do Bronze do concelho de Sintra. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, p. 317-340.
- CARDOSO, J.L. & SOARES, A. Monge (1990/92) – Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*, série IV, 8/10, p. 203-228.
- CARDOSO, J.L. & SOARES, A.M. Monge (1996) – Chronologie absolue pour le Néolithique et le Chalcolithique de l'Estremadura portugaise – la contribution de Leceia. *Revue d'Archéométrie*, supplément, p. 45-50.
- CARDOSO, J.L.; NORTON, J. & CARREIRA, J.R. (1996) – A ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, p. 287-299.
- CARREIRA, J.R. & LOPES, F. P. (1994) – A ocupação pré-histórica de Casas Velhas (Mafra). *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1993), 2, p. 137-146.

- CARREIRA, J.R.; CARDOSO, J.L. & LOPES, F.P. (1996) – A estação pré-histórica do Casal de Barronhos (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, p. 301-316.
- FORTES, J. (1906) – La sépulture de Quinta da Água Branca près Porto (Portugal) (Age du Cuivre). *Révue Préhistorique* (Paris), 5, 21p. (separata).
- GONÇALVES, V.S. (1971) – *O castro da Rotura e o vaso campaniforme*. Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, 199 p.
- GONÇALVES, V.S. (1994) – O castro de Vila Nova de S. Pedro. Um típico povoado calcolítico fortificado do 3.^o milénio. In: *Lisboa Subterrânea*, A. M. Arruda (ed.), Lisboa, Museu Nacional da Arqueologia, p. 49-51.
- HARRISON, R.J. (1977) – *The Bell Beaker cultures of Spain and Portugal*. Massachusetts, Peabody Museum (Bulletin of the American School of Prehistoric Research, 35), 257 p.
- HARRISON, R.J. (1988) – Bell Beakers in Spain and Portugal: working with radiocarbon dates in the 3rd millenium BC. *Antiquity*, 62, p. 464-472.
- HARRISON, R.J. & MEDEROS MARTIN, A. (1998) – Bell Beakers and differential social complexity in central Spain. *Bell Beakers Today, International Colloquium*, Riva del Garda, Italy (1988), Abstracts, p. 21-23.
- JORGE, S. OLIVEIRA (1990) – Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios. In: *Nova História de Portugal*, J. Serrão & A. H. Oliveiras Marques (dir.), 1, *Portugal, das Origens à Romanização*, p. 213-251.
- KUNST, M. (1987) – *Zambujal. Glockenbecker und kerbblattverzierte keramic aus den grabungen 1964 bis 1973*. Madrider Beiträge 5.2. Mainz, Philipp von Zabern, 367 p.
- KUNST, M. (1996) – As cerâmicas decoradas do Zambujal e o faseamento do Calcolítico da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, p. 257-287.
- LEITÃO, M.; NORTH, C.T.; NORTON, J.; FERREIRA, O da Veiga & ZBYSZEWSKI, G. (1984) – The prehistoric burial cave at Verdalha dos Ruivos (Vialonga), Portugal. In: *L'Age du Cuivre Européen, civilisations a vases campaniformes*, J. Guilaine (ed.), Toulouse, Centre National de la Recherche Scientifique, p. 221-239.
- NIETO-GALLO, G. (1985) – La Peninsula Ibérica en el II Milénio antes de Cristo. In: *Historia General de España y America*, 1 (1), Madrid, Ediciones RIALP, S.A., p. 351-428.
- NOGUEIRA, A. Mello & ZBYSZEWSKI, G. (1943) – Túmulo da época do Bronze. *Comunic. Serv. Geol. Portugal*, 24, p. 95-97.

- PAÇO, A. do & SANGMEISTER, E. (1956) – Vila Nova de S. Pedro – eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal. *Germania*, 34 (3/4), p. 211-230.
- SCHUBART, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira. *Revista de Guimarães*, 81 (3/4), p. 189-215.
- SILVA, C. Tavares da (1971) – O povoado pré-histórico da Rotura. Notas sobre a cerâmica. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970), 2, p. 175-192.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1974/77) – O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*, série III, 7/9, p. 102-112.

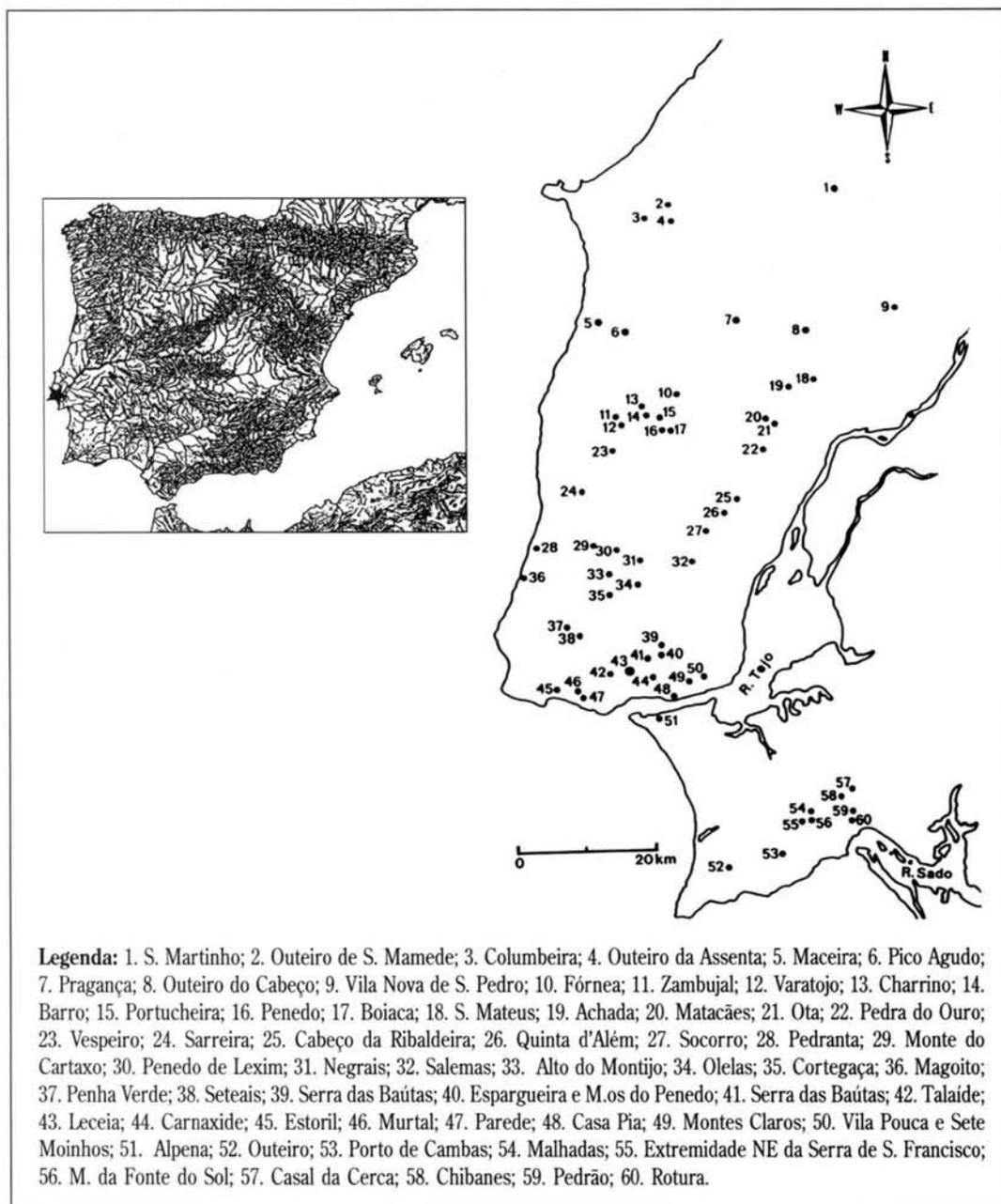


Fig. 1 – Localização do povoado pré-histórico de Leceia na Península Ibérica e no contexto dos principais povoados calcolíticos da Estremadura Portuguesa (seg. CARDOSO, 1997).

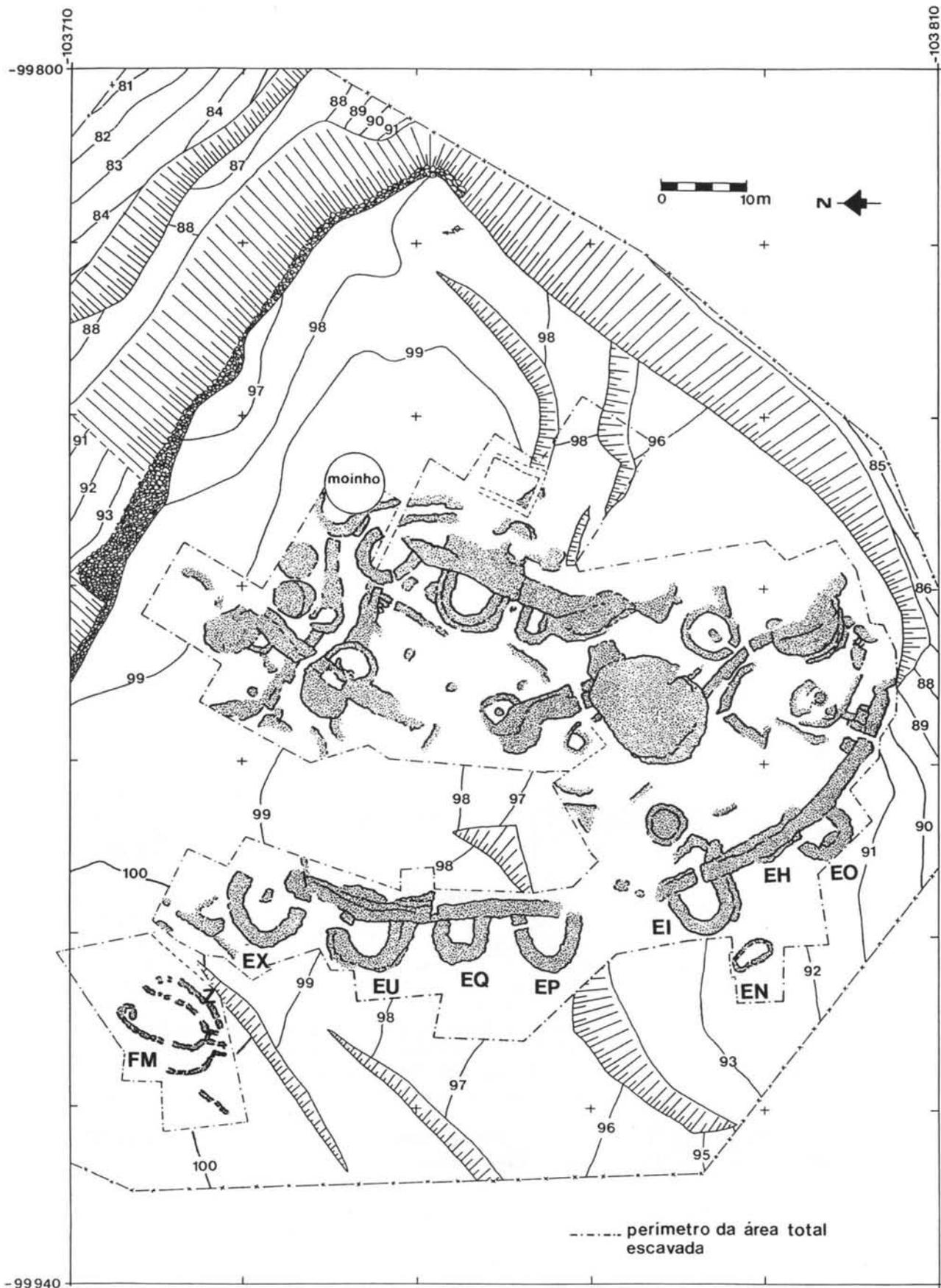


Fig. 2 - Leceia. Planta geral e esquemática da fortificação calcolítica, com menção das estruturas relacionadas com a ocorrência de cerâmicas campaniformes.

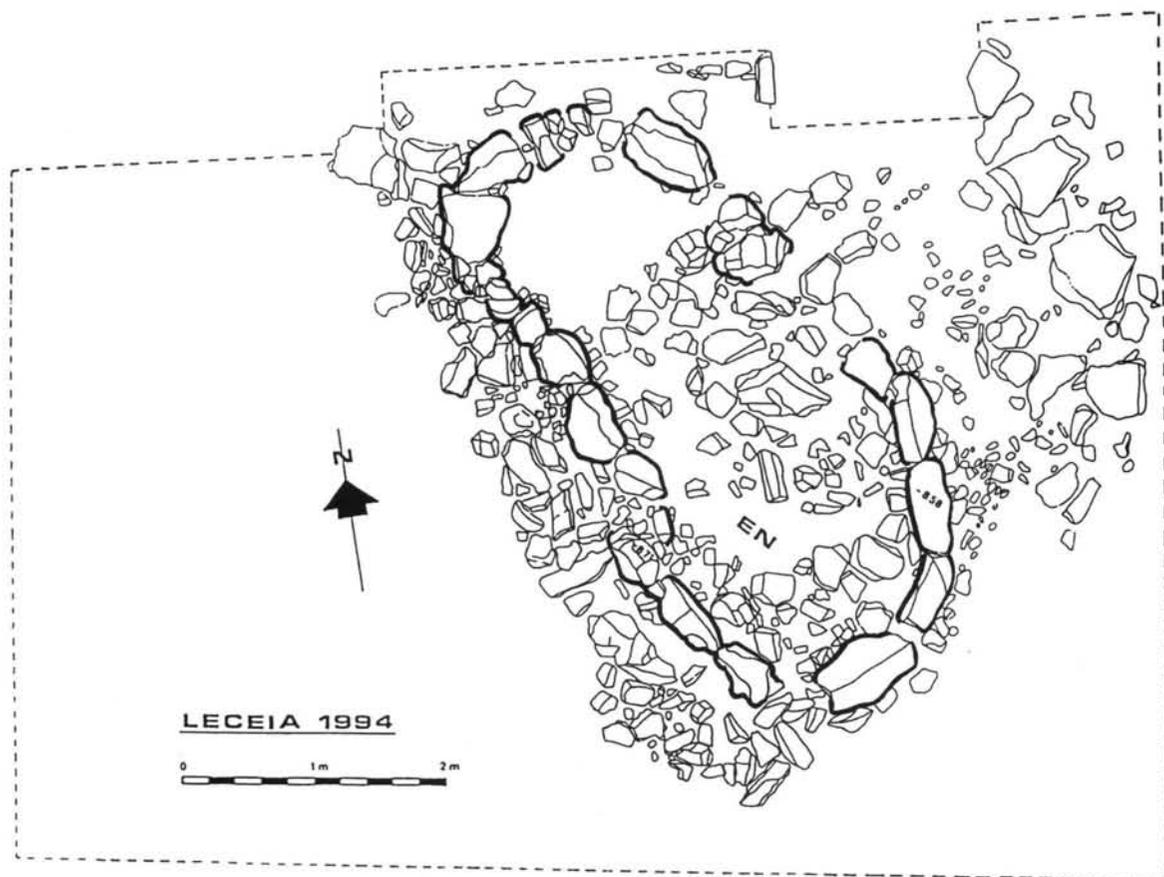


Fig. 3 - Leceia. Planta da *Cabana EN*.



Fig. 4 - Leceia. Vista geral da *Cabana EN*, antes de ter início a escavação do seu interior. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 5 - Leceia. Planta da Cabana FM.



Fig. 6 – Leceia – Cabana FM. Vista parcial, observando-se o duplo alinhamento de blocos calcários, que definem o contorno do primitivo embasamento no terreno. Foto de J. L. Cardoso (1996).



Fig. 7 – Leceia – Cabana FM. Pormenor da entrada no recinto interno, definida por soleira, constituída por lage disposta transversalmente, ao centro. Foto de J. L. Cardoso (1996).

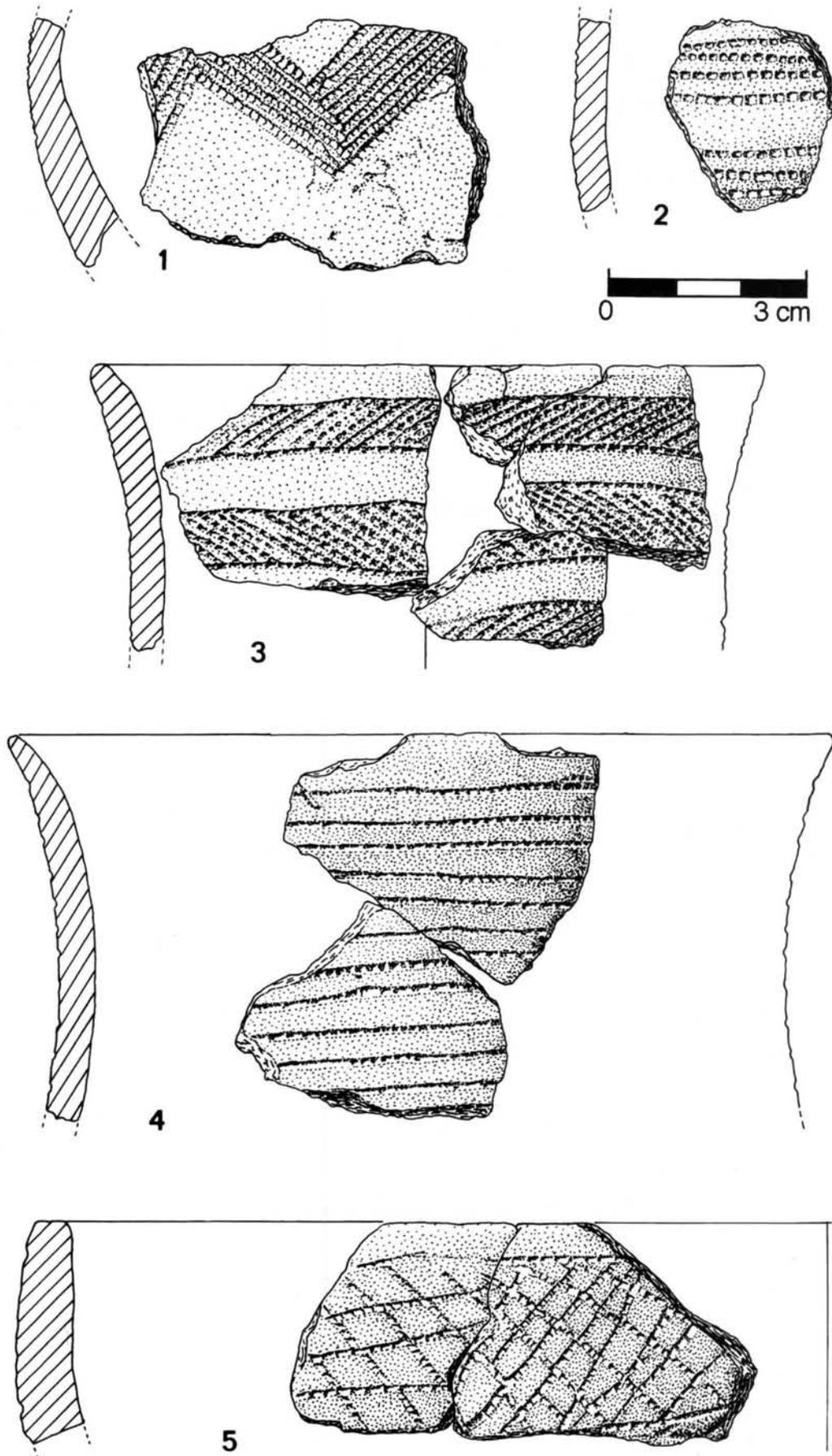


Fig. 8 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação.

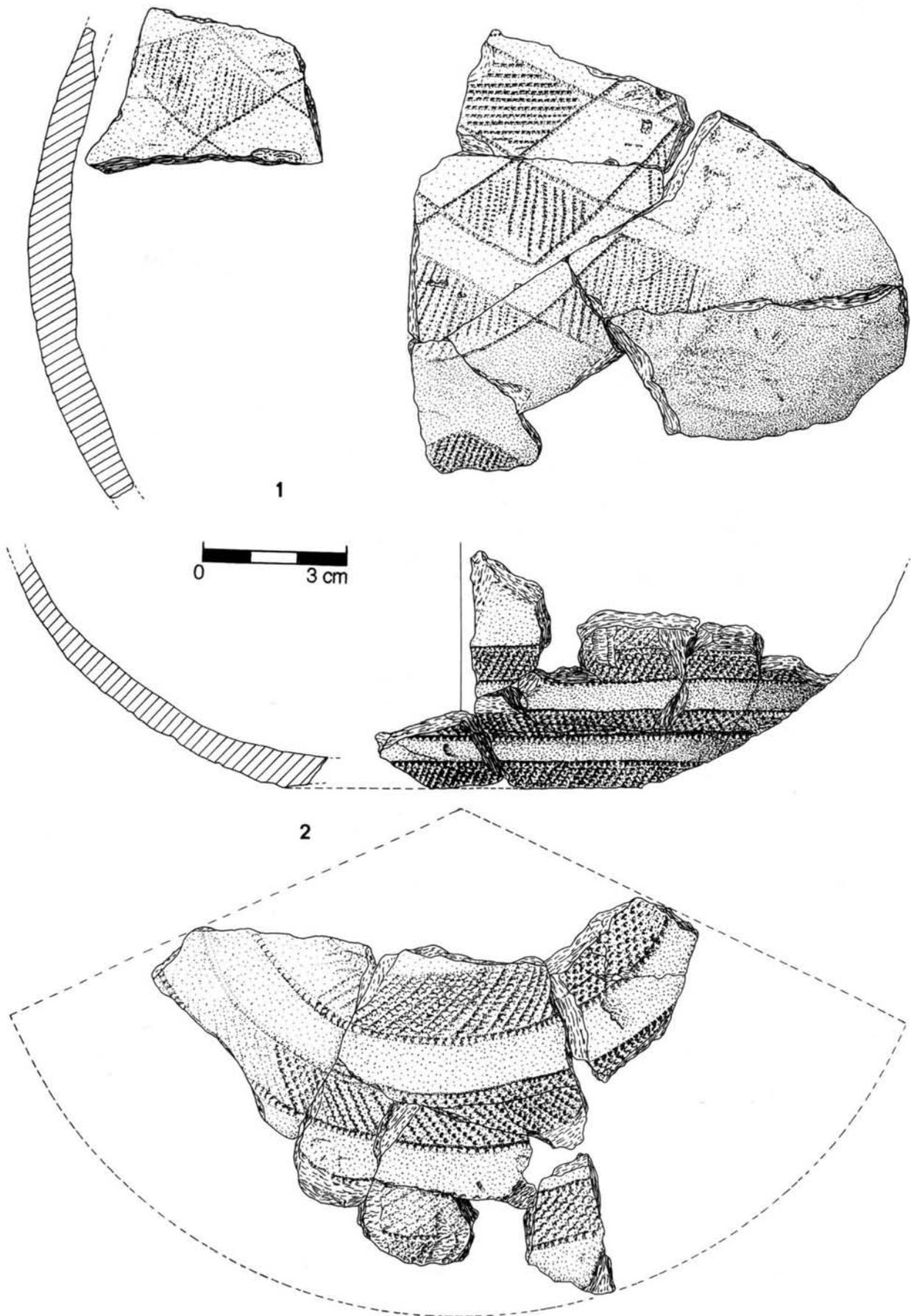


Fig. 9 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação.

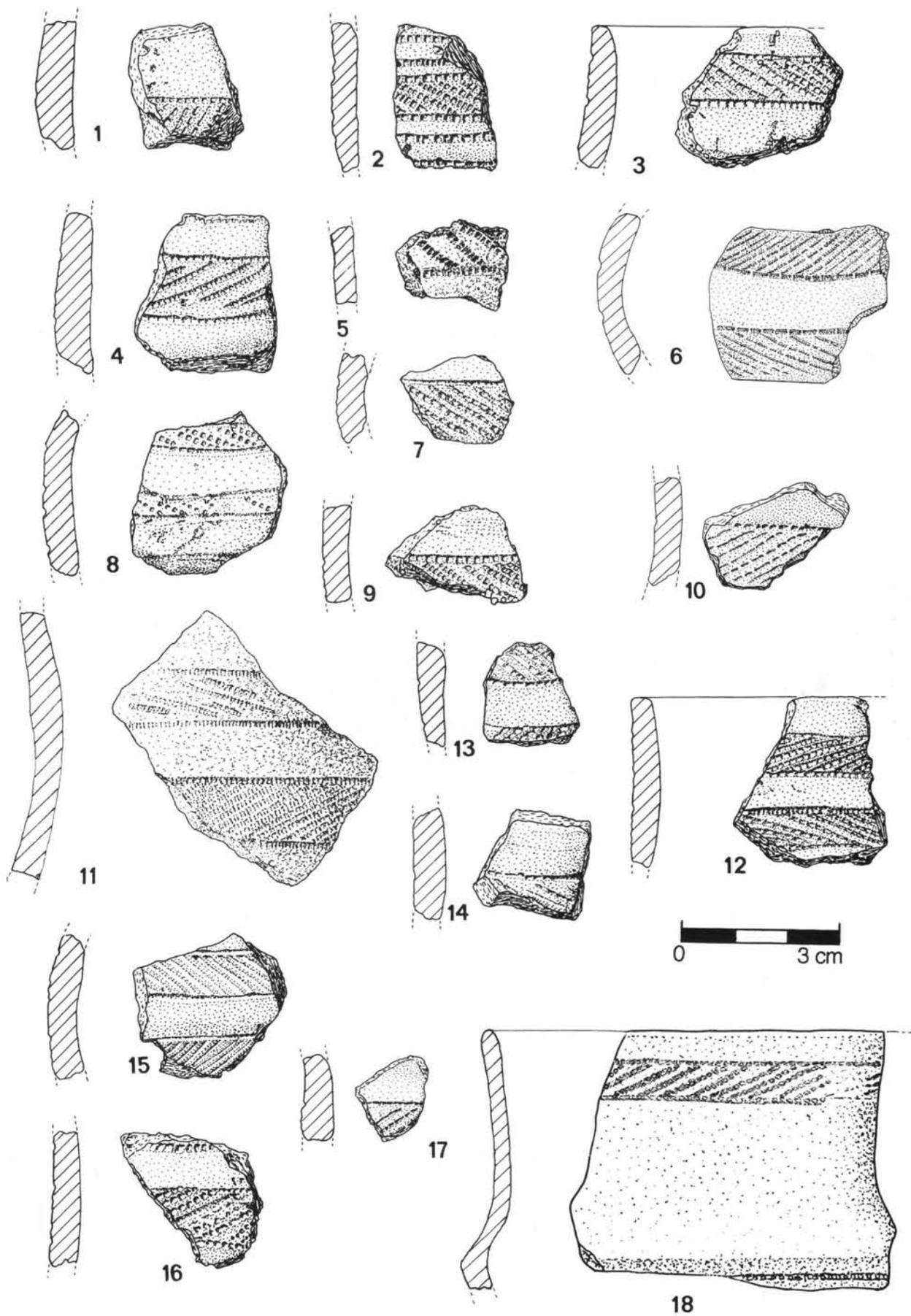


Fig. 10 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação.

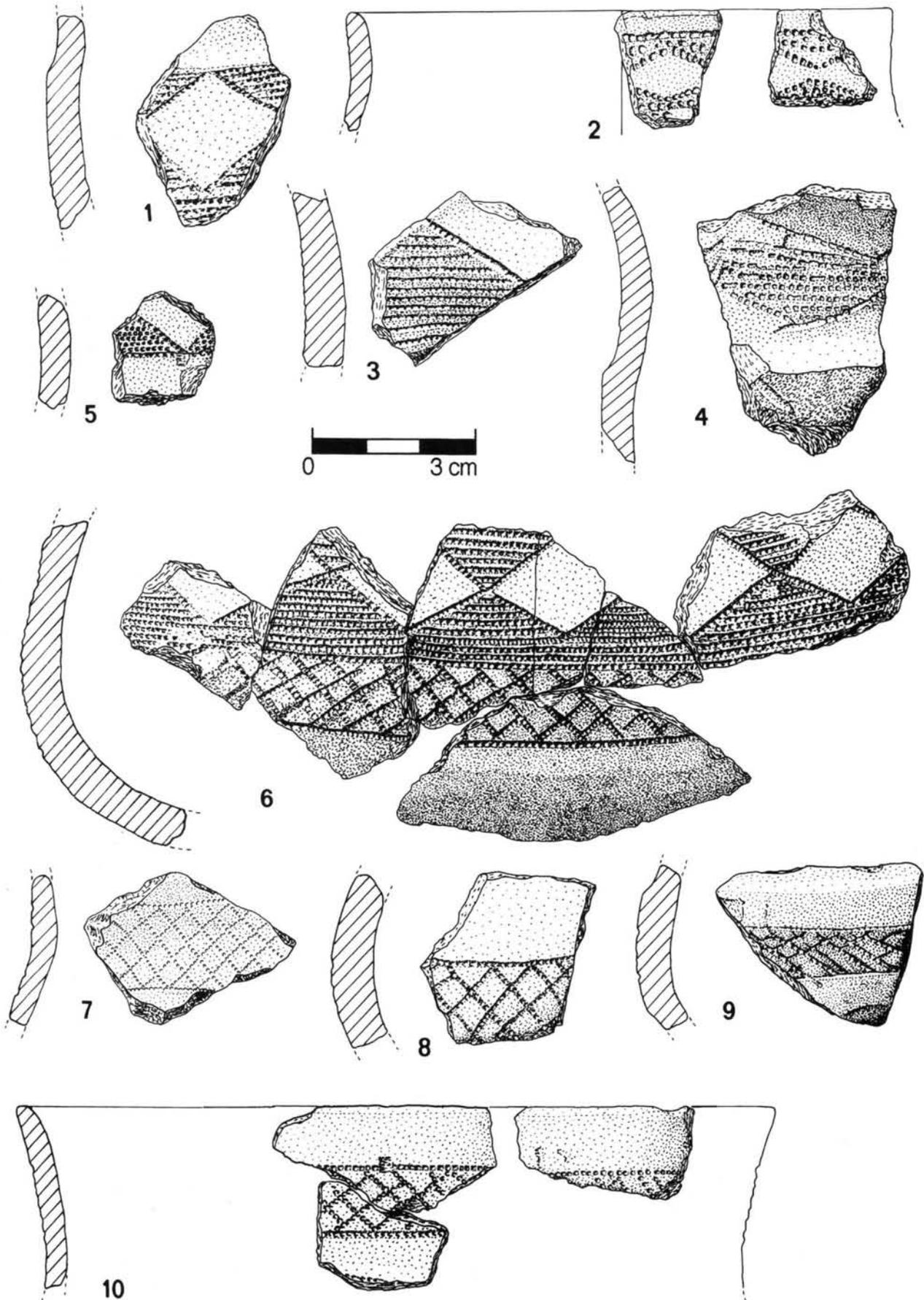


Fig. 11 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação.

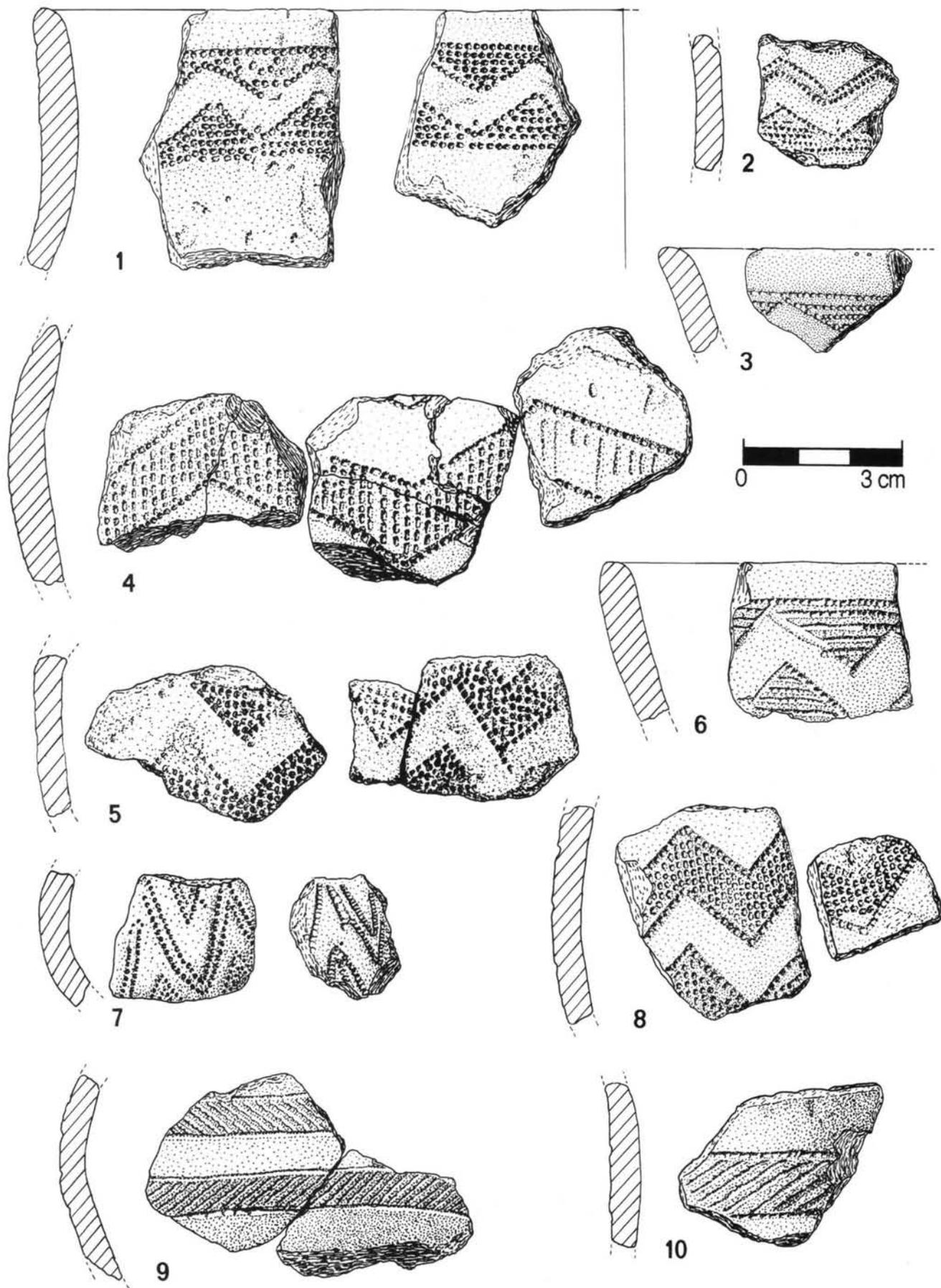


Fig. 12 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação.

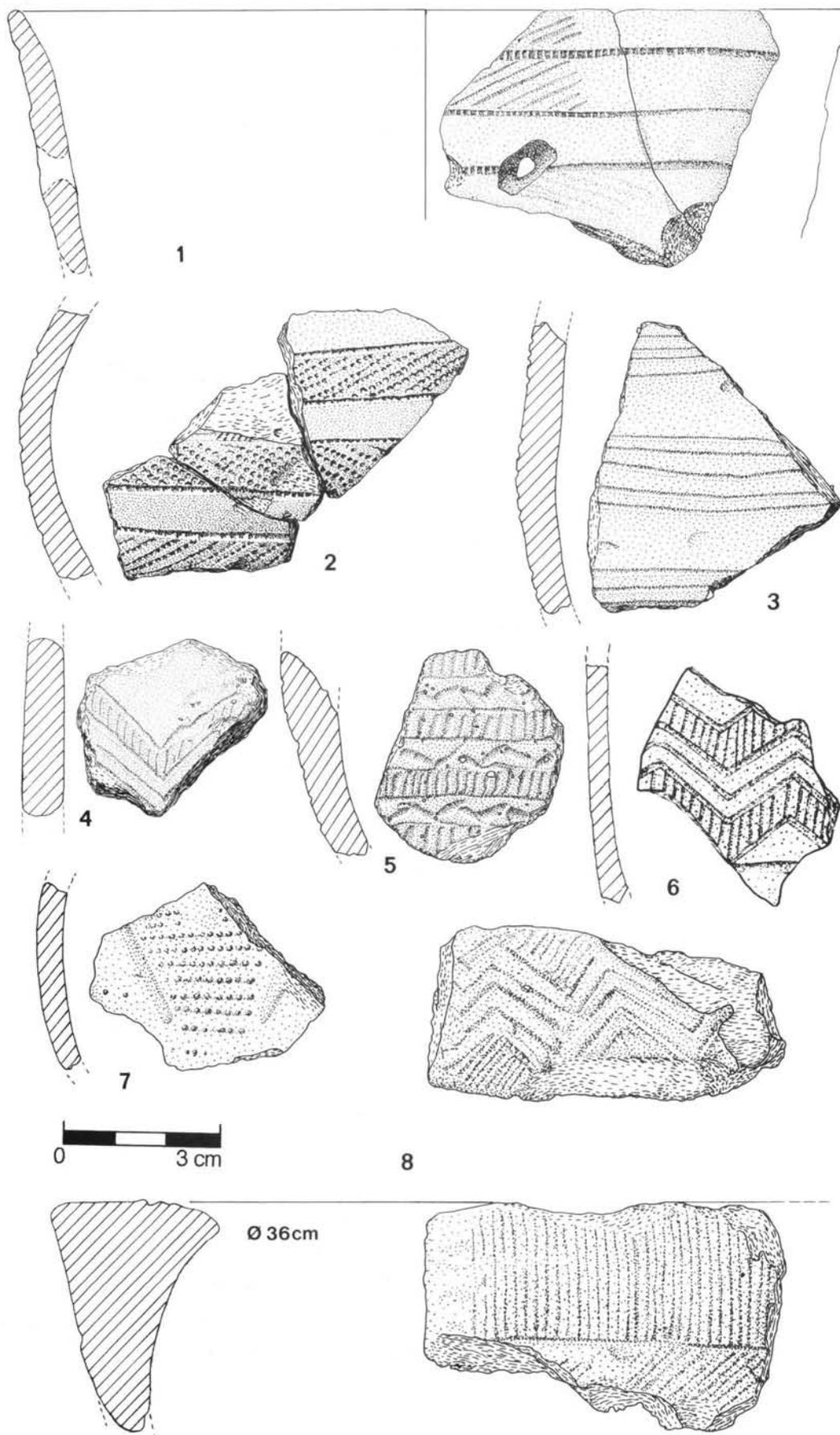


Fig. 13 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação.

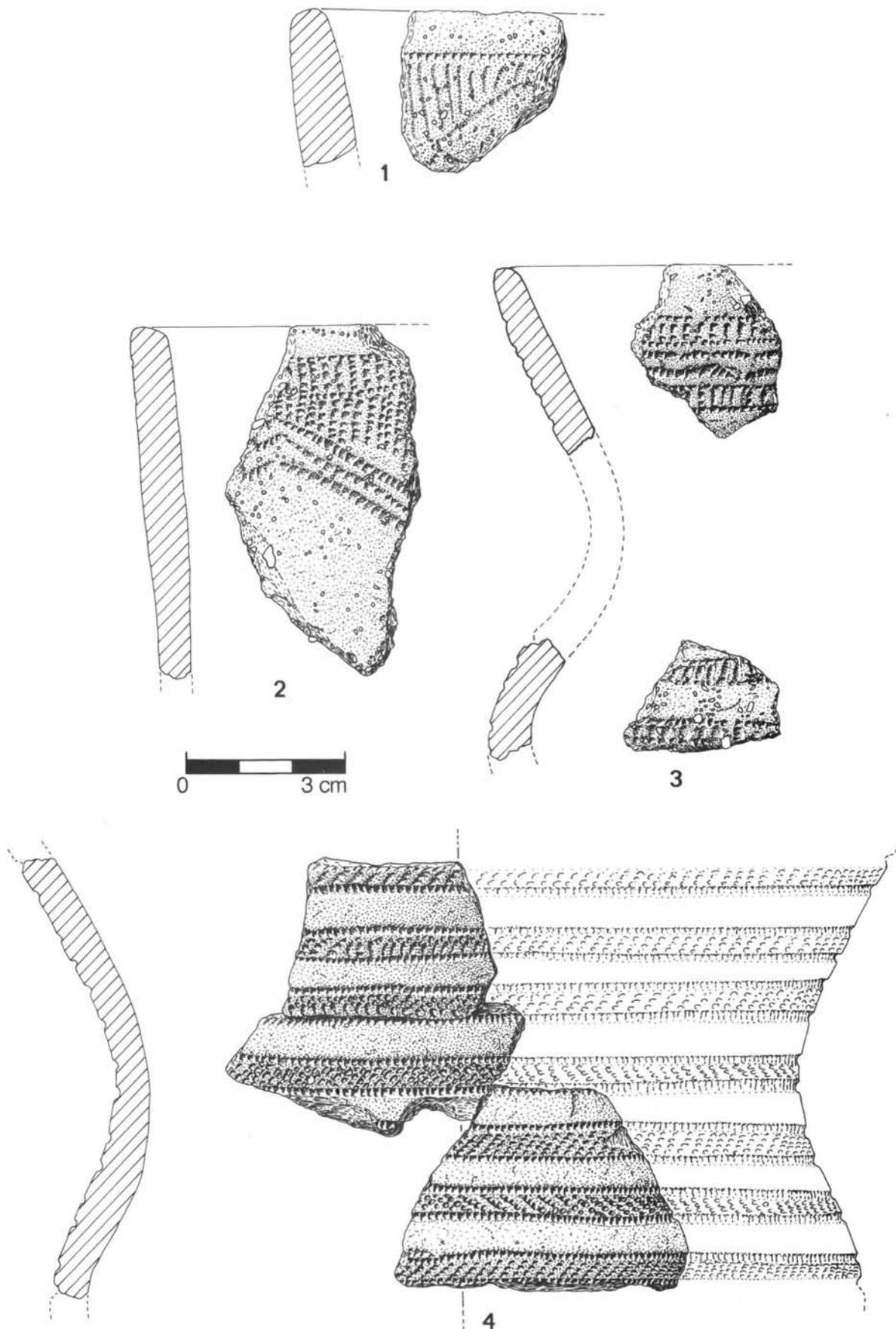


Fig. 14 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação (zona fronteira à *Muralha FN*, a Nordeste do *Bastião EX*).

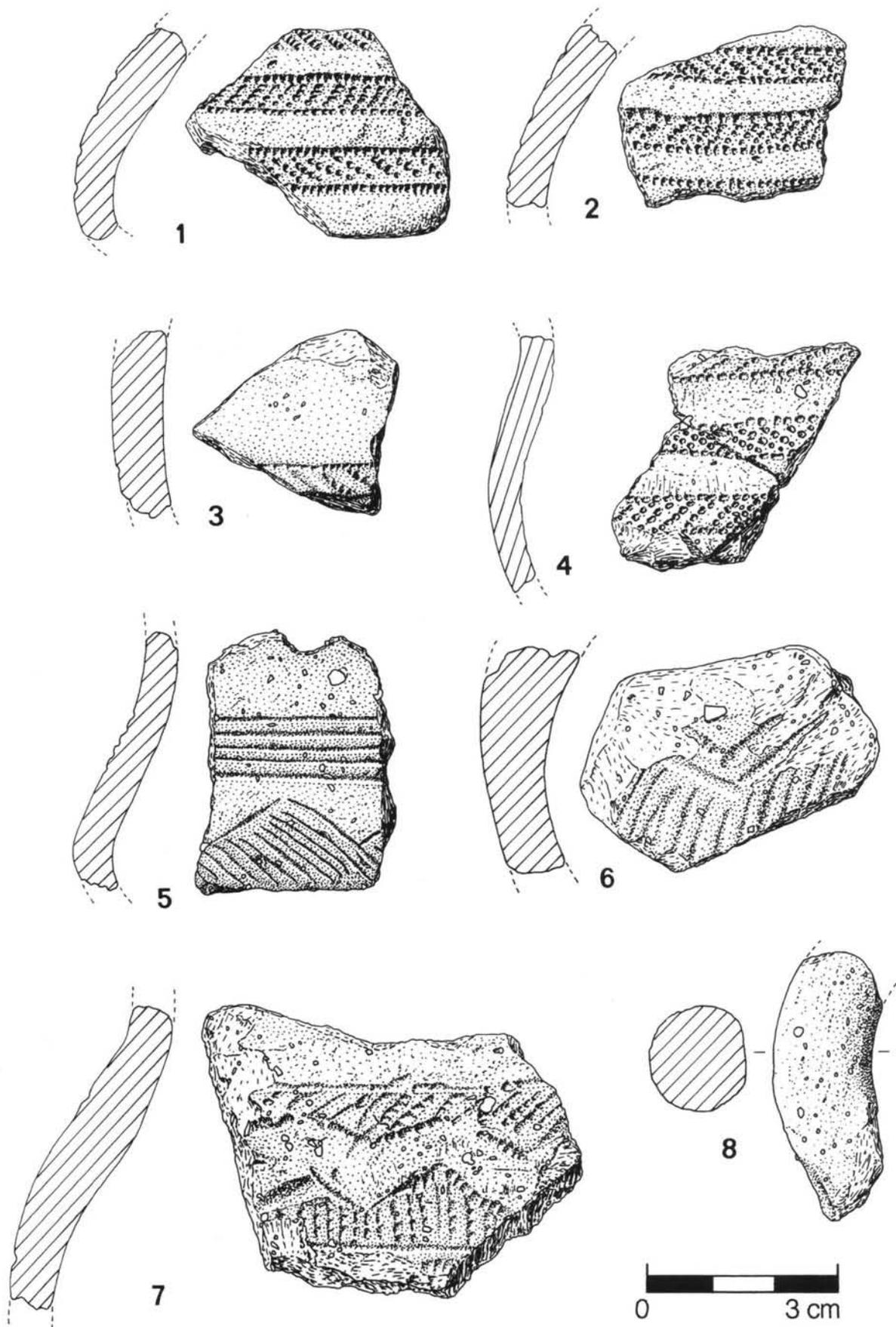


Fig. 15 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação (zona fronteira à *Muralha FN*, a Nordeste do *Bastião EX*).

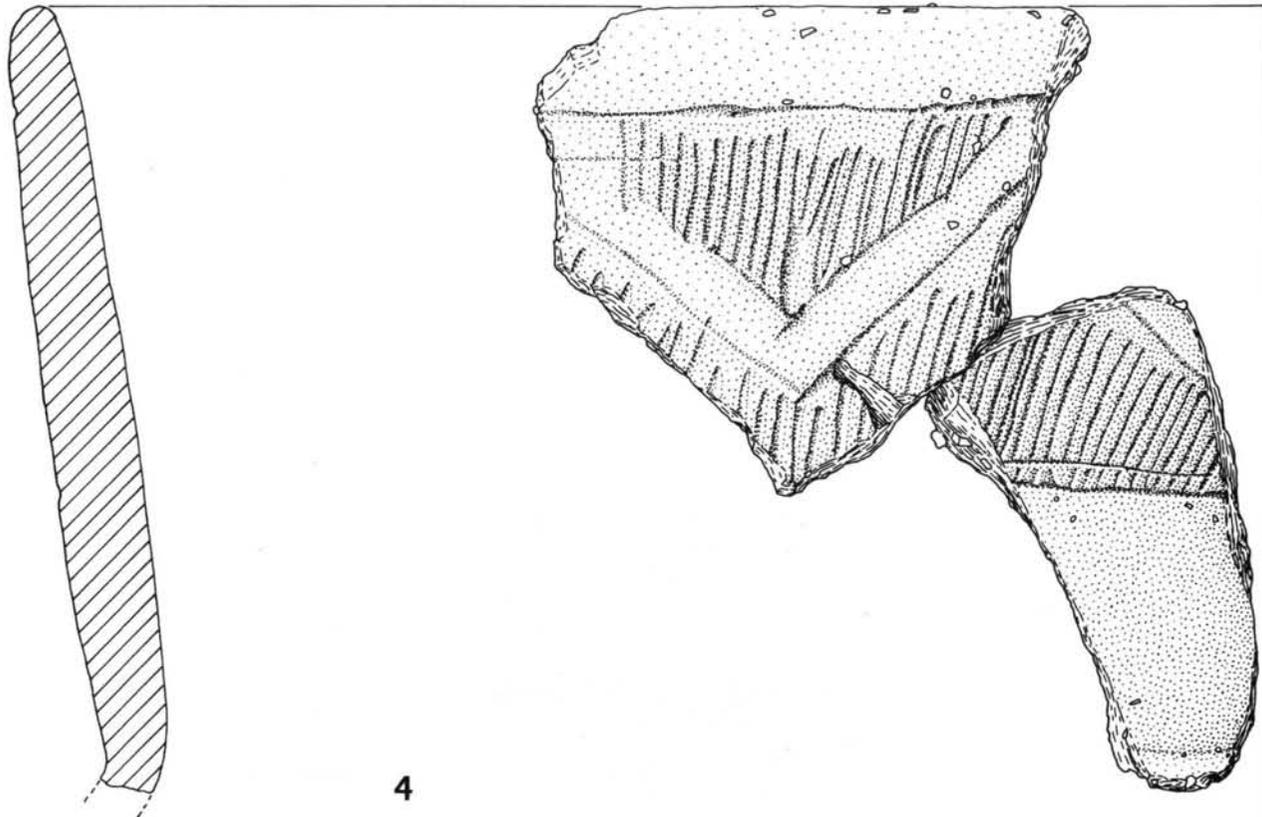
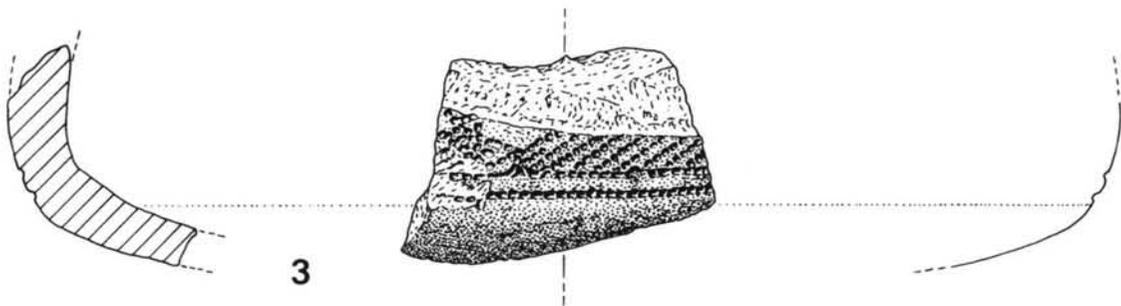
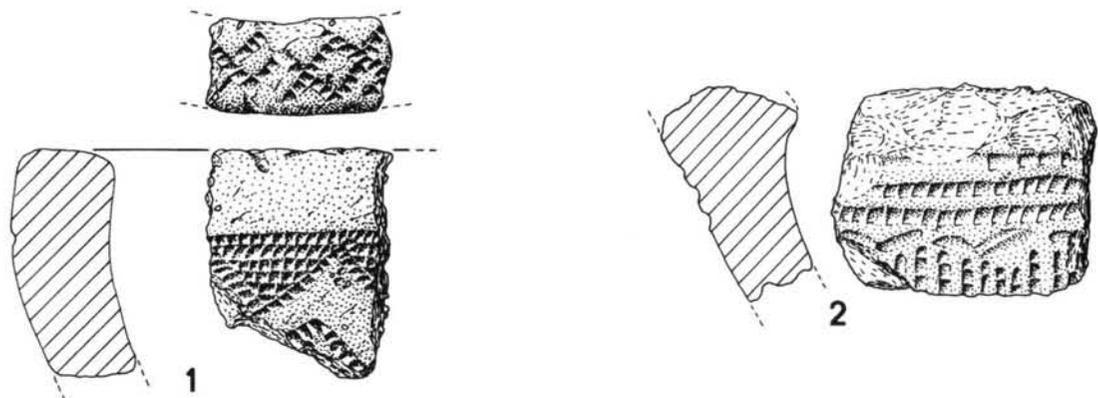


Fig. 16 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação (zona fronteira à *Muralha FN*, a Nordeste do *Bastião EX*).

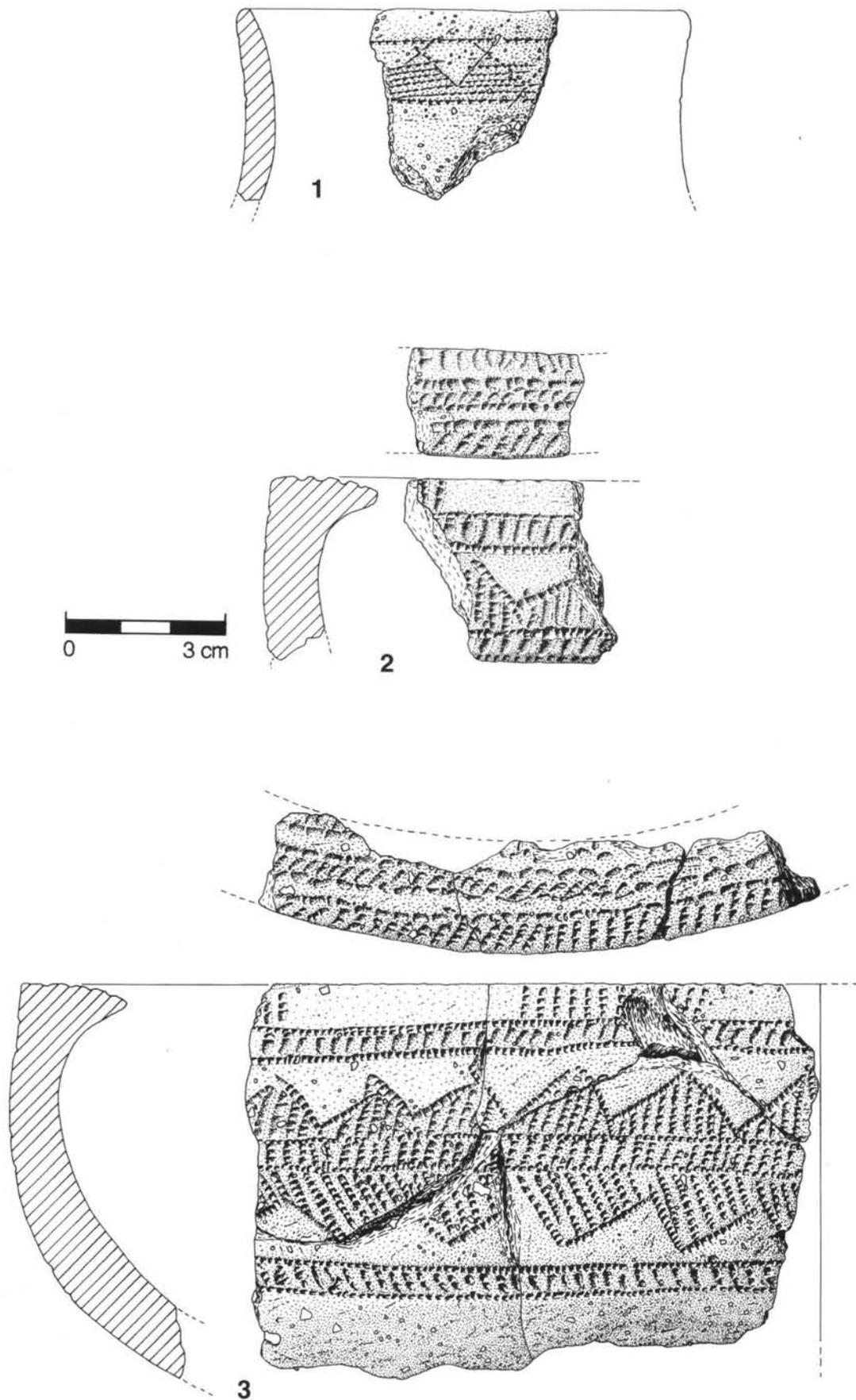


Fig. 17 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação (zona fronteira à *Muralha FN*, a Nordeste do *Bastião EX*).

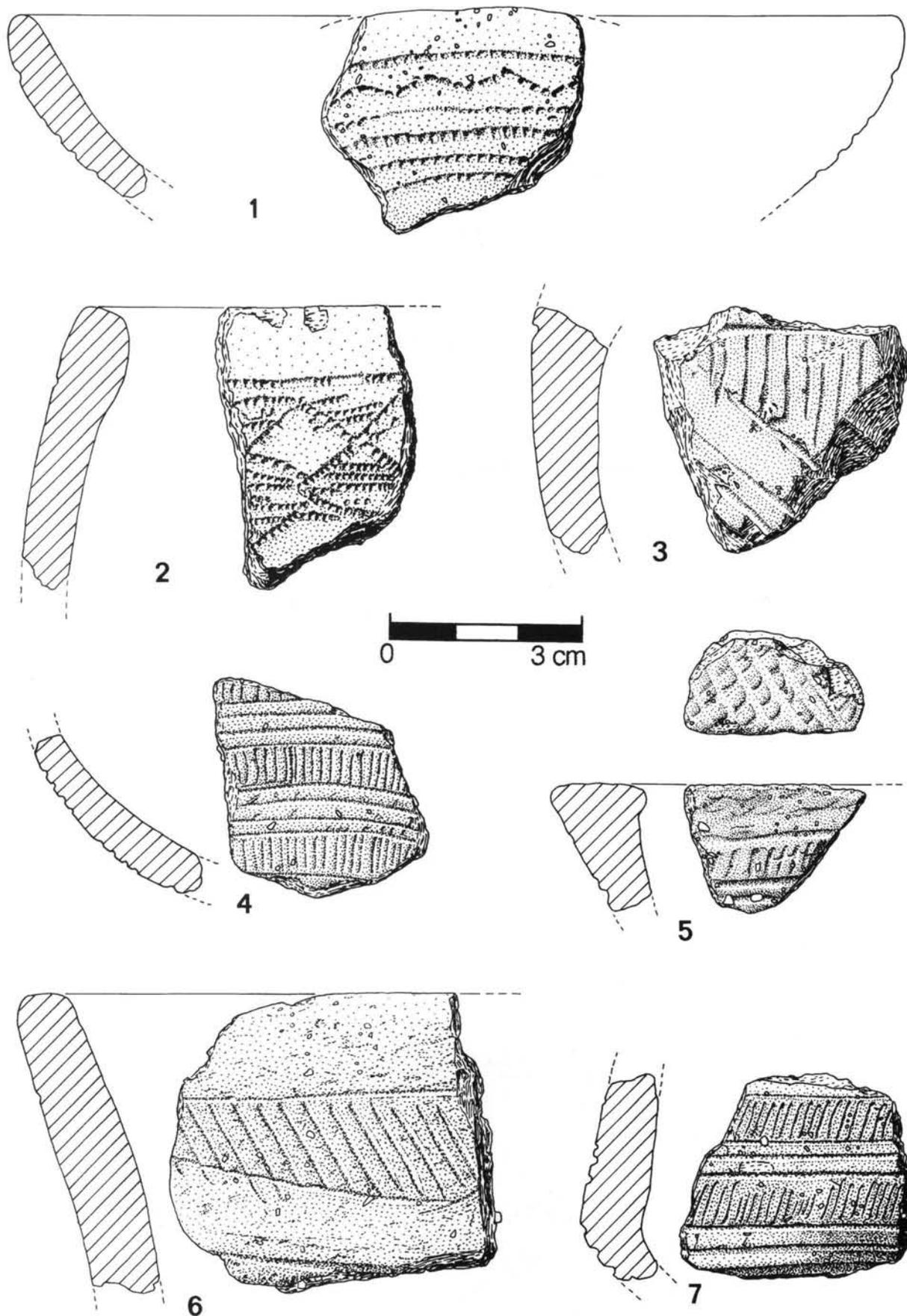


Fig. 18 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação: 1 e 2, Bastião EX; 3, Bastião EO; 4 e 5, Bastião EU; 6 e 7, Bastião EQ.

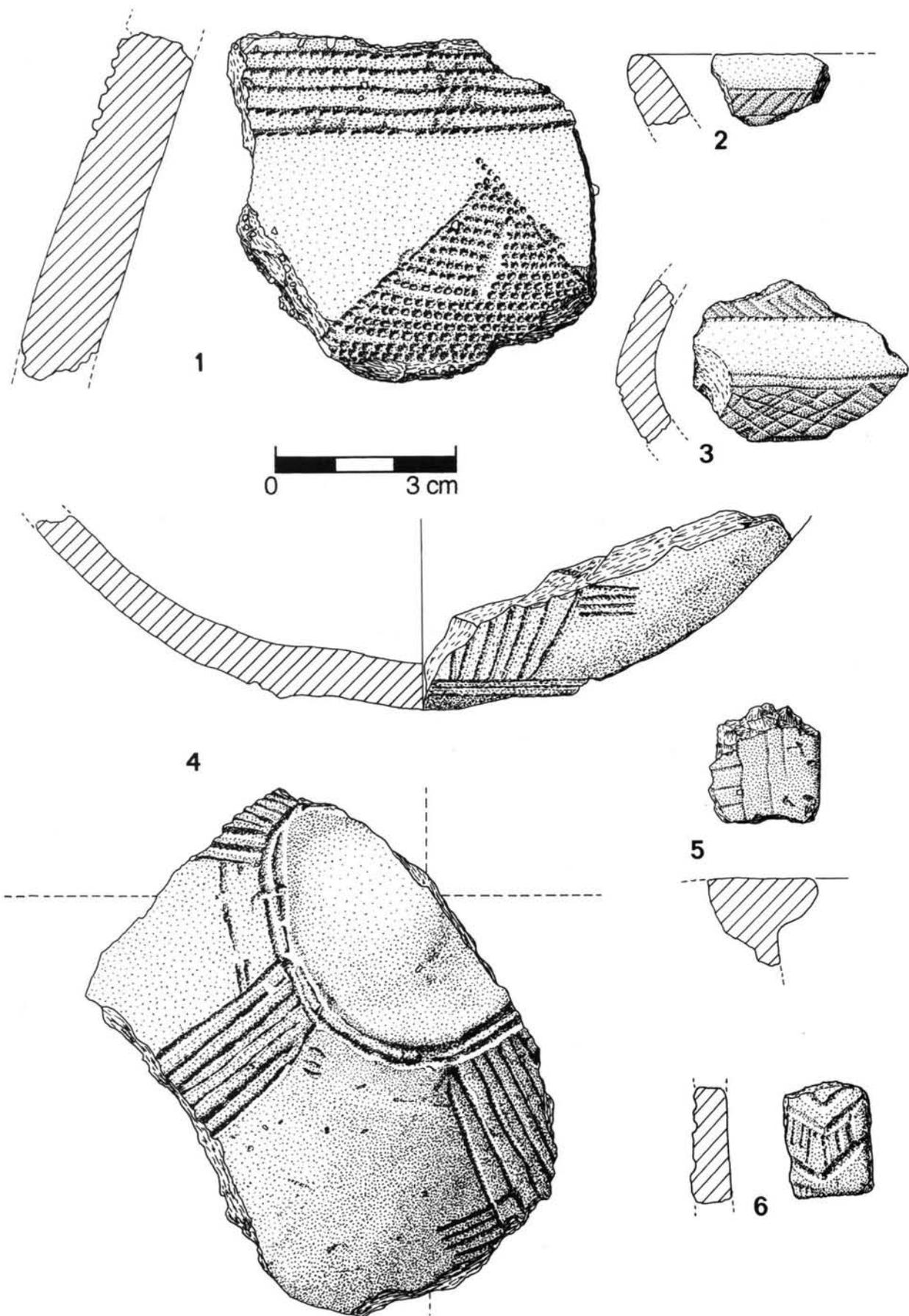


Fig. 19 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do exterior da fortificação (área adjacente da *Muralha EH*).

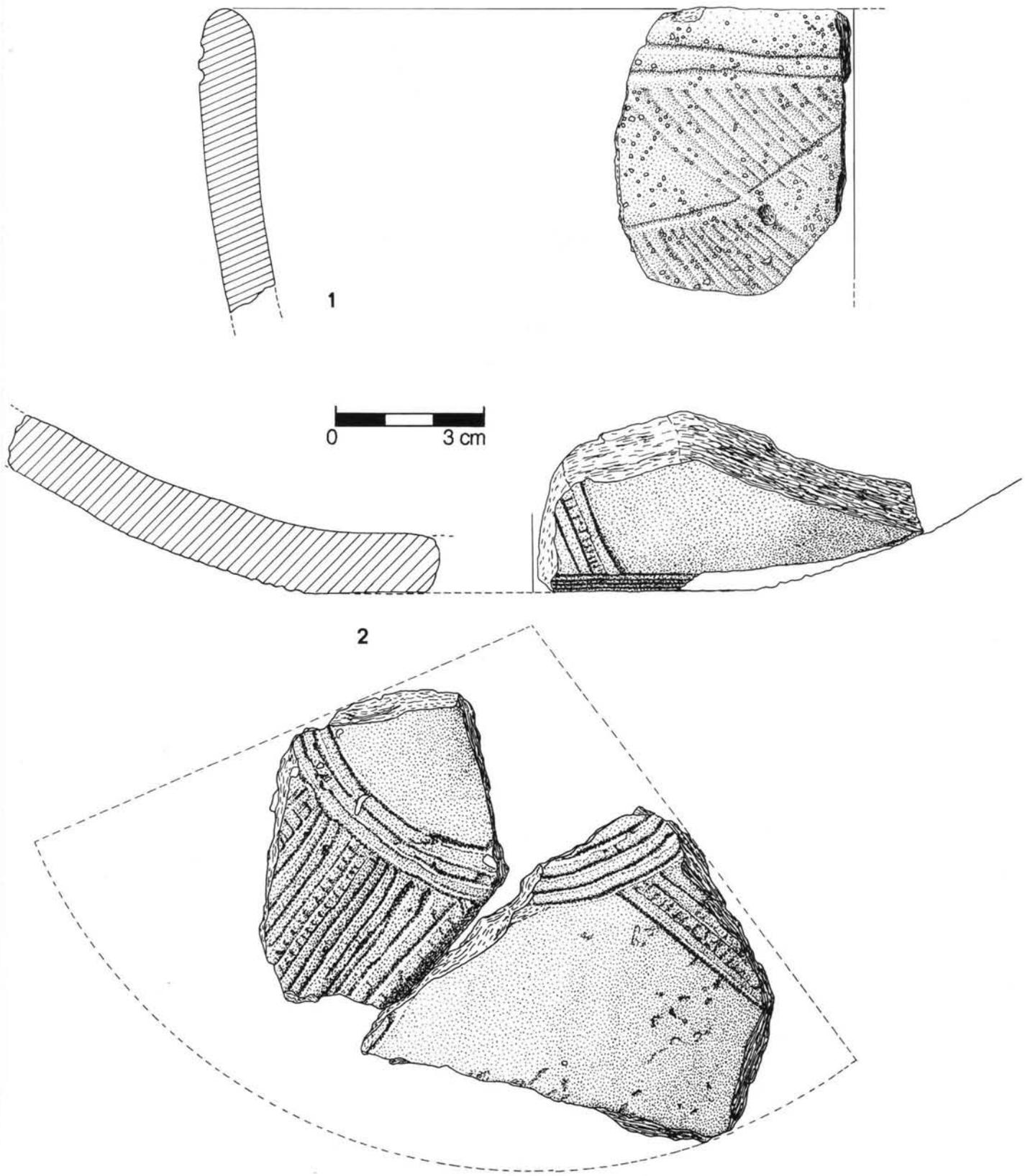


Fig. 20 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do exterior da fortificação (área adjacente da *Muralha EH*).

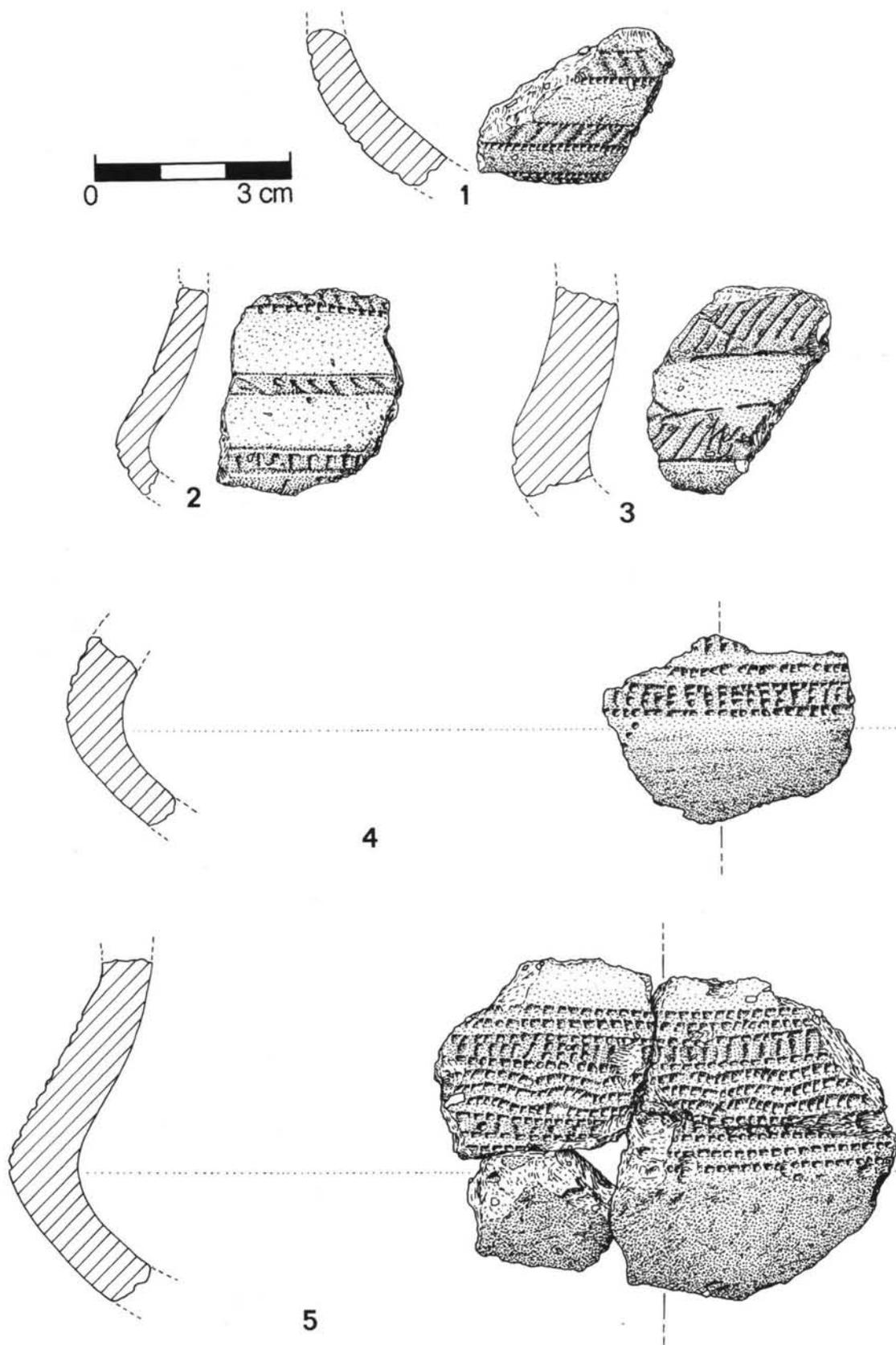


Fig. 21 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do exterior e do recinto externo da *Cabana FM*.

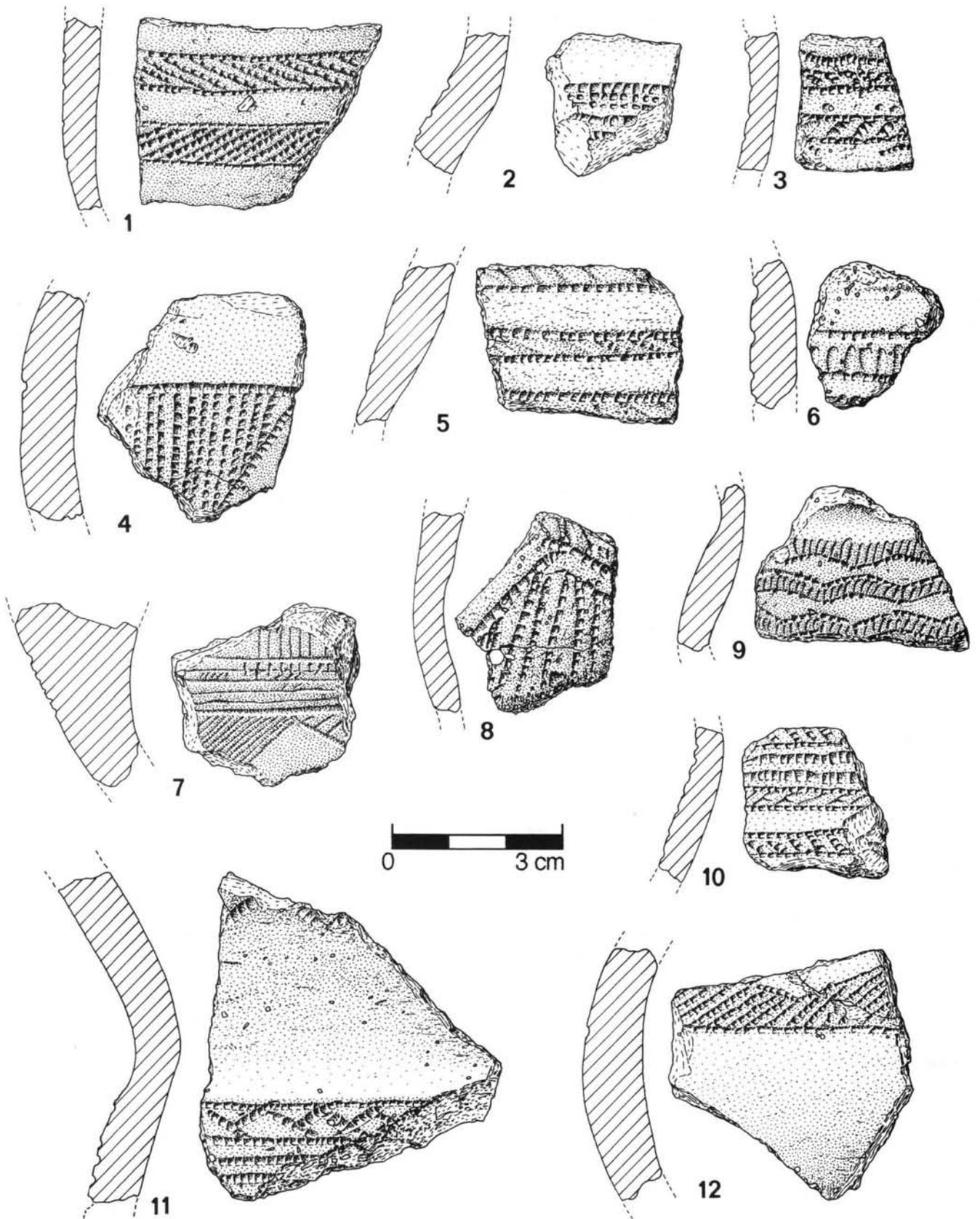


Fig. 22 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do exterior e do recinto externo da *Cabana FM*.

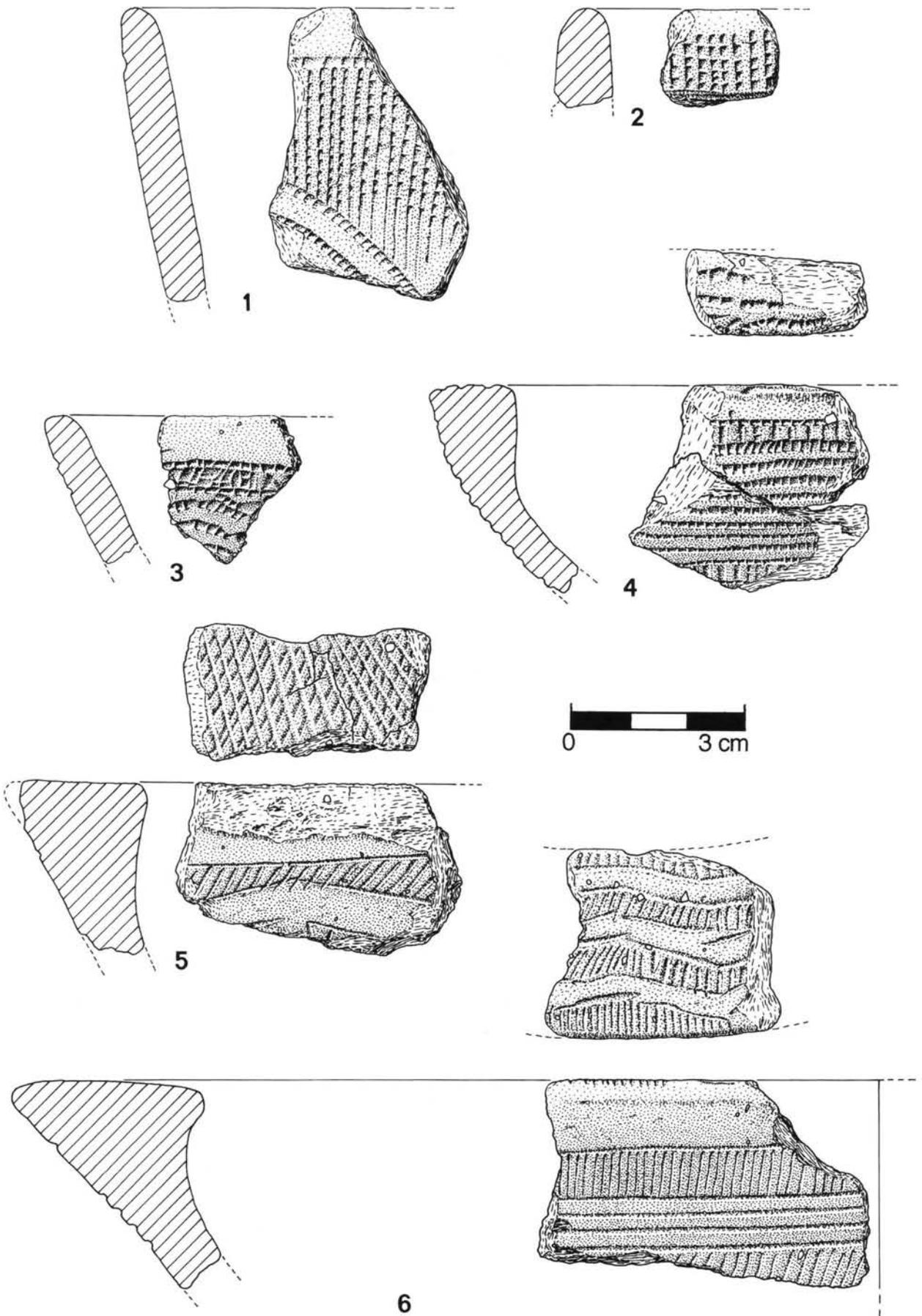


Fig. 23 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do exterior e do recinto externo da *Cabana FM*.

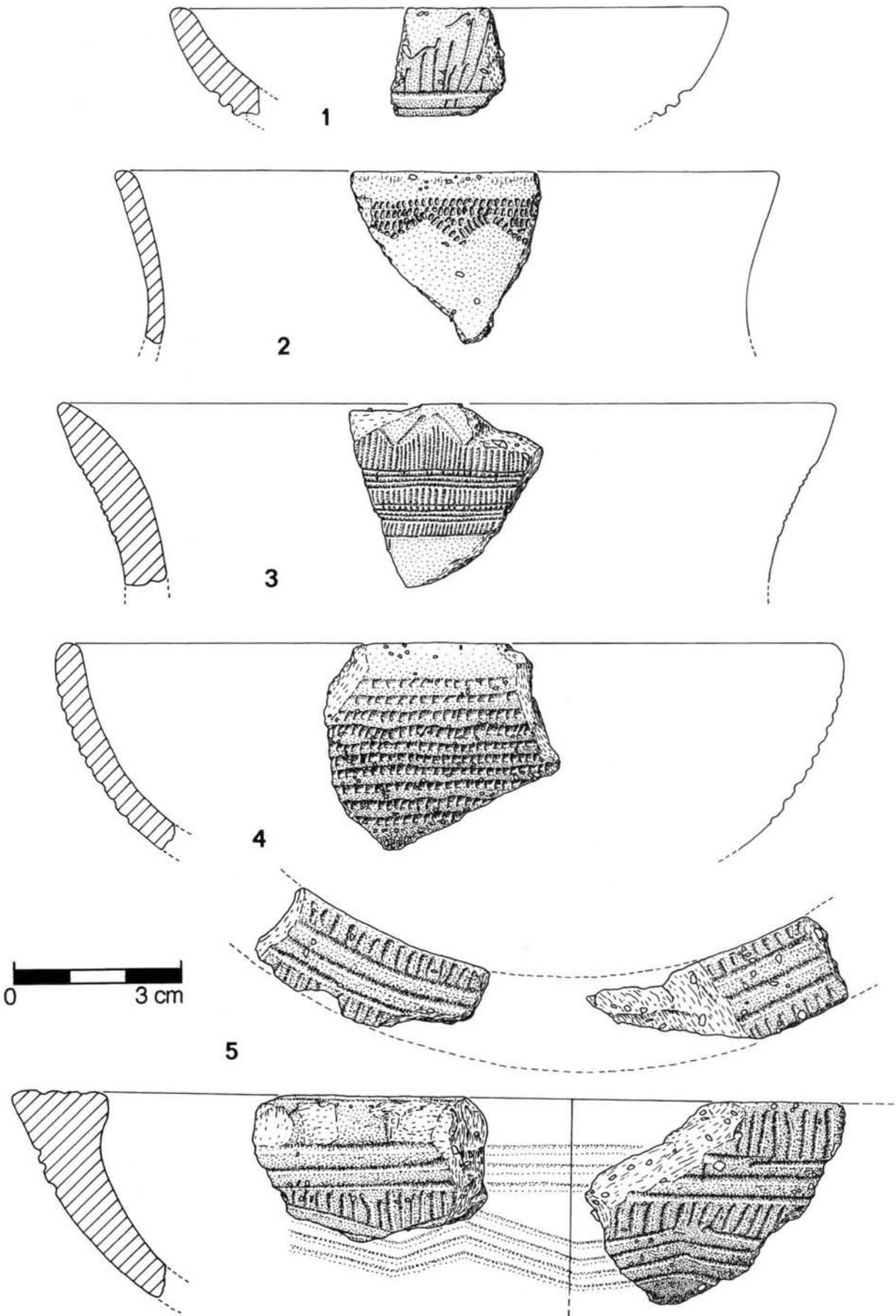


Fig. 24 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do exterior e do recinto externo da *Cabana FM*.

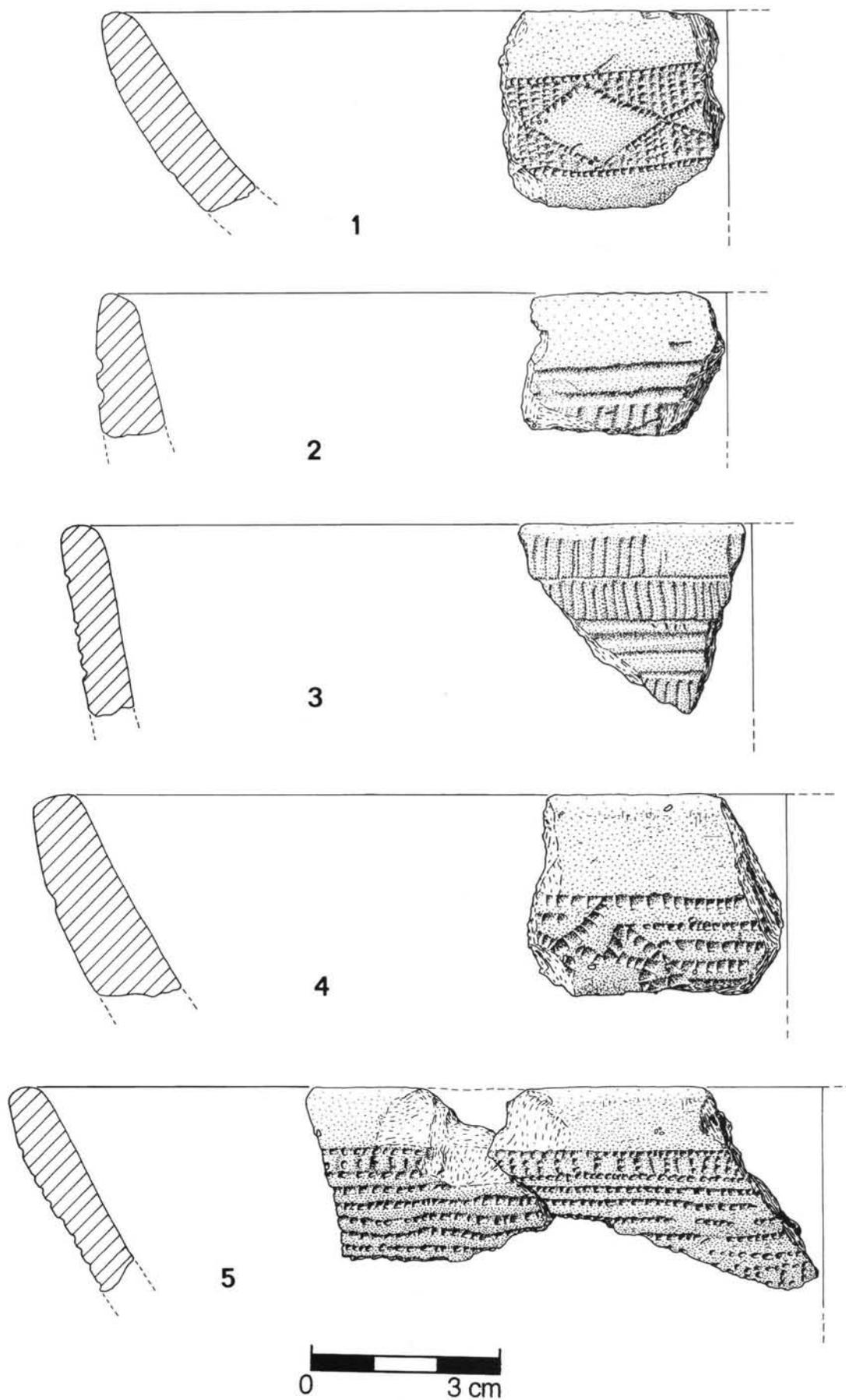


Fig. 25 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do exterior e do recinto externo da *Cabana FM*.

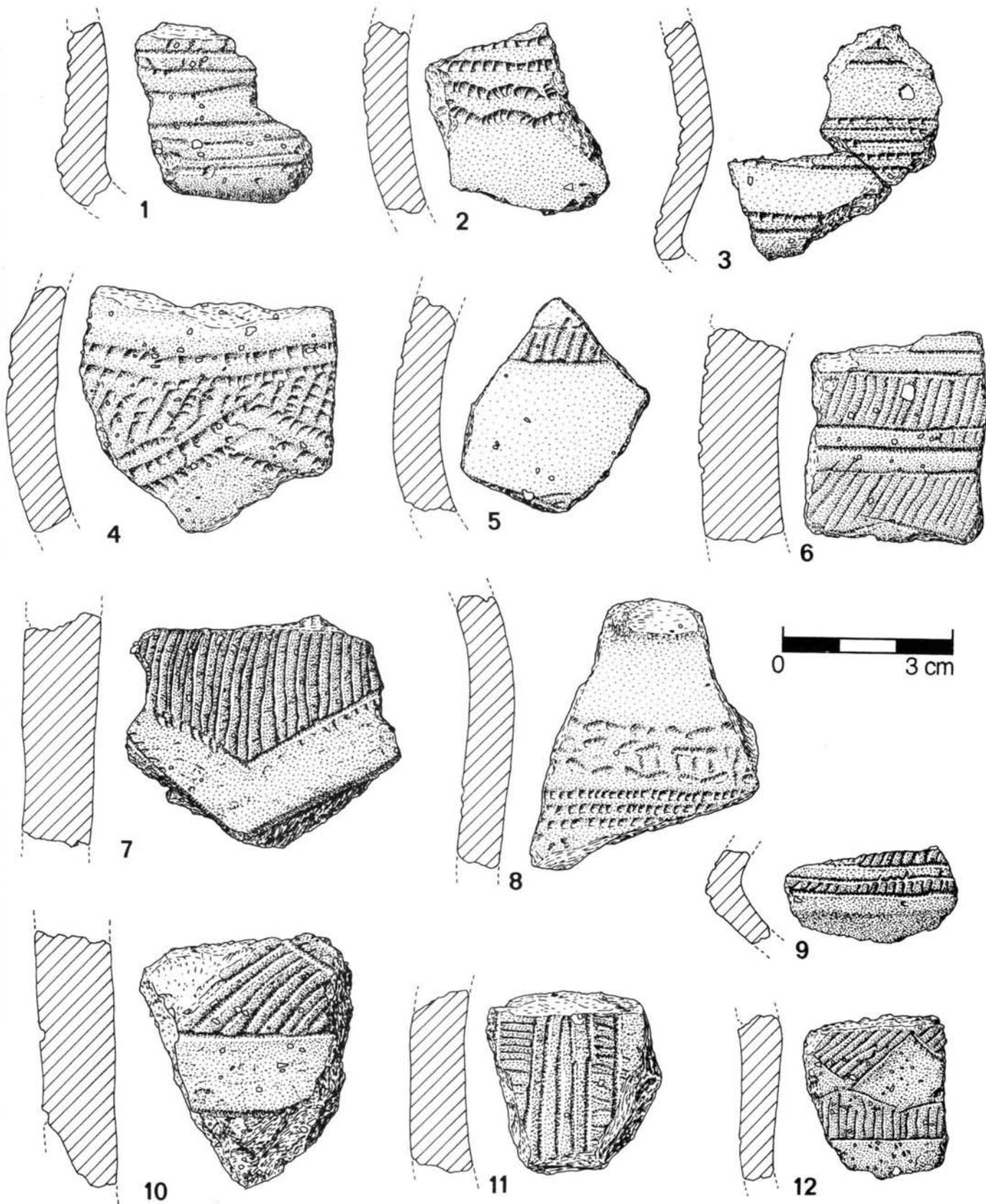


Fig. 26 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do exterior e do recinto externo da *Cabana FM*.

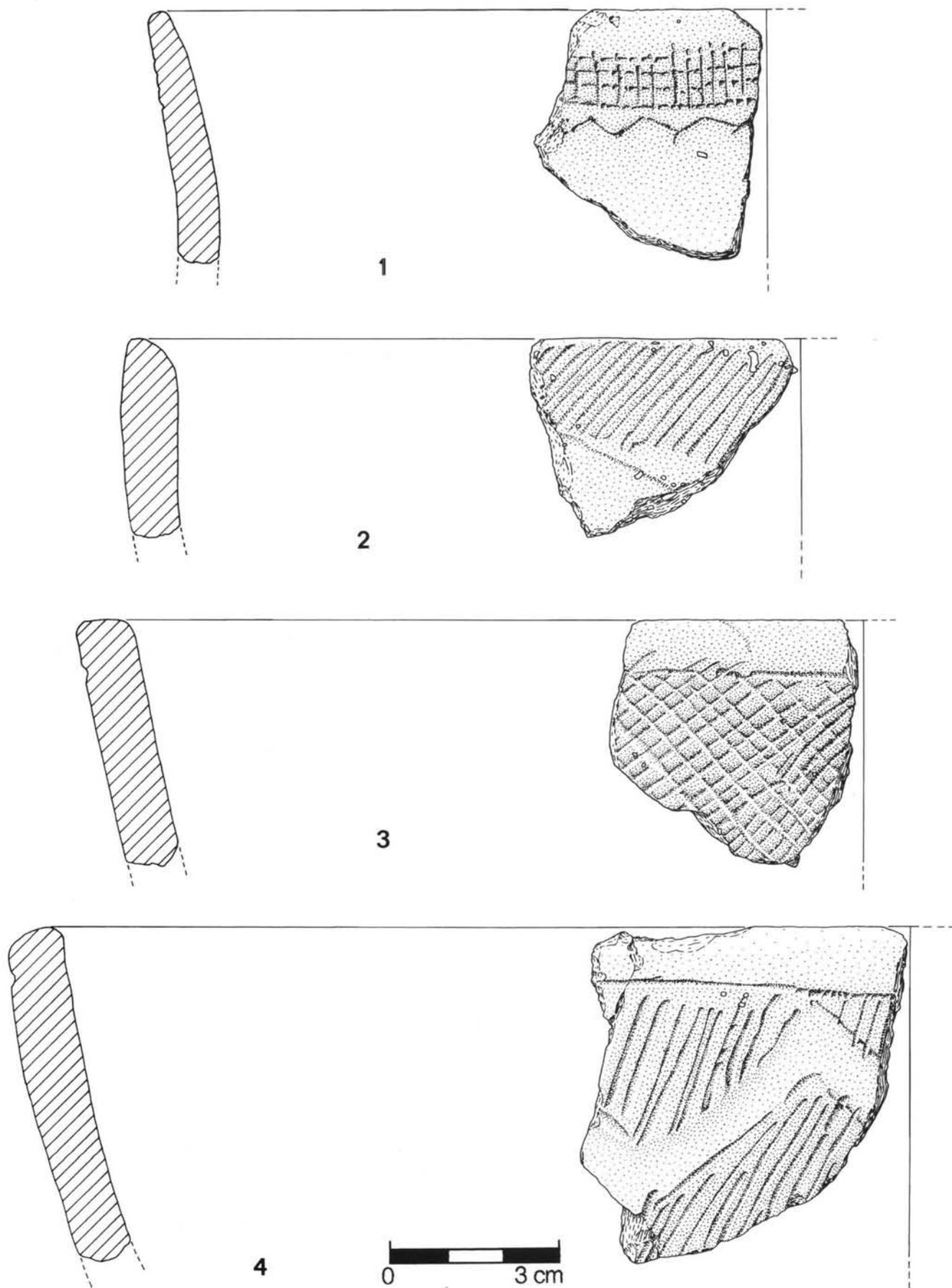


Fig. 27 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do exterior e do recinto externo da *Cabana FM*.

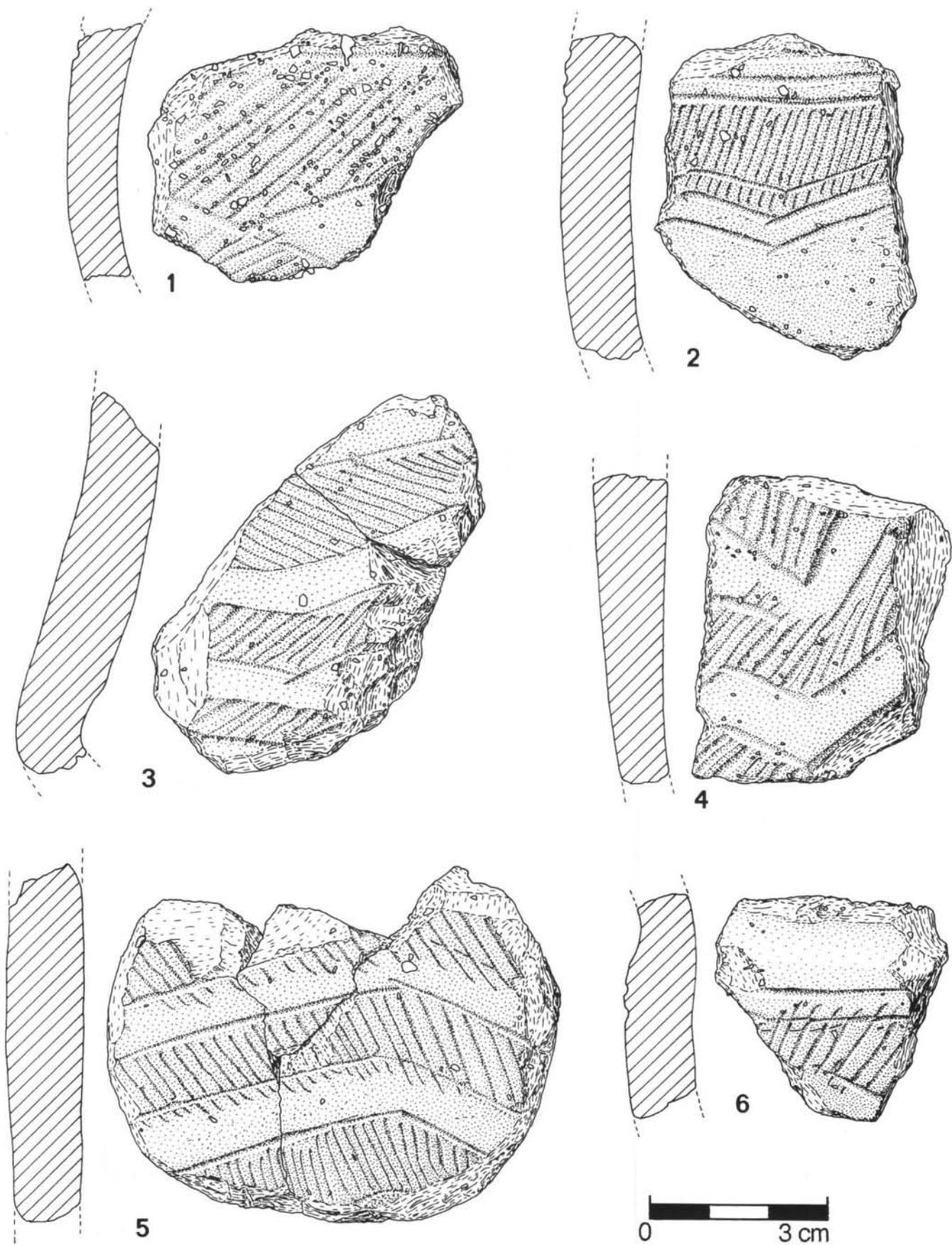


Fig. 28 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do exterior e do recinto externo da *Cabana FM*.

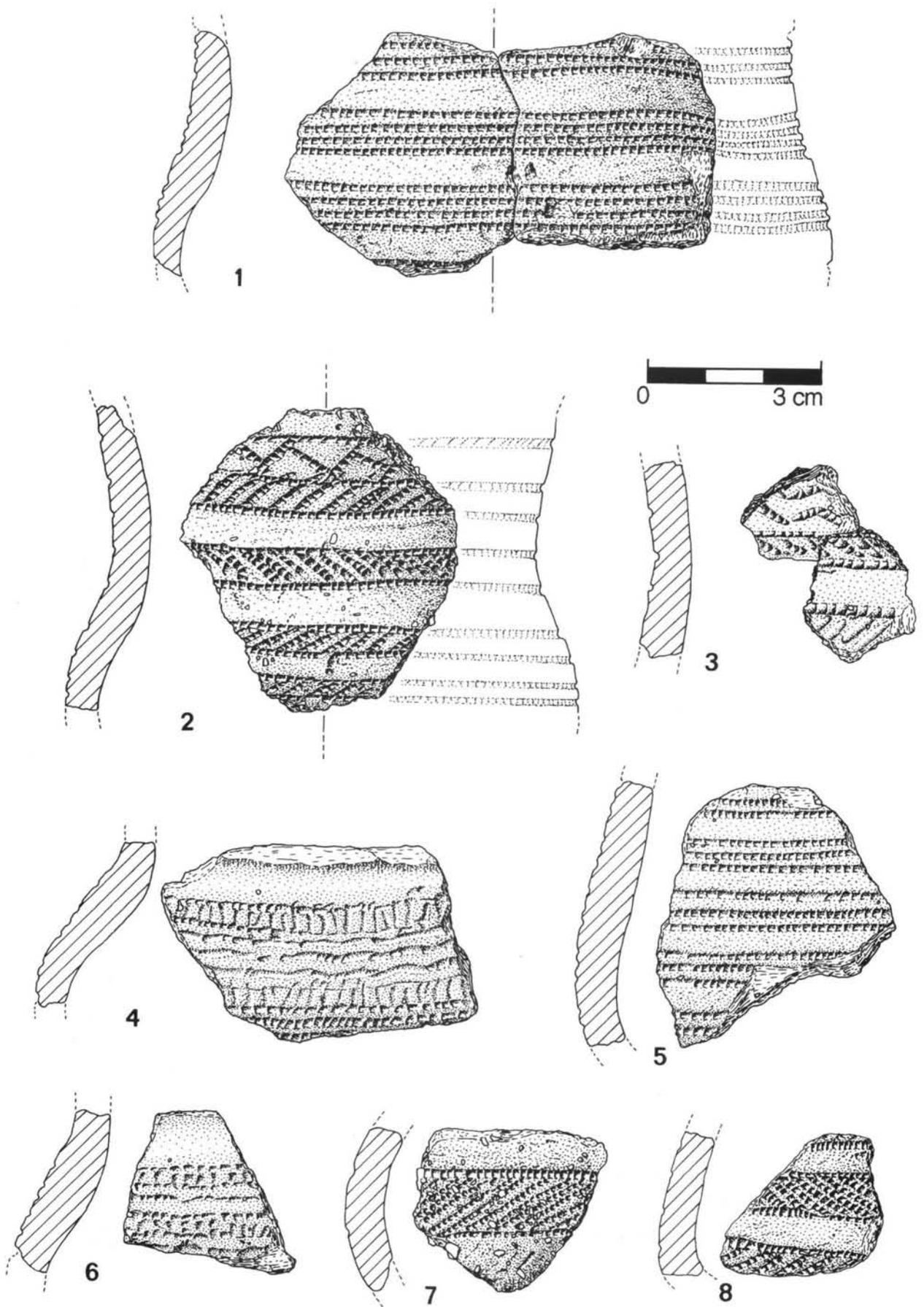


Fig. 29 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

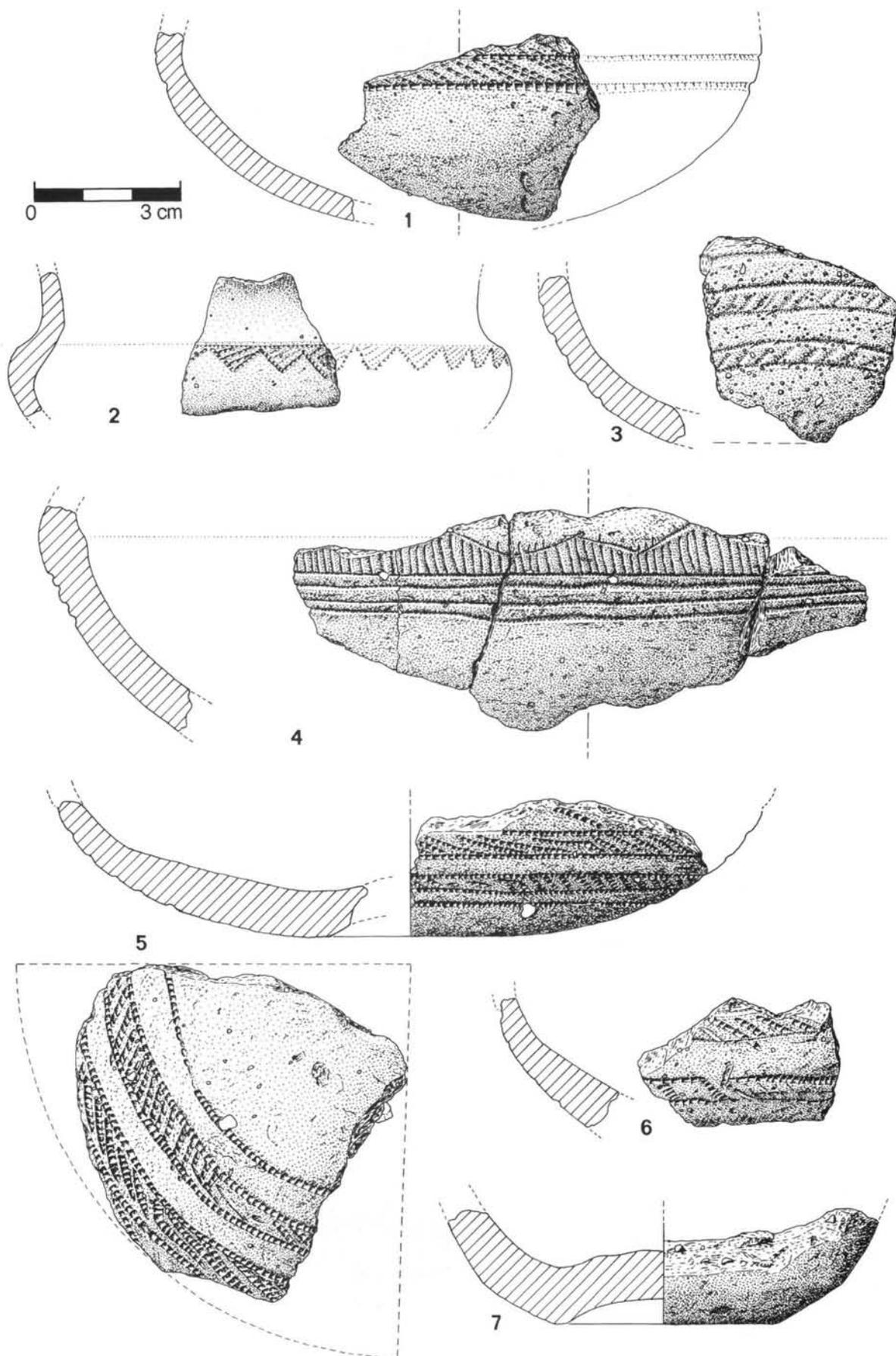


Fig. 30 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

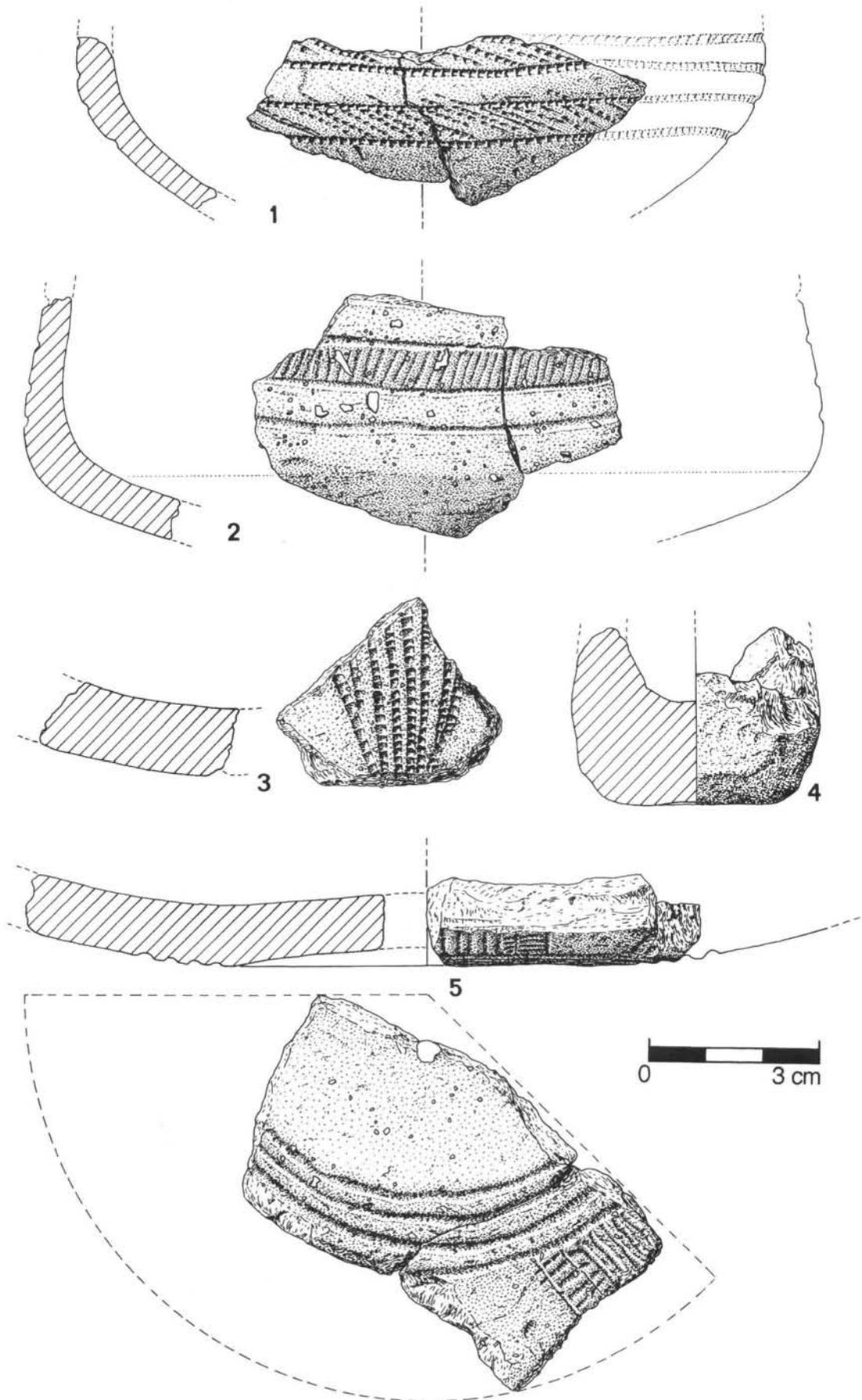


Fig. 31 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

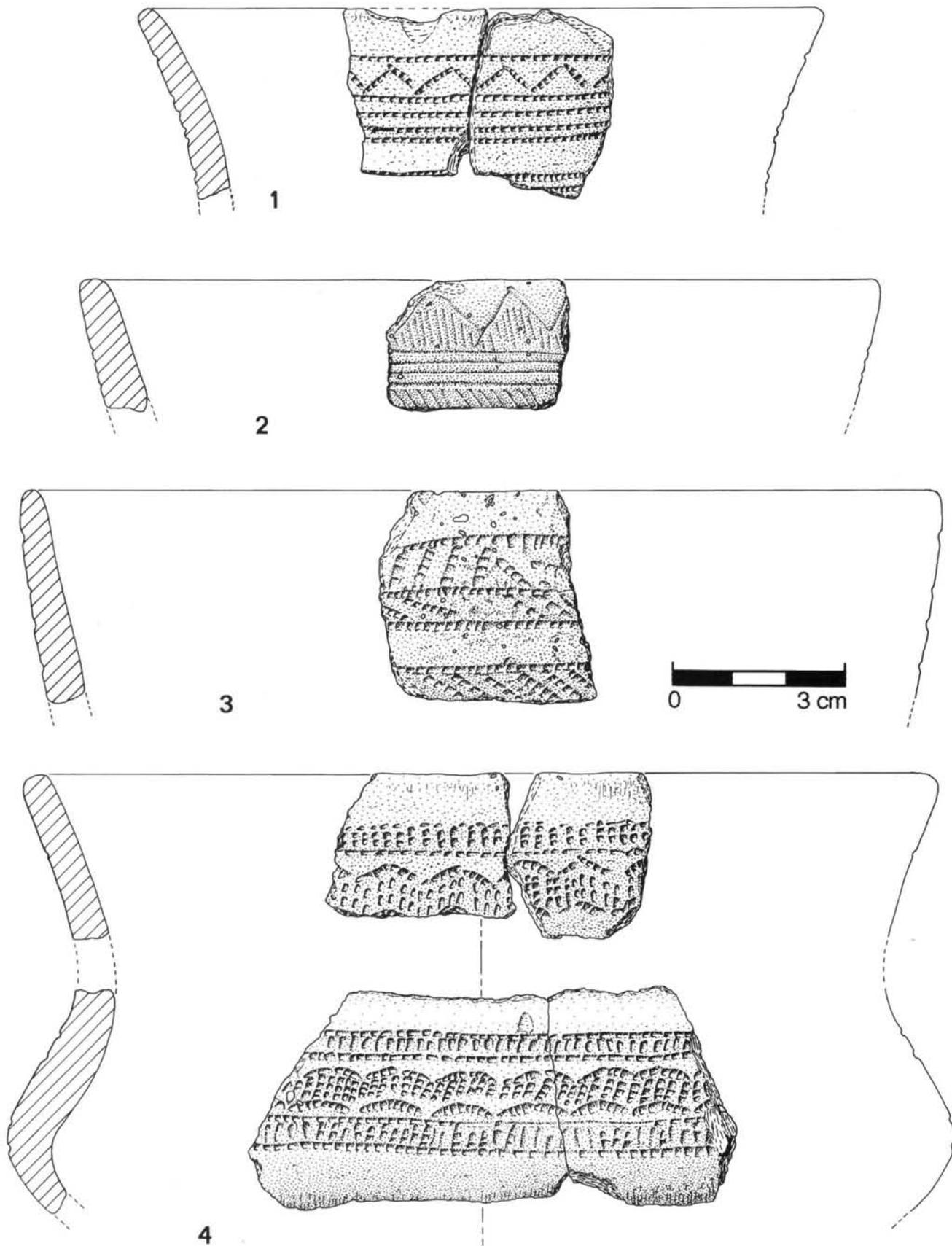


Fig. 32 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da Cabana FM.

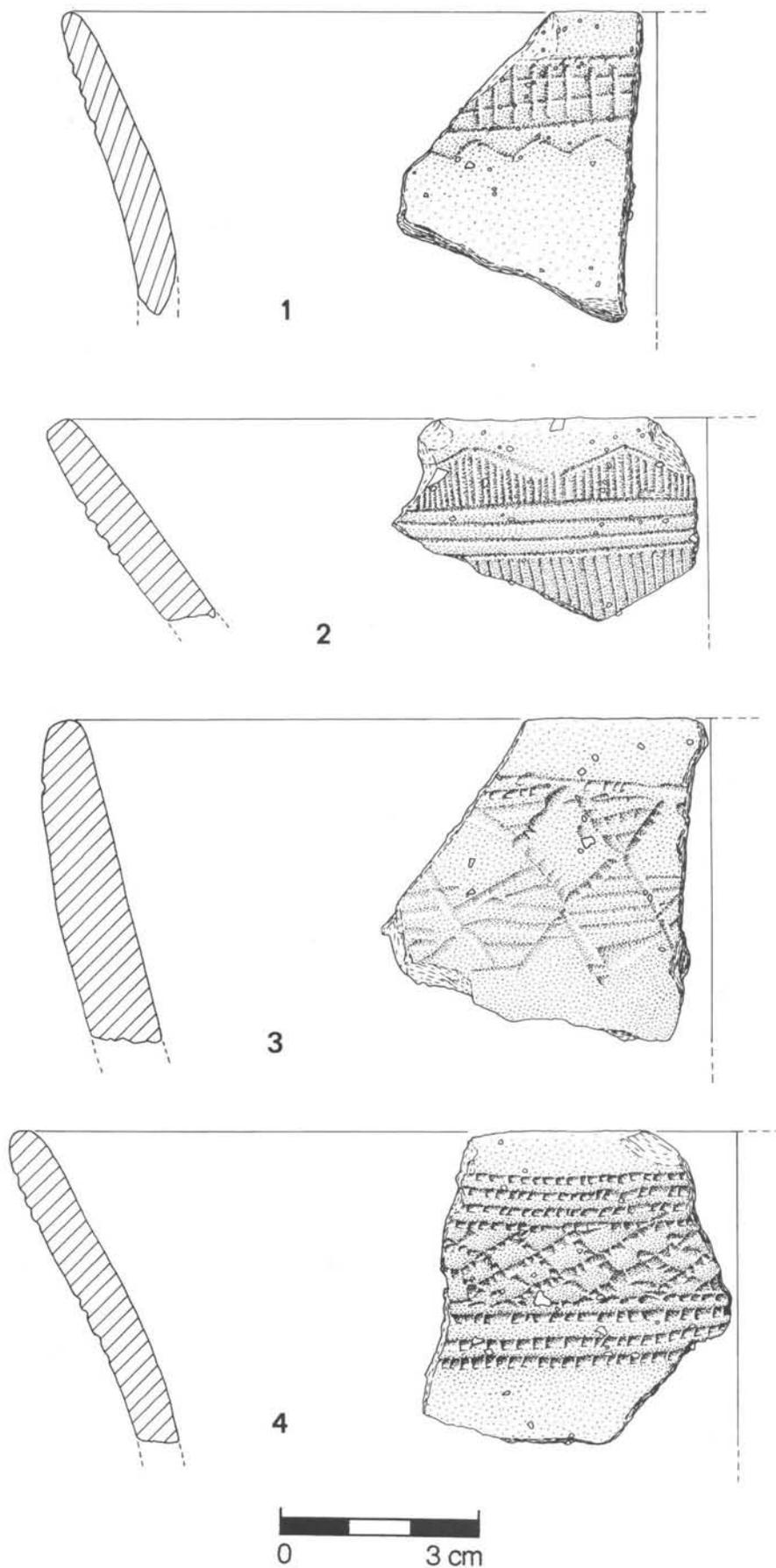


Fig. 33 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM.*

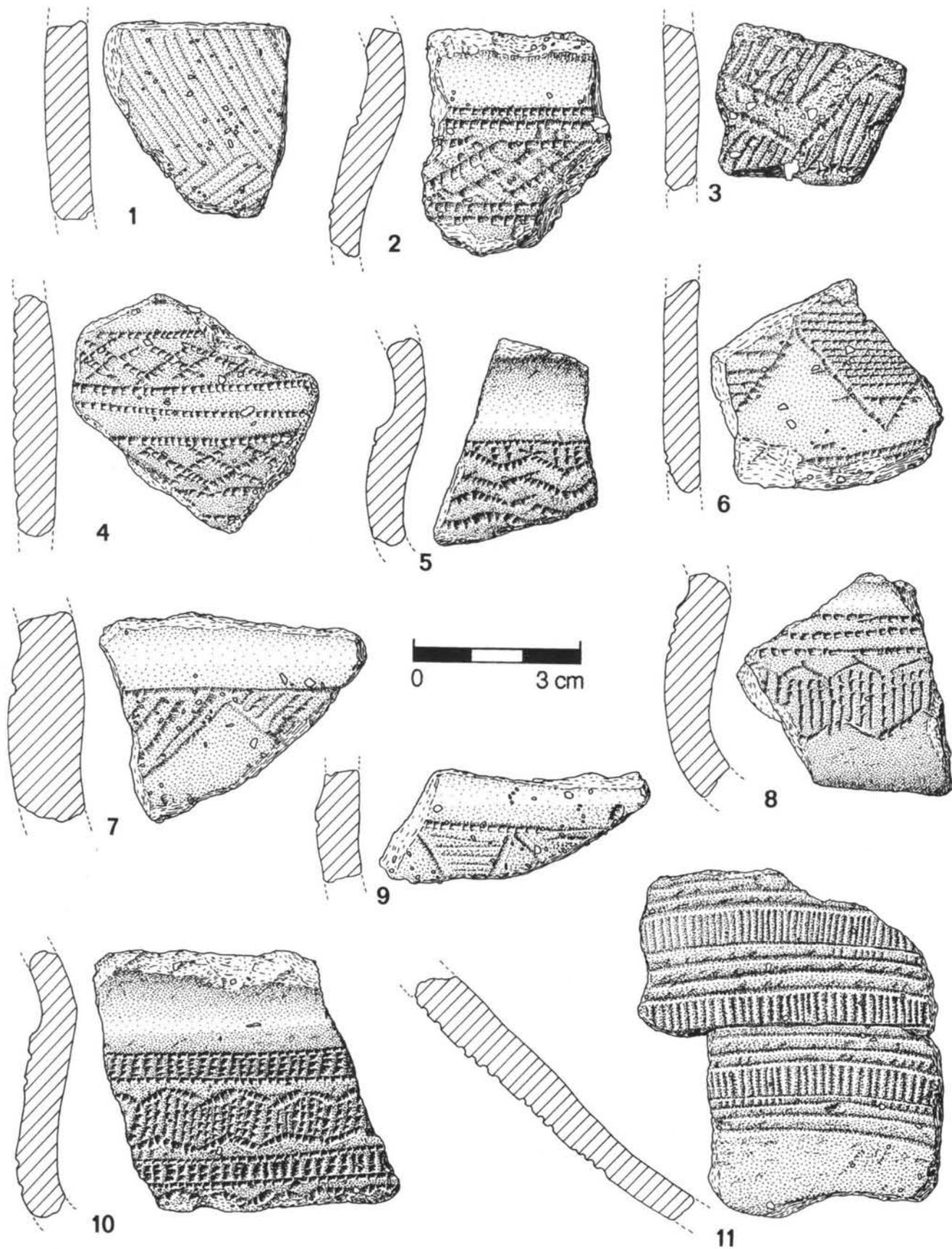


Fig. 34 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da Cabana FM.

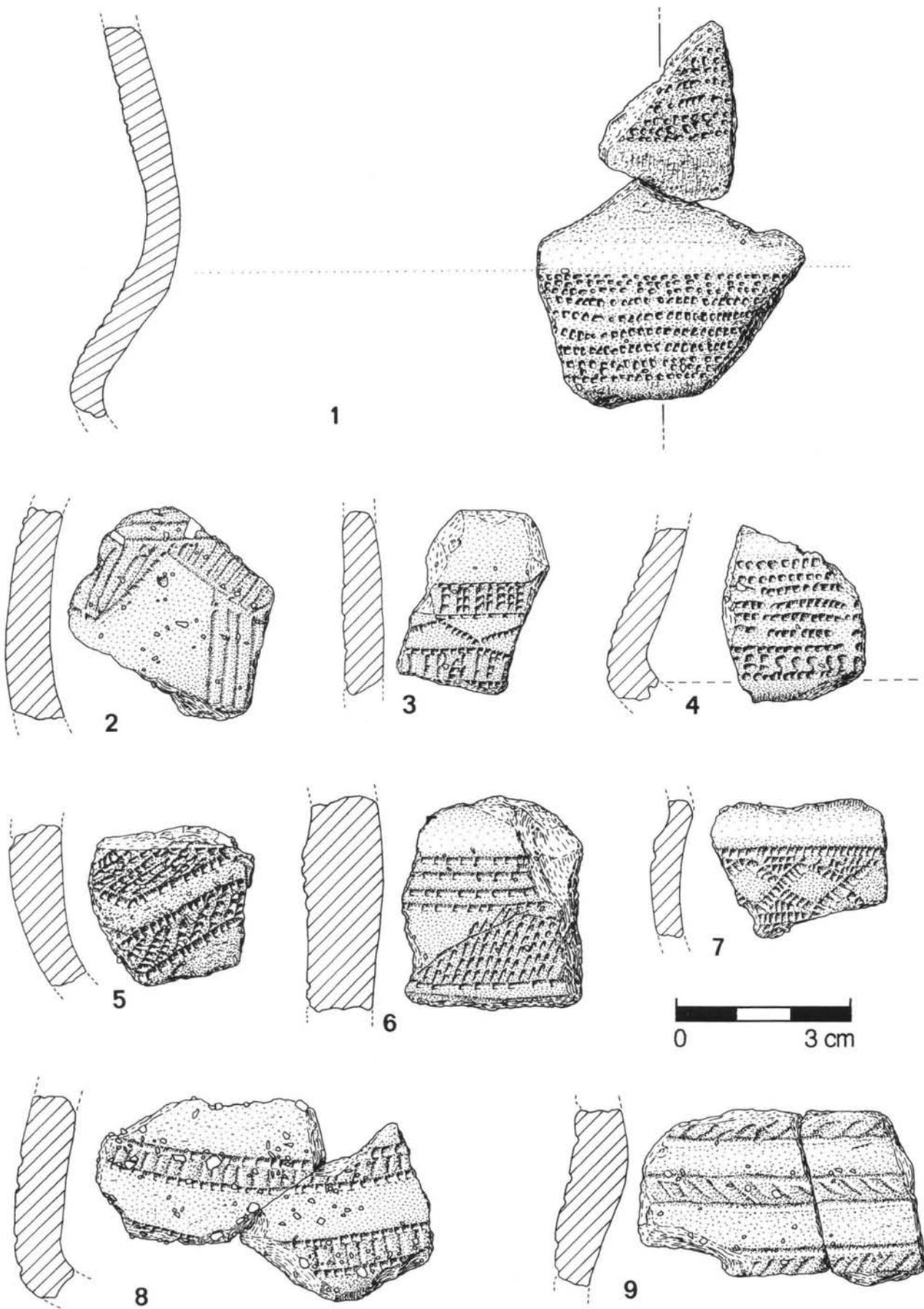


Fig. 35 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da Cabana FM.

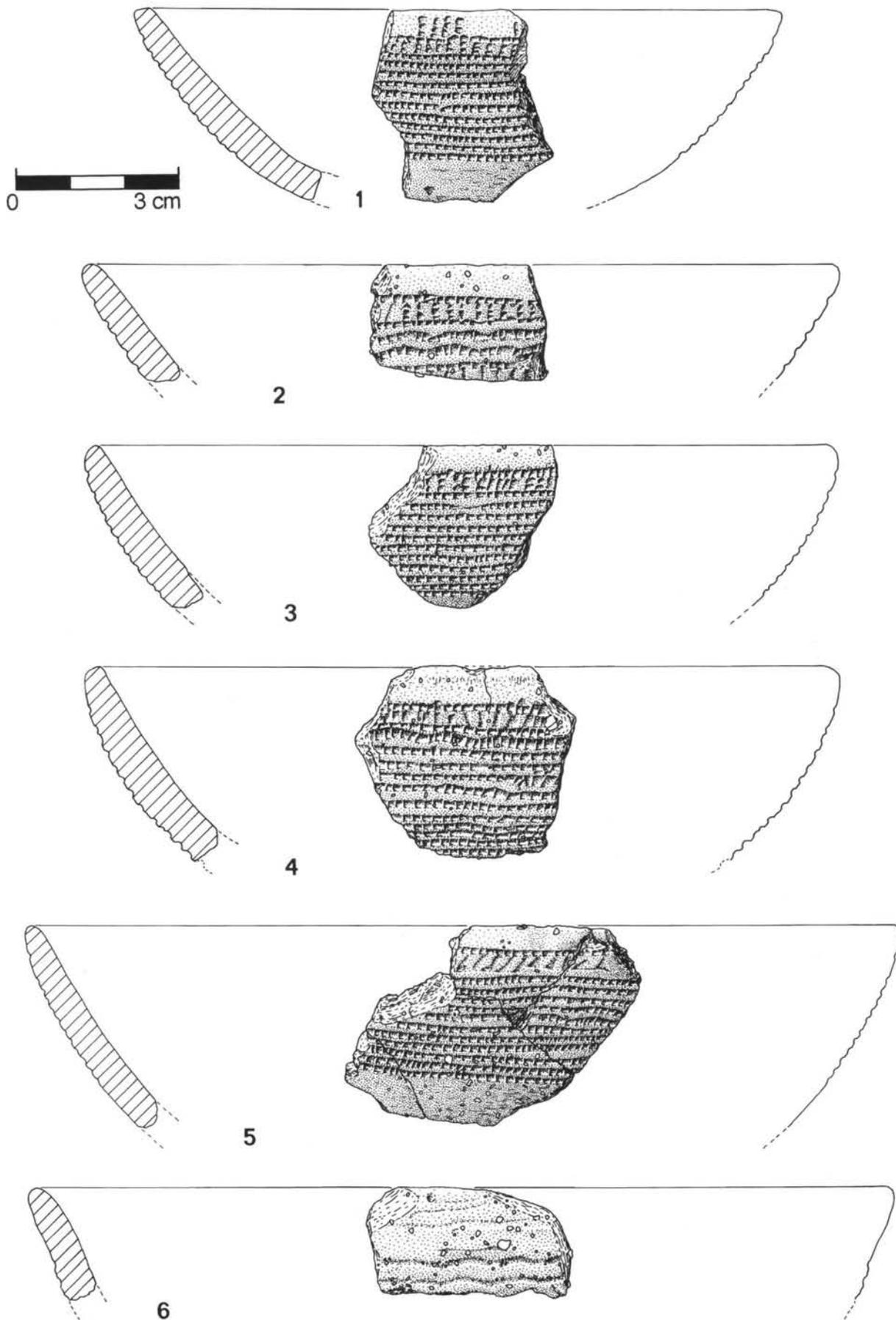


Fig. 36 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da Cabana FM.

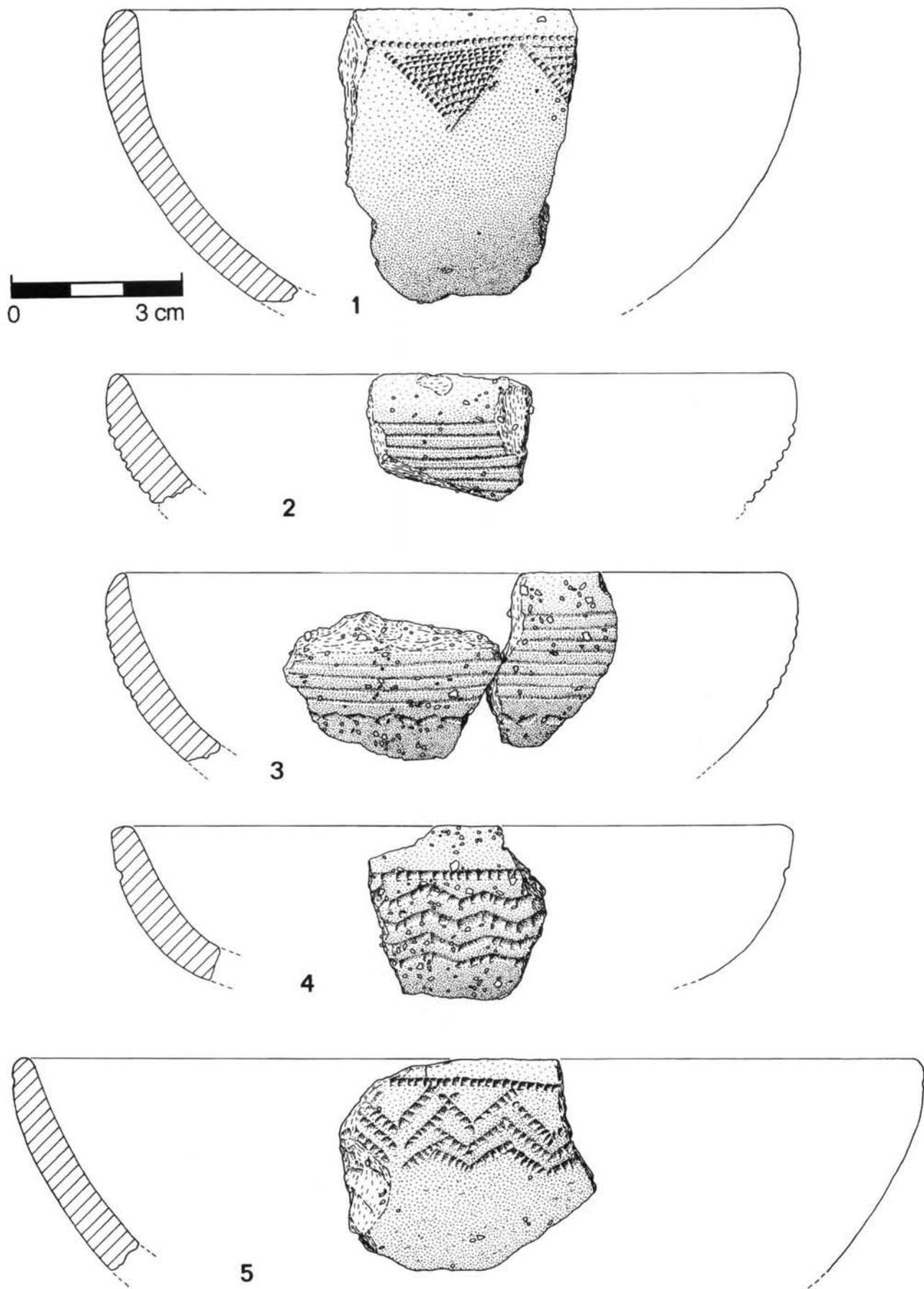


Fig. 37 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

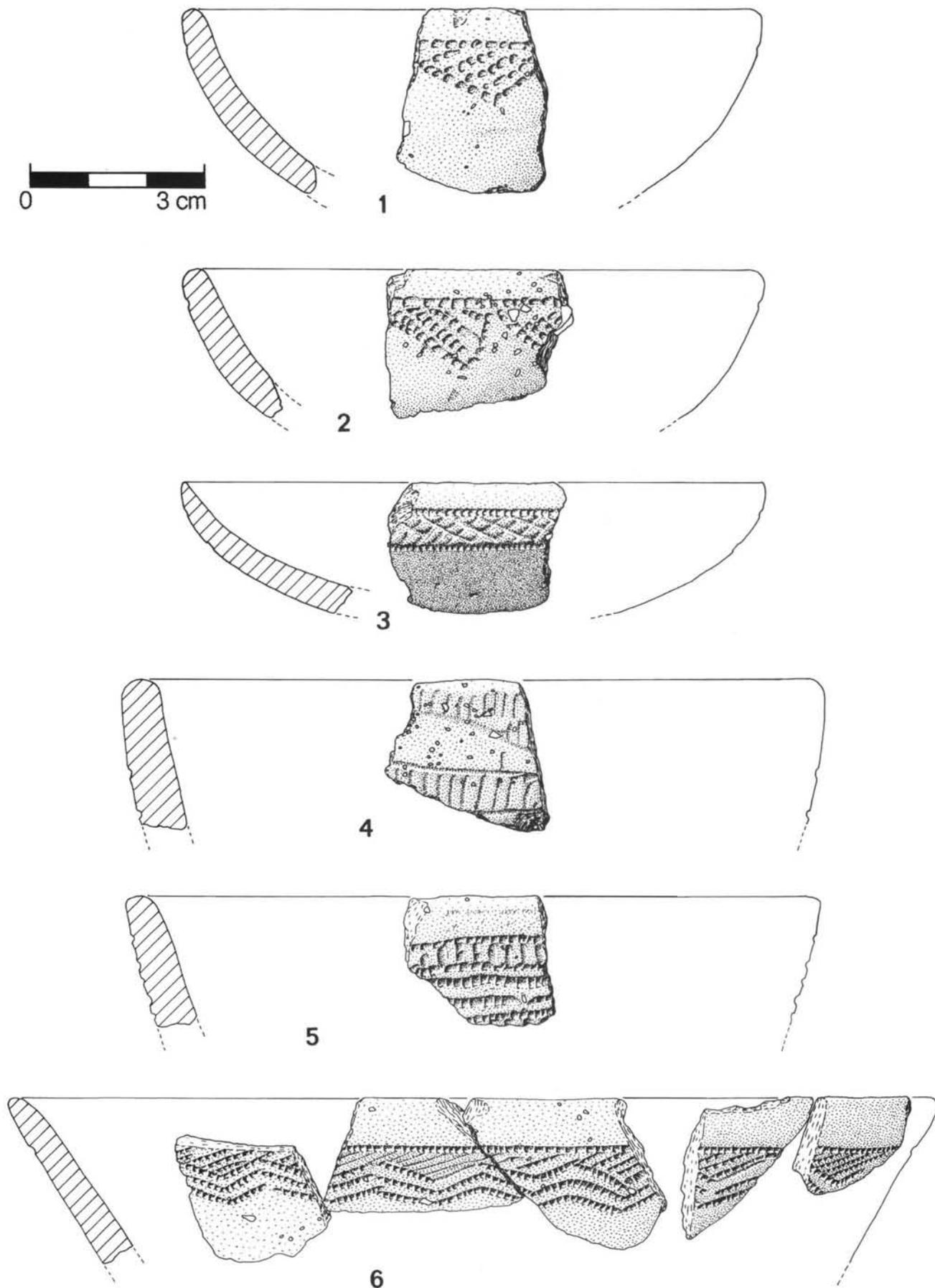


Fig. 38 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

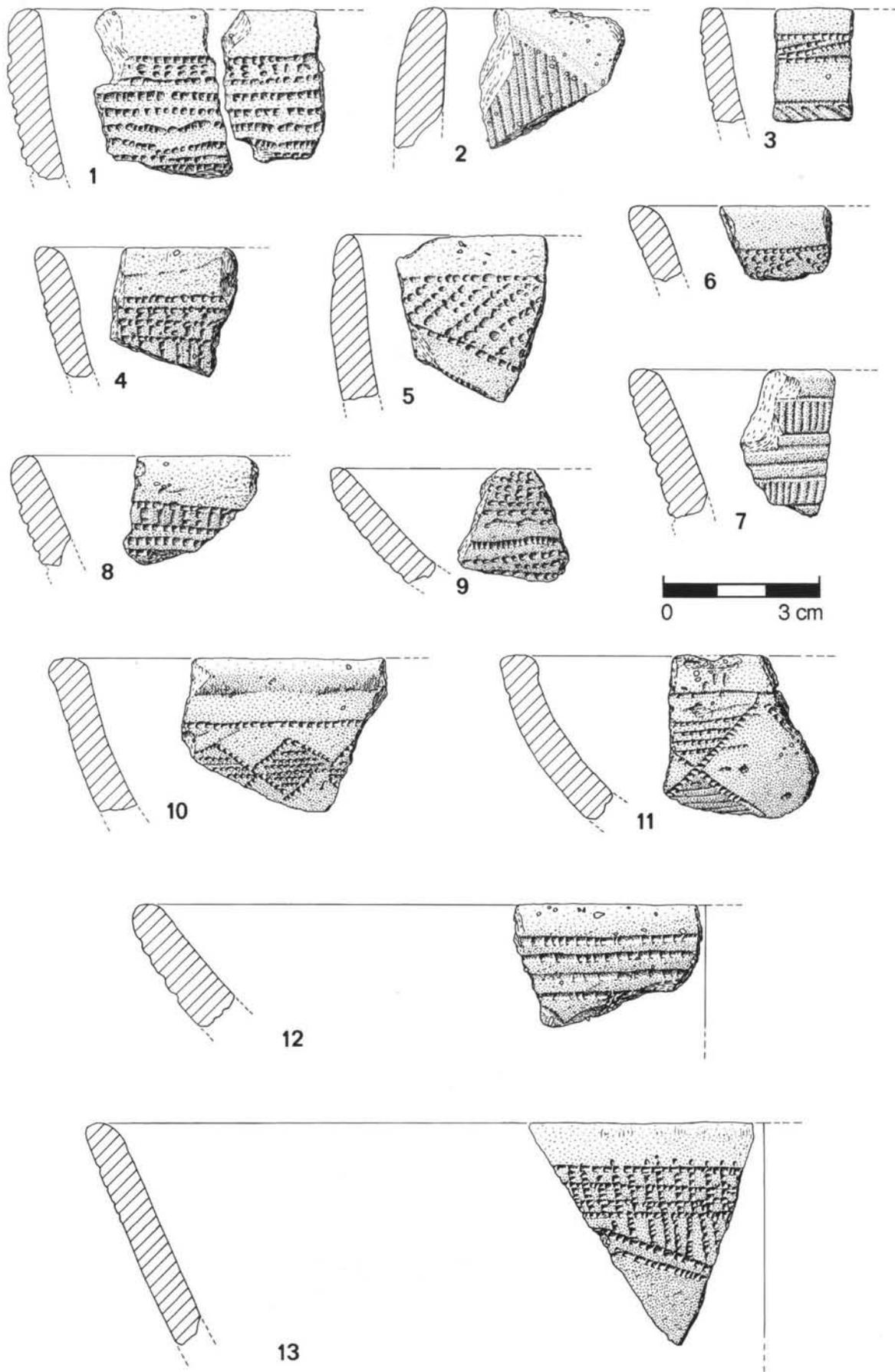


Fig. 39 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

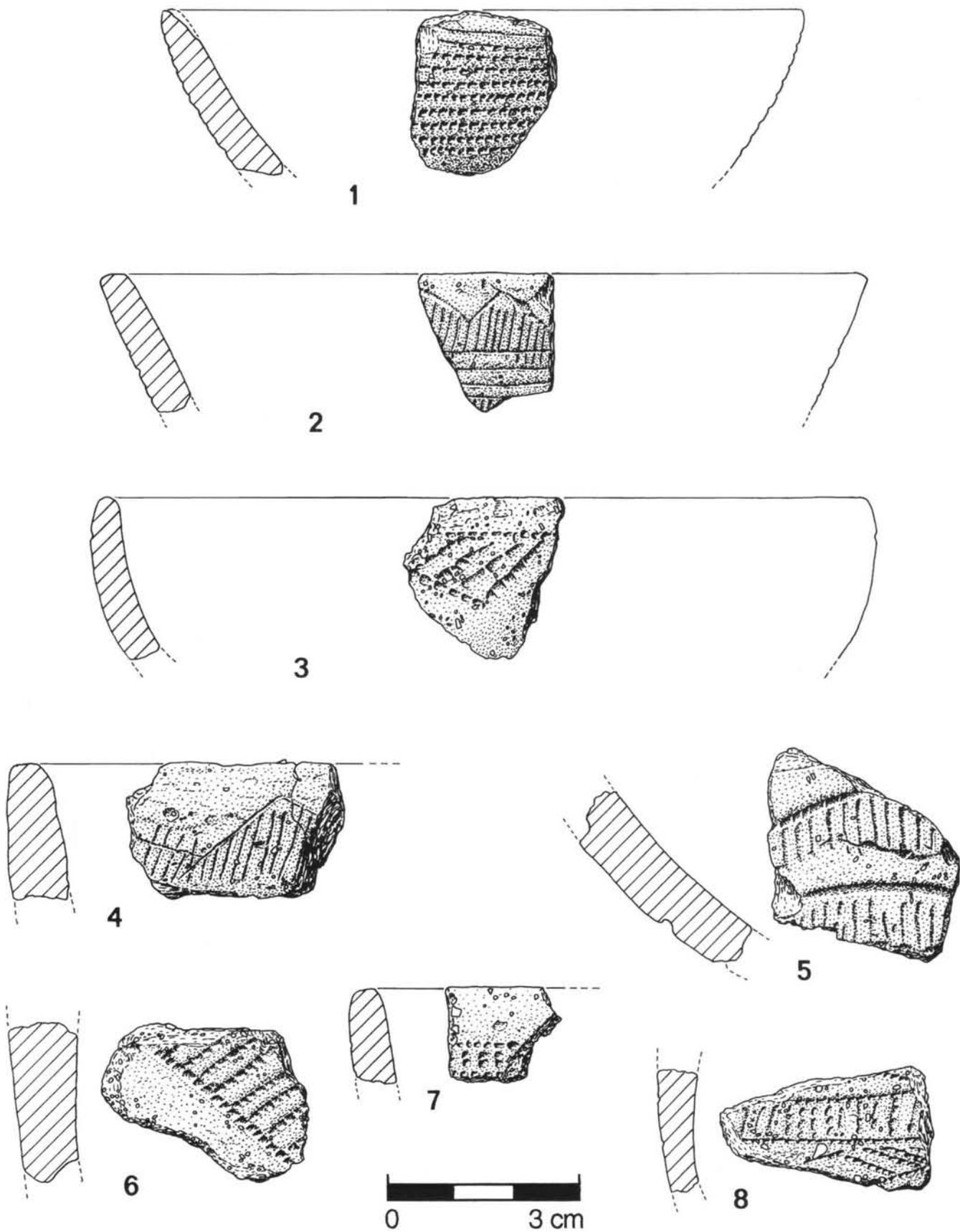


Fig. 40 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

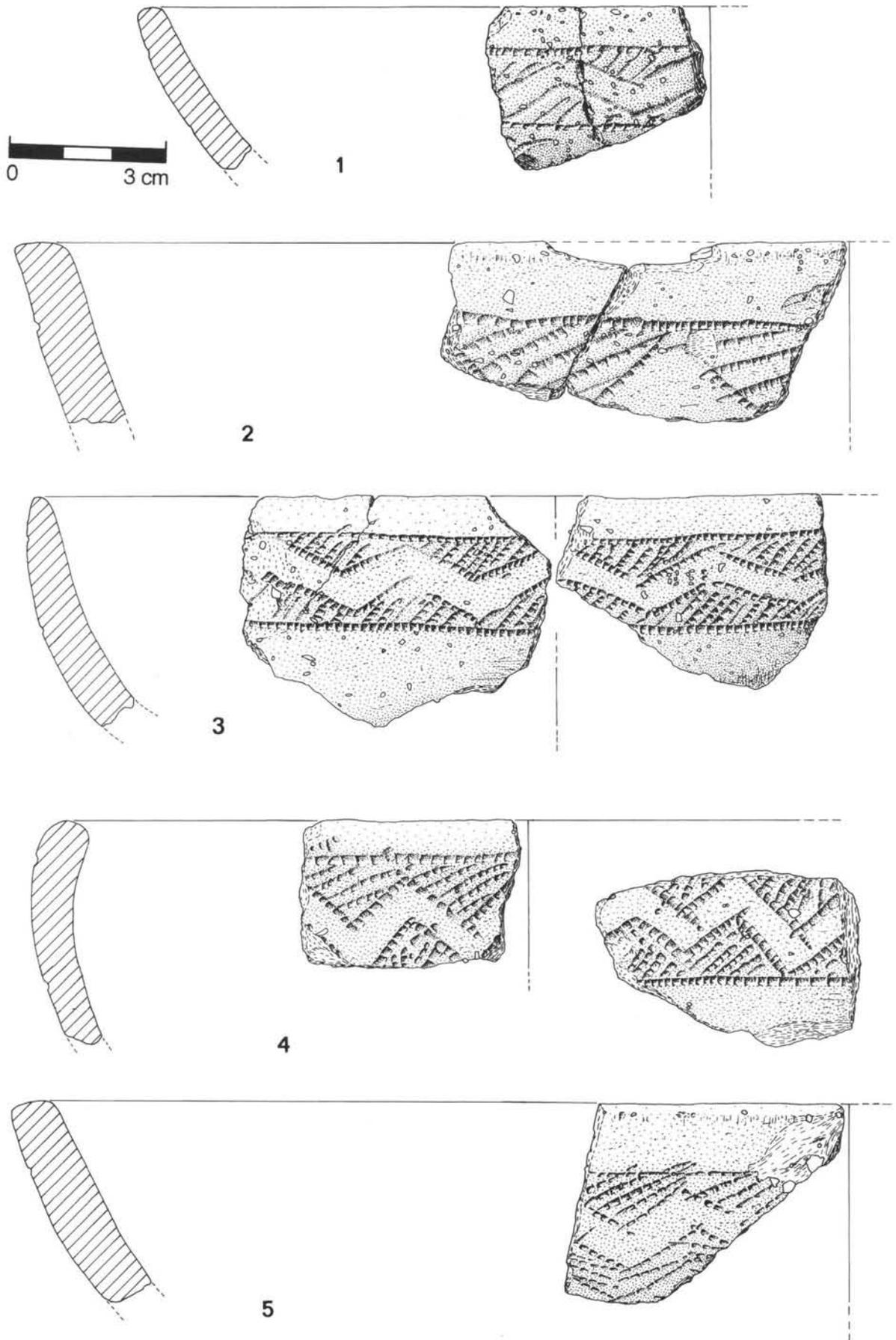


Fig. 41 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

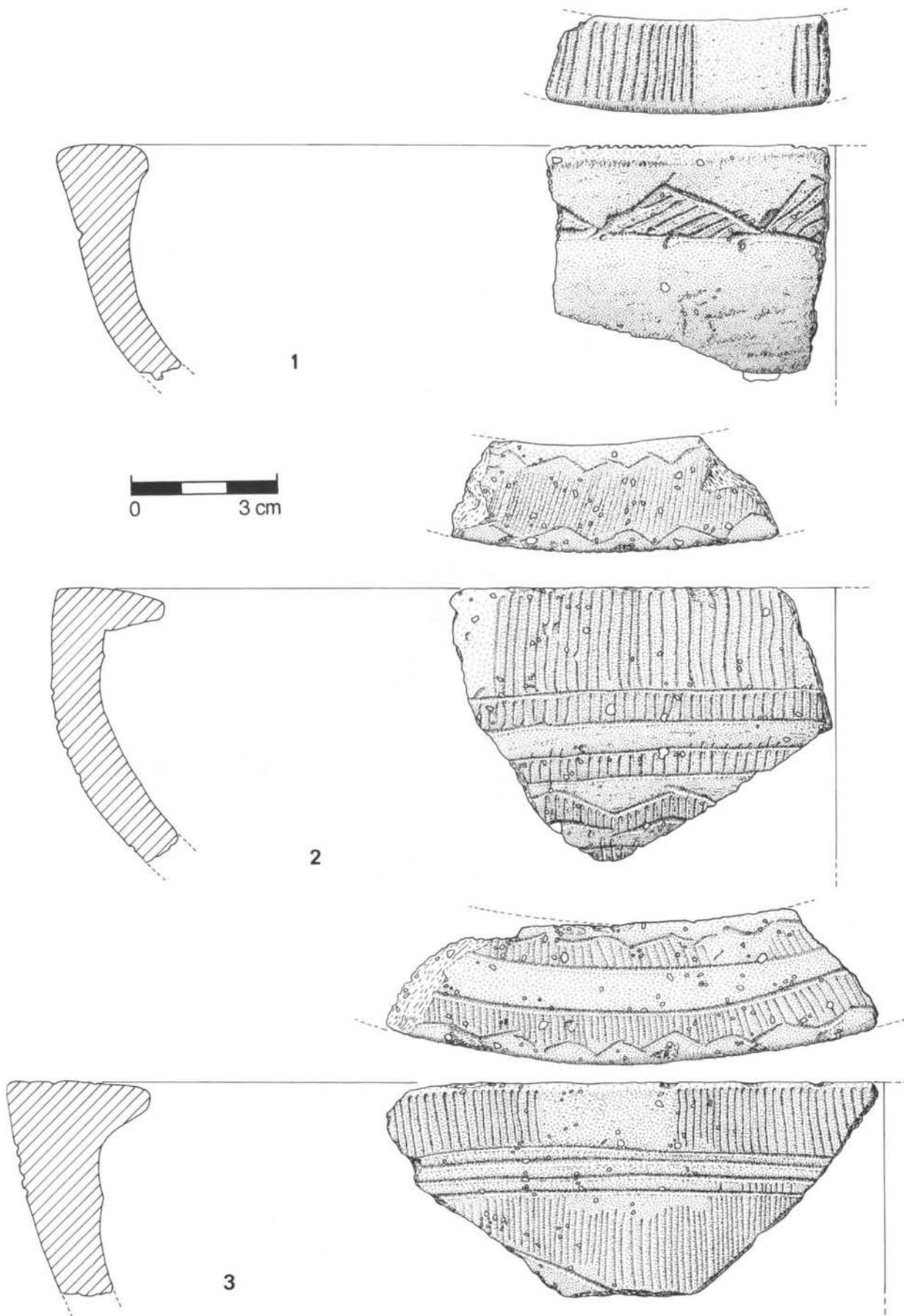


Fig. 42 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

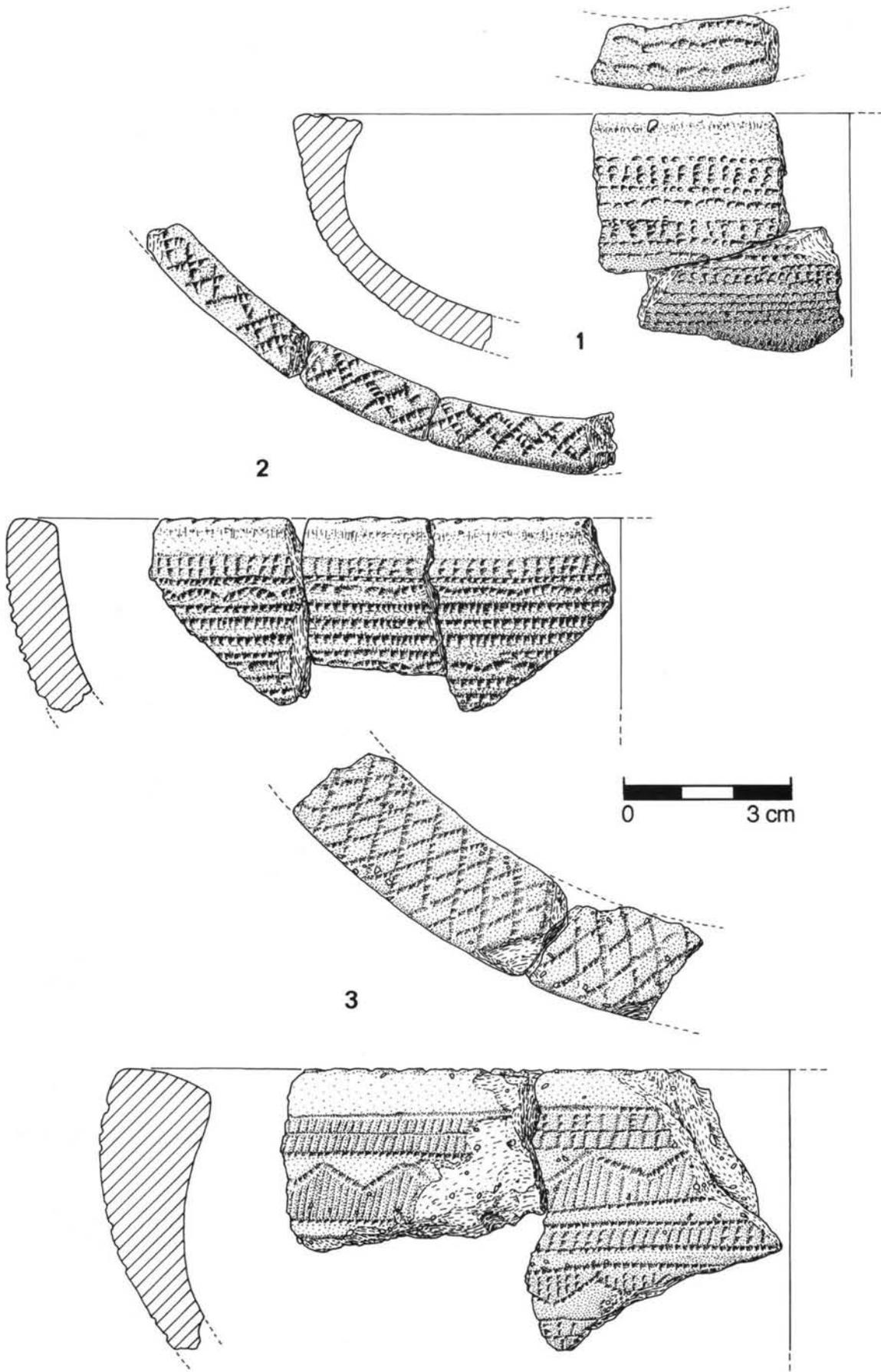


Fig. 43 – Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

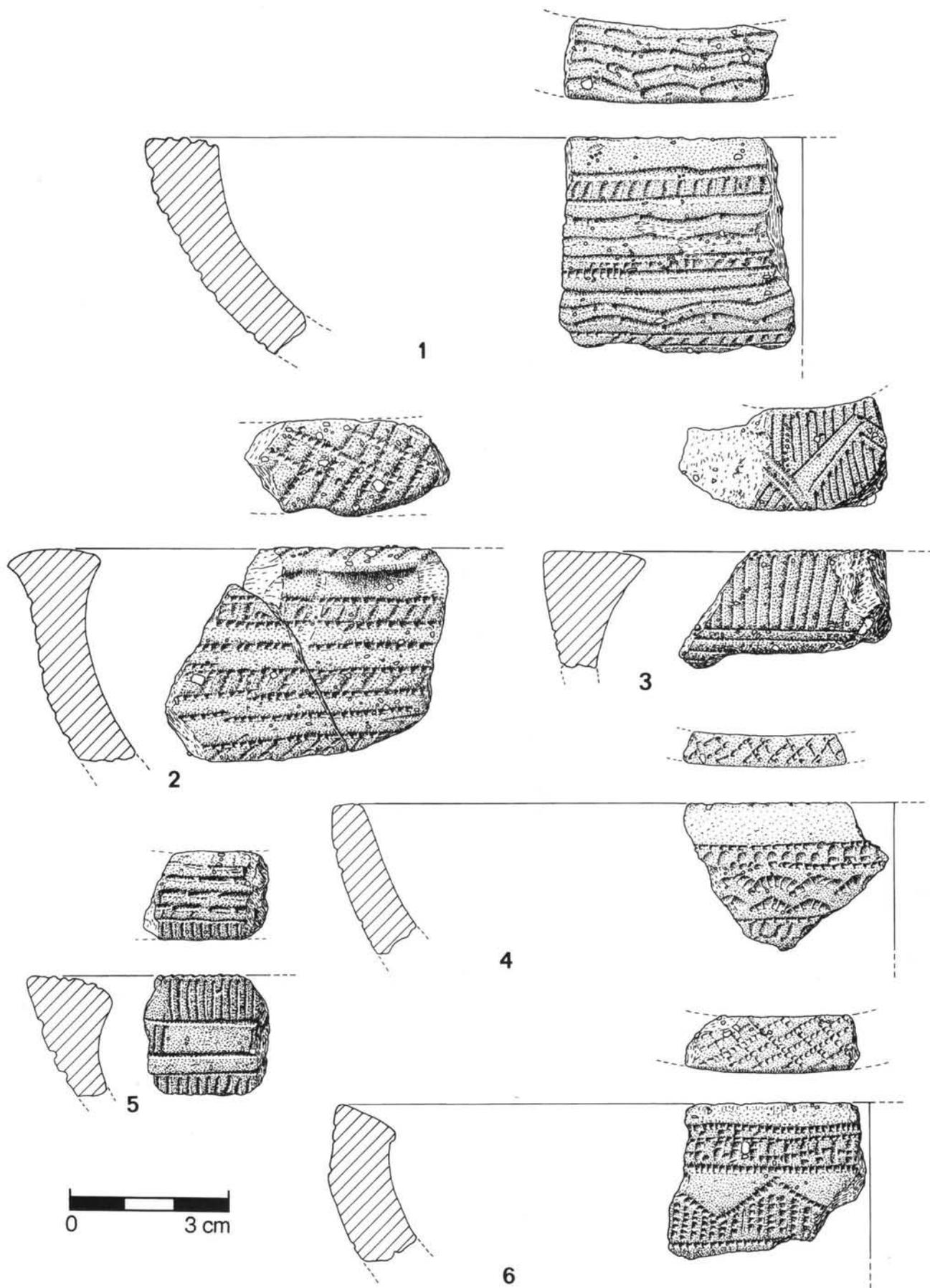


Fig. 44 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

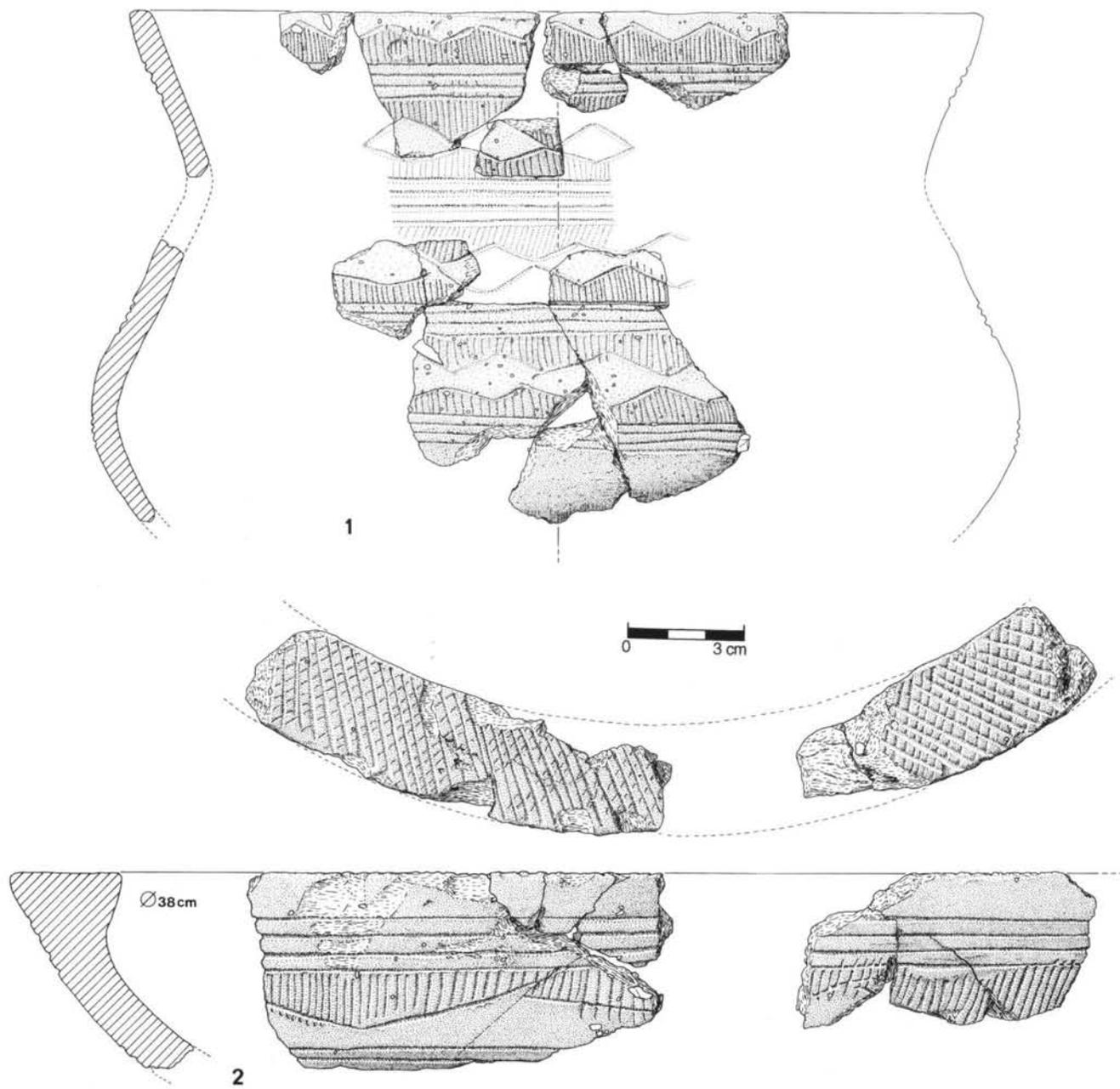


Fig. 45 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

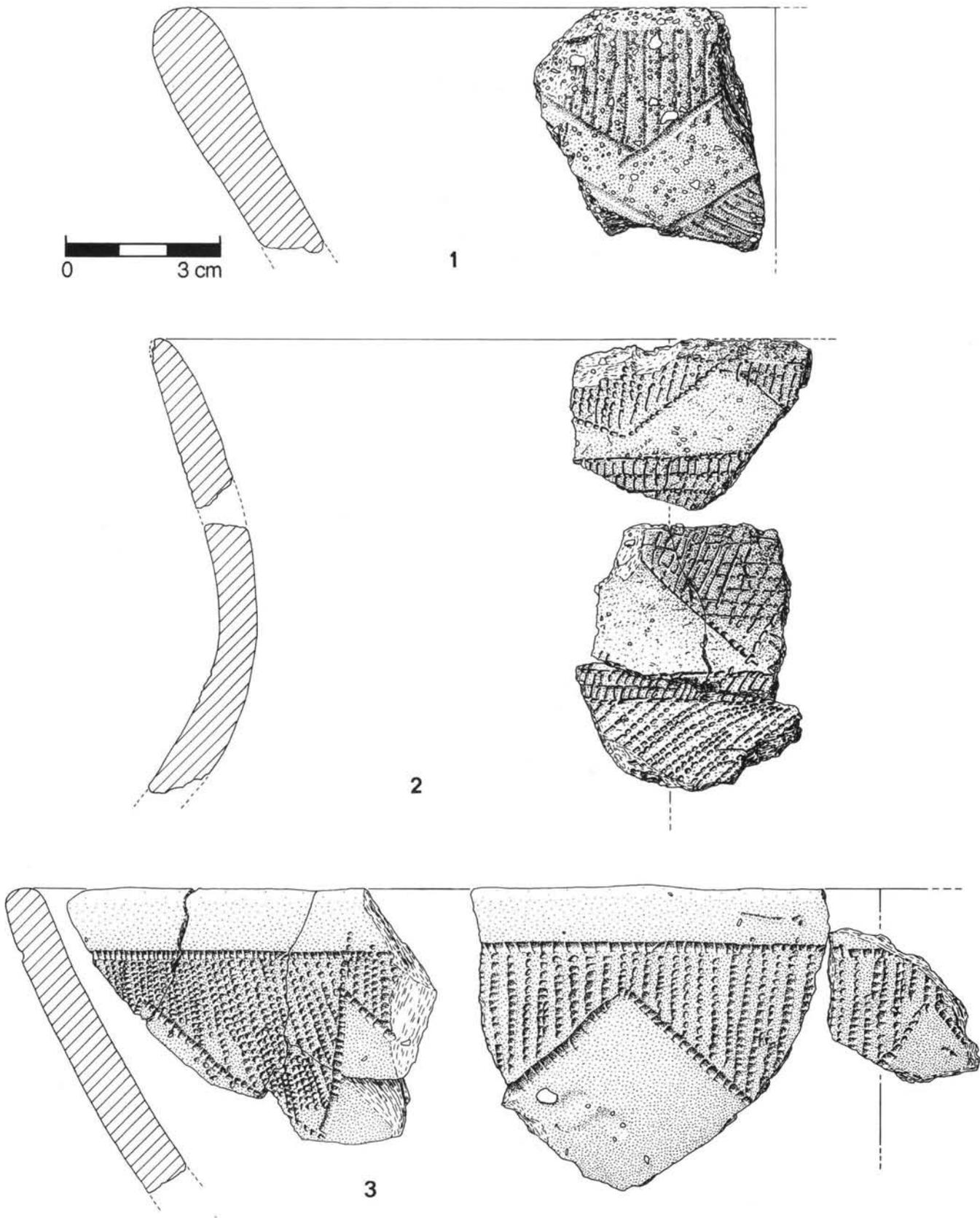


Fig. 46 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

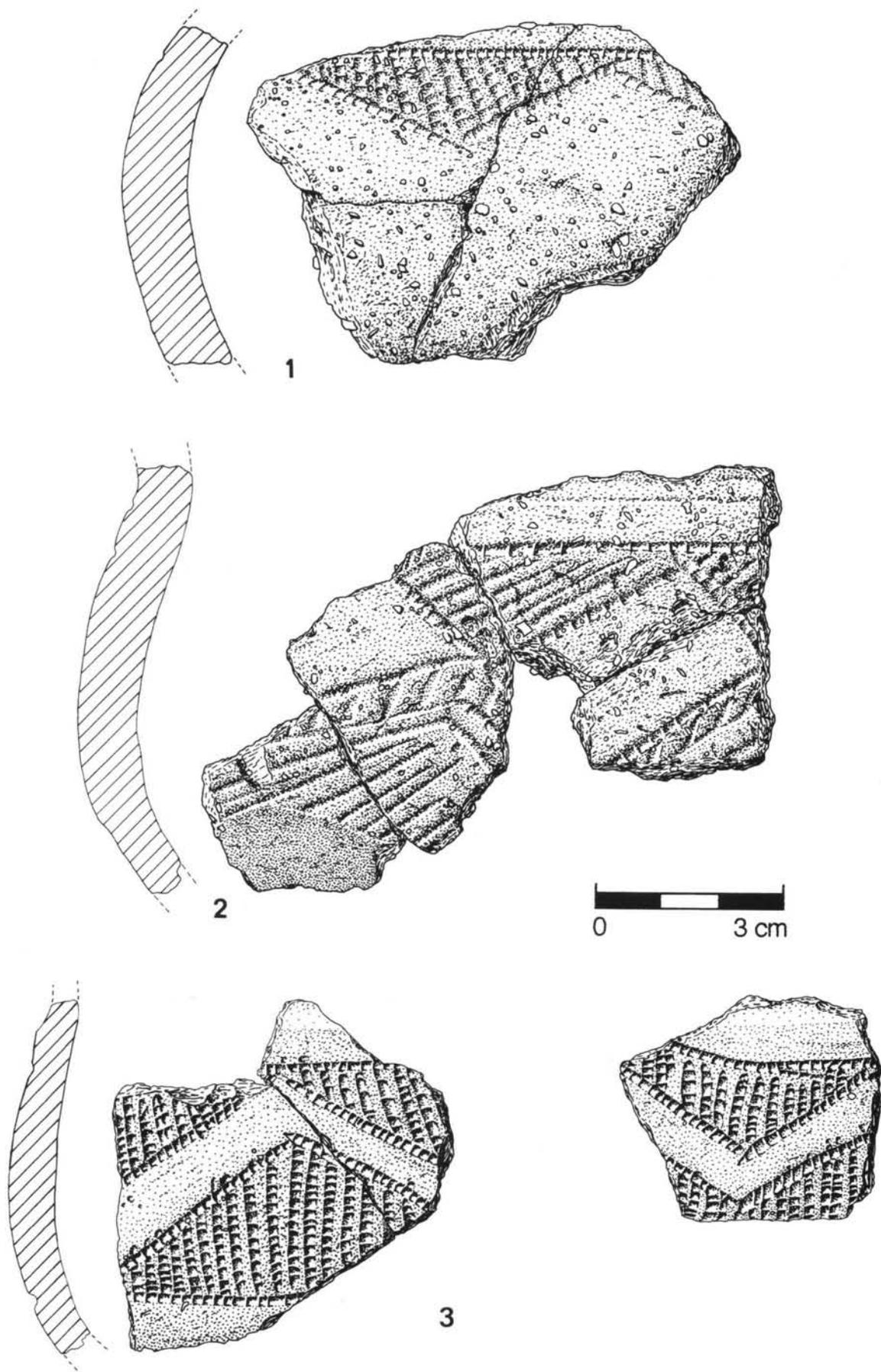


Fig. 47 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana FM*.

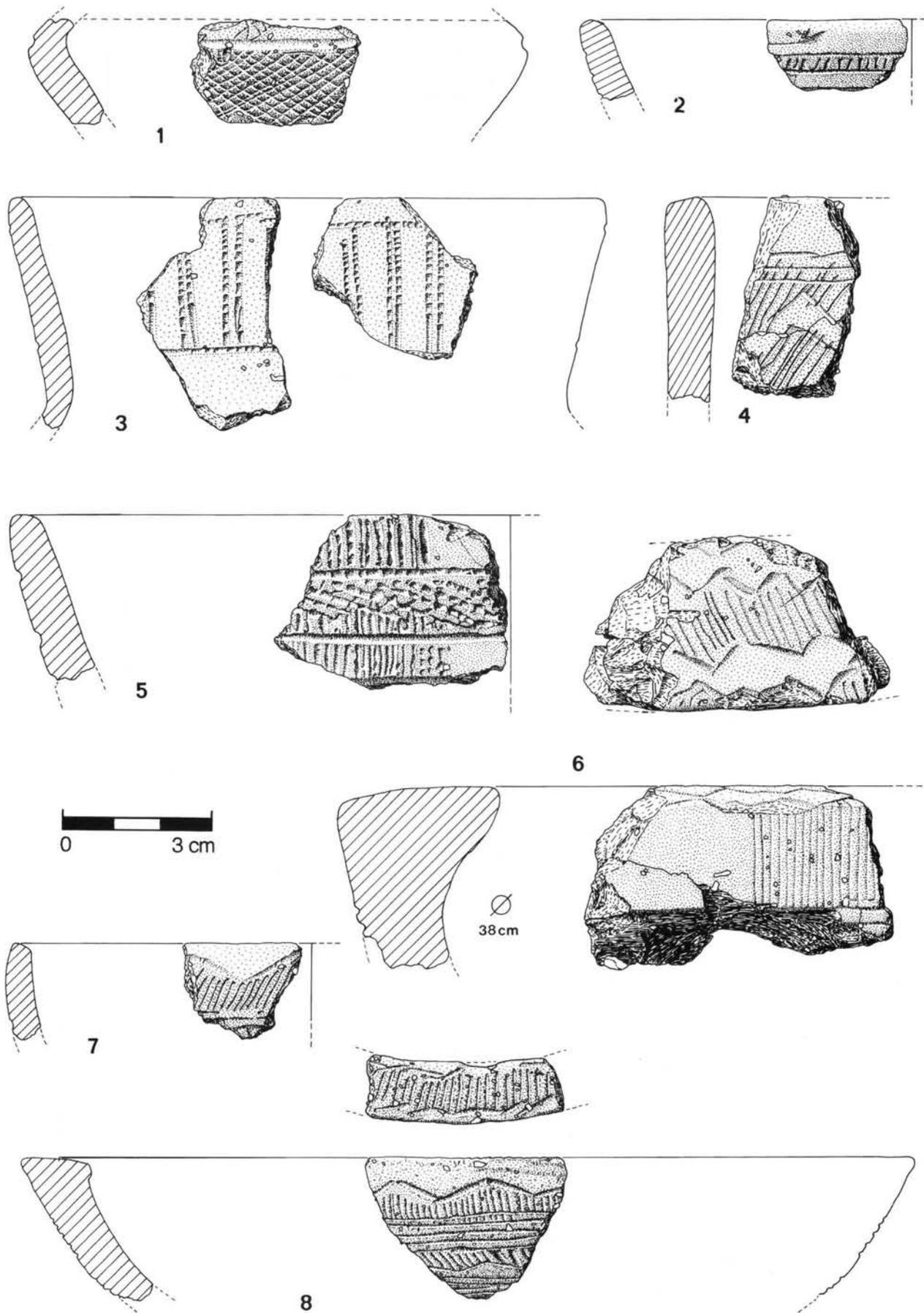


Fig. 48 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana EN*.

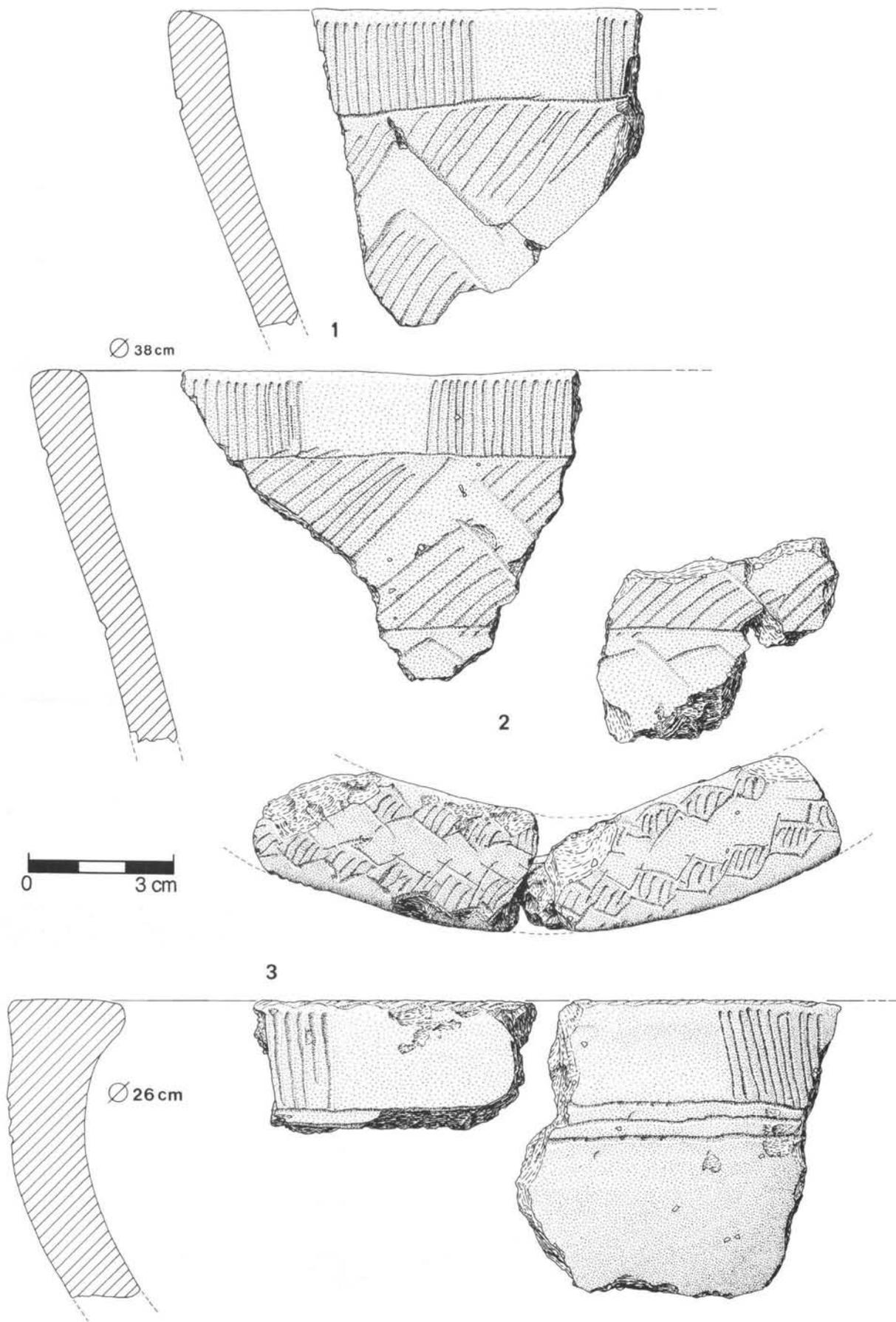


Fig. 49 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana EN*.

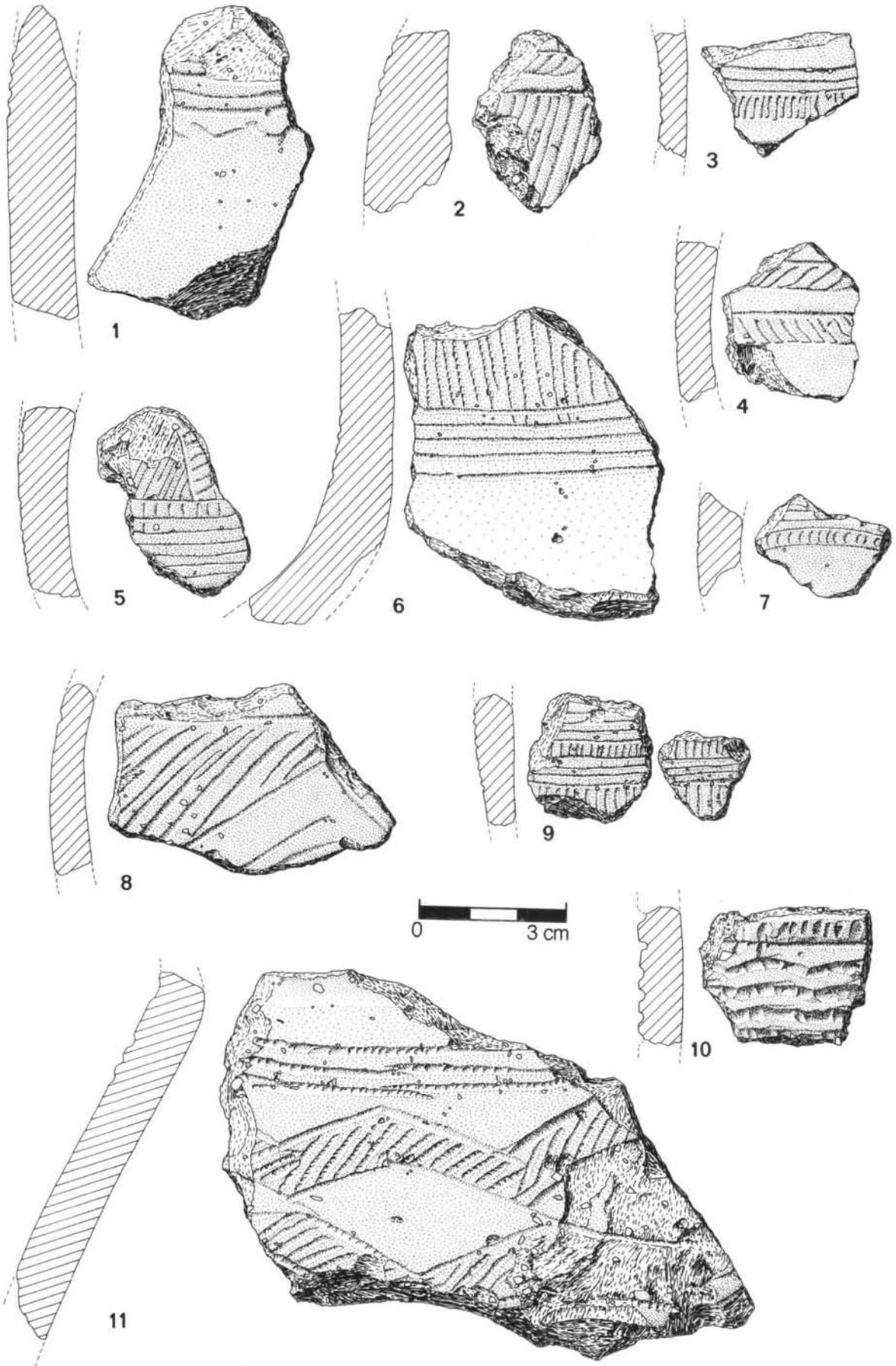


Fig. 50 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da *Cabana EN*.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,

7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 155-167

AS CERÂMICAS DE ORNATOS BRUNIDOS DA GRUTA DO CORREIO-MOR (LOURES)⁽¹⁾

João Luís Cardoso⁽²⁾.

Colaboração de M. Leitão, O. da Veiga Ferreira†, C.T. North & J. Norton

1 - LOCALIZAÇÃO E TRABALHOS REALIZADOS

A gruta natural do Correio-Mor, cerca de 1 Km WSW de Loures (Fig. 1) foi identificada em 1974, no decurso de lavra de pedreira que explorava os calcários duros do Cretácico – Cenomaniano superior (ZBYSZEWSKI, 1964). Nos escombros desta primeira, embora fortuita, destruição, recolheu o Arq. F. Berger uma placa de xisto gravada, cerâmicas e uma lâmina de sílex. As explosões haviam provocado o desmonte da parede oriental da gruta, seccionada longitudinalmente, mas conservando o enchimento arqueológico junto da parede ocidental. Contactado o Dr. José Norton, pelo referido arquitecto, foi decidido explorar o que restava do depósito arqueológico, sob a direcção de O. da Veiga Ferreira; no decurso de tais trabalhos de emergência, efectuados por O. da Veiga Ferreira, M. Leitão, J. Norton e C. T. North, regularizou-se o corte posto a descoberto pelas explosões e prolongou-se o mesmo até ao chão primitivo da cavidade; porém, novas explosões, efectuadas após o início de tais trabalhos, e sem o conhecimento dos referidos arqueólogos, vieram prejudicar o curso dos mesmos, deste modo limitados a um retalho do depósito que se conservou no sector mais próximo da presumível entrada, voltada para Sul, correspondente a cerca de dez por cento do seu volume inicial (Figs. 2 e 3). O corte realizado permitiu identificar uma sequência cultural de larga diacronia, representada na base por artefactos líticos mustierenses e na parte superior por fragmentos cerâmicos da Idade do Ferro e posteriores (FERREIRA & LEITÃO, s/d, p. 138). Contudo, a larga maioria dos materiais proveio de recolhas superficiais, nos taludes das terras desmontadas pelas explosões. Desta forma, foram determinantes

⁽¹⁾ Trabalho realizado pelo primeiro signatário no âmbito do estudo sistemático dos materiais arqueológicos exumados pelos restantes e postos à sua disposição por M. Leitão, seu fiel depositário.

⁽²⁾ Da Academia Portuguesa da História. Professor da Universidade de Aberta (Lisboa) e Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras.

as suas características tipológicas na respectiva classificação crono-cultural. Neste caso estão os nove exemplares das Fig. 4 e 5, para os quais não se conhece proveniência exacta. Os restantes cinco (Fig. 6) foram recolhidos em sector restrito, *in situ*, (L/0,4 - 0,8) e na camada correspondente à Idade do Bronze (cf. FERREIRA & LEITÃO, s/d, p. 138).

Trata-se de exemplares exibindo a bem conhecida decoração designada por “ornatos brunidos”, que os situa, inquestionavelmente, no Bronze Final, constituindo conjunto homogéneo, de evidente interesse para o conhecimento da presença humana no decurso da referida etapa cultural, na região de Lisboa.

2 - AS CERÂMICAS DE “ORNATOS BRUNIDOS”

Deve-se a E. da Cunha Serrão o primeiro e decisivo contributo para o conhecimento destas cerâmicas no que concerne ao território português, até então apenas reconhecidas em Mesas de Asta (Jerez), onde foram designadas por cerâmicas com decoração “reticulada” (GUERRERO, 1945, Lám. 8) e atribuídas ao final da Idade do Bronze. A exploração da Lapa do Fumo (Sesimbra) proporcionou-lhe a identificação de cerâmicas com técnica decorativa idêntica às andaluzas; tendo em consideração critérios estratigráficos foi possível ao referido autor situar tais cerâmicas, com maior probabilidade, também no fim da Idade do Bronze (SERRÃO, 1959, p. 343, 344). A técnica decorativa foi correctamente descrita, logo nos primeiros estudos de SERRÃO (1958, 1959, 1970): consistiu na aplicação de uma ponta romba deslizante sobre a superfície externa dos recipientes, depois de secos ao sol, ou talvez após uma pré-cozedura, como em certas cerâmicas artesanais do Norte de Portugal, mas seguramente antes da cozedura final. Obtinham-se, assim, pequenos sulcos, com brilho acetinado e de coloração mais escura que a superfície sobre a qual se produziam. Por exemplo, se esta fosse acinzentada, os sulcos apresentam-se anegrados; caso se apresentasse de coloração castanha, os sulcos mostrar-se-iam castanho-escuros; enfim, se avermelhada, aqueles adquiriam coloração “grenat”.

As próprias superfícies mostram-se cuidadosamente preparadas, através de alisamento e brunimento, incluindo, por vezes, a aplicação prévia de uma aguada, facilitando o acabamento final, recorrendo a seixos ou outros corpos lisos, cujas marcas são evidentes em numerosos exemplares da gruta do Correio-Mor, especialmente na face interna, não decorada, à semelhança no verificado em exemplares de outras estações. Este é também o lado que mais sinais de erosão exhibe em tais fragmentos: a película endurecida, resultante da aplicação de aguada e do brunimento, desapareceu em cinco dos catorze exemplares, por escamação, facto que deverá ser imputado ao tipo de utilização dado aos recipientes.

2.1 - Pastas

As pastas dos catorze fragmentos recolhidos na gruta de Correio-Mor apresentam-se invariavelmente de textura fina e média sendo, pois, característica independente do tamanho dos recipientes.

Excepcionalmente, ocorrem grãos de grandes dimensões, de feldspatos ou de quartzo, que são os dois grupos mineralógicos dominantes.

Acessoriamente, estão presentes, nalguns fragmentos, mas sempre em pequenas quantidades, minerais ferromagnesianos: a escassez destes não permite – ao contrário do verificado para outras estações da Idade do Bronze da região de Lisboa – considerar uma produção local, com base na exploração de materiais argilosos resultantes da alteração dos tufo e rochas basálticas existentes na região, como no povoado da Tapada da Ajuda (CARDOSO *et al.*, 1986; CARDOSO, 1995 a, d).

Tal não significa, porém, aceitarmos origem exógena para tais cerâmicas; no próprio leito aluvionar do Tejo, e especialmente na sua zona estuarina, poderiam colher-se materiais argilosos com características plásticas e mineralógicas compatíveis com as exibidas pelas pastas de estes recipientes, aos quais os elementos não plásticos mais grosseiros (como se disse, muito escassos), teriam sido intencionalmente adicionados como desgordurantes. Poderiam ser oriundos da região granítica de Sintra, a partir da qual se difundiriam, por comércio, para regiões onde não seria possível obter tais elementos, como a região da Arrábida, para além da que agora nos ocupa (CARDOSO & CUNHA, 1995).

2.2 – Colorações

Todos os fragmentos em apreço apresentam colorações castanho-avermelhadas ou castanho-anegradas, tanto nas superfícies interna como na externa; o núcleo é, nalguns casos, mais escuro. Trata-se, pois, de vasos que revelam ambiente de cozedura uniforme, tendencialmente oxidante na fase final da operação.

2.3 – Decorações

Os “ornatos brunidos” conservados nestes catorze fragmentos ocorrem sempre na sua face externa. Correspondem a temáticas decorativas muito simples: nos recipientes de maiores dimensões, trata-se, apenas, de bandas horizontais ou verticais, de largura variável; nos exemplares de menores dimensões, embora estas também ocorram, predominam temáticas mais elaboradas: estão presentes as linhas paralelas, por vezes organizadas em malha reticulada e as bandas largas, alternantes nos espaços intermédios, por fino reticulado, obtido por linhas paralelas, oblíquas ou ortogonais às referidas bandas.

Como se disse, são sempre mais escuras que as colorações dos fundos sobre as quais foram produzidas: daí que dominem as tonalidades anegradas sobre as acastanhadas. De salientar a existência de uma decoração radiada, executada no lado externo do fundo plano de um grande recipiente (Fig. 5, n.º 5), aproximando-se, nesse particular, do exemplar exumado na *tholos* do Monge, Sintra (LEISNER, 1965, Tf. 66, n.º 25), embora neste os ornatos sejam mais nítidas e regulares.

2.4 – Formas

A pequenez dos fragmentos impede, em geral, a determinação rigorosa da tipologia dos respectivos recipientes. Crê-se, pelos dois bordos e porção do bojo com arranque do colo conservados, que se trata de vasos de bojo convexo, separados dos respectivos colos, altos e cilíndricos, de inclinação variável e de paredes tendencialmente rectilíneas, por carenas de posição e morfologia desconhecida; nestas circunstâncias, podem aproximar-se das formas 3A, B e 6A, B de MARQUES & ANDRADE (1974, p. 141), constituindo os exemplares quase completos da sepultura de Roça do Casal do Meio, Sesimbra (SPINDLER *et al.*, 1973/74, Fig. 11) e do povoado do Monte da Pena, Torres Vedras (MADEIRA *et al.*, 1972, p. 209) equivalentes próximos. Trata-se, pois, de grandes recipientes fechados, que caracterizou o Tipo A da classificação de GAMITO (1990/92), considerado anterior ao Tipo B, que integra as formas abertas.

Tal como aqueles e os exumados na Lapa do Fumo, Sesimbra recentemente reestudados (CARDOSO, 1995 b, c), também os fragmentos da gruta do Correio-Mor exibem decoração por ornatos brunidos na parte superior do bojo ou ocupando áreas mais ou menos extensas do colo e ainda junto ao bordo.

Porém, ao contrário do verificado naquela gruta, recipientes de menores dimensões, designadamente as características taças carenadas, por vezes com exuberante decoração brunida, que ali ocorrem, constituem, na do Correio-Mor, forma muito rara (Fig. 5, n.º 4).

Os fundos dos grandes recipientes, a que pertencem a larga maioria dos fragmentos ora estudados, são planos, como indica o fragmento da Fig. 5, n.º 5, situação usual no Bronze Final.

3 – INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO CULTURAL E CRONOLOGIA

Qual o significado paleontológico da ocorrência de tais cerâmicas nesta gruta natural? Julgamos que é de lhes atribuir significado ritual, correspondendo a oferendas em santuário rupestre; trata-se de hipótese já anteriormente defendida para explicar as situações homólogas observadas na gruta natural da Lapa do Fumo, Sesimbra (CARDOSO, 1995 b, c), sem dúvida o paralelo mais próximo da situação em apreço. Com efeito, tal hipótese parece ser, em ambos os casos, adequada face aos factos observados, tendo em consideração a escassez de restos humanos, que aliás poderão pertencer a épocas anteriores, quando ambas as grutas foram usadas como necrópoles.

Fica, pois afastada a hipótese de se tratar de oferendas funerárias, a menos que a respectiva necrópole fosse de incineração, correspondendo, deste modo, os grandes recipientes a urnas cinerárias, hipótese que, embora carecendo de demonstração, não é de rejeitar de todo.

A existência de santuários em gruta no Bronze Final foi anteriormente discutida (CARDOSO & CUNHA, 1992). Além da Lapa do Fumo, pode referir-se, entre outras, a gruta natural de Ibne Amar, Lagoa, cujo espólio da Idade do Bronze foi recentemente publicado (GOMES, CARDOSO & ALVES, 1995).

Tem-se discutido a presença destas cerâmicas no Centro e Sul do País. Apesar de ser técnica conhecida no Calcolítico Inicial da Estremadura, a sua re-introdução no Bronze Final, parece dever-se a influxos exógenos, do Mediterrâneo Central, talvez da Sardenha. Tal hipótese, defendida por SHUBART (1971), foi ulteriormente reforçada pela recolha, no monumento funerário da Roça do Casal do Meio, Sesimbra, a par de um grande vaso com ornatos brunidos, de uma rara fibula com enrolamento no arco, situável nos séculos XI - X/IX AC. A distribuição deste tipo de fibula no território peninsular e além-Pirinéus (SENNA-MARTINEZ, 1994, p. 225), de evidente origem mediterrânea, ilustra, outrossim, a sua difusão continental e atlântica, por via de um comércio trans-regional, crescentemente afirmado no decurso do Bronze Final. Tal comércio explica o aumento crescente, no decurso do Bronze Final, de artefactos metálicos manufacturados na região estremenha: exemplo frisante é a substituição de modelos líticos de foices por equivalentes metálicos, fabricadas localmente: o molde de Rocanes, Cacém (FONTES, 1916), é disso exemplo.

É neste contexto que se deverá interpretar a presença das cerâmicas de “ornatos brunidos”, correspondentes à fase final do Bronze Final, conclusão reforçada pela sua ausência em “habitats” do início do Bronze Final da região, como a Tapada da Ajuda, cuja ocupação foi datada pelo radiocarbono do século XIII AC (CARDOSO, 1995 a, d).

Tal sequência tem, aliás, equivalente na Andaluzia, apesar de ali as decorações se apresentarem, ao contrário das peças portuguesas, do lado interno dos recipientes e possuírem maior longevidade, sobrevivendo até *ca.* 600 a.C. (TEJERA-GASPAR, 1980; BELÉN, AMO & FERNÁNDEZ-MIRANDA, 1982), por ora desconhecidas nos espólios da Estremadura portuguesa. Porém, a sequência estratigráfica do Alto do Castelinho da Serra, Évora mostra que, no Alentejo tais cerâmicos sobreviveram até ao século VII a.C., coexistindo ali com as cerâmicas feitas ao torno rápido de origem oriental (GIBSON, CORREIA & BURGESS, 1998), embora mostrem características diferentes, intermédias entre o grupo estremenho português e o grupo andaluz.

Tal diferença, não dispicienda, leva a integrar os materiais do nosso território em um “círculo cultural” próprio, ao qual, aliás, estão subjacentes outras características económicas e sociais específicas. Com efeito, a afirmação de tais cerâmicas na Estremadura, as quais se prolongaram até à introdução na região das primeiras produções orientais, feitas ao torno rápido, no século VIII/VII AC, através do comércio fenício, acompanha o advento de povoados de altura, onde ocorrem preferencialmente. Citem-se, de concelhos distintos, mas da área geográfica correspondente à gruta do Correio Mor, apenas três povoados de altura onde se recolheram tais cerâmicas de “ornatos brunidos”: o Cabeço do Mouro, Cascais (CARDOSO, 1991); o Castelo dos Mouros, Sintra (CARDOSO, 1997); e o Cabeço dos Moinhos, Mafra (VICENTE & ANDRADE, 1971).

A escolha de tais lugares, com condições de defesa adequadas, com equivalentes, tanto na Beira Interior, como no Alentejo (VILAÇA, 1995; BUBNER, 1996; GAMITO, 1990/92; SPINDLER *et al.*, 1973/74), corresponderá à própria evolução interna da formação económico-social do Bronze Final na Estremadura, caracterizada por crescente hierarquização social; as “elites” de cada uma dessas comunidades, sediar-se-iam em lugares facilmente defendidos, de onde controlariam determinados

territórios, bem delimitados e exaustivamente explorados por unidades agrícolas de raiz familiar delas dependentes (CARDOSO, 1995 e) – são os “casais agrícolas”, na adequada expressão de MARQUES & ANDRADE (1974) – bem como as vias de comunicação entre eles existentes. Colhiam-se, deste modo, as mais-valias decorrentes do comércio transregional, através do qual objectos metálicos ou as respectivas matérias-primas, além de produtos de luxo (jóias, adereços), destinados às referidas “elites”, seriam permutados por excedentes da produção agrícola, que constituíram o mais importante e valioso produto com valor económico, susceptível de ser produzido de forma excedentária, na região da Baixa Estremadura (KALB, 1980).

Trata-se, afinal de modelo já preconizado tanto para o Centro-Norte do País (SENNA-MARTINEZ, 1994, p. 226), como para o Sul do nosso território (PARREIRA, 1983, p. 167; 1995).

BIBLIOGRAFIA

- BELÉN, M; AMO, M. del & FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. (1982) – Secuencia cultural del poblamiento en la actual ciudad de Huelva durante los siglos IX - VI a.C. *Huelva Arqueológica*, 6, p. 21-39.
- BUBNER, T. (1995) – A cerâmica de ornatos brunidos em Portugal. In J. de Alarcão (ed.), *De Ulisses a Viriato – o primeiro milénio a.C.*, p. 66-72. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- CARDOSO, G. (1991) – *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais.
- CARDOSO, J. L. (1995a) – Os povoados do Bronze Final a Norte do estuário do Tejo. In S. O. Jorge (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal*, p. 126. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1995b) – As cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo. In S. O. Jorge (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal*, p. 88. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1995c) – O Bronze Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*, 5, p. 6-14. Câmara Municipal de Sesimbra.
- CARDOSO, J. L. (1995d) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*, 34, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1995e) – Para o conhecimento da agricultura no concelho de Oeiras: do Neolítico ao Período Romano. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, p. 87-96.
- CARDOSO, J. L. (1997) – A ocupação do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 7, p. ??-??.
- CARDOSO, J. L. & CUNHA, A. Santinho (1995) – *A lapa da Furada (Sesimbra). Resultados das escavações arqueológicas realizadas em Setembro de 1992 e 1994*. Câmara Municipal de Sesimbra.

- CARDOSO, J. L.; RODRIGUES, J. S.; MONJARDINO, J. & CARREIRA, J. R. (1986) – A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Lisboa, Revista Municipal*, série II, 15, p. 3-18.
- FERREIRA, O. da Veiga & LEITÃO, M. (s/d) – *Portugal pré-histórico. Seu enquadramento no Mediterrâneo*. Publicações Europa-América. Mem Martins.
- GAMITO, T. J. (1990/92) – A cerâmica de retícula brunida do Castro dos Ratinhos (Moura). *O Arqueólogo Português*, série IV, 8/10, p. 277-297.
- GIBSON, C.; CORREIA, V. H. & BURGESS, C. B. (1998) – Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo), Évora, Portugal). A preliminary report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval site, 1990-1993. *Journal of Iberian Archaeology*, 0, p. 189-244. Porto.
- GOMES, M. Varela; CARDOSO, J. L. & ALVES, F. J. S. (1995) – *Levantamento arqueológico do Algarve – Concelho de Lagoa*. Câmara Municipal de Lagoa.
- GUERRERO, M. Esteve (1945) – *Excavaciones de Asta Regia (Mesas de Asta, Jerez)*. *Campaña de 1942-43*. Acta Arqueologica Hispanica, 3. Madrid.
- KALB, P. (1980) – O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, p. 112-138. Sociedade Martins Sarmento. Guimarães.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Walther de Gruyter & Co. Berlin.
- MADEIRA, J.; GONÇALVES, J. L.; RAPOSO, L. & PARREIRA, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no monte da Pena (Barro/Torres Vedras) – notícia prévia. *O Arqueólogo Português*, S. III, 6, p. 207-212.
- MARQUES, G. & ANDRADE, G. Miguéis (1974) – Aspectos da Proto-história do território português. 1 – Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973), 1, p. 125-148.
- PARREIRA, R. (1983) – O cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. *O Arqueólogo Português*, S. IV, 1, p. 149-168.
- PARREIRA, R. (1995) – Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo Interior. In S. O. Jorge (ed.), *A Idade do Bronze em Portugal*, p. 131-134. Instituto Português de Museus. Lisboa.
- SCHUBART, H. (1971) – Acerca de la ceramica del Bronce tardio en el Sur y Oeste peninsular. *Trabajos de Prehistoria*, 28, p. 153-182.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994) – Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final peninsular. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, p. 215-232. Editorial Colibri. Lisboa.
- SERRÃO, E. da Cunha (1958) – Cerâmica proto-história da Lapa do Fumo (Sesimbra) com ornatos coloridos e brunidos. *Zephyrus*, 9 (2), p. 177-186.

- SERRÃO, E. da Cunha (1959) – Cerâmica com ornatos brunidos a cores da Lapa do Fumo. *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia*, (Lisboa, 1958), 1, p. 337-359.
- SERRÃO, E. da Cunha (1970) – As cerâmicas de “retícula bruñida” das estações arqueológicas espanholas e com “ornatos brunidos” da Lapa do Fumo. *Actas da I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969), 1, p. 273-308.
- SPINDLER, K.; CASTELLO-BRANCO, A. de; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1973/74) – Le monument à coupole de l'Âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhadriz). *Comunic. Serv. Geol. Port.*, 57, p. 91-153.
- TEJERA-GASPAR, A. (1980) – El Bronce Final del bajo Guadalquivir y su problemática. *Huelva Arqueologica*, 4, p. 181-196.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. *Trabalhos de Arqueologia*, 9 (2 vol.). Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa.
- ZBYSZEWSKI, G. (1964) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 2 (Loures)*. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.



Fig. 1 – Gruta do Correio-Mor (Loures). Localização na Península Ibérica e na Carta Militar de Portugal à escala de 1/25000 (folha de Loures), Serviços Cartográficos do Exército. Lisboa.

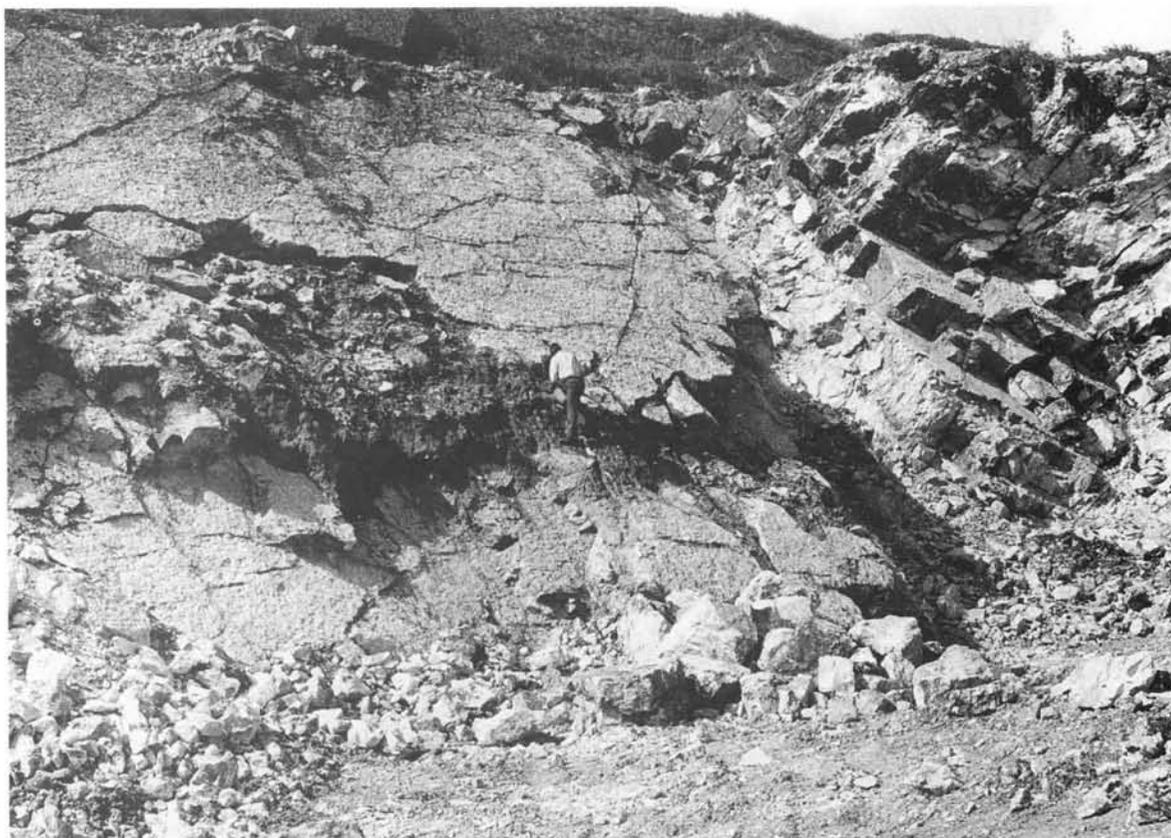


Fig. 2 – Gruta do Correio-Mor (Loures). Vista do seccionamento longitudinal, ao centro, do enchimento da cavidade, produzido pela progressão da exploração da pedreira. Foto de M. Leitão.



Fig. 3 – Gruta do Correio-Mor (Loures). Vista parcial do seccionamento longitudinal produzido pela exploração da pedreira, depois do respectivo enchimento arqueológico ter sido quase totalmente removido. Foto de M. Leitão.

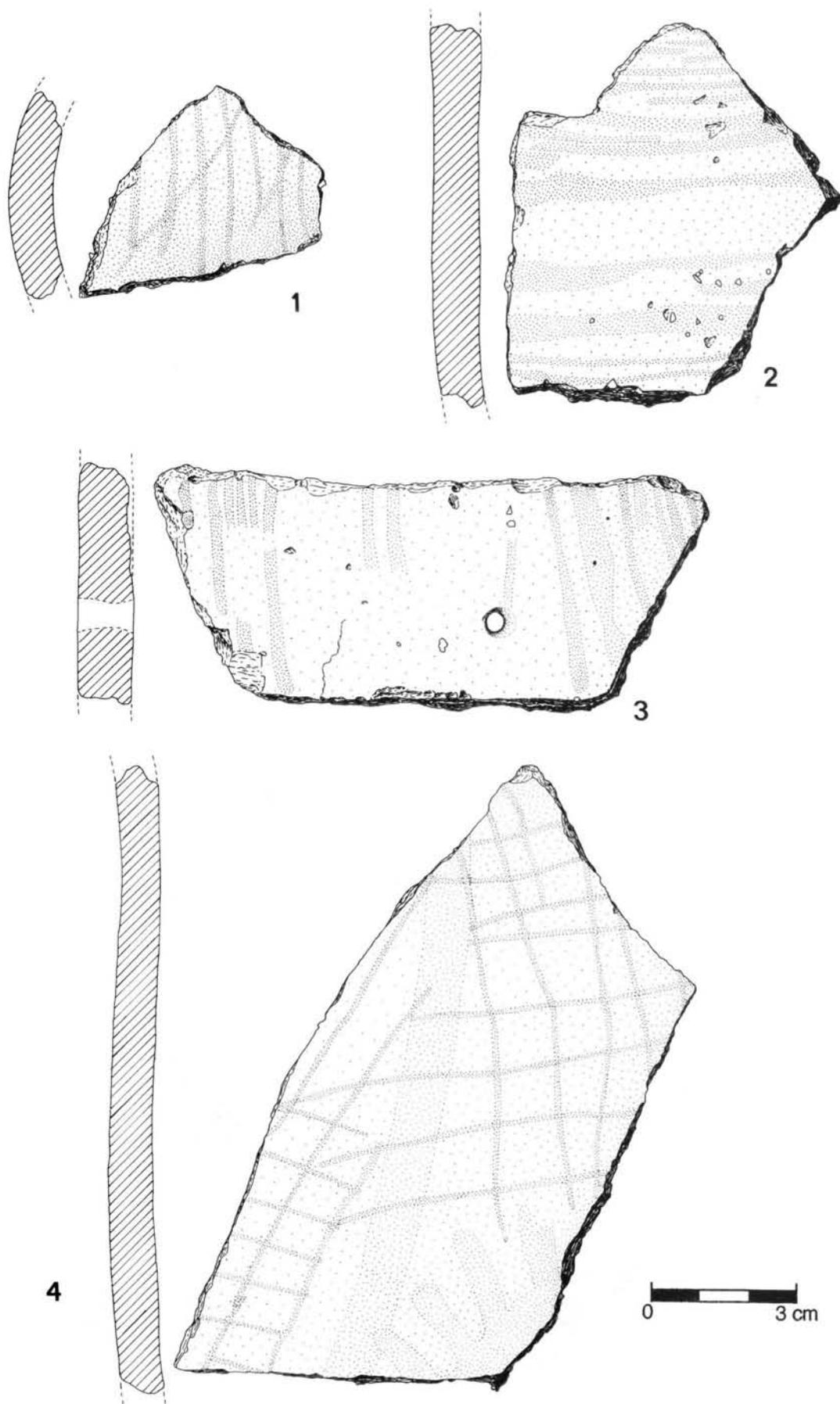


Fig. 4 - Gruta do Correio-Mor (Loures). Cerâmica com ornatos brunidos.

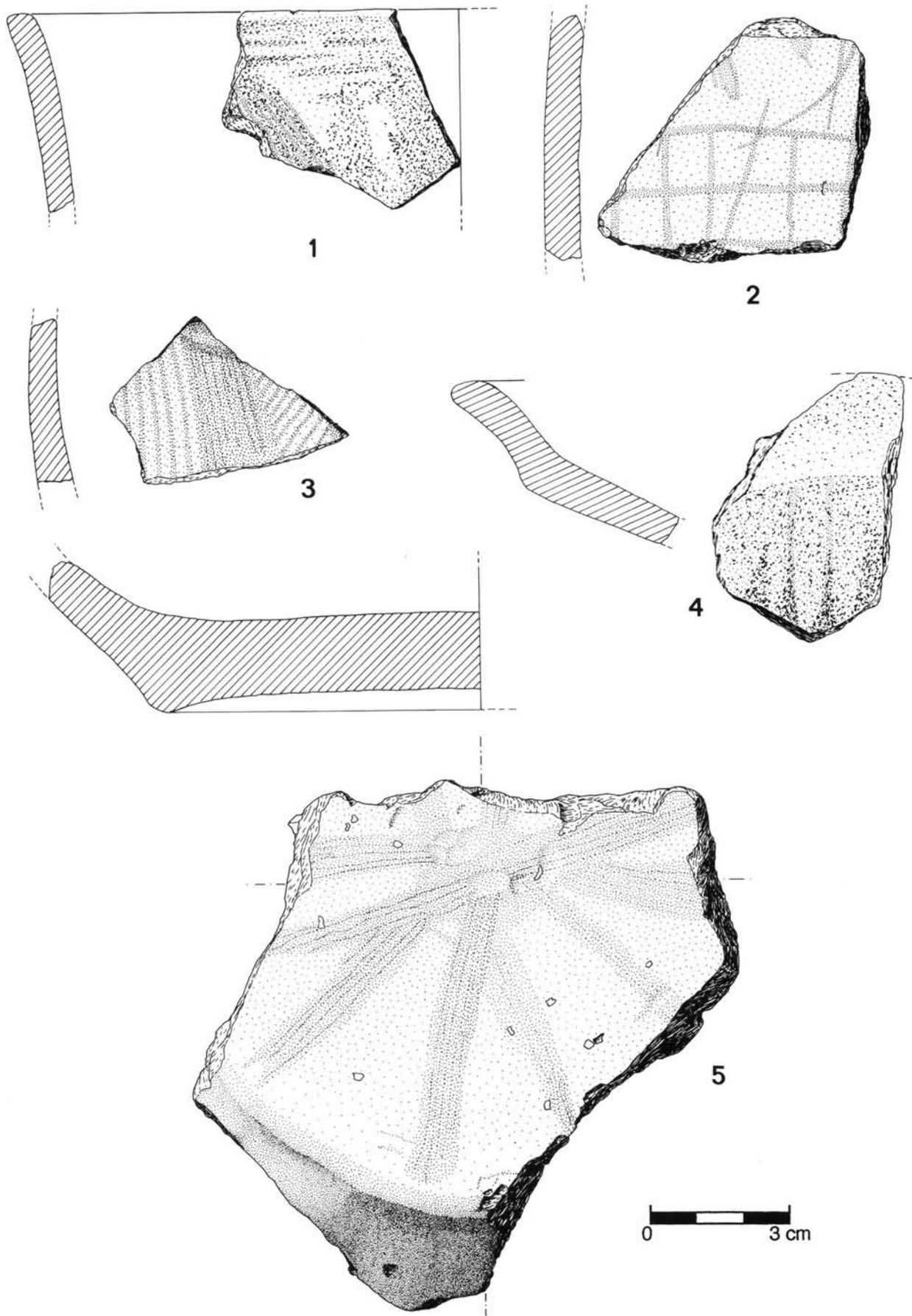


Fig. 5 - Gruta do Correio-Mor (Loures). Cerâmica com ornatos brunidos.

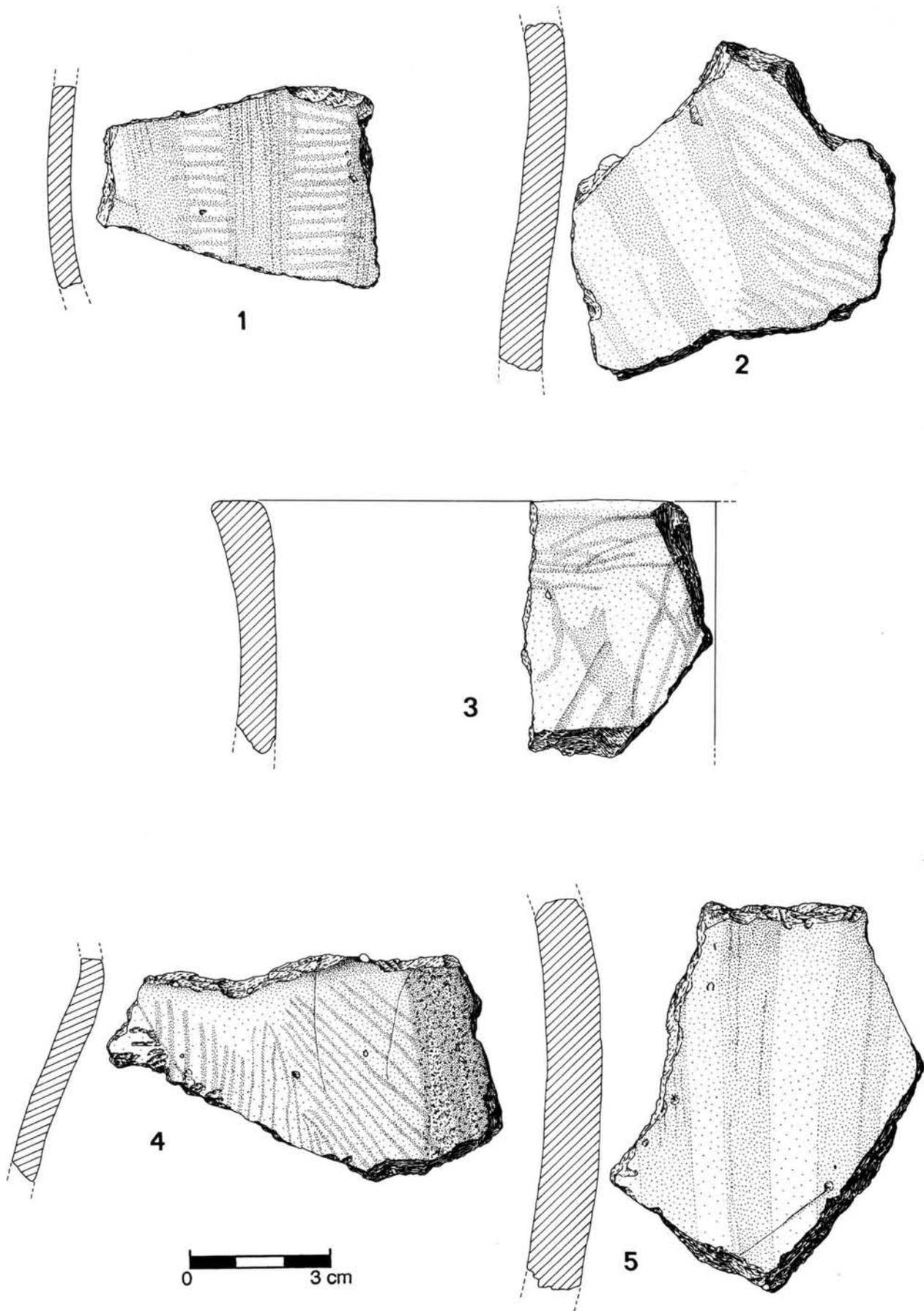


Fig. 6 - Gruta do Correio-Mor (Loures). Cerâmica com ornatos brunidos.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,

7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 169-187

O POVOADO DO BRONZE FINAL DO CASTELO DOS MOUROS (SINTRA)

João Luís Cardoso⁽¹⁾

1 - INTRODUÇÃO

A existência de materiais da Idade do Bronze no Castelo dos Mouros, Sintra, tanto na área intramuros como extramuros da fortaleza medieval foi plenamente reconhecida em Setembro de 1976, ano em que uma pequena equipa do Centro Cultural Roque Gameiro, da Amadora, ali procedeu a diversas prospecções no âmbito das actividades de uma então existente Comissão Interconcelhia de Arqueologia, sediada naquela Associação Cultural. Os materiais recolhidos conservam-se actualmente na sede da ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora, onde foram estudados e desenhados pelo signatário em 1994. Endereçamos aos responsáveis da Associação os devidos agradecimentos pela autorização concedida para aquele efeito, extensivos igualmente aos Drs. J. Cardim Ribeiro, Teresa Simões e Rui Oliveira – um dos participantes naquelas prospecções – que facultaram elementos fotográficos obtidos no decurso dos trabalhos, depositados pelo último no Museu Regional de Sintra.

Em 1998, António Gonzalez, dirigente e principal animador do Centro Cultural Roque Gameiro em 1976, acompanhou o signatário ao local, tendo em vista a localização da área onde os trabalhos de 1976 se concentraram, actualmente completamente mascarada por abundante vegetação. Foram então, recolhidos circunstancialmente mais alguns materiais, junto à Porta Giratória e no Parque das Merendas, no próprio caminho de terra batida, alguns dos quais constam igualmente desta publicação.

⁽¹⁾ *Da Academia Portuguesa de História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa) e Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras.*

2 - CARACTERÍSTICAS GEOMORFOLÓGICAS E DISTRIBUIÇÃO DOS ACHADOS

A serra de Sintra, na verdade toda ela uma montanha sagrada, de forte carga simbólica (RIBEIRO, 1982/83) certamente desde tempos pré-históricos, contém numerosos testemunhos arqueológicos de quase todas as épocas. No que a este trabalho diz mais particularmente respeito, e no sector concernente ao Castelo dos Mouros, coroado por píncaro cuja altitude máxima atinge os 459 m., tal realidade é evidente. Com efeito, o caos de blocos graníticos ali existente, distribuindo-se quase até ao sopé da elevação, foi propício à conservação, nas anfractuosidades rochosas, com preenchimentos terrosos recentes facilmente removíveis, de abundantes fragmentos de cerâmicas da Idade do Bronze, os quais, pela acção da gravidade, se dispersam de forma quase homogénea, ao longo das encostas, concentrando-se em pequenas plataformas aparentemente naturais, porém sempre em posição derivada. Tais factos permitem concluir que, na época em causa, foi a elevação intensamente ocupada, aproveitando-se todos os abrigos naturais ou pequenas rechãs para a implantação de estruturas habitacionais, ou, em alternativa, não necessariamente incompatível, para depósitos rituais ou oferendas, hipótese consentânea com o aludido significado mágico da montanha e, em especial, do morro onde mais tarde se implantou o Castelo dos Mouros (Figs. 1 e 2). Com efeito, recolheram-se até ao presente, materiais cerâmicos da Idade do Bronze, entre outros, nos seguintes locais:

- 1 - plataforma situada a meia altura, a cerca de 370 m de altitude, da encosta poente do morro do Castelo dos Mouros: foi nesse local que se efectuaram a larga maioria das colheitas de 1976. É provável que se trate de plataforma natural; porém, só uma desmatção completa, seguida de trabalhos arqueológicos aprofundados possibilitará a confirmação desta hipótese (Fig. 3 e 4); o sítio domina, do lado oriental, pequeno vale com orientação para Norte;
- 2 - zona da porta giratória: o notável amontoado de blocos graníticos, formando por vezes grandes abrigos sob rocha, que se observa nesta zona forneceu algumas cerâmicas da Idade do bronze, as quais se dispersam até ao caminho adjacente (Fig. 7);
- 3 - parque das merendas: na parte inferior da encosta setentrional do morro do Castelo dos Mouros, serpenteiam múltiplos caminhos de terra batida, correspondentes a um parque que se desenvolve em patamares sucessivos, vencendo o íngreme declive. São frequentes nesses espaços, modernamente afeiçoados pelo Homem, fragmentos cerâmicos da Idade do Bronze (Fig. 8), sendo muito fácil a sua identificação e recolha: este local foi, com efeito, referido anteriormente (RIBEIRO, 1996, Coord.), guardando-se no Museu Regional de Sintra abundante amostragem, à qual se juntará o pequeno conjunto ora publicado.
- 4 - Capela de São Pedro de Canaferrim: no decurso das escavações realizadas no interior deste templo medieval recolheram-se numerosas cerâmicas da Idade do Bronze avultando, entre elas, fragmento de vaso de colo com decoração de ornatos brunidos (RIBEIRO, 1996, Coord., p. 247; CARREIRA, 1994, Fig. 8, n.º 3), típicos do Bronze Final.

3 - TRABALHOS REALIZADOS, RESULTADOS OBTIDOS

A existência de plataforma na encosta poente do morro do Castelo dos Mouros (Fig. 4) potenciava a ocorrência, em quantidade acrescida, de materiais arqueológicos os quais, como vimos, apresentam larga distribuição por toda a elevação. Deste modo, a equipa constituída em 1976 para prospecção da região optou por proceder à limpeza do terreno, coberto por espesso manto vegetal, permitindo a ulterior implantação de uma quadrícula, em área circunscrita, de 2 x 2 m. Foi este espaço, assim delimitado, que se aprofundou alguns centímetros, até se ter atingido camada sub-superficial muito rica em cerâmicas pré-históricas, integralmente recolhidas (Fig. 5). O espaço limitado desta sondagem e a pequena profundidade atingida, não possibilitaram a identificação de quaisquer estruturas ou estratigrafias.

4 - OS MATERIAIS⁽¹⁾

Os materiais representados da Fig. 6 em diante, com excepção das Figs. 7 e 8, provêm exclusivamente das recolhas efectuadas na pequena área investigada, referida anteriormente. Limitou-se a análise ao espólio cerâmico de fabrico manual que, além de constituir a quase totalidade do conjunto arqueológico, evidenciava marcada homogeneidade, ao contrário de escassos artefactos líticos, também recolhidos, correspondentes a oito fragmentos de sílex incaracterísticos e a dois blocos de arenito de recorte tipológico mal definido, e, por isso, susceptíveis de poderem pertencer a diferentes épocas. Todos os fragmentos cerâmicos com interesse tipológico (bordos, carenas, asas ou fundos) foram desenhados, representando-se, deste modo, a globalidade da amostragem disponível. Há a assinalar, porém, a existência fragmentos incaracterísticos da Idade do Ferro, de pastas muito bem depuradas e colorações alaranjadas produzidos ao torno rápido, aos quais se poderão associar alguns fragmentos de escórias de ferro. Atendendo às limitações estratigráficas disponíveis, é difícil discutir a relação entre estes materiais e os que constituem o presente trabalho, dificuldade acrescida pela ocorrência, da mistura com tais materiais, de alguns fragmentos de cerâmicas medievais ou mesmo modernas.

4.1 - Cerâmicas decoradas

4.1.1 - Cerâmicas de ornatas brunidas

Representadas por dois fragmentos de taças carenadas, ostentando na face externa a característica técnica de ornatos brunidos, correspondentes a padrões geométricos reticulados (Fig. 6). O fragmento

⁽¹⁾ Os desenhos que ilustram as Fig. 9 a 13 deste artigo são da autoria de J. L. Cardoso, tendo sido tintados por Carlos Lemos.

de menores dimensões mostra decoração de padrão indefinido, logo abaixo do bordo, ao contrário do fragmento maior, de taça carenada, decorada no espaço situado sob a carena, e até o fundo. O padrão decorativo, correspondente a faixas oblíquas preenchidas interiormente, alternantes com triângulos igualmente preenchidos, tem paralelo em um bem conhecido fragmento de taça oriundo da Lapa do Fumo, Sesimbra (SERRÃO, 1958, Est. IV; CARREIRA, 1994, Fig. 8, n.º 2; CARDOSO, 1996, p. 10, n.º 1; p. 12, n.ºs 4 e 5). O mesmo padrão de faixas oblíquas com preenchimento interior de linhas cruzadas pode observar-se, ainda, em fragmento de taça carenada do abrigo grande das Bocas, Rio Maior (SPINDLER *et al.*, 1973/74, Fig. 18a; CARREIRA, 1994, Est. XXVIII, n.º 7).

4.1.2 - Decorações plásticas

Neste grupo integram-se dois fragmentos, pertencentes a taças carenadas, ostentando pequenos mamilos, sobre a carena (Fig. 11, n.ºs 10 e 12). Tais mamilos, de carácter evidentemente não funcional, mas decorativo ou mesmo simbólico, são frequentes em taças carenadas do Bronze Final da Estremadura onde ocorrem, por vezes, aos pares, facto que reforça o aludido simbolismo. Enfim, fragmento de recipiente de grandes dimensões e de acabamento muito grosseiro, exhibe cordão plástico aparentemente contínuo, bem marcado (Fig. 12, n.º 5), pertencente provavelmente a forma aberta, troncocónica.

4.2 - Cerâmicas lisas

As cerâmicas lisas integram dois grandes grupos formais, os dos recipientes fechados e o dos recipientes abertos, nos quais, por sua vez, se englobaram as seguintes formas:

4.2.1 - Formas fechadas

- *esféricos* - representados por recipientes de bordos não espessados, por vezes extrovertidos. As paredes são convexas, por vezes marcadas por ténue depressão, o que permite afastar a possibilidade, mesmo em pequenos fragmentos, de pertencerem a vasos de carena alta: nestes casos o bojo teria perfil rectilíneo ou côncavo. Os exemplares pertencentes a esta forma representam-se na Fig. 9, n.º 1, n.º 5, n.º 9; Fig. 13, n.ºs 4 e 9.
- *grandes vasos de perfil suave* ("vasos de provisões") - trata-se de recipientes não carenados e fechados, certamente de fundo aplanado, realidade que desaconselha a sua inclusão no grupo dos "esféricos"; possuem paredes reentrantes, e o bordo pode ser revirado, formando aba extrovertida (Fig. 9, n.º 8) ou apresentar-se, pelo contrário, espessado interiormente e muito reentrante (Fig. 13, n.º 14). É provável que o grande exemplar de Fig. 11, n.º 1 pertença igualmente a esta categoria.
- *grandes vasos carenados* - mesmo que não se conserve, nalguns exemplares, qualquer porção de carena, a identificação de tais fragmentos com esta forma resulta do perfil rectilíneo ou côncavo de parte superior do bojo, sempre reentrante, como se verifica nos exemplares das Fig. 9, n.ºs 2

e 6; Fig. 10, n.º 6; Fig. 13, n.º 7. Naturalmente, tal questão não se coloca nos fragmentos que conservam parte de carena, como os da Fig. 11, n.ºs 9 e 11. Os bordos destes recipientes apresentam-se em geral não espessados, com lábios convexos ou aplanados. Em geral, as carenas são altas, reconhecendo-se apenas um exemplar cuja carena seria mediana ou baixa (Fig. 13, n.º 10).

4.2.2 - Formas abertas

- *grandes vasos de tendência cilíndrica ou tronco-cónica* – trata-se de recipientes de dimensões muito variadas, os maiores de manufactura rude, paredes irregulares e de tendência vertical ou ligeiramente inclinadas para o exterior (Fig. 9, n.º 3; Fig. 10, n.ºs 1, 3, 4 e 7; Fig. 11, n.º 2; Fig. 13, n.ºs 1 a 4 e 6, 8, 11 e 12). Os fundos de tais recipientes seriam planos; os bordos, geralmente simples e de lábio convexo, podem, porém, apresentar-se espessados e mesmo com tendência em aba, como o da Fig. 13, n.º 6 ou de lábio aplanado (Fig. 10, n.º 3).
- *taças em calote* – esta forma é de ocorrência limitada, estando apenas representada pelos fragmentos da Fig. 9, n.º 7, da Fig. 11, n.º 3 e da Fig. 13, n.º 13. Os bordos são sempre simples, e os lábios convexos (em dois exemplares) ou aplanado (no restante).
- *taças carenadas* – trata-se da forma característica da Idade do Bronze, com a parte do bojo, acima da carena, de perfil côncavo. As dimensões destas taças jamais atingem as dos vasos fechados referidos anteriormente: são invariavelmente recipientes de tamanho pequeno a médio (Fig. 9, n.º 4; Fig. 10, n.ºs 2, 5, 8 e 10; Fig. 13, n.º 5), compatível com as dimensões dos dois exemplares de ornatos brunidos já referidos. Dois exemplares conservam restos de elementos de preensão: trata-se de uma asa, partindo do bordo de um deles, da qual se observa o arranque (Fig. 10, n.º 2) e de uma pega alongada e vertical, munida de perfuração horizontal (Fig. 10, n.º 5).

4.3 - Diversos

Neste grupo incluem-se os fragmentos cujas características tipológicas não são suficientes para o conhecimento da forma geral dos recipientes respectivos.

4.3.1 - Asas

Para além dos casos atrás referidos, identificaram-se quatro fragmentos de asas, de secção mais ou menos lenticular ou globulosa, pertencente a recipientes indeterminados (Fig. 12, n.ºs 1 a 4).

4.3.2 - Fundos

A quase totalidade das formas identificadas possuiria fundos planos, com excepção das taças em calote, apenas representadas por três fragmentos. Os fundos recuperados podem, deste modo,

reportar-se a exemplares de dimensões muito variáveis, desde os grandes “vasos de provisões”, correspondentes a formas fechadas, como as da Fig. 12, n.º 6 e da Fig. 13, n.ºs 16 e 19, até exemplares mais pequenos, a que pertenceriam os fragmentos da Fig. 13, n.ºs 15, 17, 18 e 20.

4.4 - Pastas e acabamentos

As pastas dos fragmentos cerâmicos observados têm, como seria de esperar, textura que é proporcional ao tamanho dos recipientes. Nos maiores, predominam pastas grosseiras com e.n.p. superiores a 0,5 mm. As colorações são predominantemente castanho-escuras, apresentando-se os núcleos, em geral, de colorações mais escuras que as superfícies, cujas tonalidades podem atingir o castanho-alaranjado. Tais observações configuram técnica de cozedura em ambiente redutor, com fase final oxidante.

Em observação microscópica, são predominantes os grãos de quartzo e de feldspatos brancos, mais abundantes estes últimos, facilmente observáveis. As micas, ou não ocorrem, ou limitam-se a pequeníssimas pontuações brilhantes. Certos corpos negros poderão corresponder a minerais ferromagnesianos, muito raros ou mesmo ausentes na maioria dos fragmentos. Os grãos de quartzo, do ponto de vista morfológico, apresentam-se em geral angulosos ou subangulosos, desprovidos de rolamento.

Atendendo aos elementos de observação disponíveis, é lícito admitir-se, para a totalidade destas cerâmicas, produções locais ou regionais; com efeito, para desengordurantes das argilas, recorreu-se a elementos cuja mineralogia indica nitidamente a sua origem em rochas graníticas, que constituem boa parte do maciço eruptivo de Sintra.

5 - CONCLUSÕES

A tipologia do conjunto das formas cerâmicas manuais exumadas na pequena área onde se procedeu à recolha exaustiva de materiais arqueológicos é compatível com fase final do Bronze Final, confirmado pela presença de dois exemplares com a característica decoração de ornatos brunidos. As restantes formas, vistas globalmente, ocorrem nos raros contextos do Bronze Médio conhecidos da Baixa Estremadura, como o do povoado de altura do Catujal, Loures (CARDOSO & CARREIRA, 1993, Fig. 2; CARREIRA, 1994, Fig. 5 e 6), e o da necrópole da Lapa de Furada, Sesimbra (CARDOSO & CUNHA, 1995), ou do início do Bronze Final, como o do povoado da Tapada da Ajuda, Lisboa (CARDOSO *et al.*, 1986). Porém, algumas formas lisas, pelas particularidades que ostentam, como é o caso de taça com elemento de prensão perfurado horizontalmente (Fig. 11, n.º 5), com paralelos no monumento funerário do final da Roça do Casal do Meio, Sesimbra (SPINDLER *et al.*, 1973/74 Fig. 10 g), são susceptíveis de integração cronológico-cultural mais pomenorizada, no final do Bronze Final. Esta

conclusão é concordante com a implantação geomorfológica da estação. Com efeito, as características do Castelo dos Mouros, constituindo uma grande estação implantada em alto isolado, como indica a aludida dispersão dos achados, é compatível com a reiterada presença, em sítios com idênticas condições geomorfológicas, de cerâmicas de ornatos brunidos: para só citar três exemplos regionais, refiram-se os povoados de altura do Cabeço de Mouro, Abóboda, Cascais (escavações inéditas de G. Cardoso e do Autor) e do Cabeço dos Moinhos, Mafra (VICENTE & ANDRADE, 1971) e, num aro geográfico mais alargado, os povoados de altura de Monte da Pena (Torres Vedras) (MADEIRA *et al.*, 1972), e os de Pragança (Cadaval), Cabeço do Jardo (Torres Vedras), Chibanes (Palmela), Alcácer do Sal, Castelo do Giraldo e Coroa do Frade (Évora), Mangancha (Aljustrel), Ratinhos e Azougada (Moura), Caratão (Mação), Conimbriga (Condeixa-a-Nova), Tavadere e Santa Olaia (Figueira da Foz), todos eles referidos por SPINDLER *et al.* (1973/74). Ulteriormente, a presença de fragmentos de ornatos brunidos foi assinalada na Beira Baixa, nos povoados de altura de São Martinho, Castelo Branco (FARINHA, PINTO & VILAÇA, 1996); Castelejo, Sabugal; Monte do Frade, Penamacor e Alegrios, Idanha-a-Nova (VILAÇA, 1995), bem como no Alentejo, nos castros de Crespa e da Misericórdia (Moura) e no de Segóvia (Elvas) (GAMITO, 1990/92, p. 288 e notas 5 e 6).

Ao contrário, a presença destas cerâmicas é excepcional em povoados abertos, desprovidos de boas condições naturais de defesa; como excepção, cite-se o “habitat” costeiro de carácter sazonal de Cerradinha, Santiago do Cacém (SILVA & SOARES, 1978) e o de Pontes de Marchil, Faro (MONTEIRO, 1980). Tal facto configura situação, já anteriormente referida (CARDOSO, 1995a, b; CARDOSO & CARDOSO, 1996), de os sítios de altura e com boas condições de defesa terem sido crescentemente procurados, no decurso do Bronze Final, situação que, no *terminus* desta fase cultural, se encontrava plenamente atingida. Tal realidade prende-se com a própria evolução da organização social então vigente: cada povoado de altura corresponderia, naturalmente, à sede de uma dada comunidade, cuja elite administraria um determinado território, do qual dependeria a própria subsistência do grupo. Por outro lado, é patente, por alguns achados de jóias auríferas coevas – de que o mais expressivo exemplo é o célebre colar achado nas proximidades, em Penha Verde com o peso de 1260g (PEREIRA, 1994; ARMBRUSTER, 1995) – a crescente hierarquização intracomunitária então definitivamente afirmada, tão exemplarmente expressa, noutras regiões do País, pelas estelas do final do Bronze Final, representando personagens guerreiros heroicizados, acompanhados pelos atributos que explicitavam a sua diferenciação social. A ser assim, o povoado do Castelo dos Mouros, poderá corresponder à sede de uma numerosa comunidade do Bronze Final dispersa pelas encostas e socalcos ali existentes. Tendo presentes os considerandos anteriores, tal comunidade deverá ser reportada ao final desta fase cultural, ou mesmo a momento de transição para a Idade do Ferro. Com efeito, tal hipótese não é de excluir, podendo futuros trabalhos arqueológicos, virem confirmar a coexistência das cerâmicas indígenas de fabrico manual, largamente dominantes, com alguns materiais cerâmicos importados, produzidos ao torno rápido, de origem orientalizante, presentes no local, questão que seria de muito interesse ver investigada, por corresponder a momento de charneira, dificilmente observável em outro qualquer

local dos presentemente conhecidos na Estremadura. Com efeito, em estudo recente (GIBSON, CORREIA & BURGESS, 1998) demonstrou-se a coexistência das cerâmicas de ornatos brunidos com as primeiras importações orientais, até ao século VIII a.C., no povoado do Alto do Castelhinho da Serra, Évora. Mercê da sua excelente posição estratégica e visibilidade, dominando especialmente a fértil várzea de Sintra, situada na sua imediata adjacência, para Norte, a ocupação do morro do Castelo dos Mouros, viabilizaria o domínio territorial dos excelentes campos agrícolas, então por certo explorados pelo segmento menos favorecido, organizado em pequenos núcleos de raiz familiar – os “casais agrícolas”, na terminologia de MARQUES & ANDRADE (1974) – em condições estáveis e permanentes.

BIBLIOGRAFIA

- ARMBRUSTER, B. (1995) – O colar de Sintra. *In: A Idade do Bronze em Portugal* (S.O. Jorge, ed.), p. 103, Lisboa, Instituto Português de Museus.
- CARDOSO, J.L. (1995a) – Para o conhecimento da agricultura no concelho de Oeiras: do Neolítico ao Período Romano. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, p. 87-96.
- CARDOSO, J.L. (1995b) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*, 34, p. 33-74.
- CARDOSO, J.L. (1996) – O Bronze Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*, 5, p. 5-14.
- CARDOSO, J.L. & CARDOSO, G. (1996) – O povoado do Bronze Final do Alto dos Cabeços (Leião, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, p. 351-359.
- CARDOSO, J.L. & CUNHA, A. Santinho (1996) – *A Lapa da Furada (Sesimbra) – resultados das escavações arqueológicas realizadas em Setembro de 1992 e 1994*. Câmara Municipal de Sesimbra, 59 p.
- CARDOSO, J.L. & CARREIRA, J. Roque (1993) – Le Bronze Final et le début de L'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Méditerranée*, 2, p. 193-206.
- CARDOSO, J.L.; RODRIGUES, J.S.; MONJARDINO, J. & CARREIRA, J. Roque (1986) – A jazida do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Lisboa – Revista Municipal*, Série II, 15, p. 13-18.
- CARREIRA, J. Roque (1994) – A Pré-história recente do abrigo grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, p. 47-144. Lisboa.
- FARINHA, A.A.; PINTO, C. Vaz & VILAÇA, R. (1996) – Contributo para o estudo de materiais do Bronze Final provenientes do Monte de S. Martinho (Castelo Branco). *Materiais*, Série II, p. 45-64.

- GAMITO, T.J. (1990/92) – A cerâmica de retícula brunida do castro dos Ratinhos (Moura). *O Arqueólogo Português*, Série IV, 8/10, p. 277-297.
- GIBSON, C.; CORREIA, V. H. & BURGESS, C. B. (1998) – Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo, Évora, Portugal). A preliminary report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval site, 1990-1993. *Journal of Iberian Archaeology*, 0, p. 189-244.
- MADEIRA, J.; GONÇALVES, J.L.M.; RAPOSO, L. & PARREIRA, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro/Torres Vedras) – notícia prévia. *O Arqueólogo Português*, Série III, 6, p. 207-212.
- MARQUES, G. & ANDRADE, M. (1974) – Aspectos da Proto-História do território português. 1 – Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do IV Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973), 1, p. 125-148.
- MONTEIRO, J. Pinho (1980) – O acampamento do Bronze Final das Pontes do Marchil. In: *Descobertas arqueológicas do Sul de Portugal*, Lisboa/Setúbal, Centro de História das Universidades de Lisboa/ Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, 58 p.
- PEREIRA, G. (1894) – O collar da Penha Verde. *Bol. Real Assoc. Arch. Civis e Archeol. Port.*, 7 (1), p. 77-78.
- RIBEIRO, J. Cardim (1982/83) – Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Ivlivs Maelo Cavdicvs. *Sintria*, 1/2, p. 151-476.
- RIBEIRO, J. Cardim (1996, coord.) – *Sintra, Património da Humanidade*, p. 247 e seg.. Câmara Municipal de Sintra, 294 p.
- SERRÃO, E da Cunha (1958) – Cerâmica proto-histórica da Lapa do Fumo (Sesimbra), com ornatos coloridos e brunidos. *Zephyrus*, 9 (2), p. 177-186.
- SPINDLER, K.; CASTELLO-BRANCO, A. de; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O da Veiga (1973/74) – Le monument à coupole de l'Âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunic. Serv. Geol. Port.*, 57, p. 91-153.
- VICENTE, E. PRESCOTT & ANDRADE, G.M. (1971) – A estação arqueológica do Cabeço de Moinhos. Breve notícia. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970), 2, p. 223-238. Coimbra.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Trabalhos de Arqueologia, 9 (2 vol.). Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

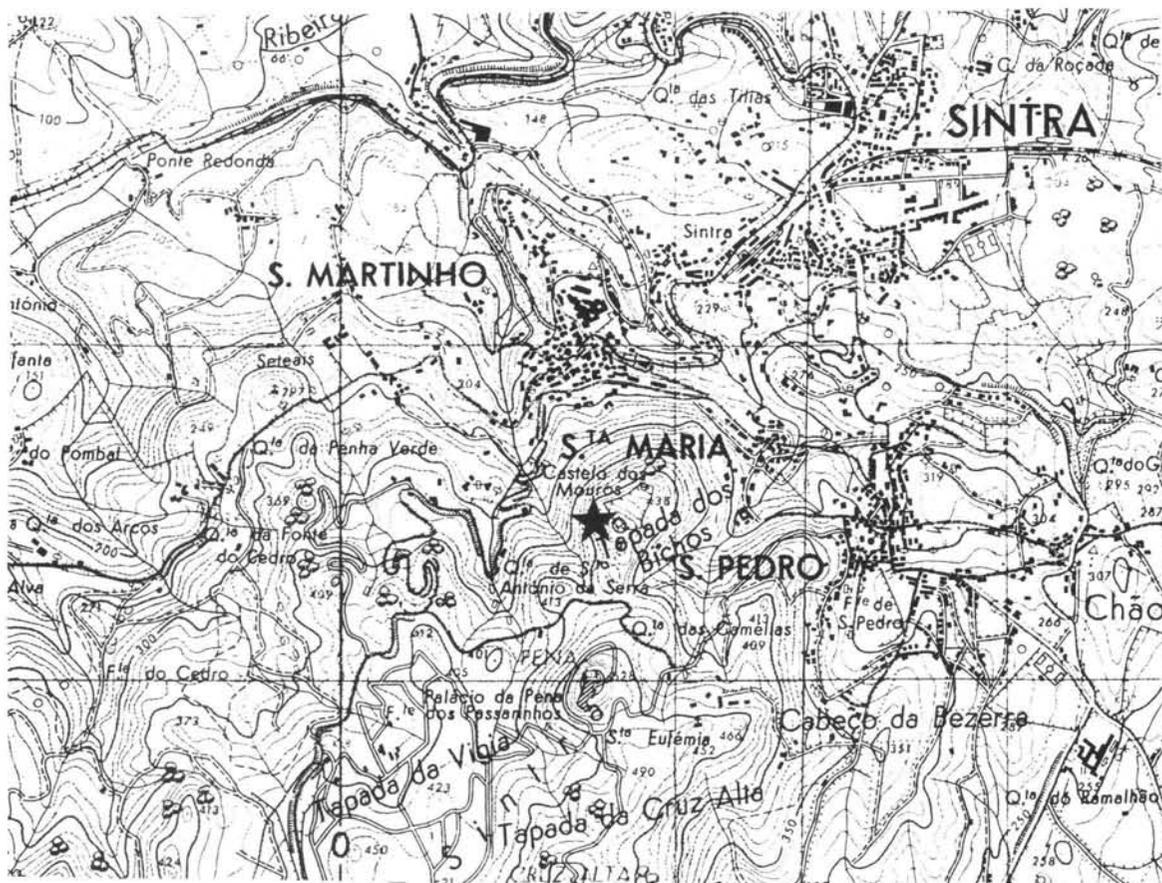


Fig. 1 – Localização do sítio arqueológico, no morro do Castelo dos Mouros (Sintra). Extracto da Carta Militar de Portugal na escala de 1/25000 – Folha 416 – Sintra. Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército, 1962.



Fig. 2 – O Castelo dos Mouros, visto da estação dos Caminhos de Ferro de Sintra (foto obtida na época de realização dos trabalhos arqueológicos). Foto depositada por Rui Oliveira no Museu Regional de Sintra.

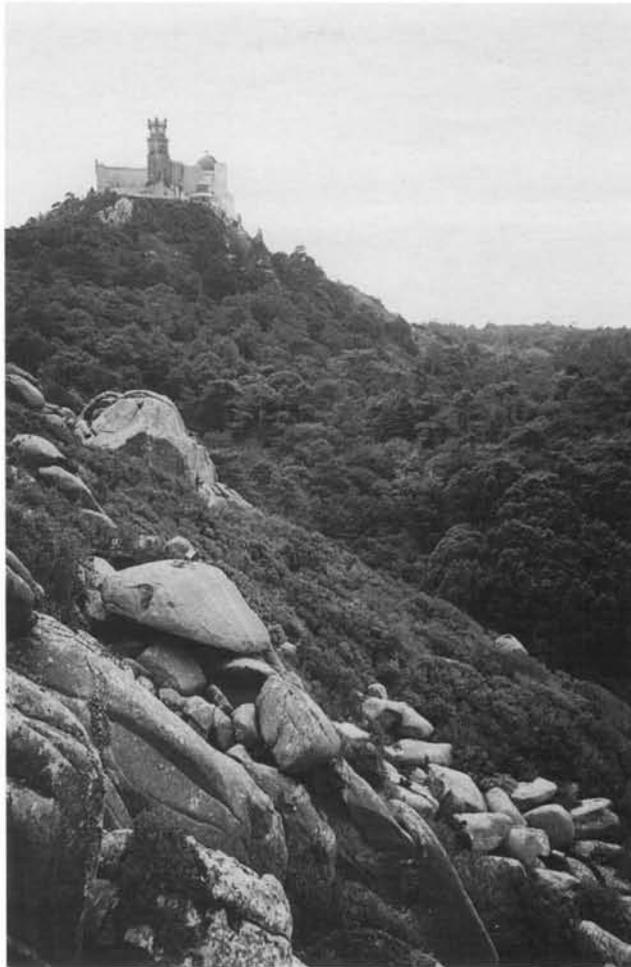


Fig. 3 - Povoado do Castelo dos Mouros. Ao centro, coberta por densa vegetação, observa-se plataforma declivosa correspondente ao local dos achados. Em último plano, a Pena. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 4 - Povoado do Castelo dos Mouros. Vista parcial da pequena plataforma objecto da sondagem de 1976. Foto depositada por Rui Oliveira no Museu Regional de Sintra.



Fig. 5 – Povoado do Castelo dos Mouros. Pormenor de concentração de fragmentos cerâmicos, a pouca profundidade. Foto depositada por Rui Oliveira no Museu Municipal de Sintra.

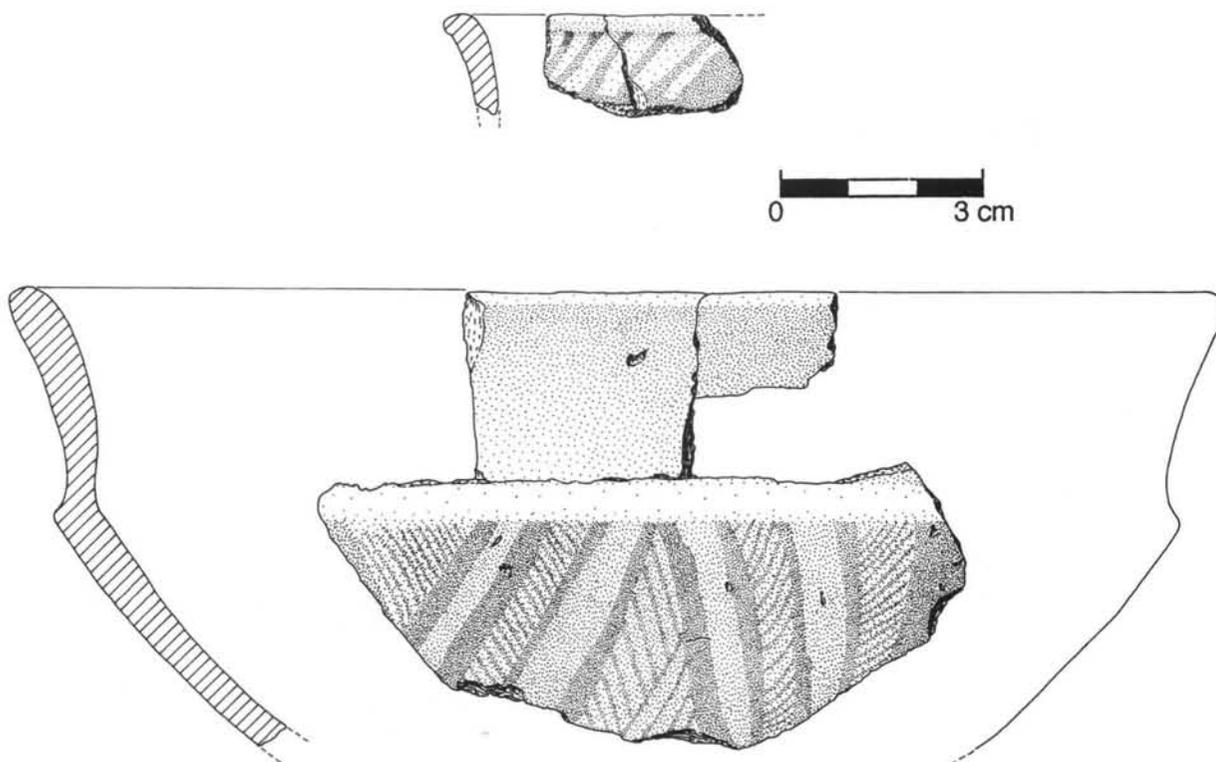


Fig. 6 – Povoado do Castelo dos Mouros. Taças de ornatos, brunidos, do fim do Bronze Final. Desenhos de B. Ferreira.

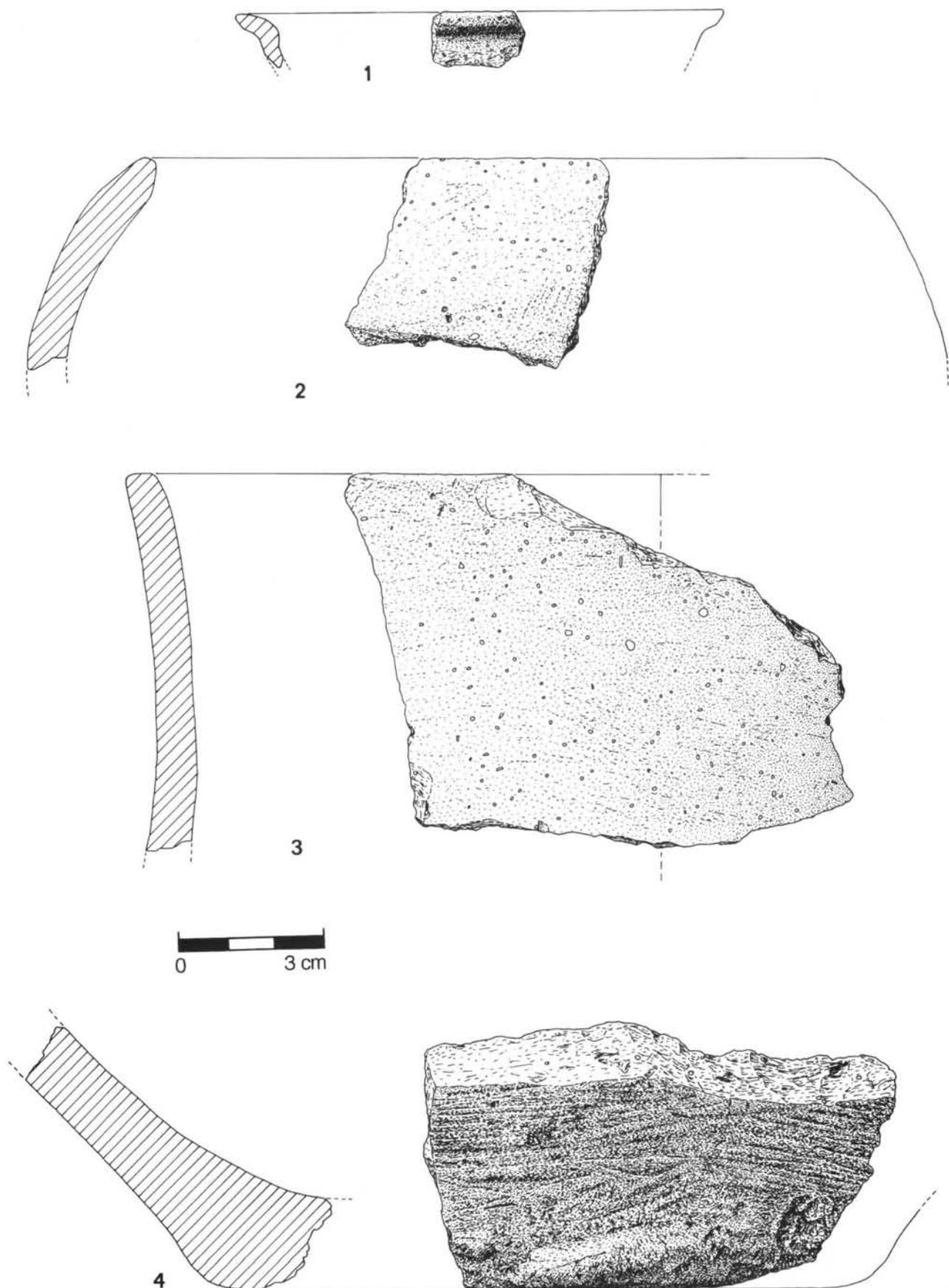


Fig. 7 - Povoado do Castelo dos Mouros. Cerâmicas do Bronze Final recolhidas junto à "porta giratória", do lado intramuros (desenhos de B. Ferreira).

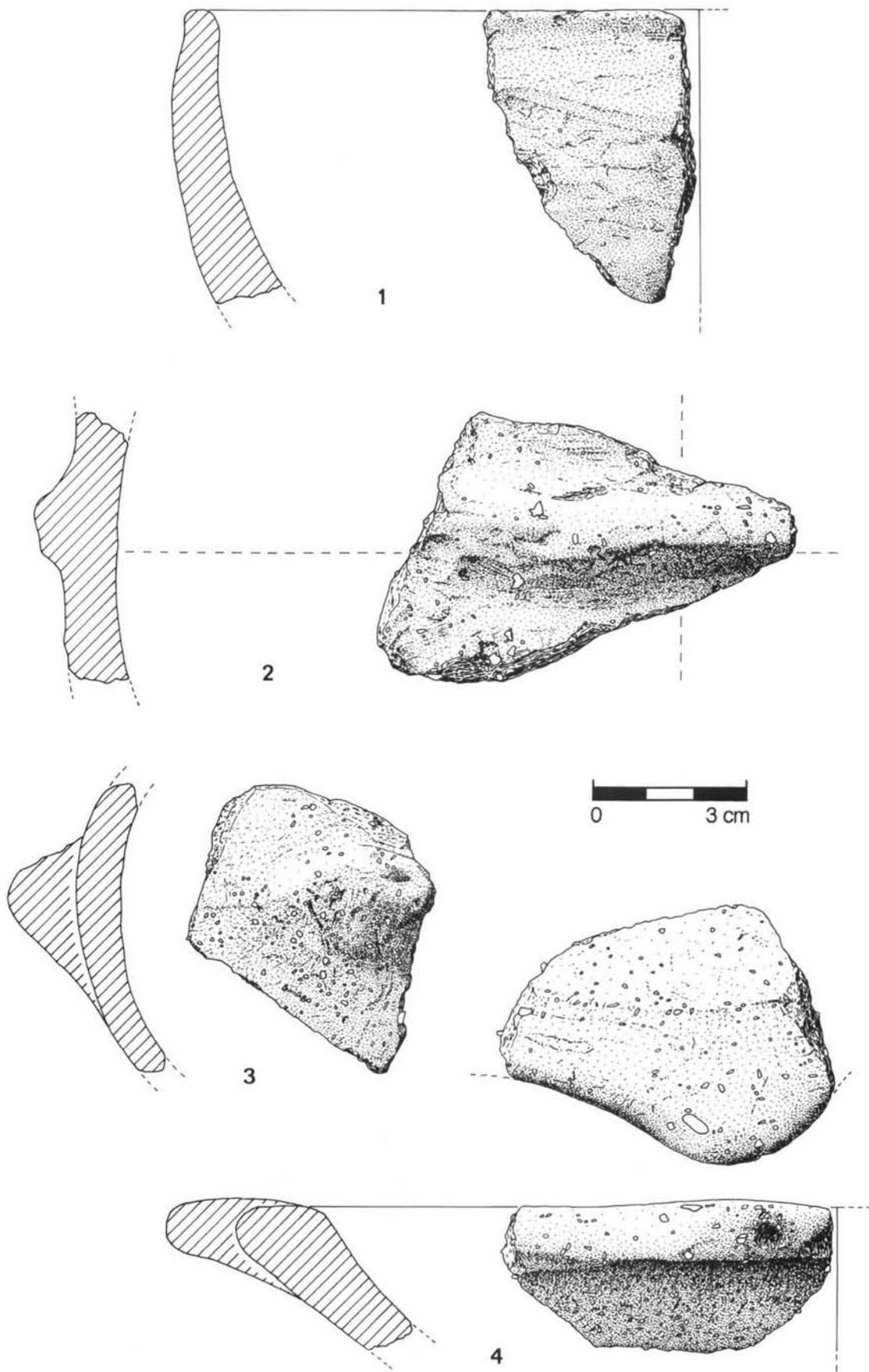


Fig. 8 – Povoado do Castelo dos Mouros. Cerâmicas lisas do Bronze Final recolhidas no Parque das Merendas (desenhos de B. Ferreira).

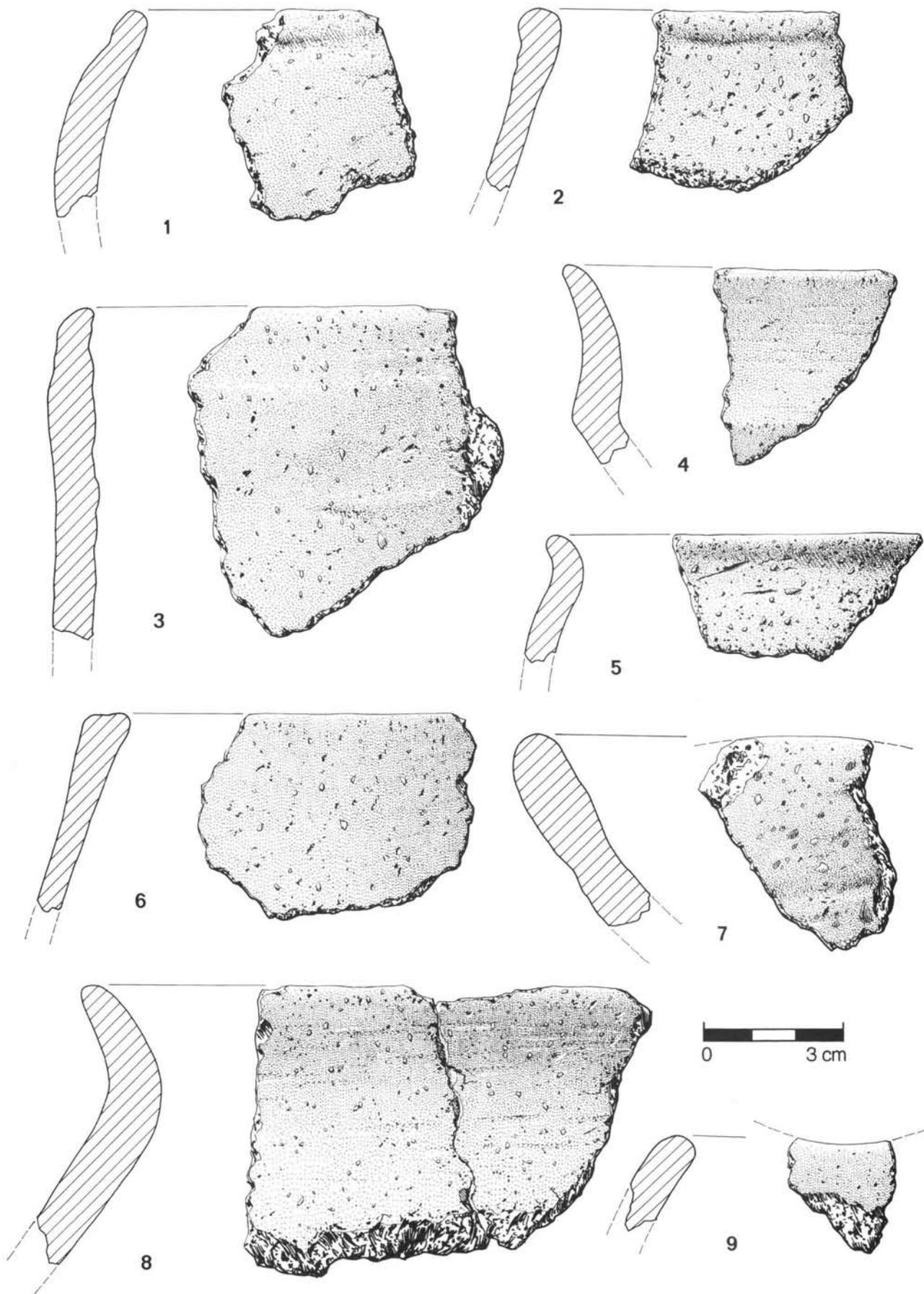


Fig. 9 - Povoado do Castelo dos Mouros. Cerâmicas lisas do Bronze Final (desenhos de Carlos Lemos).

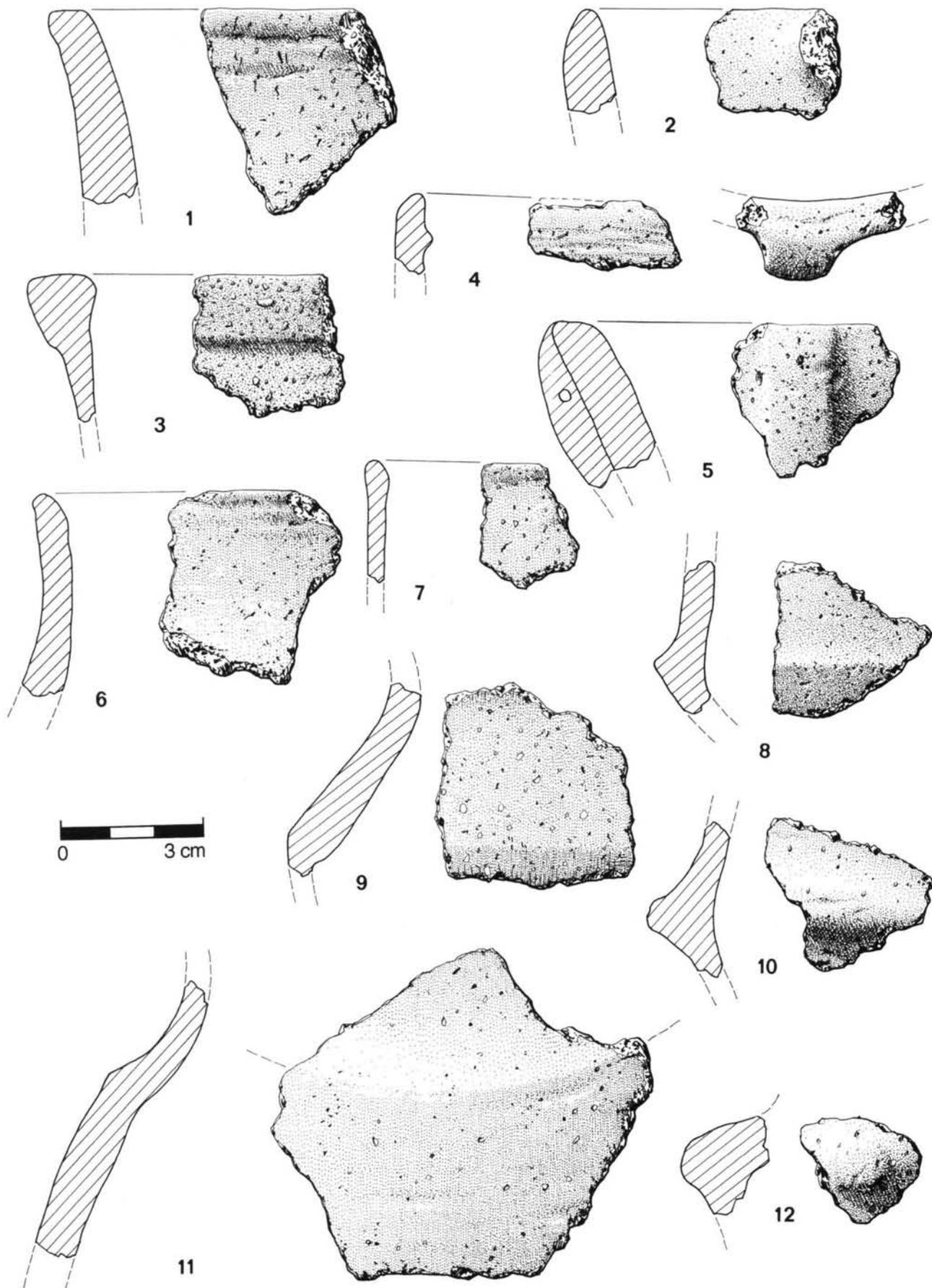


Fig. 10 - Povoado do Castelo dos Mouros. Cerâmicas lisas do Bronze Final (desenhos de Carlos Lemos).

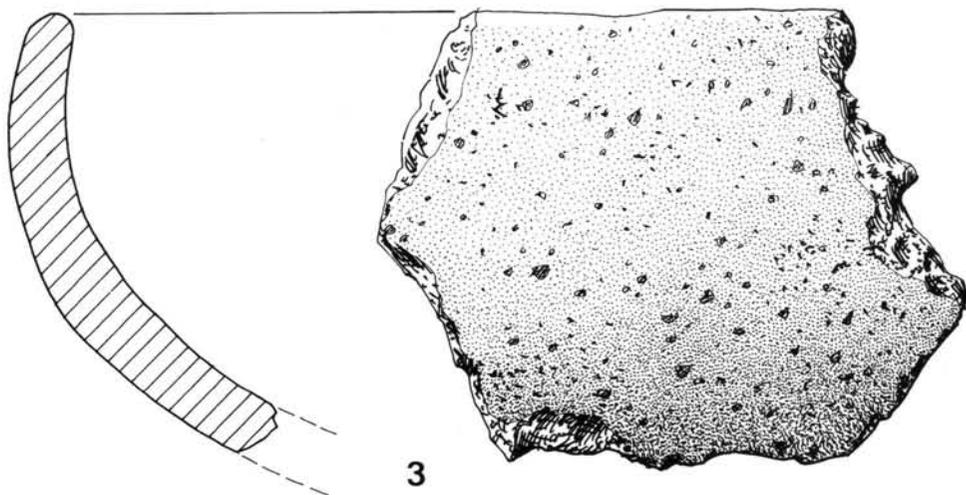
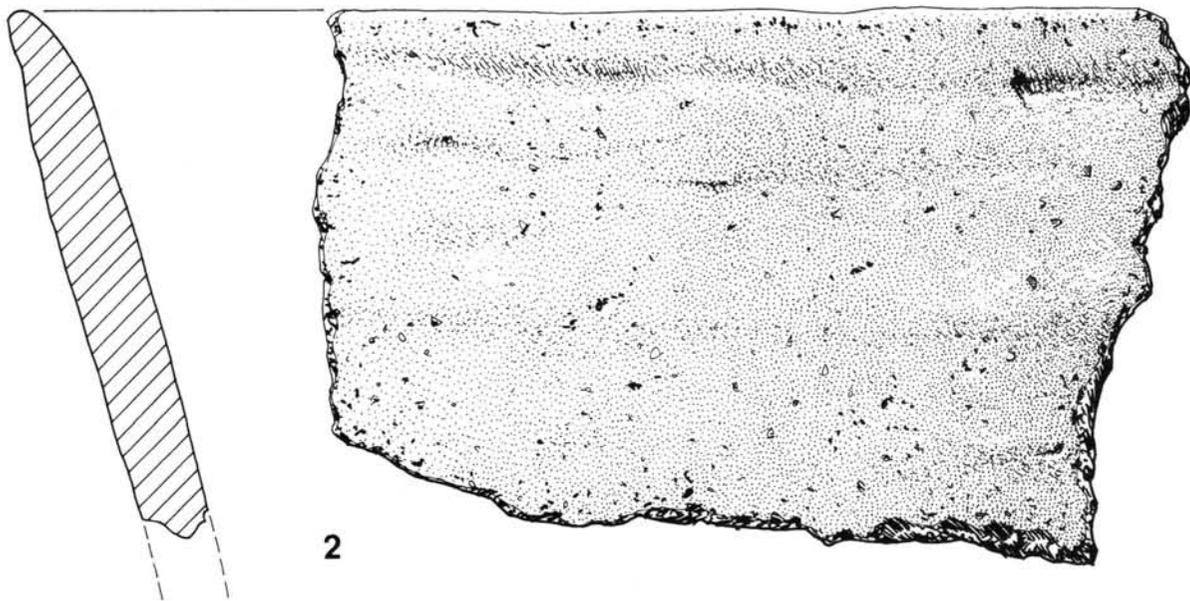
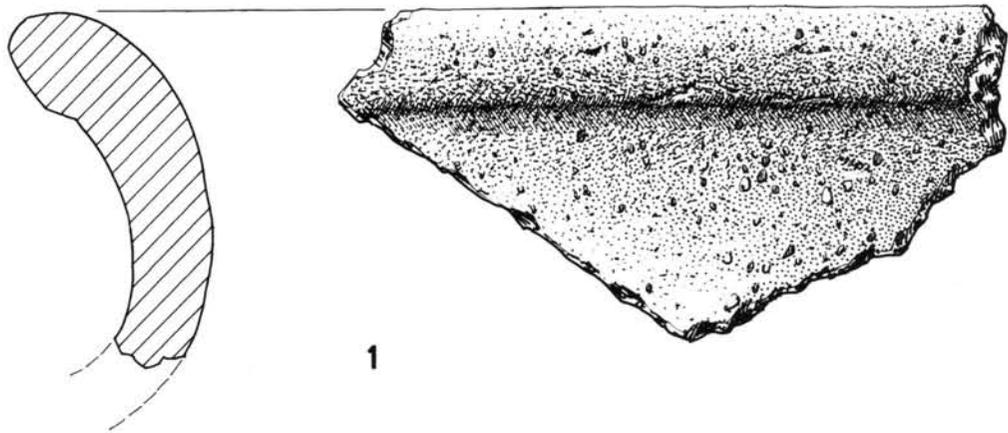


Fig. 11 – Povoado do Castelo dos Mouros. Cerâmicas lisas do Bronze Final (desenhos de Carlos Lemos).

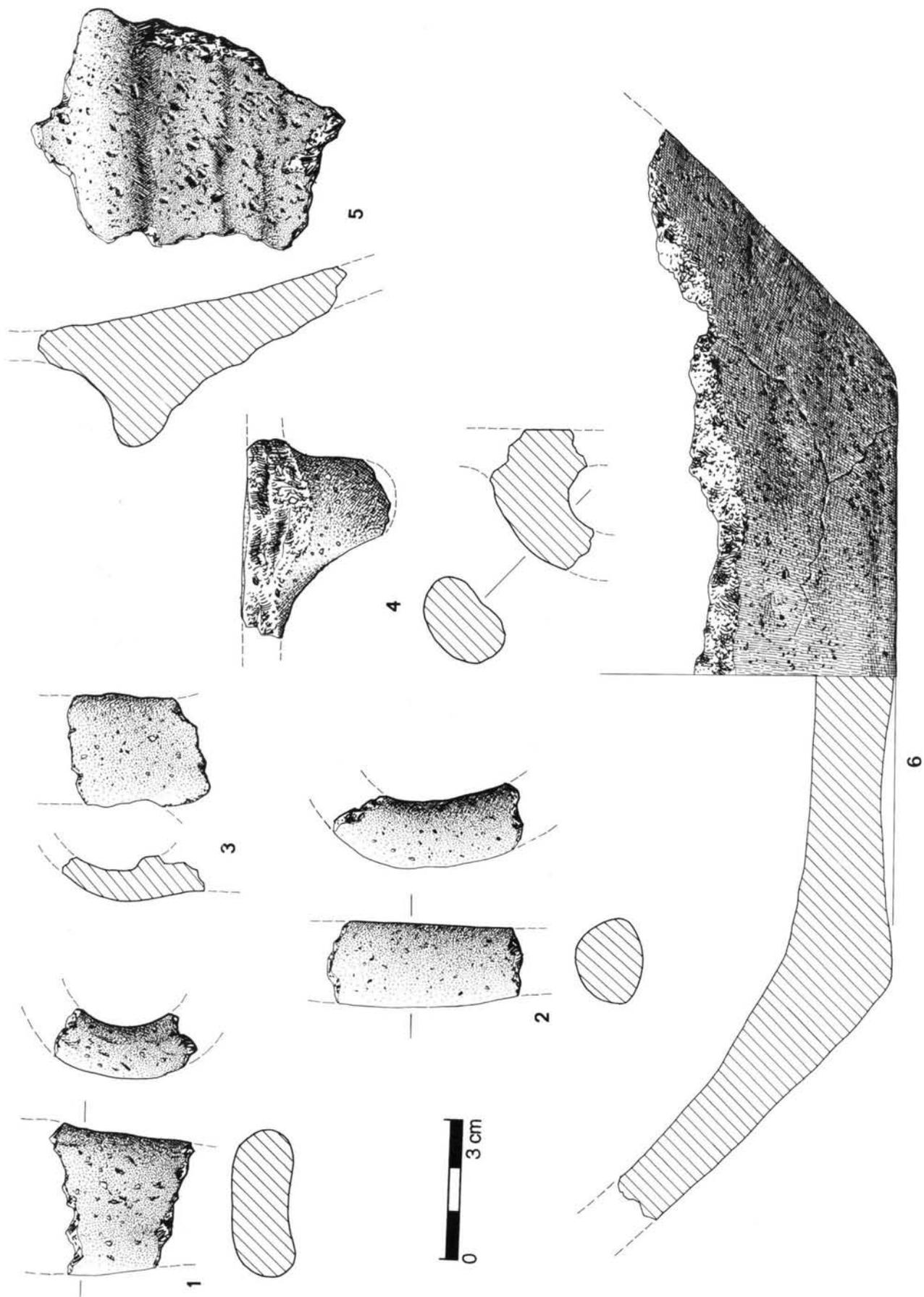


Fig. 12 - Povoado do Castelo dos Mouros. Cerâmicas lisas do Bronze Final (desenhos de Carlos Lemos).

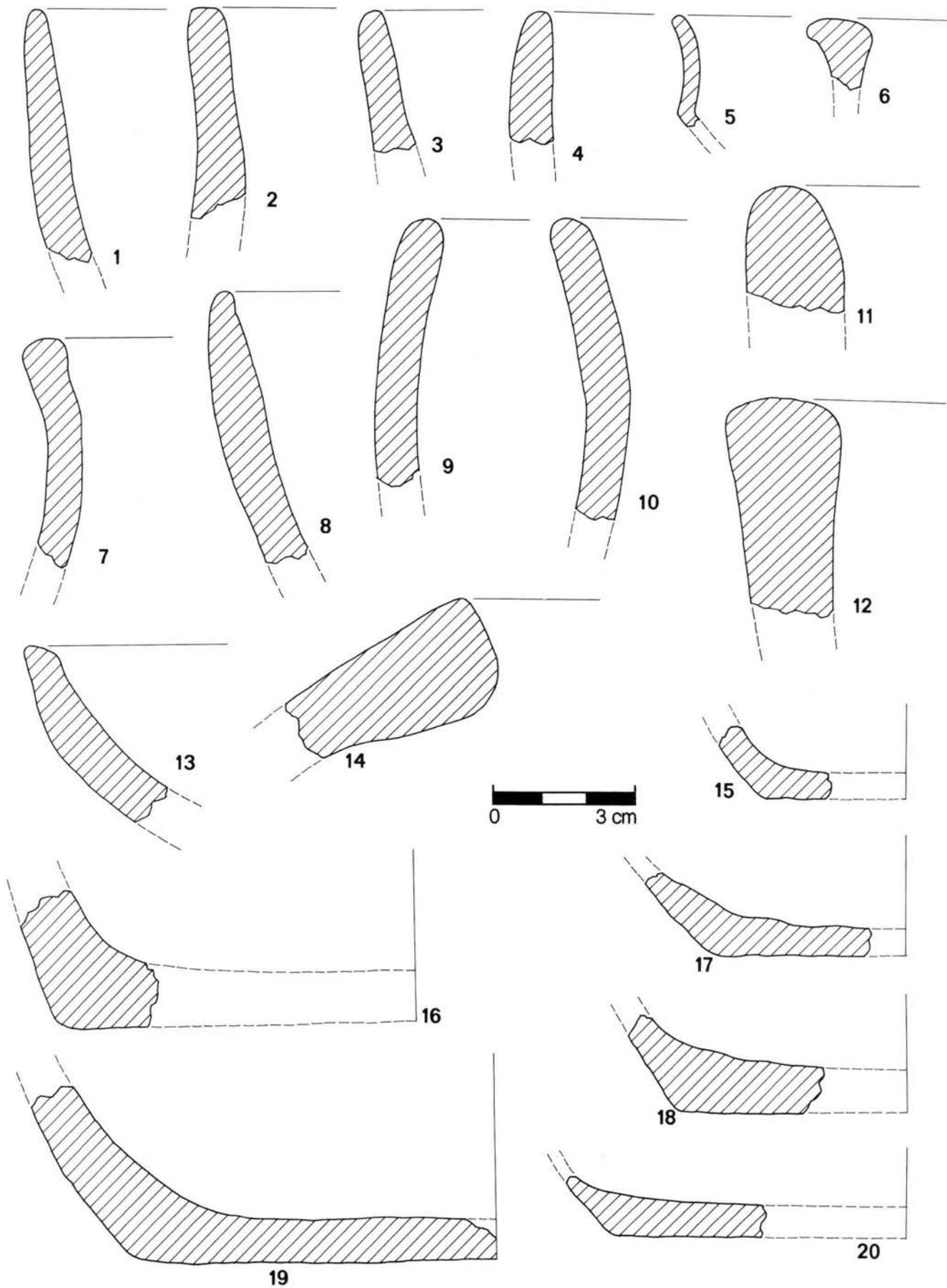


Fig. 13 – Povoado do Castelo dos Mouros. Cerâmicas lisas do Bronze Final (desenhos de Carlos Lemos).

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 189-217

A OCUPAÇÃO DE ÉPOCA PÚNICA DA QUINTA DA TORRE (ALMADA)

João Luís Cardoso⁽¹⁾ & J. R. Carreira

1 - INTRODUÇÃO

Em 1978, por ocasião da construção dos primeiros edifícios do “Campus” da Faculdade de Ciências e Tecnologia (F.C.T.) da Universidade Nova de Lisboa, na antiga Quinta da Torre, Monte de Caparica, uma equipa do Centro de Arqueologia de Almada, em prospeção no local, identificou à superfície numeroso conjunto cerâmico de diversas épocas, posto à vista em consequência da abertura das fundações dos referidos edifícios. Com efeito, a tipologia dos materiais recolhidos indica uma ocupação reiterada do local do Neolítico antigo ao período Tardo-Romano, com especial incidência na Idade do Ferro, época a que corresponde o espólio agora apresentado, até ao presente apenas sumariamente referido na bibliografia (FERREIRA *et al.*, 1993; CARDOSO, 1996c). Por tal motivo, o primeiro dos signatários solicitou e obteve, da Direcção do Centro de Arqueologia de Almada, autorização para o estudo dos materiais ali depositados, na sequência imediata de pequena nota onde se publicaram outros, resultantes da abertura de valas executadas na mesma zona em 1995 (CARDOSO, 1996).

2 - LOCALIZAÇÃO E CONDICIONANTES NATURAIS

A área de dispersão dos materiais corresponde sensivelmente à implantação do Edifício I do “Campus” daquela unidade de ensino superior. Trata-se de zona aplanada, situada na zona de cabeceira de linha de água que desagua no estuário do Tejo em Porto Brandão. Tal trecho litoral constituía à época, tal como na actualidade, uma pequena enseada propícia à acostagem de embarcações. As suas

⁽¹⁾Da Academia Portuguesa de História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa) e Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

coordenadas hectométricas Gauss são X – 106.7; Y – 189.5 da folha N.º 442 da C. M. P. na escala 1: 25 000.

A referida plataforma, com boa exposição solar, pertence à zona culminante da linha de relevos que dominam a margem sul da embocadura do Tejo. Do lado meridional aquela plataforma desenvolve-se suavemente, sendo recortada por dois dispositivos hidrográficos; um, estende-se para ocidente juntando-se ao Tejo por altura da Trafaria; o segundo, com sentido oposto, atingia a zona do actual Centro Sul de Almada, então provavelmente ocupado por esteiro do mar da Palha.

Do ponto de vista geológico, trata-se de formações do Miocénico marinho, correspondentes a depósitos argilo-siltosos pouco aptos para práticas agrícolas intensivas, especialmente em sectores com escassez de água. Esta, destina-se ao cultivo de hortas e pomares, como se verifica cerca 200 metros para nascente, onde existe um poço do século XVI, com abundância de água. Tratar-se-iam, outrossim, de terrenos aptos a culturas de sequeiro, como a vinha, intensamente cultivada até ao séc. XIX, antes da região ter sido atingida pela praga da filoxera. A fraca aptidão agrícola dos terrenos contrasta, deste modo, com a situação prevalecente na região fronteira, imediatamente envolvente da actual cidade de Lisboa, onde a existência de rochas e tufos basálticos deu origem a solos de alta fertilidade, especialmente propícios a culturas cerealíferas que, até à actualidade, ali se efectuaram. Tal quadro explica a maior densidade de povoamento detectada nesta última região, corporizada pelos numerosos “casais agrícolas” do Bronze Final ali estabelecidas (MARQUES & ANDRADE, 1974; CARDOSO *et al.*, 1986; CARDOSO 1995a, 1996a).

A baixa densidade de povoamento sidérico observada na península de Setúbal apenas é contrariada na zona ribeirinha, adjacente do estuário do Tejo, a Norte, e do Sado, a Sul situação que se explica pelas actividades de carácter comercial que ali se desenvolveriam; disso é paradigma o povoado do Almaraz, situado em esporão sobranceiro a Cacilhas (CARDOSO, 1990; BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993).

3 – ANÁLISE DOS MATERIAIS

As cerâmicas da Idade do Ferro identificadas podem repartir-se pelos seguintes grupos:

- a) cerâmicas manuais
- b) cerâmicas de fabrico comum
- c) cerâmicas cinzentas
- d) ânforas púnicas
- e) ânforas itálicas
- f) diversos.

a) Cerâmicas manuais

Trata-se de formas cuja origem se pode situar no Bronze Final (Fig. 8, n.º 3 e Fig. 14, n.º 2), correspondendo a recipientes abertos ou fechados, de grandes dimensões, cuja função poderá relacionar-se com o armazenamento.

Outro grupo de recipientes manuais – este de interesse acrescido – corresponde a imitações locais de ânforas púnicas (Fig. 14, n.º 1) afins do exemplar 2001 de Pellicer (1978, fig. 7). Tais exemplares ilustram assim um aspecto inesperado destas cerâmicas: as formas exógenas então introduzidas teriam sido rapidamente copiadas por artífices locais, ainda não utilizadores do torno rápido.

O esforço de imitações revela-se ainda no cuidado de utilização de pastas de granulometria fina, similar ou mesmo de melhor qualidade das utilizadas nos referidos protótipos.

b) Cerâmicas de fabrico comum

Neste grupo avultam os grandes recipientes fechados destinados a armazenamento de produtos, em geral de fundo plano (Fig. 11, n.º 4; Fig. 15, n.º 8) ou parabolóide (Fig. 11, n.º 1), considerados produção de influência itálica, sendo ainda de mencionar fundos côncavos, também de recipientes provavelmente fechados (Fig. 15, n.º 5 e 6). Tais recipientes terminavam superiormente por colo alto estrangulado, de bordo por vezes espessado, sempre extrovertido, e lábio mais ou menos fortemente convexo. As pastas são, na generalidade, castanho-avermelhadas e as texturas predominantemente médias.

Estes vasos correspondem invariavelmente a fabricos locais ou regionais, como os materiais figurados na Fig. 8 e seguintes.

Outro tipo de recipientes de fabrico comum são os jarros de asas cilindróides, partindo do lábio (Fig. 2, n.º 4 e 5; Fig. 3, n.º 4).

Neste grupo inserem-se, igualmente, as características asas convexo-côncavas, correspondentes a recipientes de dimensões médias (Fig. 13, n.º 3), ou ainda uma asa em fita, de secção elipsoidal, de recipiente de grandes dimensões (Fig. 4, n.º 2, bem como o pé de uma grande taça de fundo côncavo (Fig. 6, n.º 1), e a base anelar representada na Fig. 11, n.º 2. Enfim, pequenos jarros com cordões em relevo idênticos a exemplares de cerâmica cinzenta (Fig. 11, n.º 6), podem também inserir-se no âmbito das cerâmicas comuns e desta forma integrar em fabricos de índole local ou regional.

c) Cerâmicas cinzentas

Trata-se de um dos grupos cerâmicos mais característicos da Idade do Ferro, representado na estação da Quinta da Torre por recipientes de tipologia diversa:

- pequenos púcaros de forma fechada (Fig. 12, n.º 8) munidos de asas de secção subrectangular, nalguns casos com uma das faces ligeiramente côncava, ou de secção sub-elipsoidal (Fig. 3, n.º 1 a 3);

- jarros, representados na Fig. 9, n.º 9, 11 e 12; Fig. 10, n.º 1; Fig. 11, n.º 5 e 7 e Fig. 12, n.º 10, frequentemente decorados com cordões em relevo, por vezes complementados no mesmo exemplar com ornatos tenuamente brunidos formando padrões reticulados. Alguns fundos com ligeiros anéis exteriores (Fig. 10, n.º 3) poderão pertencer a esta forma;
- formas campanuladas, mais ou menos abertas, por vezes cuidadosamente polidas (Fig. 8, n.º 4 e 6), bem como formas claramente abertas, representadas por taças de dimensões pequenas a grandes (Fig. 8, n.º 10; Fig. 9, n.º 6), de lábios aplanados ou convexos, nalguns casos ligeiramente espessados.

As cerâmicas cinzentas pertencem também dois fundos, munidos de pé mais ou menos destacado (Est. 15, n.º 2 e 9).

d) Ânforas púnicas

As ânforas são dos recipientes melhor representados nesta estação. Com efeito, numerosas asas anelares de secção subcircular documentam tal abundância, devida à superior robustez destes elementos. A sua morfologia revela-se simples e monótona, não proporcionando informações cronológicas precisas (ver Fig. 3, n.º 5; Fig. 4, n.º 1, 3 e 4; Fig. 5 e Fig. 6). Apenas um exemplar possui asa em fita (Fig. 6, n.º 3), idêntica a peças de Outurela e Oeiras (escavações dirigidas por um de nós, J. L. C.). Tal abundância de elementos de suspensão não tem equivalência em número de bordos, visto apenas se terem identificado três exemplares (Fig. 7, n.º 3; Fig. 8, n.º 1 e Fig. 12, n.º 9). Um exemplar (Fig. 12, n.º 9) possui equivalente na peça 1401 do Cerro Macareno, Sevilha (PELLICER, 1978, fig. 5). Outro bordo, de fabrico mais grosseiro, encontra paralelo no exemplar n.º 2366 (PELLICER, pág. 78, fig. 8). Por último, um terceiro exemplar, de paredes assinalavelmente mais finas, pasta bem depurada, núcleo acinzentado e superfície laranja (Fig. 8, n.º 5) tem igualmente paralelos em exemplares sevilhanos de pequenas dimensões, embora de morfologia ligeiramente diversa.

Os fundos de ânfora encontram-se ainda mais deficientemente documentados: reconheceu-se apenas um exemplar de morfologia “cónica parabolóide” maciça semelhante ao exemplar 1707 de PELLICER (1978, fig. 12).

A presença de tais ânforas na Quinta da Torre explica-se pela existência de comércio regional dominado por comerciantes púnicos, embora, não correspondendo necessariamente a verdadeiras importações púnicas. Com efeito, a existência de produções locais encontra-se sugestivamente documentada pelo exemplar da Fig. 14, n.º 1, anteriormente referido.

e) Ânforas itálicas

Apenas representadas por fragmento de ânfora cf. Dressel 1 (Fig. 3, n.º 6).

f) Diversos

Este grupo integra algumas formas que pelas suas características particulares dificilmente se integram em qualquer das interiores. Está neste caso uma asa curva e torsa, particularmente longa e de secção circular, possuindo digitação lateral numa das extremidades (Fig. 15, n.º 3). Tal exemplar, poderá corresponder a asa de recipiente de tipo “cesto”, forma característica da 2.ª Idade do Ferro, do sul peninsular.

4 - INTEGRAÇÃO CULTURAL E CRONOLOGIA

O conjunto cerâmico dado agora a conhecer, apresenta-se representado frequentemente por exemplares de pequenas dimensões, o que por vezes dificultou a sua classificação tipológica e respectiva integração cronológico-cultural. É, no entanto, evidente tratar-se de conjunto coerente, correspondente a um período curto de ocupação do sítio, conforme decorre da respectiva análise tipológica. As principais conclusões podem sumarizar-se assim:

- 1) Reduzida presença da componente itálica, apenas representada por fragmento anfórico integrável no tipo Dressel 1 dos séculos. II-I a.C. Trata-se de ânfora utilizada no transporte de vinho produzido no sul de Itália. A sua presença sugere a existência de relações comerciais então estabelecidas com a península itálica.
- 2) Importante presença de produções anfóricas púnicas ou de imitação púnica, ilustrando a intensidade do comércio entre a região estuarina do Tejo e os estabelecimentos púnicos tanto da costa norte africana, como do litoral sul peninsular. Os três exemplares anfóricos tipologicamente mais revelantes – dois bordos e um fundo – possuem paralelos próximos em peças proveniente do Cerro Macareno, Sevilla, cuja informação estratigráfica permitiu situá-los entre os séculos IV/II a.C.

Apenas um exemplar, eventualmente pertencente a “ampulla” de tipologia fenícia poderá remontar ao século VI a.C., e neste caso, constituir exemplar comparável a peças recolhidas na Feitoria de Abul, Alcácer do Sal (informação pessoal de C. Tavares da Silva a J. L. C.).

Outro grupo de peças de importação mediterrânica, ou, mais provavelmente, de fabrico regional, são as cerâmicas ditas “cinzentas”, cujas produções sem alterações formais marcadas cobrem larga diacronia do século VIII a.C. aos primórdios da dominação romana, tal como se pode inferir da sua distribuição no Castelo de Alcácer do Sal (SILVA, *et al.*, 1980/81). Neste grupo avultam, pela abundância, certo tipo de jarros, que não ocorrem no mundo orientalizante, desenvolvendo-se apenas em épocas mais recentes, entre o século III e I a.C. Enfim, alguns recipientes de cerâmica cinzenta correspondentes a taças de perfil em “S”, podem atribuir-se igualmente aos séculos III/

/II a.C., tal como raros fragmentos de pratos. Também alguns fundos, de pé destacado, talvez pertencentes a taças, indicam sobretudo fabricos tardios, dos séculos.

As chamadas “cerâmicas comuns”, apesar de constituírem um fundo indígena, sempre difícil de datar de forma precisa, parecem enquadrar-se entre as balizas cronológicas anteriormente referidas.

Com efeito, formas como os jarros, com as asas partindo do lábio, podem centrar-se nos séculos III/II a.C., podendo porém remontar ao século IV, ou mesmo ao V a.C., como o exemplar de Outurela I (CARDOSO, 1990). Outras asas, de secção convexo-côncava, talvez pertencentes igualmente a jarros, inscrevem-se em intervalo dos séculos V ao III/II a.C. É também o caso de grande pé destacado de taça de fundo côncavo, igualmente com diacronia do século IV ao II a.C. Os abundantes fragmentos de recipientes fechados de colo alto e bordo extrovertido desenvolvem-se também, em intervalo cronológico centrado nos séculos III/II a.C.

Também a peculiar asa de recipiente tipo “cesto” poderá inscrever-se entre os séc. V e III/II a.C., não destoando, portanto, do intervalo cronológico apontado.

A situação descrita configura, pois, uma ocupação da Quinta da Torre marcada por influências púnicas, mescladas com outras, muito mais ténues, de origem itálica. Este período inscreve-se, pois, nos inícios da chamada Idade do Ferro III mediterrânica (SILVA, *et al.*, 1980/81), definida em Alcácer do Sal com base nos materiais que integram a fase V daquela ocupação.

O período em que decorreu a ocupação da Quinta da Torre é coevo, na margem norte do estuário, do importante centro urbano e comercial de Olisipo, ainda que os seus materiais de que pouco ainda se conhece (AMARO, 1995), não possam ser comparados em pormenor com estes. Semelhantes são os materiais recolhidos no nível sidérico do povoado de altura do Castelo Arruda dos Vinhos (GONÇALVES, 1997), especialmente os vasos de cerâmica comum, de colo alto e estrangulado e bordo extrovertido e as cerâmicas do grupo das cinzentas finas, representadas especialmente por jarros com decorações reticuladas brunidas, idênticas a exemplares da Quinta da Torre.

É no povoado de Chibanes, Palmela, que se dispõem de mais significativos e próximos elementos comparativos. Com efeito, foram ali recolhidas formas cerâmicas, em tudo idênticas ao conjunto agora publicado, conforme resulta da observação de um pequeno conjunto conservado nas reservas do Instituto Geológico e Mineiro desprovido de informação estratigráfica, a qual apenas foi obtida em recentes escavações ali efectuadas (SILVA & SOARES, 1997). Devemos a C. Tavares da Silva, um dos arqueólogos responsáveis pelas mesmas, numerosas informações acerca da cronologia absoluta do conjunto ora publicado, só possíveis, em boa parte dos casos, pelo registo ali efectuado. Em Chibanes, encontra-se documentado o fim deste ciclo cultural, consubstanciado pelo aumento das produções itálicas, em detrimento das de origem púnica, apenas representadas por ânforas, do tipo Maña C2, do século II a.C., que já não fazem parte do conjunto recolhido na Quinta da Torre.

Assim, o fim da ocupação sidérica a Quinta da Torre, situar-se-á num momento imediatamente anterior à introdução deste tipo anfórico na região, representado em diversos núcleos agrícolas a Norte do estuário do Tejo, como S. Marcos, Sintra (MAIA, 1978) ou Oeiras (CARDOSO, 1996b).

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, C. (1995) – *Núcleo arqueológico da rua dos Correios*. Lisboa, Fundação Banco Comercial Português, 51 p.
- BARROS, L.; CARDOSO, J. L. & SABROSA, A. (1993) – Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz-Almada. *Estudos Orientais*, 4, p. 143-181.
- CARDOSO, J. L. (1990) – A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do Tejo. *Estudos Orientais*, 1, p. 119-134.
- CARDOSO, J. L. (1995a) – Os povoados do Bronze Final a Norte do estuário do Tejo. *In: A Idade do Bronze em Portugal* (Coord. S. O. Jorge). Lisboa, Instituto Português de Museus, p. 126.
- CARDOSO, J. L. (1995b) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*, 34, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1996a) – O povoamento no Bronze Final e na Idade do Ferro na região de Lisboa. *In: De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.* (Coord. J. de Alarcão). Lisboa, Instituto Português de Museus, p. 73-81.
- CARDOSO, J. L. (1996b) – O final da Idade do Ferro no concelho de Oeiras: um contributo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, p. 361-365.
- CARDOSO, J. L. (1996c) – A Idade do Ferro no concelho de Almada. Estação da Quinta da Torre. *Al-Madan*, Série II, 5, p. 200.
- CARDOSO, J. L.; RODRIGUES, J. A. S.; MONJARDINO, J. & CARREIRA, J. R. (1996) – A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda. Lisboa – *Revista Municipal*, Série III, 15, p. 3-18.
- FERREIRA, C. J.; SILVA, C. Tavares da; LOURENÇO, F. S. & SOUSA, P. – *Património arqueológico do distrito de Setúbal: subsídios para uma carta arqueológica*. Setúbal, Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, 373 p.
- GONÇALVES, J. L. M. (1997) – O sítio arqueológico do Castelo (Arruda dos Vinhos) – escavações de 1988 a 1993. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, 3, p. 5-52.
- MAIA, M. (1978) – Ânforas neopúnicas do sul de Portugal. *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1977), 1, p. 199-207.
- MARQUES, G. & ANDRADE, M. (1974) – Aspectos da Proto-história do território português. 1 – Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973), 1, p. 125-148.
- PELLICER, M. (1978) – Tipología y cronología de las anforas prerromanas del Guadalquivir, segun el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*, 9, p. 365-400.

SILVA, C. Tavares da; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de Mello; DIAS, L. F. & COELHO-SOARES, A. (1980/81) – Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6/7, p. 141-218.

SILVA, C. Tavares da; SOARES, J. (1997) – Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais*, 6 (Vol. de Homenagem ao Professor A. A. Tavares), p. 33-66.

CATÁLOGO^(*)

Fig. 2

- n.º 1: fragmento de asa de ânfora fenício-púnica de secção subcircular. Côr do núcleo 10Y6/2; côr da superfície 10YR7/4. Pasta de textura média, com abundantes elementos não plásticos.
- n.º 2: fragmento de asa de ânfora fenício-púnica de secção subcircular. Côr do núcleo 10YR6/2; côr da superfície 5YR6/4. Pasta de textura média. Aguada bem conservada.
- n.º 3: fragmento de asa de ânfora fenício-púnica de secção subcircular. Côr do núcleo 5YR6/4; côr da superfície 10YR7/4. Textura média.
- n.º 4: fragmento de jarro de cerâmica comum possuindo asa que parte do lábio. Côr do núcleo 5Y8/1; côr da superfície 10R6/6. Pasta de textura média. Aguada superficial.
- n.º 5: fragmento de jarro de cerâmica comum, de bordo extrovertido de onde arranca asa. Núcleo e superfície de coloração 10R6/6. Pasta de textura fina.

Fig. 3

- n.º 1: fragmento de pequeno jarro ou púcaro com asa de secção subquadrangular. Uma das faces apresenta uma ligeira concavidade. Núcleo e superfície de coloração uniforme, 3N3 Dark Grey. Pasta de textura fina.
- n.º 2: fragmento de asa de secção elipsoidal de pequeno jarro ou púcaro. Núcleo e superfície de coloração uniforme, 10YR6/2. Pasta de textura média.
- n.º 3: fragmento de asa de secção subrectangular, com uma das faces ligeiramente côncava, de pequeno jarro ou púcaro. Cerâmica cinzenta, núcleo de coloração 5Y7/2 e superfície 10YR6/2. Pasta de textura fina.

^(*) Na determinação das cores, usou-se a "Rock - Color Chart", do Rock - Color Chart Committee, Geological Society of America, P.O. Box 9140, Boulder, CO 80401. Agradece-se a Raquel Alves a colaboração prestada.

- n.º 4: fragmento de asa de recipiente de cerâmica comum de secção circular, possivelmente correspondendo a jarro de grandes dimensões. Núcleo de coloração 10YR6/2 e superfície 5YR4/1. Pasta de textura fina.
- n.º 5: fragmento de asa anelar, de secção circular, de ânfora fenício-púnica. Núcleo de coloração 10R6/6 e superfície 5YR5/6. Pasta de textura média.
- n.º 6: fragmento de asa de ânfora cf. Dressel 1, coloração uniforme 5YR5/6. Pasta de textura média.

Fig. 4

- n.º 1: fragmento de asa de ânfora anelar, de secção circular, fenício-púnica. Núcleo e superfície de coloração uniforme 10R6/6. Pasta de textura fina.
- n.º 2: fragmento de asa de recipiente de cerâmica comum. Núcleo de coloração 10R5/4 e superfície 5YR6/4. Pasta de textura média com englobe superficial.
- n.º 3: fragmento de asa anelar, de secção subcircular, de ânfora fenício-púnica. Núcleo de coloração 5YR6/4 e superfície 5YR6/4. Textura fina, com elementos não plásticos, visíveis por erosão da superfície.
- n.º 4: fragmento de bojo de ânfora fenício-púnica possuindo arranque de uma das asas, de morfologia anelar e secção circular. Núcleo de coloração 10R6/6 e superfície 10YR7/4. Pasta de textura média.
- n.º 5: fragmento de asa, de secção circular, de recipiente de cerâmica comum, talvez jarro de grandes dimensões. Coloração uniforme 5YR6/4. Pasta de textura fina.

Fig. 5

- n.º 1: fragmento de asa anelar, de secção subcircular, de ânfora fenício-púnica. Coloração uniforme 5YR6/4. Textura média.
- n.º 2: fragmento de asa anelar, de secção subcircular, de ânfora fenício-púnica. Coloração uniforme 5YR5/6. Pasta de textura média.
- n.º 3: fragmento de asa anelar, de secção sub-elipsoidal irregular, de ânfora fenício-púnica. Núcleo de coloração 5YR6/4 e superfície 5YR5/6. Pasta de textura fina.
- n.º 4: asa anelar de secção subcircular de ânfora fenício-púnica. Coloração uniforme 5YR6/4. Textura média.
- n.º 5: asa anelar, de secção subcircular, de ânfora fenício-púnica. Núcleo de coloração 10R6/6 e superfície 10YR7/4. Pasta de textura média.

Fig. 6

- n.º 1: asa anelar, de secção subcircular, de ânfora fenício-púnica. Coloração uniforme 5YR6/4. Textura grosseira, com abundantes elementos não plásticos, aflorantes por erosão do engobe.
- n.º 2: asa de ânfora anelar, de secção subcircular, de ânfora fenício-púnica. Núcleo de coloração 10YR7/4 e superfície 5YR5/6. Pasta de textura média.
- n.º 3: asa de ânfora, fitiforme, de secção convexo-côncava. Núcleo de coloração 10R6/6 e superfície 5Y8/4. Pasta de textura média.

Fig. 7

- n.º 1: fragmento de pé de taça de fundo côncavo de cerâmica comum. Coloração uniforme 10R6/6. Textura média. Superfície coberta por aguada fina.
- n.º 2: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Cerâmica comum. Coloração uniforme 5YR8/4. Textura fina.
- n.º 3: fragmento de bordo de ânfora ibero-púnica. Núcleo de coloração 5Y4/1 e superfície 10YR6/2. Pasta de textura fina.

Fig. 8

- n.º 1: fragmento de bordo de ânfora ibero-púnica. Coloração uniforme 10R6/6. Pasta de textura fina.
- n.º 2: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Coloração uniforme 10R6/6. Pasta de textura fina.
- n.º 3: bordo não espessado de recipiente de grandes dimensões de fabrico manual. Núcleo de coloração 10R6/6 e superfície 10YR2/2. Pasta de textura média.
- n.º 4: taça de perfil em "S", com lábio ligeiramente espessado. Cerâmica cinzenta fina. Coloração do núcleo 5YR4/4 e da superfície 10YR2/2. Pasta de textura fina.
- n.º 5: bordo de ânfora púnica de lábio espessado, convexo do lado externo. Núcleo de coloração 5Y6/1 e superfície de 10R6/6. Pasta de textura fina.
- n.º 6: vaso de bordo ligeiramente espessado. Cerâmica cinzenta fina com superfície externa alisada à espátula. Núcleo de coloração 10YR4/2 e superfície 10YR2/2. Textura fina.
- n.º 7: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Coloração uniforme 5YR5/6. Pasta de textura média.
- n.º 8: fragmento de lábio de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Núcleo de coloração 5YR5/6 e superfície 5YR8/4. Pasta de textura média.

- n.º 9: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Coloração uniforme 10R6/6. Textura média.
- n.º 10: pequena taça de bordo ligeiramente espessado interiormente. Cerâmica cinzenta fina. Coloração uniforme 5Y6/1. Textura fina.
- n.º 11: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Núcleo de coloração 5Y4/1 e superfície 5YR8/4. Pasta de textura fina a média.
- n.º 12: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Núcleo de coloração 3N3 e superfície 5YR6/4. Textura média.

Fig. 9

- n.º 1: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo estrangulado. Coloração uniforme 5YR8/4. Textura fina.
- n.º 2: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo estrangulado. Núcleo de coloração 5Y6/1 e superfície 5YR6/4. Pasta de textura fina.
- n.º 3: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo estrangulado. Coloração uniforme 10R6/6. Pasta de textura média.
- n.º 4: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo estrangulado. Núcleo de coloração 5Y4/1 e superfície 5YR6/4. Pasta de textura média.
- n.º 5: taça de perfil em “S” de cerâmica cinzenta. Coloração uniforme 10Y7/4. Textura fina.
- n.º 6: prato de cerâmica cinzenta. Núcleo de coloração 5Y6/1. Superfície 3N3. Pasta de textura média com superfície coberta de aguada fina.
- n.º 7: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo estrangulado. Coloração uniforme 5YR8/4. Pasta de textura fina.
- n.º 8: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Coloração uniforme 5YR6/4. Pasta de textura média.
- n.º 9: fragmento de jarro de cerâmica cinzenta. Coloração do núcleo 5YR6/4 e superfície 10YR7/4. Textura fina. Apresenta cordão horizontal simples em relevo.
- n.º 10: fundo de provável jarro de cerâmica cinzenta. Núcleo de coloração 5Y8/1 e superfície 4N4. Pasta de textura média, apresentando superfície coberta por aguada fina.
- n.º 11: fragmento de jarro de cerâmica cinzenta. Núcleo de coloração 5Y6/1 e superfície 5Y4/1. Textura fina. Apresenta cordão simples horizontal.
- n.º 12: fragmento de jarro de cerâmica cinzenta. Núcleo de coloração 5YR6/4 e superfície 5Y4/1. Textura média. Apresenta cordão simples horizontal.

Fig. 10

- n.º 1: bojo de provável jarro, com vestígio de arranque de asa. Coloração do núcleo 5Y2/1 e superfície 5YR6/4. Textura fina.
- n.º 2: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Coloração do núcleo 5Y8/1 e superfície 5YR6/4. Textura média.
- n.º 3: bordo extrovertido, fortemente espessado, de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Coloração uniforme 5YR8/4. Textura média.
- n.º 4: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Coloração do núcleo 10R6/6 e superfície 5YR6/4. Textura média.

Fig. 11

- n.º 1: fundo de recipiente de cerâmica comum. Coloração do núcleo 5YR6/6 e da superfície 10YR10/4. Textura fina.
- n.º 2: pé anelar de recipiente de cerâmica comum. Coloração do núcleo 5YR6/4 e da superfície 5YR5/6. Textura média.
- n.º 3: fundo de recipiente de cerâmica cinzenta. Coloração do núcleo 5YR6/4 e da superfície 5Y6/1. Textura média.
- n.º 4: fragmento de recipiente de fabrico manual de fundo plano. Pasta micácea. Cerâmica comum. Coloração do núcleo 10R6/6 e da superfície 5YR6/4. Textura média.
- n.º 5: porção de colo de jarro de cerâmica cinzenta, decorado por cordão simples em relevo e por canelura abaixo deste, ambos elementos decorativos dispostos horizontalmente. Coloração do núcleo 5Y6/1 e da superfície 10YR4/2. Textura fina.
- n.º 6: fragmento de colo de jarro de cerâmica cinzenta, decorado por cordão horizontal em relevo. Coloração do núcleo 5Y6/1 e superfície 5YR6/4. Textura fina.
- n.º 7: fragmento de colo de jarro de cerâmica cinzenta, decorado por cordão horizontal e por faixa de ténues caneluras oblíquas formando reticulado. Coloração do núcleo 5Y6/1 e da superfície 10YR4/2. Textura fina.

Fig. 12

- n.º 1: bordo espessado e extrovertido de recipiente de forma fechada de colo alto subcilindróide. Cerâmica comum. Núcleo de coloração 5YR5/6 e superfície 10YR7/4, este correspondente a aguada. Textura fina.
- n.º 2: bordo extrovertido com lábio de espessamento triangular, pertencente a recipiente de cerâmica comum, de colo alto subcilindróide recordando, pelo formato, *ampulla* fenícia. Coloração 5YR5/6. Textura fina.

- n.º 3: bordo extrovertido, fortemente espessado, de recipiente fechado de colo alto estrangulado. Coloração do núcleo 5Y6/1 e da superfície 10YR7/4. Textura fina.
- n.º 4: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto e estrangulado. Coloração do núcleo 5YR6/4 e da superfície 10YR7/4. Textura fina.
- n.º 5: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto e estrangulado. Coloração uniforme 5YR5/6. Textura média.
- n.º 6: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto e estrangulado. Coloração uniforme 5YR5/6. Textura fina.
- n.º 7: bordo extrovertido de recipiente fechado de colo alto e estrangulado. Coloração uniforme 5YR5/6. Textura média.
- n.º 8: bordo extrovertido de pequeno recipiente fechado de colo alto e estrangulado. Cerâmica cinzenta. Núcleo de coloração 5YR5/2 e superfície 5YR4/1. Textura fina.
- n.º 9: bordo de ânfora ibero-púnica compatível com o tipo n.º 1573 de PELLICER (1978, fig. 6). Lábio espessado e bordo reentrante. Núcleo de coloração 5YR5/6 e superfície 5YR8/4. Textura média com aguada superficial mais fina.
- n.º 10: colo de jarro ornato por caneluras horizontais em relevo. Cerâmica cinzenta. Núcleo de coloração 5Y7/2 e superfície 3N3. Textura fina com acabamento cuidado.

Fig. 13

- n.º 1: fragmento de asa anelar de ânfora ibero-púnica de secção grosseiramente subcircular. Núcleo de coloração 5Y6/1 e superfície 10YR/. Textura fina.
- n.º 2: fragmento de asa de secção circular de recipiente de cerâmica comum, eventualmente de panela. Coloração uniforme 10YR4/2. Textura fina.
- n.º 3: fragmento de asa de secção convexo-côncava de jarro ou de vaso de cerâmica comum. Núcleo de coloração 5YR8/4 e superfície 10YR6/2. Textura média.
- n.º 4: fragmento de asa anelar de ânfora fenício-púnica de secção circular. Núcleo de coloração 5Y7/2 e superfície 5YR8/4. Textura fina.
- n.º 5: fragmento de robusta asa anelar de ânfora ibero-púnica de secção subcircular. Coloração uniforme 10R6/6. Textura fina.
- n.º 6: fragmento de asa cilindróide de cerâmica comum, talvez correspondente a panela. Núcleo de coloração 5Y6/1 e superfície 5YR5/6. Textura média, coberta de fina aguada.
- n.º 7: fragmento de asa cilindróide de ânfora. Núcleo de coloração 5YR5/2 e superfície 10R6/6. Textura fina.

Fig. 14

- n.º 1: bordo de imitação local de ânfora púnica de fabrico manual, afim do tipo n.º 2001 de PELLICER (1978, fig. 7). Núcleo de coloração 5YR6/4 e superfície 10YR5/4. Textura fina.
- n.º 2: fundo de grande recipiente de cerâmica comum de fabrico manual. Núcleo de coloração 10R6/6 e superfície 10YR5/4. Textura média.

Fig. 15

- n.º 1: fundo de ânfora ibero-púnica correspondente a forma cónico-parabolóide maciça, afim do tipo n.º 1707 de PELLICER (1978, fig. 12). Núcleo de coloração 5YR5/6 e superfície 10YR4/2. Textura fina.
- n.º 2: fundo de recipiente de pé destacado de cerâmica cinzenta. Núcleo de coloração 5N5 e superfície 4N4, esta alisada e espatulada. Textura fina.
- n.º 3: asa de recipiente de vaso tipo “cesto”. Coloração do núcleo 5Y6/1 e superfície 10YR7/4. Textura fina.
- n.º 4: asa anelar de ânfora ibero-púnica de secção subcircular irregular. Coloração uniforme 10YR6/6. Textura fina.
- n.º 5: fundo côncavo de grande recipiente de cerâmica comum. Coloração do núcleo 5Y8/1 e da superfície 5YR6/4. Textura média.
- n.º 6: fundo côncavo de grande recipiente de cerâmica comum. Coloração do núcleo 5YR6/6 e da superfície 10R6/6. Textura média.
- n.º 7: asa anelar de ânfora ibero-púnica de secção circular. Núcleo de coloração 5Y4/1 e superfície 10R6/6. Textura fina.
- n.º 8: fundo plano de recipiente de cerâmica comum, correspondente provavelmente a forma fechada de colo alto estrangulado. Núcleo de coloração 10R4/2 e superfície 5YR3/2. Textura média.
- n.º 9: pé troncocónico com fundo côncavo de taça alta. Cerâmica cinzenta clara. Núcleo de coloração 5YR6/4 e superfície 10YR6/2. Textura fina.

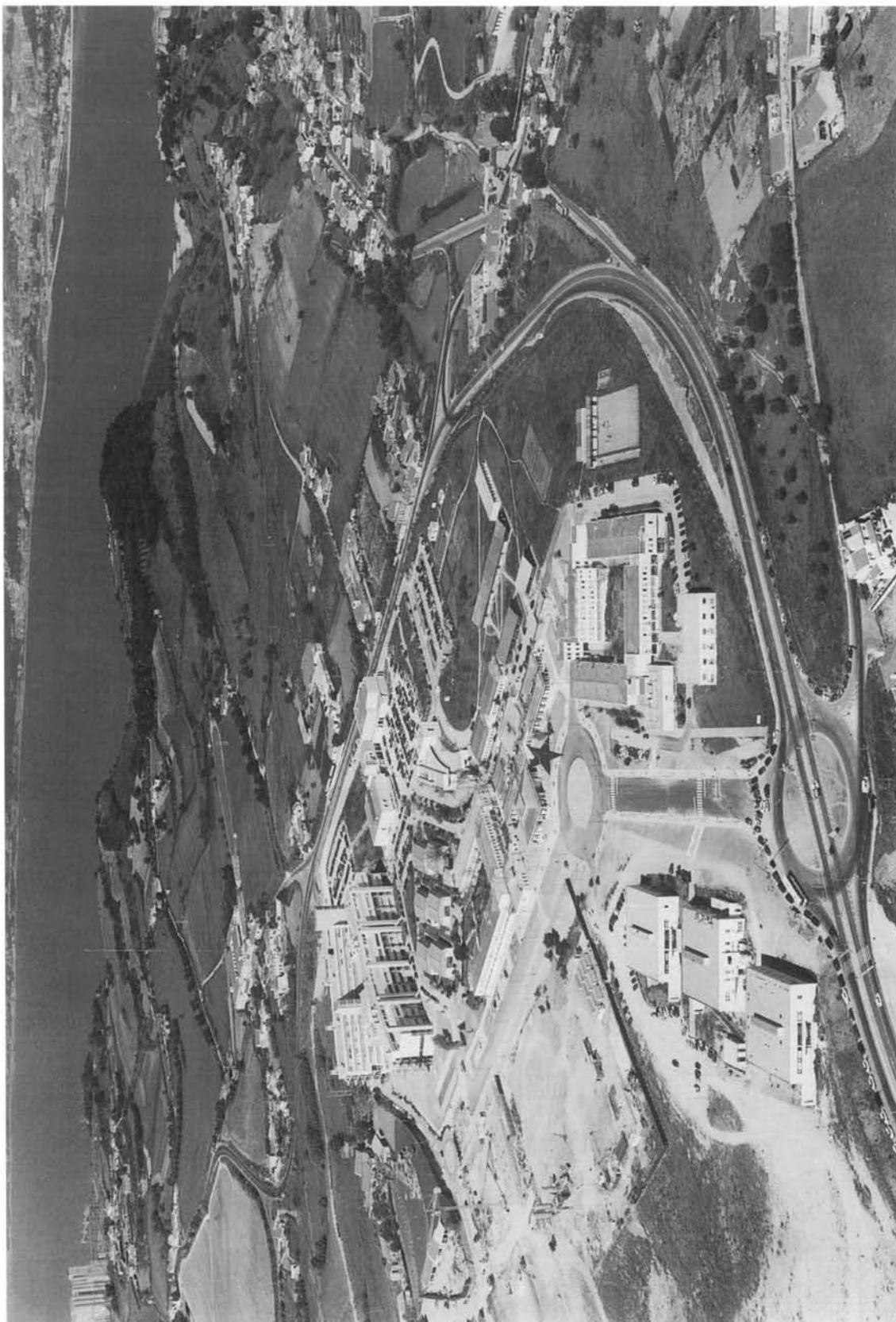


Fig. 1 – Fotografia oblíqua da área do *Campus* Universitário da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. O local dos últimos achados de materiais da Idade do Ferro (em 1995) assinala-se por "estrela". Ao fundo, o estuário do Tejo. Foto produzida para fins promocionais pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

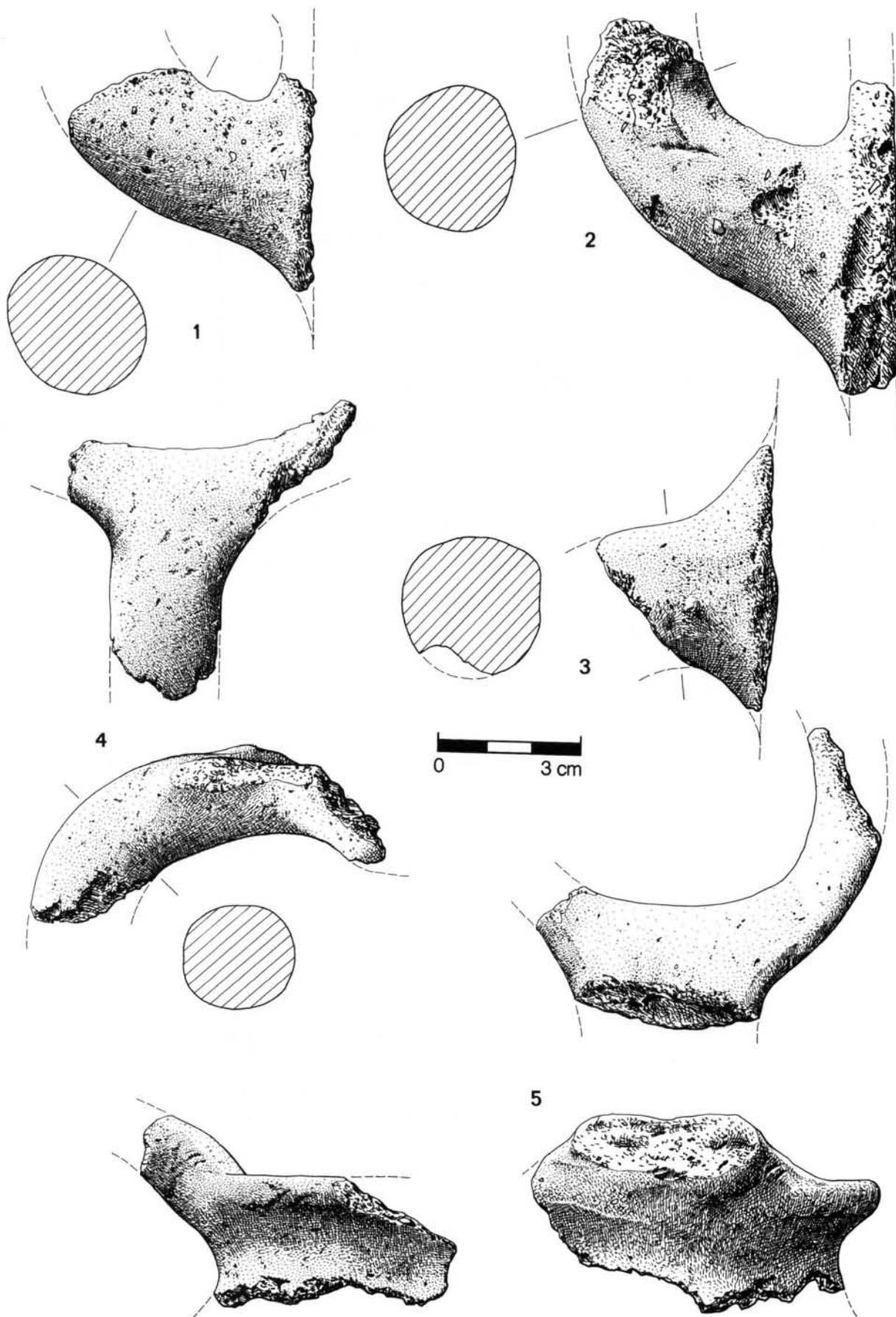


Fig. 2 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

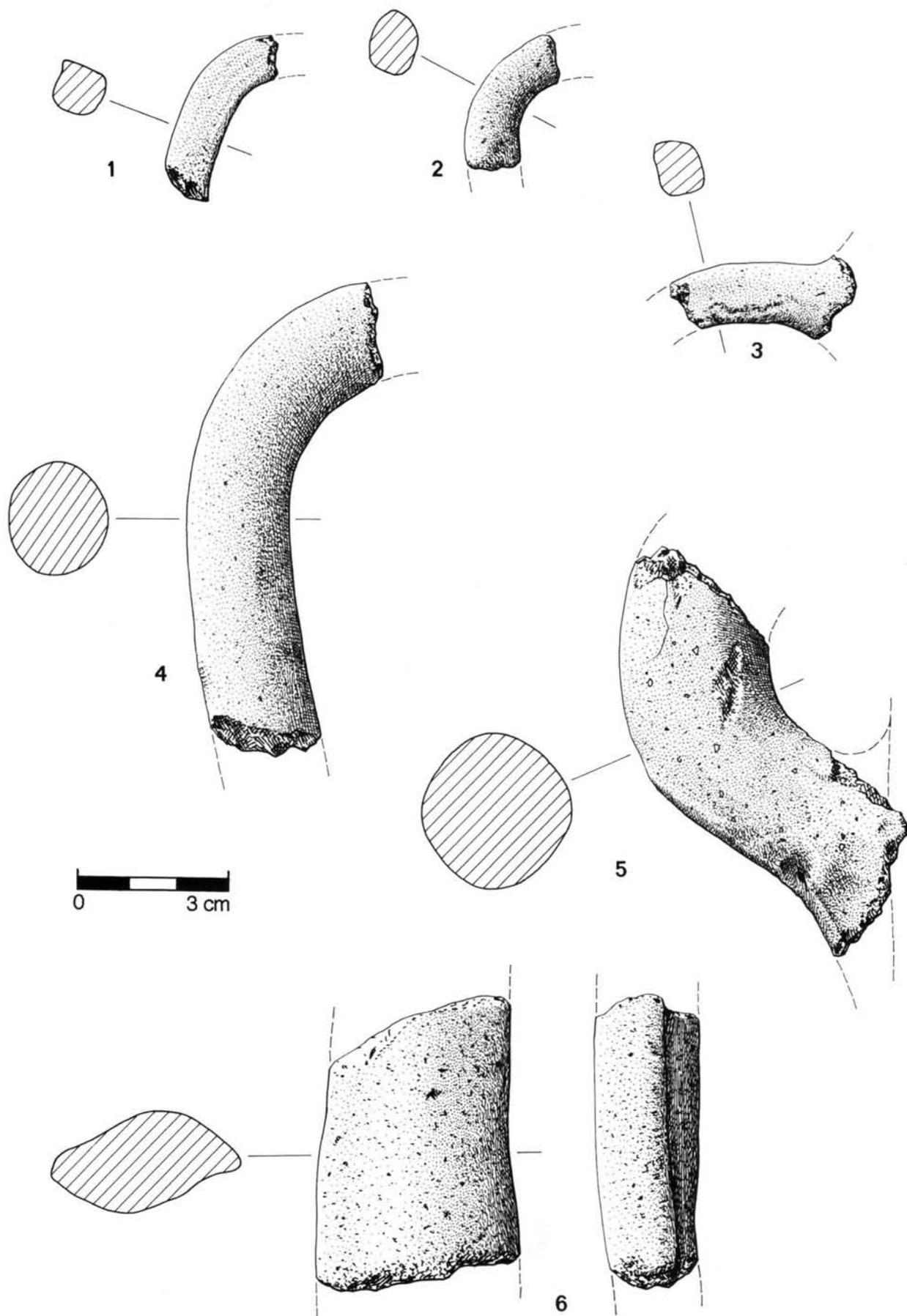


Fig. 3 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

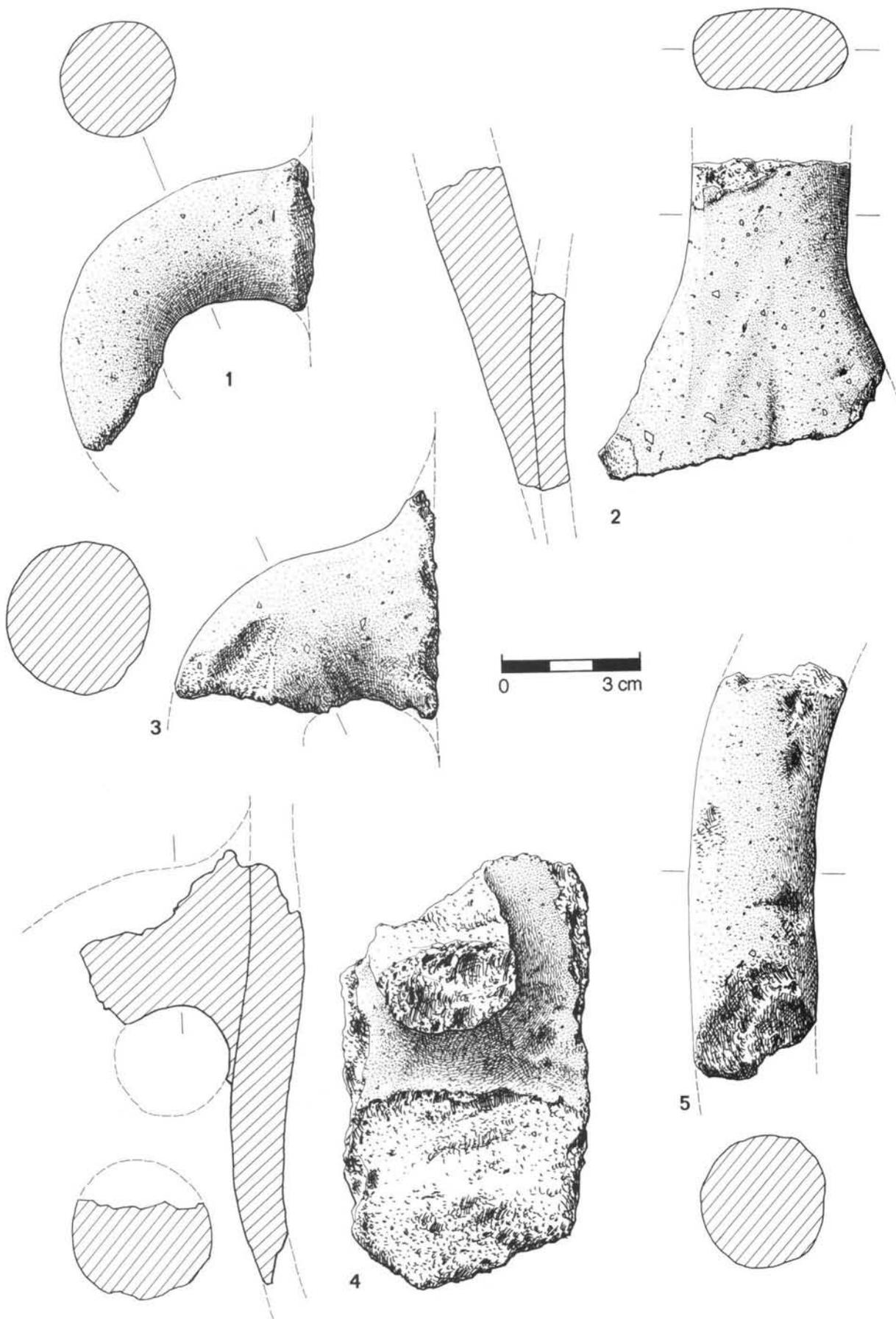


Fig. 4 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).



Fig. 5 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).



Fig. 6 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

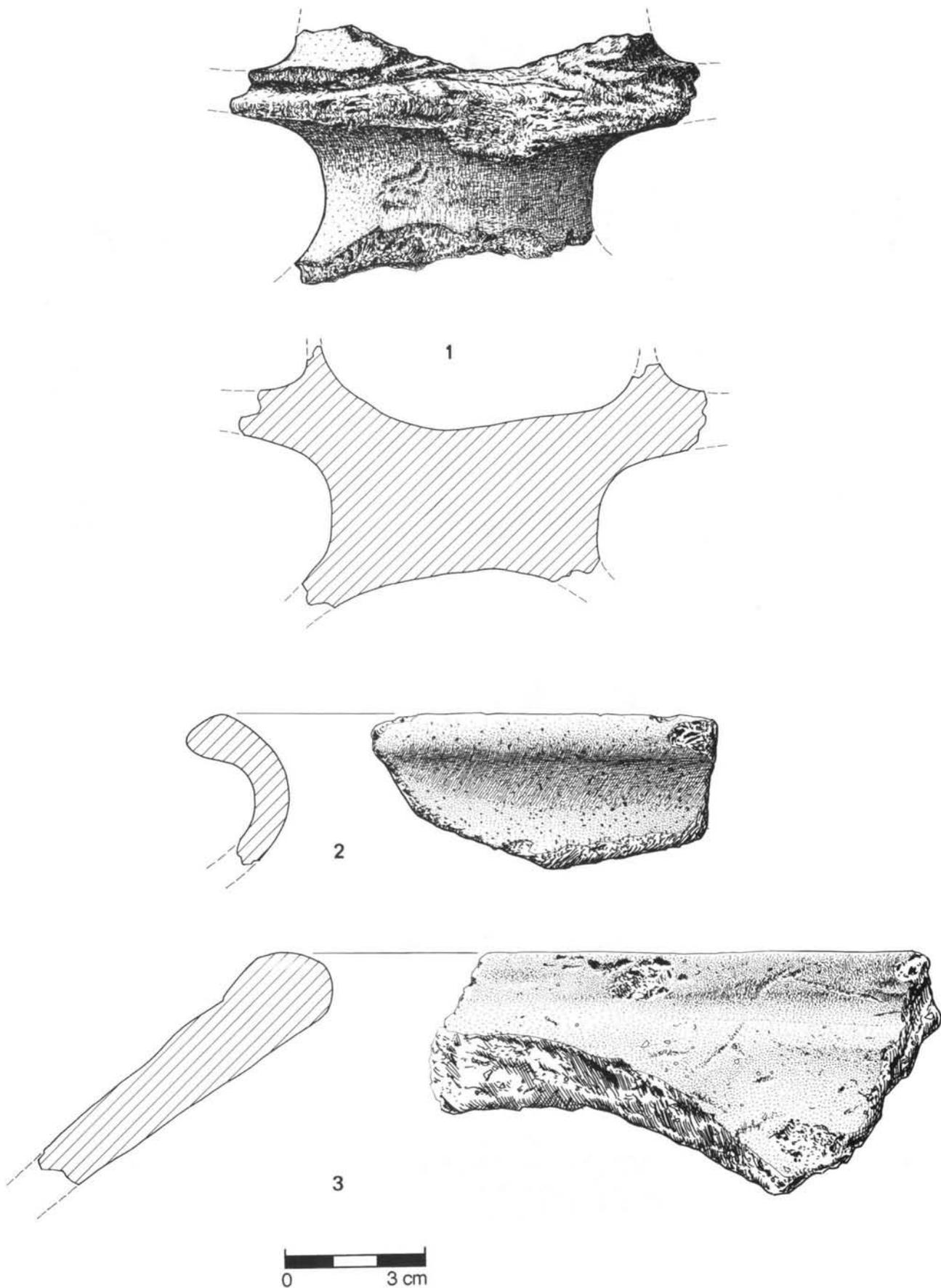


Fig. 7 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

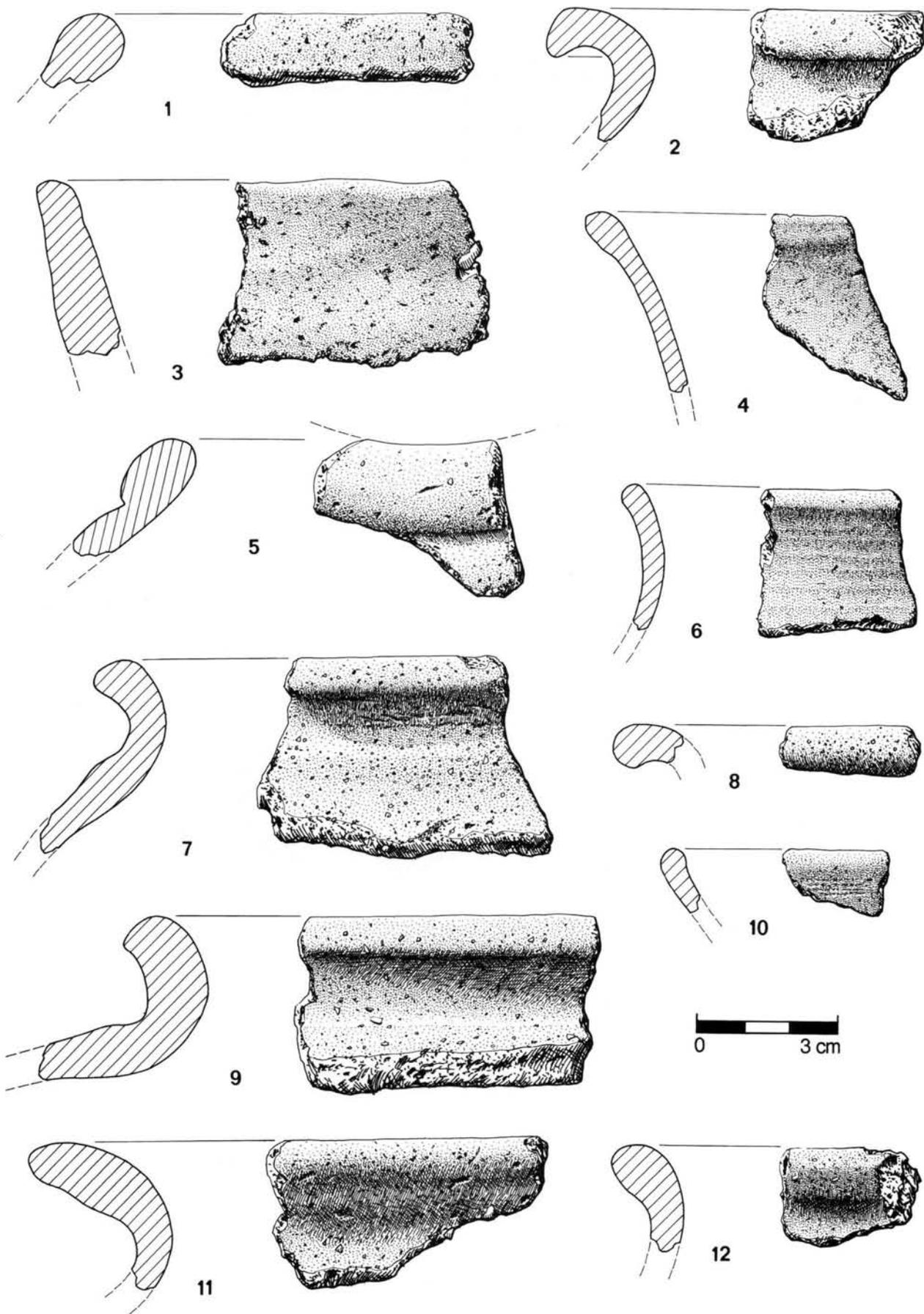


Fig. 8 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

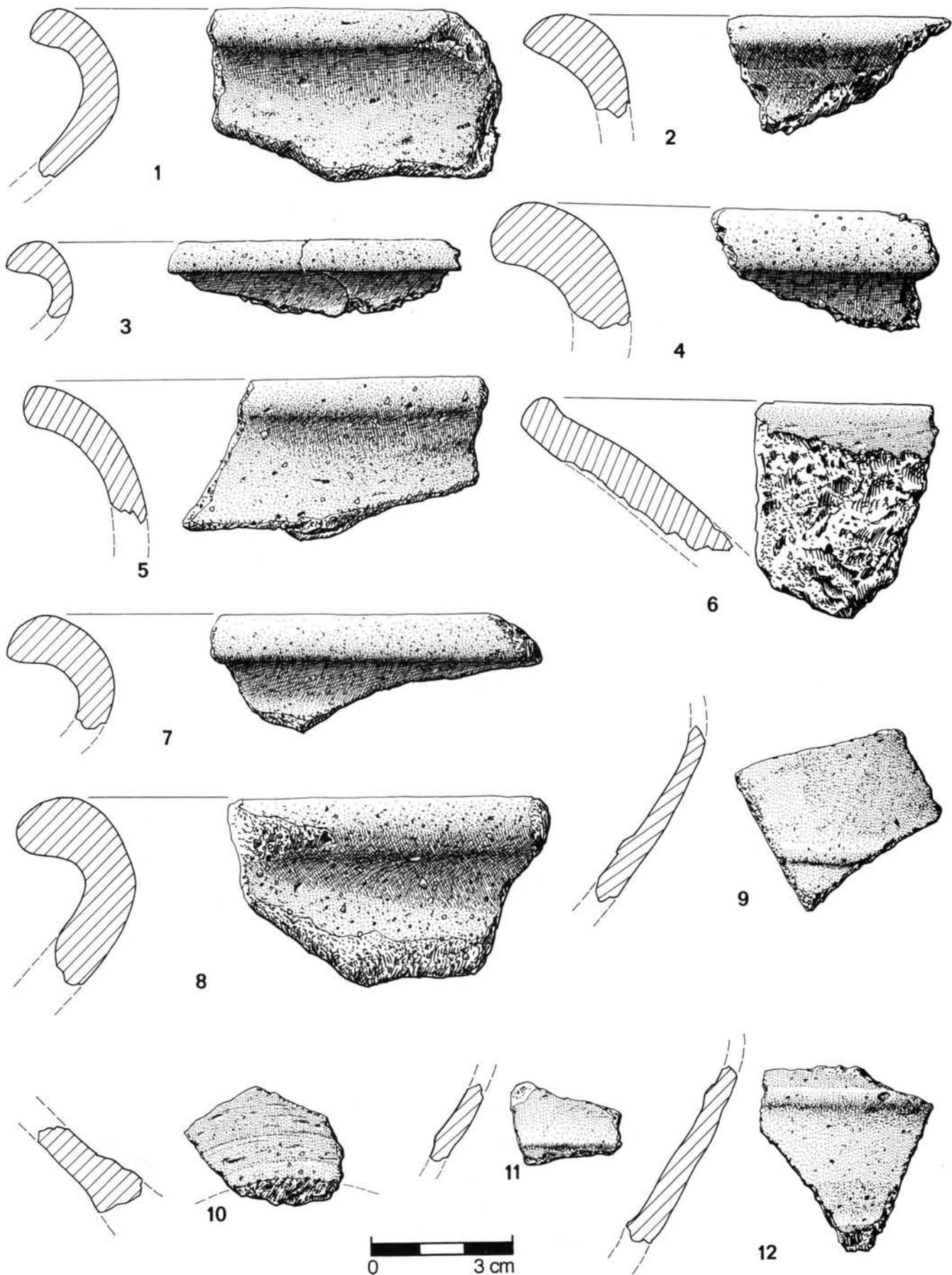


Fig. 9 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

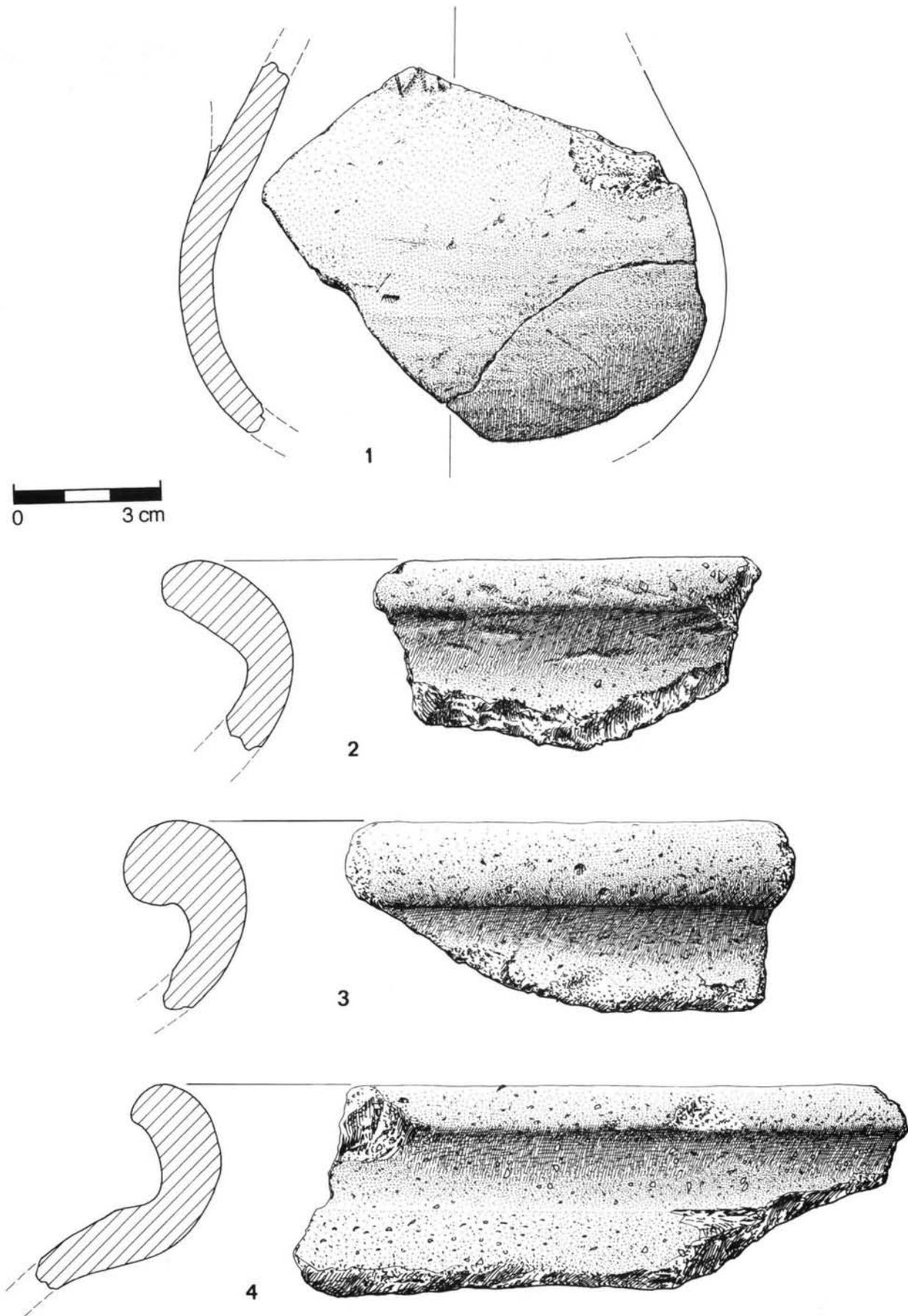


Fig. 10 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

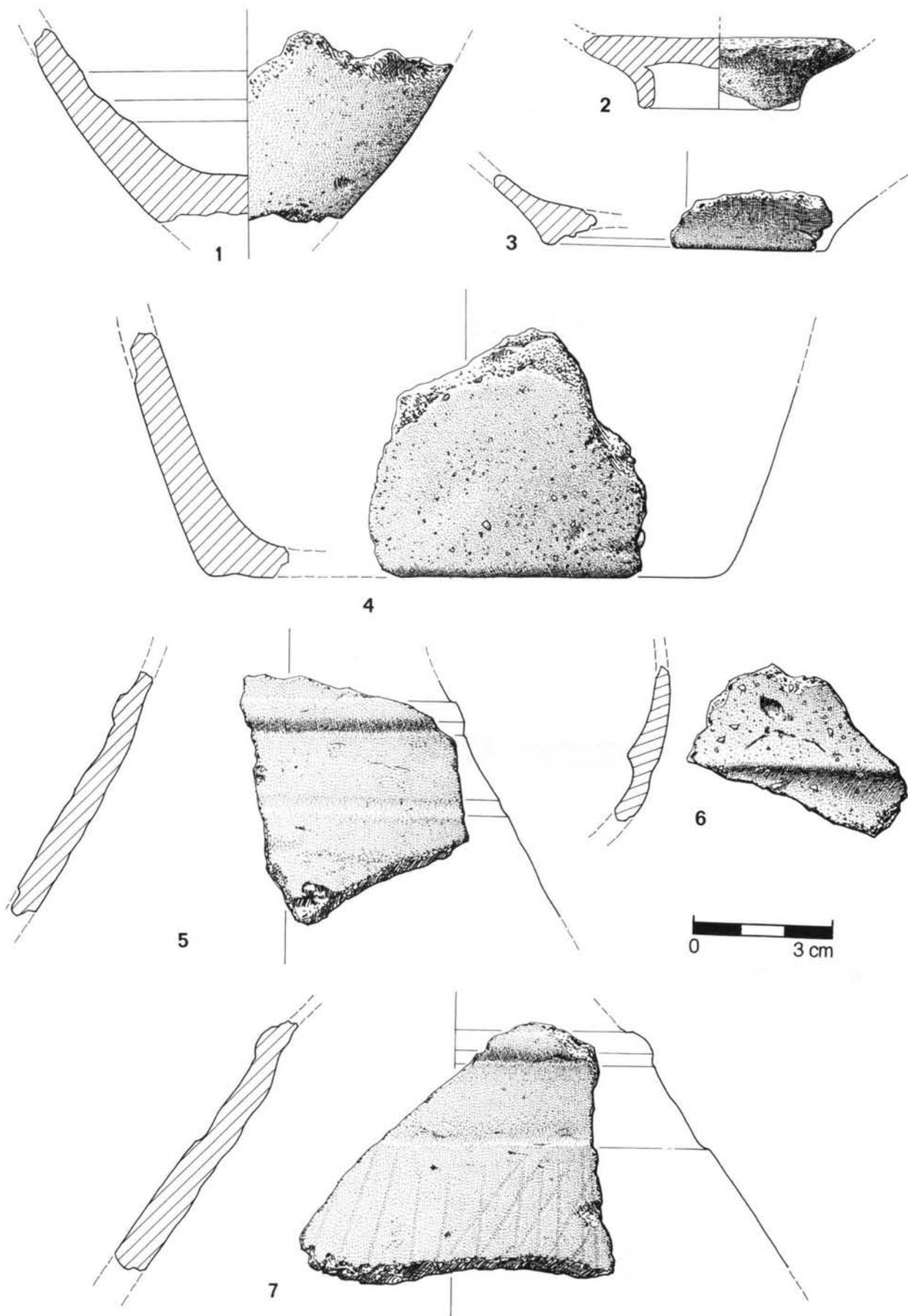


Fig. 11 – Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

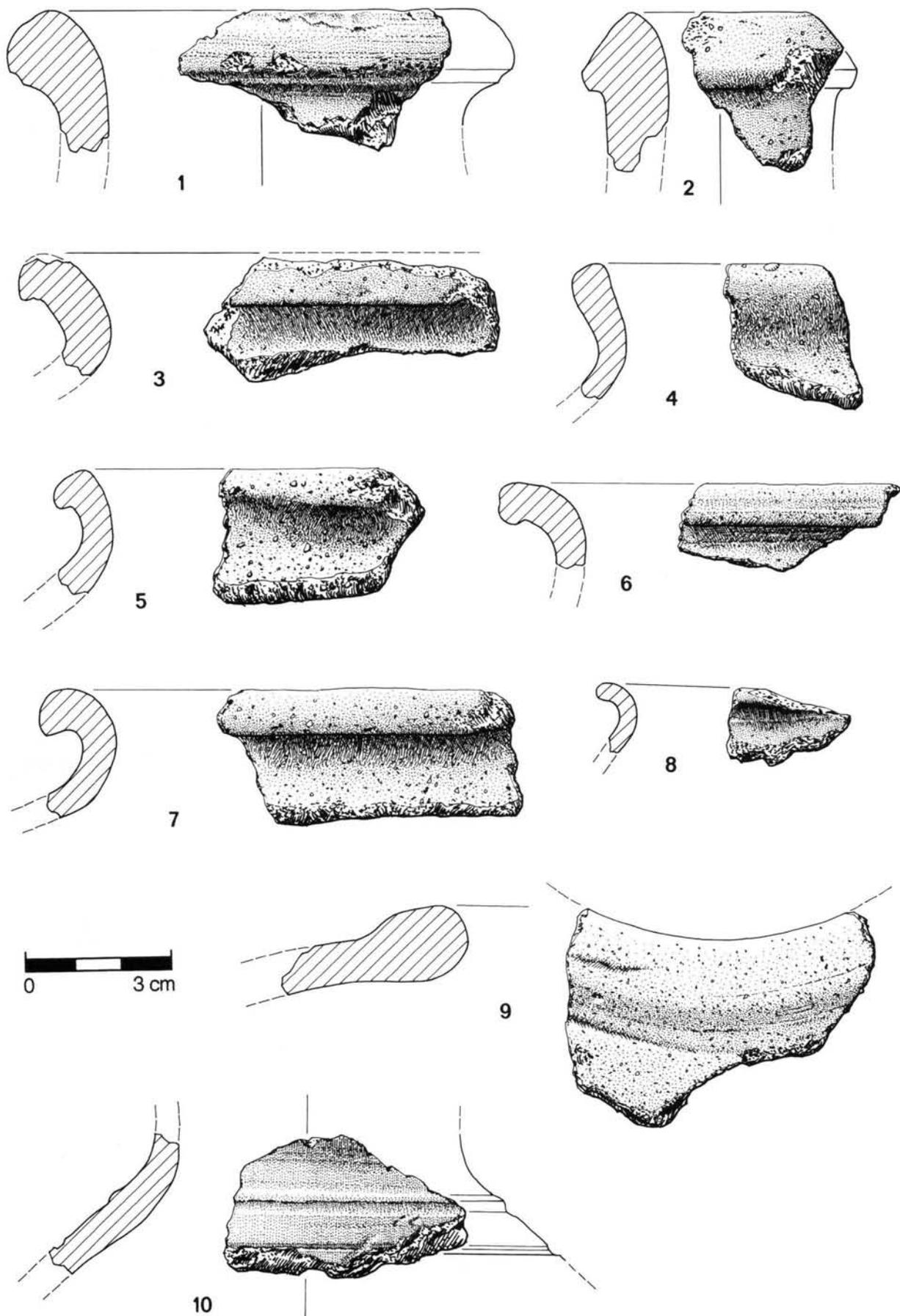


Fig. 12 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

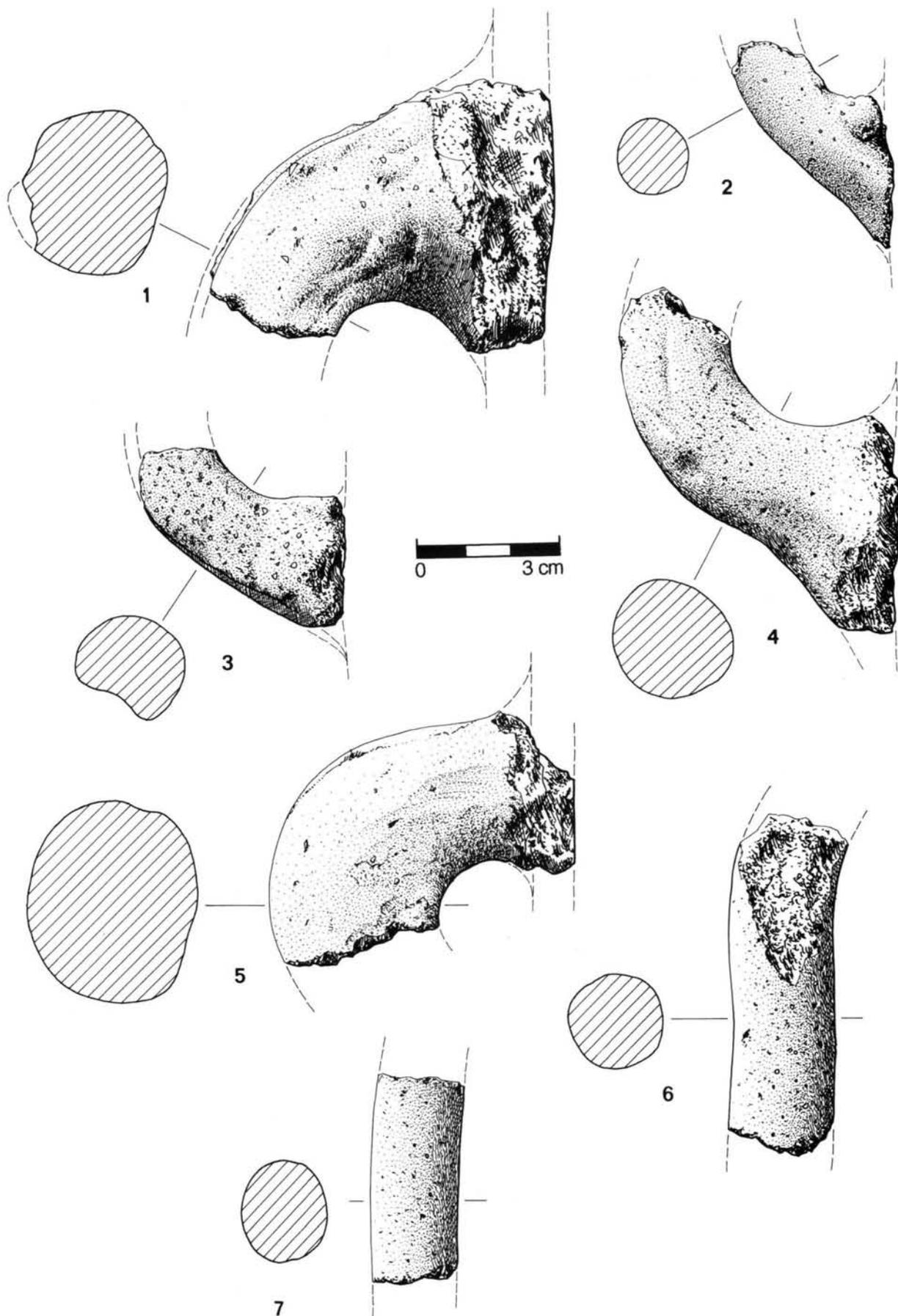


Fig. 13 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

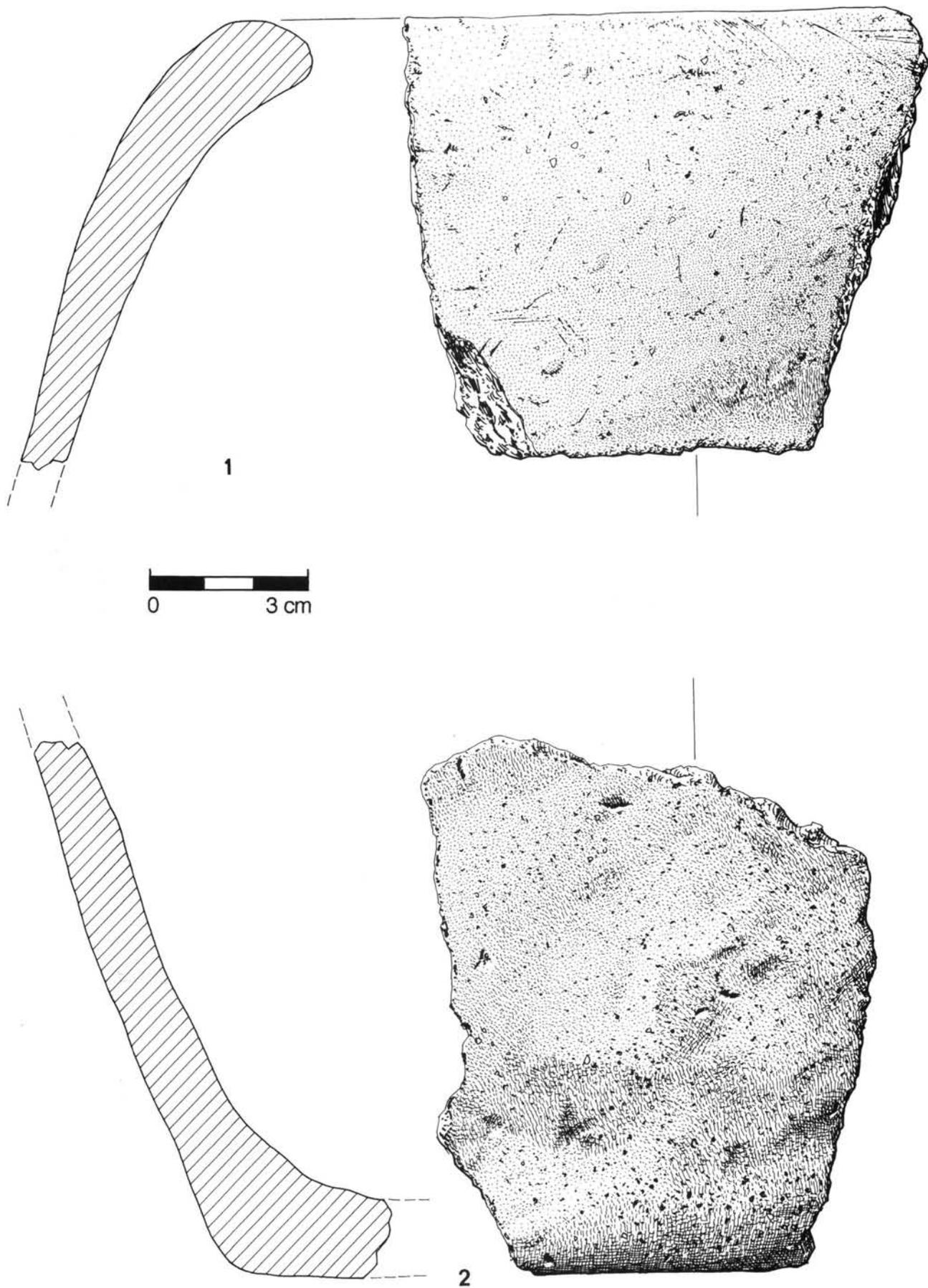


Fig. 14 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

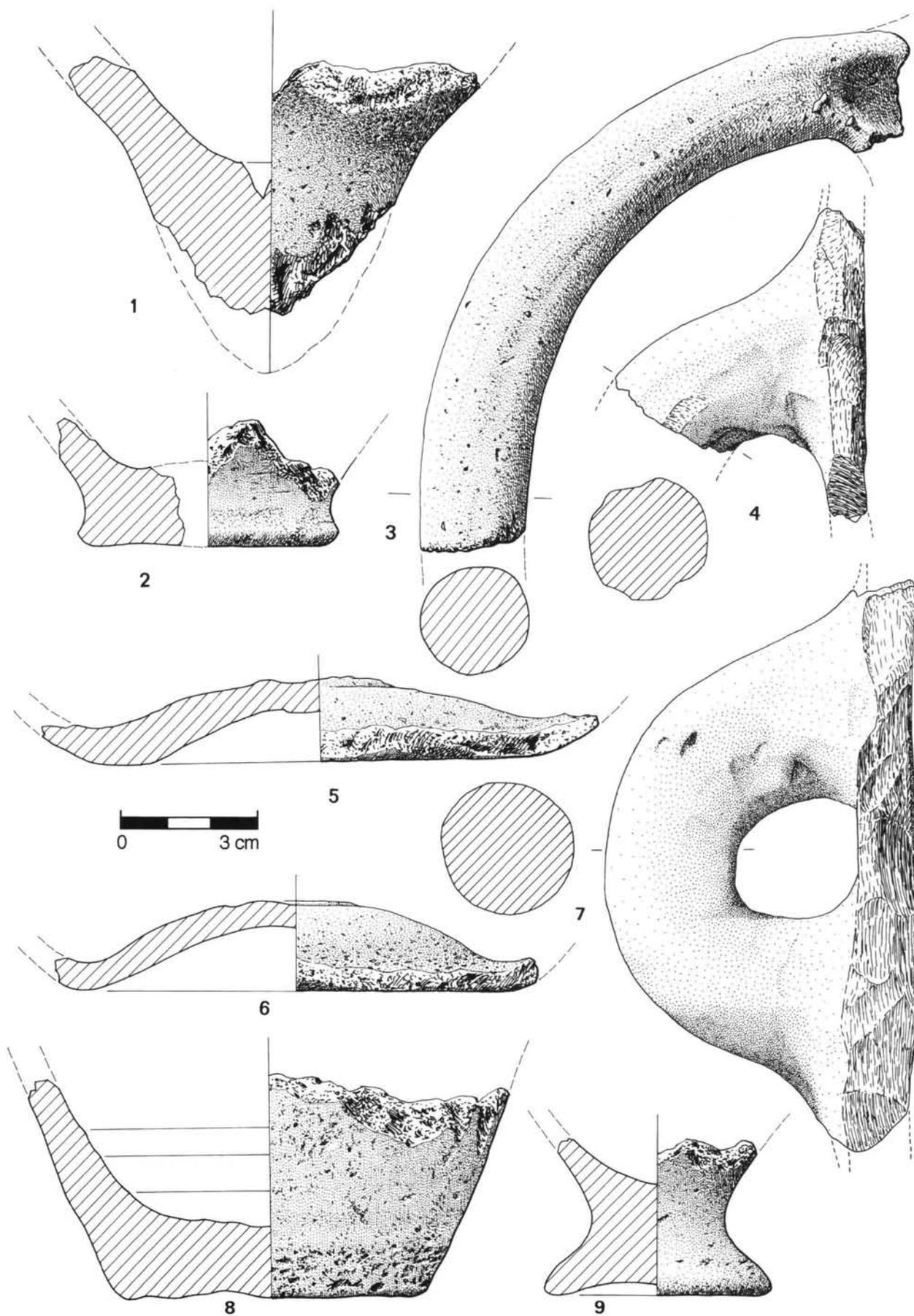


Fig. 15 - Quinta da Torre. Cerâmicas da Idade do Ferro (desenhos de Carlos Lemos).

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997, pp. 219-226

ACERCA DE UMA TIGELA DE *TERRA SIGILLATA* CLARA DA NECRÓPOLE DO SOL AVESSO, PORTO SALVO (OEIRAS)⁽¹⁾

João Luís Cardoso⁽²⁾ & Maria de Conceição André⁽³⁾

1 - INTRODUÇÃO

Em 1964, no decurso da construção de uma moradia situada na rua de São Sebastião, no chamado Bairro de Auto-Construção de Porto-Salvo, em Sol Avesso, foram ocasionalmente postas a descoberto três sepulturas estruturadas, de planta rectangular, parcialmente escavadas nas margas do Cenomaniano (Cretácico Inferior) que afloram no local. Correspondem à estação arqueológica nº 45 da Carta Arqueológica do concelho de Oeiras (CARDOSO & CARDOSO, 1992).

As circunstâncias da descoberta e ulteriores vicissitudes, prejudicaram a realização, como se impunha, de trabalhos aturados; as limitadas investigações então efectuadas por um grupo de alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, depararam com dificuldades, em detrimento não só da adequada exploração das três sepulturas referidas, mas também das muitas outras que, após aquela intervenção de emergência, foram totalmente destruídas, em consequência do prosseguimento das obras.

Na curta notícia dedicada aos trabalhos arqueológicos então efectuados, publica-se apenas uma lucerna atribuída ao século II d.C. (MATOS, 1969; CARDOSO & CARDOSO, 1993, Fig.23). A taça de *terra sigillata* clara objecto deste estudo, foi recolhida, provavelmente, em outra sepultura, das muitas que, entretanto, foram destruídas. Conserva-se no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras); dela, foi anteriormente publicada apenas desenho, sem mais comentários (CARDOSO & CARDOSO, 1992, Fig. 24). Porém, a importância arqueológica desta peça intacta justificava estudo mais desenvolvido, o qual agora é concretizado. Com efeito, é excepcional a ocorrência de exemplares inteiros comparáveis: um dos raros casos compulsados é o de tigela

⁽¹⁾ Trabalho cuja concepção, organização e redacção definitiva é da responsabilidade de J. L. C.

⁽²⁾ Da Academia Portuguesa de História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa) e Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras - Câmara Municipal de Oeiras.

⁽³⁾ Técnico Superior do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.

proveniente de Bello, Cádiz, conservada no Museu Arqueológico Nacional, em Madrid (ZOREDA, 1971, Est. III).

2 - A *TERRA SIGILLATA CLARA C*

Cerca de 240-260 d.C., a produção de *terra sigillata* clara A, é substituída pela de *terra sigillata* clara C. A cronologia apontada para o início da sua produção, tem como referencial a data da destruição da cidade de Ampúrias, (260 d.C.), confirmada em Albintimilium – estrato III A, também correspondente a meados do século III d.C. (DELGADO, 1967, p.11).

N. Lamboglia, aponta igualmente esta cronologia, considerando o aparecimento da *terra sigillata* clara C, am fase anterior à destruição da cidade de Ampúrias em 264 d. C. (ZOREDA, 1971, p. 255).

Já Salomonson, relacionando a *terra sigillata* clara C com a evolução dos tipos A e A/C ou cerâmica de El Aouja, considerou-a uma produção do século IV que se prolongaria no século V d. C., com o tipo D decorado em relevo (ZOREDA, 1971, p.255).

Carandini admitiu a existência na produção de *terra sigillata* clara C, de uma tradição única, que se estenderia do século III ao século V d.C. (CARANDINI, 1975, p. 65). Em boa parte, esta cronologia foi ulteriormente confirmada, distinguindo-se 5 fases de produção compreendidas entre princípios do século III e princípios do século VI d.C. (COUTINHO, 1997, p. 34 a 36).

No decurso da sua longa existência, verificou-se, no século IV d.C., nítida degradação na qualidade das produções.

Segundo alguns autores, esta cerâmica seria originária do Norte de África (ALARCÃO & ALARCÃO, 1970), mais precisamente da Tunísia Central (CARANDINI, 1975, p. 62). O referido autor cita, a tal respeito, a necrópole de Raqqada (século IV d.C.) onde foram recolhidos, em grande número, exemplares do tipo C. Por esse motivo, alguns autores designam-na como “sigillata africana” (MACIEL, 1996, p. 204 e 205).

É de realçar a ampla difusão que a caracteriza, tendo presente a sua presença em todo o Mediterrâneo desde a costa atlântica até ao litoral do Mar Negro com penetrações pela Europa continental (COUTINHO, 1997, p.35), ao longo dos vales dos principais cursos de água, como sugere a sua presença em Lyon, aproveitando o curso inferior do Ródano (CARANDINI, 1975, p. 65).

3 - CARACTERIZAÇÃO

A riqueza decorativa patente em exemplares de *terra sigillata* clara C, levou alguns autores como Salomonson a considerá-la como a verdadeira cerâmica de luxo tardo-romana em todo o Mediterrâneo (ZOREDA, 1971, p.225).

A técnica decorativa consistia na aplicação, sobre a superfície dos recipientes, de elementos moldados à parte (MAIA, 1974/77, p. 365). Trata-se de “ técnica de decoração que (...) se vulgarizou e tornou típica do século IV sendo (...) mais frequente sobre as formas tardias da cerâmica de engobe alaranjado ...” (DELGADO, 1967, p. 3 e 4). Com efeito, a presença de motivos fitomórficos e zoomórficos, aplicados em relevo nos bordos dos recipientes destas cerâmicas, constitui uma das principais características destas produções, aí residindo a sua originalidade (MACIEL, 1996, p.204 e 205).

4 - PRESENÇA EM PORTUGAL

De difusão essencialmente marítima, a *terra sigillata* clara C teve larga presença na Península Ibérica.

J. Balsameda e L. Caballero Zoreda (*in* DELGADO, 1967, p. 5) referem em Espanha a existência de 31 estações fornecedoras de cerâmica com decoração em relevo aplicado, oriundas maioritariamente das costas atlânticas e mediterrânicas e de portos fluviais (SOUSA, 1992, p.386).

Em Portugal, as estações onde se conhece a ocorrência de exemplares de *terra sigillata* clara C foram recentemente inventariadas (COUTINHO, 1997); são dezassete os sítios que a forneceram, todos a Sul do Tejo, exceptuando-se Conimbriga, Santo André de Almoçageme, Sintra e Alto da Cidreira, Cascais, os dois últimos na adjacência imediata do estuário do Tejo.

Segundo DELGADO (1975, p.57) o apogeu da importação da *terra sigillata* clara C em território português situar-se-ia entre 230/240 e 350 d. C., com predominância das formas HAYES 45 e HAYES 50.

A presença de *terra sigillata* clara C em Conimbriga é bastante evidente; num total de 973 peças de *terra sigillata* clara – de grande abundância em Conimbriga, apresentando todas as formas comuns no Mediterrâneo – 273 são de *sigillata* clara C (DELGADO, 1975, p.55).

Por seu turno, na *villa* do Montinho das Laranjeiras, Alcoutim, de 163 fragmentos de *terra sigillata* identificáveis, apenas 15 pertencem ao tipo C (COUTINHO, 1997, p. 25), situação que se repete na cidade de Balsa (Torre de Ares), junto à actual Tavira, sendo a raridade deste tipo, relativamente aos tipos A e D, salientada por NOLEN (1994).

MACIEL (1996, p.193) confere, por outro lado, destaque a Tróia de Setúbal, local onde foram encontradas diversas peças importantes pertencentes a esta tipologia e estilo decorativo (MAIA, 1974/77), situação compatível com o estatuto de importante *emporium* do comércio marítimo e de exportação para outros centros do Mediterrâneo que o local, à época detinha: “ ... a cerâmica romana tardia mais representativa em Tróia de Setúbal é a nível da decoração, a *terra sigillata* africana. “.

5 - DESCRIÇÃO, PARALELOS E CRONOLOGIA

Trata-se de uma tijela, pertencente à forma HAYES 52 B, com aba ligeiramente inclinada para o interior, possuindo bordo de lábio levemente convexo, decorado por ligeira canelura circundante, na sua parte superior, acompanhada por uma outra, sobre o fundo (Fig. 1).

Pé anelar pouco desenvolvido. Possui decoração em relevo, constituída por três aplicações moldadas, dispostas a idênticos intervalos, de um grande felino em corrida (leão ou leoa), a que falta a cauda e duas palmetas (Fig. 1). O estado de conservação do exemplar é bom, exceptuando-se as superfícies interna e externa e os motivos decorativos, que se apresentam erodidos - especialmente o motivo animal - deixando observar a natureza da pasta, levemente porosa e muito fina, de coloração rosada. Engobe mate, polido e macio ao tacto, observado apenas em cerca de um quarto do interior do recipiente, correspondente à parte da peça que se encontrava enterrada, no fundo da sepultura. Não se observaram vestígios de engobe na superfície externa, podendo esta jamais o ter possuído.

Tais características indicam tratar-se de uma produção do grupo C3 (COUTINHO, 1997, p.37). No respeitante à forma e à técnica decorativa, foram vários os elementos compulsados relativamente ao território hoja português. Assim, DELGADO (1968, p.3, Est. III, nº.2) descreve uma peça oriunda do concelho de Vila Viçosa e outra de Conimbriga (DELGADO, 1975, p. 58. Est. IX, nº. 7), esta última pertencente a um período intermédio, deficientemente representado. Tal facto dificultaria a possibilidade de distinguir claramente os exemplares desse período, dos produtos da primeira fase de produção da *terra sigillata* C, típica da segunda metade do século III d.C.. MAIA (1974/1977, p. 366, 367, 368) referiu, nas colecções oriundas de Tróia de Setúbal, diversas peças integráveis nesta forma, designadamente na variante HAYES 52 B: taças de paredes hemisféricas e aba saliente inclinada para o interior, fabricadas entre 280/300 a meados do século V d.C.

Segundo a autora (p.367), a forma HAYES 52 B estabelece ligação entre a fase de relevos aplicados e a fase mais tardia ...”, considerando como característicos deste estilo de transição os motivos zoomórficos isolados. Refere ainda que a esta fase se sucederia o estilo tardio (formas HAYES 53, 54, 55, com início no século IV d.C. estendendo-se a inícios do século V d.C.), correspondendo a composições decorativas coerentes, sendo precedido pela tendência para agrupar os motivos dispersos que caracterizavam o estilo anterior. As caçadas e animais ferozes predominariam nesta fase.

SOUSA (1992, p.386), refere-se a este estilo de transição a propósito da peça por ele estudada, oriunda da *villa* de Santo André de Almoçageme, Sintra, com ligação à *terra sigillata* clara A final e à *terra sigillata* clara D inicial, na qual, segundo afirma, predominam os motivos zoomórficos e vegetais: “... os quais se inscrevem isolada, mas repetidamente, sobre as abas e paredes de taças ...”. Trata-se, no caso, de fragmento de tijela da forma HAYES 52 B, com aplicação em relevo, sobre a aba, de um cisne em atitude de voo, motivo para o qual não foram encontrados paralelos, atribuído pelo autor ao fim do século IV - inícios do século V d.C.

NOLEN (1994, p. 100) publicou fragmento de tigela da mesma forma, oriunda da antiga cidade de Balsa, perto de Tavira, ostentando na aba a aplicação de um golfinho. Tal fragmento tem paralelos em

exemplares do século V d. C., mais concretamente, segundo a autora, na segunda metade desse século, atendendo ao tamanho do recipiente, maior do que os homólogos mais antigos.

No que concerne à figura de leão ou leoa em corrida, representada na peça agora estudada, avultam os paralelos compulsados em de Tróia de Setúbal, estudados por diversos autores (ALARCÃO & ALARCÃO, 1970; MAIA, 1974/77; MACIEL, 1996) atribuíveis tanto a representações de leão como de leoa, a par de outros felinos (leopardo) e animais diversos (bode, javali, coelho) incluindo peixes (MACIEL, 1996, Fig. 42 a).

De referir, também, a representação de leão no disco de lucerna tardia, igualmente daquela estação (MACIEL, 1996, p.11), com paralelos em lucerna paleocristã de Torre de Ares, Tavira, atribuível ao século V d. C., onde se figurou um raposo em relevo (NOLEN, 1994, p. 45, Fig. 3).

Na área urbana de Setúbal (SILVA & COELHO-SOARES, 1980/81) escavaram-se estruturas romanas pertencentes a uma fábrica de salga de pescado. Na fase III da respectiva ocupação, quando os tanques serviam como lixeira, ali se acumulando os detritos da população que continuava a viver nas proximidades, no decurso dos séculos III e IV a.C. recolheram-se dezasseis fragmentos de *terra sigillata* clara, um dos quais pertencente a tigela da forma HAYES 52 B (Est.V, nº. 42), decorado por relevo aplicado mostrando um leão (incompleto) em corrida.

Também COUTINHO (1997, p.19 e 52, Est. IV, nº.21) representa da *villa* do Montinho das Laranjeiras, Alcoutim, tigela da forma HAYES 52 B, possuindo dubitativamente aplicação de relevo na parte superior da aba representando leão, com cronologia do século III a meados do século V d.C. SOUSA (1992, p.386 e 387), situa o início deste estilo decorativo no último quartel do século III d.C. - no que concorda com a cronologia para ele proposta nas Fouilles de Conimbriga (DELGADO, MAYET & ALARCÃO, 1975, p.256) - estendendo-o igualmente até o século V d. C..

ZOREDA (1971, p.247 e 248), ao assinalar representação análoga, em recipiente conservado no Museu Arqueológico Provincial de Almeria, o qual é comparado pelo autor à iconografia de mosaico de Cartago, datado da segunda metade do século III d.C., insere-a no tema designado por "Damnatio ad bestias", estilo decorativo baseado na representação de animais selvagens como leões, panteras e outros felinos, vulgarmente associados a caçadas ou a cenas de circo.

No que respeita aos elementos vegetais representados na peça agora estudada - palmetas estilizadas - foram compulsados numerosos paralelos. Com efeito, é comum a sua utilização isolada ou associada a motivos animais, como no presente caso.

As palmetas encontram-se igualmente associadas à *terra sigillata* clara D, subsistindo na segunda metade do século IV e na primeira metade do século V d.C. (DELGADO, MAYET & ALARCÃO, 1975, p.269, Est. LXV, nºs. 25 e 27). As autoras realçam a sua importância no quadro da forma HAYES 52 B, ao denunciarem a persistência de motivos vegetalistas por cerca de 2/3 séculos, do século III ao século V d.C. MAIA (1974/77, p.378 e 381) reproduz duas peças (Est.III, nº.19, Est.V, nº.27), uma delas da forma HAYES 52 B, ostentando decoração de palmetas em relevo. Também ZOREDA (1971, p.241), afirma serem os motivos vegetais bastante típicos na *sigillata* clara tipo C, dando como exemplos duas tigelas da forma do nosso exemplar, uma do Museu Provincial de Cartagena, outra do Museu Arqueológico Nacional.

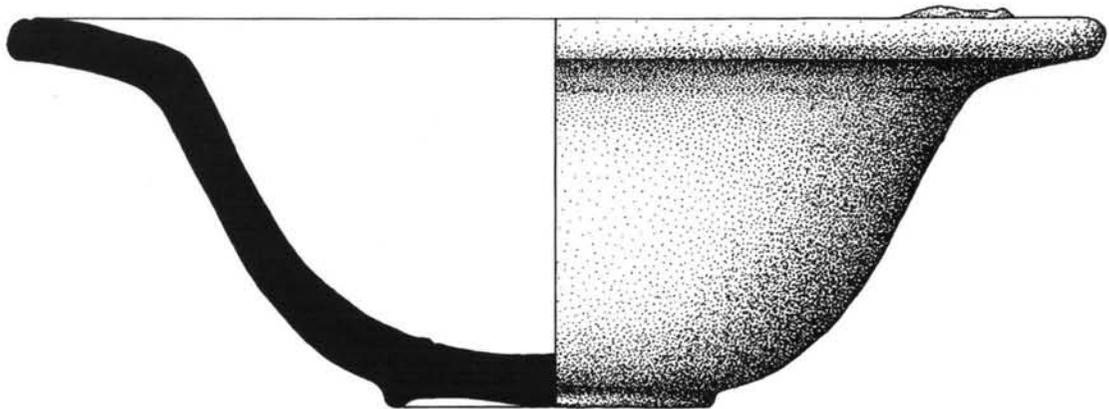
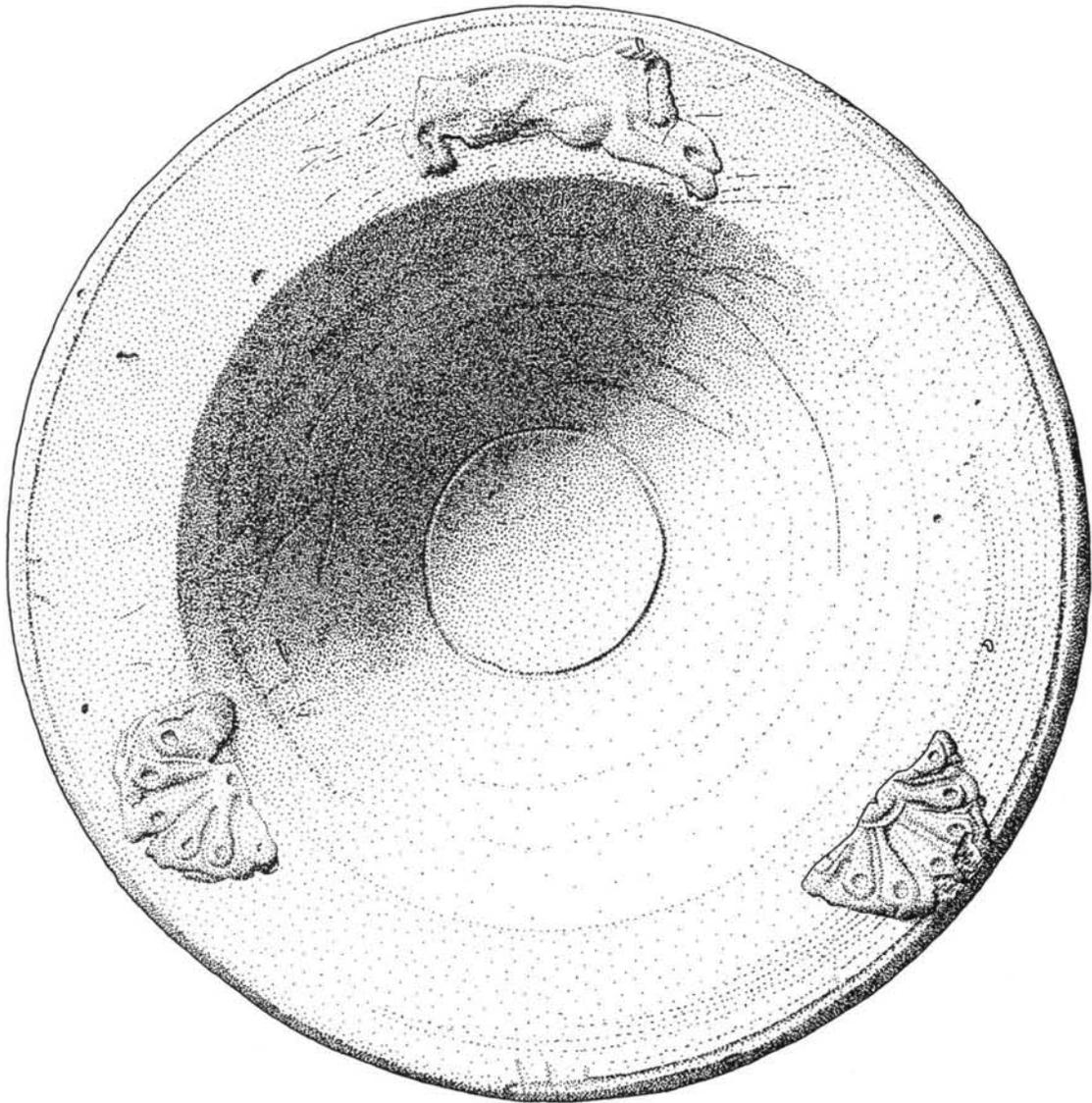


Fig. 1 - Necrópole romana de Sol Avesso - Porto Salvo. Taça de *terra sigillata* clara C.

6 - CONCLUSÕES

O estudo analítico – tipo de pasta, engobe e decoração – e comparativo da peça em estudo conduz à conclusão que se trata de tigela da forma HAYES 52 B, a qual formaria serviço com os pratos da forma 42 (DELGADO, 1968, p.17).

Corresponde a recipiente pertencente ao chamado estilo de transição de HAYES, onde predominam a nível decorativo as representações de motivos zoomórficos e vegetais isolados, nas paredes e abas das taças. A esta fase sucede-se o estilo tardio correspondente a composições decorativas coerentes, com inícios no século IV até inícios do séc. V d. C. (MAIA, 1974/77, p. 367).

A variante decorada da forma HAYES 52 B pode situar-se entre 280/300 a fins do século IV - princípio do século V d. C. (COUTINHO, 1997, p. 33). O mesmo autor situa a produção C 3 entre finais do século III a meados do século V d. C. (p. 35). É, pois, dentro destas balizas cronológicas que poderemos situar o exemplar ora estudado, mais concretamente talvez entre finais do século III d. C. e meados do século seguinte, atendendo ao tamanho do exemplar, critério invocado por NOLEN (1994) para a separação dos exemplares mais tardios, de maiores dimensões.

Agradecimento: ao Dr. Carlos Tavares da Silva, que se prontificou a uma leitura crítica deste trabalho, a pedido de um de nós (J. L. C.).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. & ALARCÃO, J. (1970) – *Dez anos de actividade arqueológica em Portugal, 1960-1969*. II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970). Coimbra, 90 p.
- CARANDINI, A. (1975) – A propos des céramiques de Conimbriga. *Conimbriga*, 14, p. 69.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – *Carta Arqueológica do concelho de Oeiras*. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 4, 126 p.
- COUTINHO, H. M. (1997) – *Terra Sigillata Clara do Montinho das Laranjeiras – 1990 e 1991*. Alcoutim, Câmara Municipal de Alcoutim, 80 p.
- DELGADO, M. (1967) – *Terra Sigillata Clara de Conimbriga*. *Conimbriga*, 6, p. 47 - 128.
- DELGADO, M. (1968) – *Terra Sigillata Clara de Museus do Alentejo e Algarve*. *Conimbriga*, 7. p. 41 - 66. *Conimbriga*,
- DELGADO, M. (1975) – VI – Sigillés Claires. *Conimbriga*, 14, p. 55 – 87.

- DELGADO, M., MAYET, F., ALARCÃO, A. M. (1975) – *Fouilles de Conimbriga – IV – Les Sigillés*. Paris, De Boccard, p. 253 – 313.
- MACIEL, M. J. (1996) – *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa, edição do Autor, 347 p.
- MAIA, M. G. P. (1974/77) – *Sigillata Clara* com decoração aplicada de Tróia. *O Arqueólogo Português*, série III, 7/9, p. 365 – 381.
- NOLEN, J. U. S. (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares - Balsa*. Lisboa, Instituto Português de Museus, 256 p.
- SILVA, C.T. da & COELHO – SOARES, A. (1980/81) – A praça do Bocage (Setúbal) na época romana. Escavações arqueológicas de 1980. *Setúbal Arqueológica*, 6/7, p. 249 – 284.
- SOUSA, É. M. (1992) – Presença de “terra sigillata” Clara com decoração de relevos aplicados na Villa de Santo André de Almoçageme (Freg. de Colares, Conc.de Sintra). *Setúbal Arqueológica*, 9/10, p. 385 – 390.
- ZOREDA, L.C. (1971) – Cerâmica Sigillata Clara Decorada de los tipos A, A/C y C. *Trabajos de Prehistoria*, 28, p. 227 – 262.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 227-234

**NO 4.º CENTENÁRIO DA 2.ª EDIÇÃO DOS
DE ANTIQVITATIBVS LVSITANIAE LIBRI QVATTVOR (ROMA, 1597)**

Justino Mendes de Almeida^(*)

*Ao Prof. Doutor João Luís Cardoso,
que sugeriu este comentário
O.D.C.*

1997 foi um ano glorificador, sem que por isso se tenha dado, da memória do patriarca dos estudos arqueológicos e epigráficos em Portugal. É, de facto, na obra de André de Resende, epígrafe deste comentário, que o estudioso interessado encontrará as raízes portuguesas de duas ciências históricas, parentes próximas mas autónomas, que, cultivadas ao longo dos séculos, estavam destinadas a conquistar êxito indiscutível no País. É certo que a obra de Resende não vale tanto pelo nível científico, que deve, no entanto, ser apreciado dentro da sua época, como pelo interesse que despertou, tendo conduzido, por assim dizer, à formação de “discípulos” que asseguraram a continuidade desses estudos⁽¹⁾.

É a reedição dessa obra em Roma, em 1597 – a 1.ª edição é de Évora, 1593, a 3.ª de Colónia, 1600, a 4.ª de Francoforte, 1603, a 5.ª de Colónia, 1613, a 6.ª de Coimbra, 1790, e são as que conhecemos, que nesta data celebramos, precisamente no ano em que é publicamente divulgada (ainda que datada de 1996) a sua primeira tradução integral em língua portuguesa: André de Resende, *As Antiguidades da Lusitânia*. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes. Fundação Calouste Gulbenkian. Note-se que neste volume se contém também uma reprodução fac-similada da 1.ª edição, que passa a ser assim a 7.ª edição das *Antiquitates*. Nós já tínhamos notícia de duas versões portuguesas da obra de Resende, pouco sabidas, é certo, porque ficaram inéditas. No *Catálogo n.º 72* da Livraria Castro e Silva, ao tempo na Travessa da Queimada, veio anunciada, sob o n.º 90098, uma delas, nestes termos: *Antiguidades da Lusitânia e Outras Obras Históricas de L. André de Resende, Natural de Évora*. Traduzidas da edição latina mandada publicar em 1790 pela Universidade de Coimbra. Setúbal, 1872. De 22 x 16 cm. Com VIII-I-LVII-520 págs. Enc. 150.000.00. Manuscrito. Trata-se de uma tradução do

^(*) Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa.

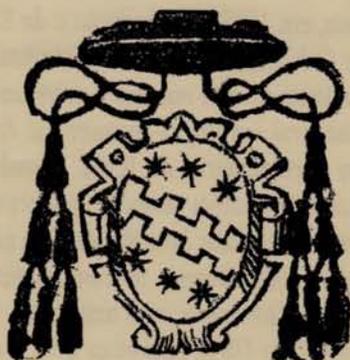
⁽¹⁾ “*Ex cuius schola insignes aliquot viri prodierunt, inter quos fuit Achilles Statius*”, disse G. Estação nas *Várias Antiguidades de Portugal*, 1625, cap. 44.

D E
ANTIQUITATIBVS
LVSITANIÆ
LIBRI QVATTVOR

A L. Andrea Resendio inchoati, a Iacobo Mendez de Vasconcellos absoluti: & quintus liber de Municipij Eborensis antiquitate ab eodem conscriptus.

cum alijs opusculis, versibus, & soluta oratione ab eodem Iacobo Mendez de Vasconcellos, Michaeli Cabedio, & Antonio Cabedio elaboratis.

Que omnia collegit, emendavit, ac Typis summa industria commisit Doctor Gondifalvus Mendez de Vasconcellos, & Cabedo Lusitanus.



ROMÆ,
Apud Bernardum Basam. M. D. XCVII

SVPERIORVM PERMISSV. x m x 9

latim para português feita por João José Soares, não publicada. Tem no pé do frontispício a seguinte nota: “Copiado textualmente d’um outro manuscrito de João José Soares, em 18 de Agosto de 1899 a 1 de Dezembro do mesmo anno.” O preço era-me inacessível. Que destino teria levado este manuscrito, ou melhor, estes manuscritos? A cópia, posta à venda, ainda se manterá em poder dos herdeiros de Castro e Silva? Quem foi este João José Soares? Interrogações cuja resposta deixo a vindouros, já que Inocêncio e continuadores nada me dizem a este propósito.

A outra tradução, que Rosado Fernandes menciona, é a de Maria Teresa Araújo de Andrade Cardoso, *Antiguidades da Lusitânia de André de Resende (tradução e notas)* (diss.lic.), Faculdade de Letras, Lisboa, 1971.

Nós também temos dedicado a este texto aliciante alguma atenção, e até traduzimos certos passos, como as páginas dedicadas às *vias militares*, no final do livro III, e à Tróia de Setúbal, estas a pedido de dois ilustres estudiosos, meus Amigos, o Dr. Fernando Castelo-Branco e o Dr. Fernando Bandeira Ferreira, que em seus trabalhos pertinentes as publicaram. Revimo-las não há muito e reproduzimo-las num artigo sobre um manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, contendo um inédito de Gaspar Barreiros, “Suma, e Descrição de Lusitania”, incluído na homenagem que a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra prestou ao seu antigo Director, Professor Doutor Manuel Lopes de Almeida. Recordamos aqui essa tradução, porque é diferente das que têm sido apresentadas:

Cetóbriga

Cetóbriga, a Cetóbrix de Ptolemeu, foi outrora no litoral, à entrada do golfo de Salácia. Ainda hoje se distinguem ténues vestígios dessa cidade coberta pelas areias, quando a violência do mar, irrompendo em terra, ou a areia arrastada pelos ventos, descobrem, submersos ou em covas, restos de construções.

O nome teve origem nas palavras *cete* e *briga*. *Briga*, na antiga língua hispânica, significa *cidade*, como em Arábriga, Conímbriga, Cetóbriga, Lacóbriga, e tantas outras. A primeira parte do composto provém de *cete*. *Cete*, como se sabe, designa, além de certos monstros marinhos, também uma variedade de grandes peixes, como o atum; aos que salgam, preparam e vendem esses peixes chama-se-lhes *cetários*, e aos tanques, onde os salgam, *cetárias* ou *cetários*. Recorde-se o verso de Horácio:

Muitos atuns nadarão, e os cetários vão aumentar.

Porque esta cidade, de que falamos, era muito conhecida pela pesca e salga desses peixes, tal como hoje em dia em Sesimbra, que é uma vila desta região, quase no litoral extremo do promontório Barbário, chamou-se, por isso, Cetóbriga. Na praia desta cidade ainda hoje há *cetários*, construídos com argamassa signina muito antiga.

A meio da cidade coberta pelas areias há um templo muito antigo que, depois de reconstruído, foi consagrado pela Igreja Católica à Virgem Mãe de Cristo. À entrada deste templo, por cima da porta, pode ver-se uma cabeça de carneiro, de chifres retorcidos, de mármore, que é trabalho realmente de grande beleza artística.

Não há dúvida de que aquele templo e a efígie de Júpiter Ámon foram, em época remota, local de culto e adoração das gentes contra os constantes turbilhões de areia. Também uma estátua de mármore, com estola, mas já sem cabeça, foi dali levada para Setúbal. Por outro lado, encontra-se ainda no convento das freiras Dominicanas esta inscrição gravada num quadrado de jaspe branco:

L. IVLIVS . L. ET . T. LIB.
VALENS . ANNOR. XXV .
H . S . E . S . T . T . L .
COPIRVS . FRATRI .

Ou seja:

“Lúcio Júlio Valente, liberto de Lúcio e de Tito, de 25 anos, aqui jaz.
Que a terra te seja leve! Copiro (*dedicou*) ao irmão”.

Noutro tempo, Cetóbriga era o limite ocidental do Episcopado de Évora, segundo a divisão do ínclito rei Vamba, que desejou pôr termo ao litígio entre bispos na delimitação das igrejas-catedrais. “Que os limites do Episcopado Eborense”, determinou, “sejam de Cetóbriga a Pedra, e de Rutela a Parada”. Ainda hoje o termo da Diocese de Évora é a antiga Cetóbriga. O nome Cetóbriga foi-se deturpando em *Cetobra*, e deste, por corruptela ainda maior, o povo inculto fez *Tróia*.

Neocetóbriga

Arruinada Cetóbriga, o seu agregado populacional transferiu-se para outra praia, a norte do golfo, ajuntando-se aos pescadores dali: isto foi, mais ou menos, há 450 anos. Também aqui, como em Sesimbra, situada, como disse, quase no litoral extremo do promontório Barbário, é tão rendosa a pesca de peixes apreciados, de que o mar é fertilíssimo, que a ela acorrem, em elevado número, mercadores do interior da Hispânia.

É, além disso, muito abundante de sal puríssimo, graças às muitas salinas que há por todo o golfo. Por esta razão também o vaivém de barcos estrangeiros é constante. Pelo trato da importação, como da exportação, tornou-se um local de nomeada e muito rico, a ponto de não invejar (longe disso!) a fama das grandes cidades.

A esta povoação também chamaram Cetóbriga, do nome antigo da primeira, e, em vulgar, *Cetobra*. Com o tempo, a corruptela dá lugar a *Cetóbala*. Florián de Ocampo, nas suas fantasias sobre as origens, inventou, a partir da forma corrupta *Cetóbala*, o *ceto* de *Túbal*, e discorre sobre a origem da localidade

deste Túbal. Eu, para distinguir, costumo chamar-lhe Neocetóbriga, mas cada um é livre de usar uma ou outra designação, pois tão correcto é dizer Cetóbriga como Neocetóbriga.

Se tivéssemos de fazer hoje uma tradução da obra de Resende, hesitaríamos na versão portuguesa do título: *Antiguidades da Lusitânia* ou *Antiguidades de Portugal*? Sem esquecer o peso enorme com que a tradição carregou o título da obra de Resende, *Antiguidades da Lusitânia* – e ninguém a designa de outra maneira⁽²⁾ –, também não nos passa despercebido que o Eborense não se ocupa apenas da província romana denominada *Lusitania*, e que os humanistas, nas suas versões latinas, faziam corresponder, não raro, tal nome a Portugal. Daqui a nossa hesitação, sem que se pretenda insinuar que *Antiguidades da Lusitânia* por *Antiguidades de Portugal* é um erro de tradução. De forma alguma. Mas que *Antiguidades de Portugal* corresponde mais exactamente ao conteúdo da obra, disso não tenho dúvidas. Releia-se, a propósito, a nota de p. XXIV do vol. I das *Religiões da Lusitânia*.

De todas as edições dos *De antiquitatibus... libri*, a mais vasta, para não dizer a mais completa, é a que hoje recordamos, a 2.^a. Isto porque, além de conter os quatro livros de Resende, completados por Diogo Mendes de Vasconcelos, e de um quinto livro por este redigido, tem ainda opúsculos, versos e prosa de Diogo Mendes de Vasconcelos, com a participação no volume de Miguel e António de Cabedo. O original foi coligido, emendado e entregue à tipografia pelo Doutor Gonçalo Mendes de Vasconcelos e Cabedo, que dedica a edição ao cardeal Pedro Aldobrandino. Esta carta-dedicatória contém alguns tópicos interessantes. Gonçalo e Cabedo, representante dos direitos de Portugal junto da Cúria Romana, procura assim, à boa maneira humanística, captar as graças do Cardeal. A parte final da carta é elucidativa: “Aceitai, pois, Ilustríssimo e Reverendíssimo Aldobrandino, estas lucubrações, pelas quais vereis como as gentes e as letras itálicas se trasladaram para a Lusitânia; ouvireis nomes de cidades e vilas, de montes e de rios daquela província; haveis de ter notícia das guerras outrora travadas para delimitação das fronteiras do nosso reino; e, mais recentemente, dos feitos dos Portugueses, para difusão da Religião Cristã, em luta contra Turcos, Mouros e povos idólatras; e de como dominaram ondas e ventos do inóspito Oceano e pisaram terra das praias da África e do Oriente, acontecimentos que já conheceis por outras vias. Compreendereis, no entanto, que tudo foi muito mais do que vos digo em minhas pobres palavras. É que, como penso, foi sempre virtude portuguesa dar mais valor às acções do que às palavras, preferirmos os feitos de armas aos relatos dos escritores”.

Na edição de Roma, diferente das demais, como se disse, enriquecida por vasta informação, importante para o estudo do humanismo português, ao texto de Resende segue-se a participação de Diogo Mendes de Vasconcelos no acabamento, no comentário e na correcção da obra, com a publicação de largo número de escritos deste, em prosa e em verso, como seja: Vida de D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Viseu; Panegirico do Príncipe Alberto, arquiduque de Áustria; Epigrama à chegada de Filipe II a Évora; poema à partida do autor de Évora, em 1577; Em louvor da notabilíssima cidade de Lisboa, em 1575; regresso à terra natal, de há muito distante; epigramas vários; epitáfio à morte de D. Cristóvão da Gama; etc.

⁽²⁾ Veja-se, por exemplo, Duarte Nunes de Leão, *Origem da Língua Portuguesa*, cap. II.

Depois, há divulgação de textos vários, na sua maioria respeitantes a Miguel de Cabedo, figura ilustre de português quinhentista, de há muito a solicitar um trabalho de fundo numa tese de mestrado, se não mesmo numa dissertação de licenciatura.

Epigrama de Luís Pires a Diogo Mendes de Vasconcelos. Poema a Pedro Sanches e outros pequenos poemas. Vida do ilustre cidadão Miguel de Cabedo, senador régio. Epitáfio do ilustre cidadão Miguel de Cabedo por Inácio de Morais. Em louvor de Miguel de Cabedo, antigo senador régio, por Miguel de Pimenta, da Companhia de Jesus. Epigrama ao mesmo Miguel de Cabedo. *Pluto*, comédia de Aristófanes, traduzida para latim por Miguel de Cabedo, senador régio, quando estava em Paris no ano de 1547. Dedicatória de Miguel de Cabedo a D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Viseu, seu tio materno, embaixador do rei de Portugal D. João III à França (nesta dedicatória diz Cabedo que traduziu a comédia de Aristófanes nos intervalos dos seus estudos jurídicos em Paris).

Pequeno poema dedicado por Miguel Cabedo a Joaquim Hopper. Poema de Miguel de Cabedo às núpcias dos Sereníssimos Príncipes João e Joana, pais de D. Sebastião, dedicado a D. João III. Poema de Miguel de Cabedo, senador régio, ao nascimento de Joana, Sereníssima Princesa de Portugal, irmã do poderosíssimo e invictíssimo Filipe-o-Católico, rei de Portugal. Poema de Miguel de Cabedo ao rei D. Sebastião. Outro poema do mesmo aos Senadores seus colegas. Três epigramas do mesmo a temas da sua casa de campo em Palmela, um deles a Baco pintado numa edificação coberta de vides. Poema de Guter a Miguel de Cabedo. Carta de António Pinheiro, bispo de Miranda, a Miguel de Cabedo, e resposta deste. Carta de Miguel de Cabedo a D. Jerónimo Osório, bispo de Silves. Carta enviada pelo cardeal D. Henrique ao Papa Pio V, redigida por Miguel de Cabedo. Três epigramas de Miguel de Cabedo à sua casa de Palmela. Poema de Miguel de Cabedo a D. Sebastião acerca do livro das leis extravagantes coligido por Duarte Nunes de Leão. Poema do professor público de Gramática, Pedro Mendes, de Setúbal, ao Ex.^{mo} Senhor D. Gregório de Cabedo, filho de Miguel de Cabedo. Carta de D. Sygeu, de Toledo, ao senador régio Miguel de Cabedo. Carta de António de Cabedo a D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Viseu. Elegia à morte de D. João, príncipe de Portugal. Epitáfio ao mesmo. Outro epitáfio. Elegia de António de Cabedo aos soldados mortos em Ceuta. Carta de António de Cabedo a D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Viseu. Mais poemas, entre os quais um ao cardeal D. Henrique, outro a Inácio de Morais, outro a seu irmão Manuel Cabedo, outro à Rainha Santa Isabel, elegia de Inácio de Morais à morte de António de Cabedo, poema de António de Cabedo a Cetóbriga, sua pátria, poema em louvor da Virgem Maria, epitáfios do príncipe D. João e do rei D. João III, três dísticos a Coimbra e, por último, um epigrama afixado na Igreja de Santo António de Lisboa, em Roma, no seu dia natalício, no ano de 1596:

Epigramma pro foribus affixum in templo S. Antonio Olyssipõnesi
die Natalitio Romae anno M.D.XCVI.

Antoni nostri generis decus, orbis Hiberi
Gloria, Dulichiae gentis et Urbis honos.
Saecula te nobis debent, licet utraque certet
Hesperia, haec obitus vindicat, illa genus
Adsis Lysiadum rebus, regiū. Philippo
Cesareo magni Principis et genio.
Adsis, et clemens nobis, si sepius ipsi
Sincere colimus hæc tua templa, faue.

António, honra da nossa gente, glória
do mundo ibérico, honra da raça e da cidade de Ulisses.
Há séculos que és nosso, ainda que te disputem as duas
Hespérias: uma reivindica-te na morte, outra no nascimento.
Sê propício à vida dos Lusíadas, ao rei Filipe
E ao génio imperial do grande Príncipe.
Sê favorável e clemente para nós, se mil vezes também nós
Adorarmos com fé sincera esta tua igreja. Favorecei-nos!

Por este enunciado se vê bem qual a riqueza de informação humanística que na edição de Roma, 1597, das *Antiquitates* se encerra, ainda por aproveitar.

Sempre que de André de Resende se fale, em particular de matéria epigráfica, vem à baila o terrível labéu de “falsificador” que sobre o Eborense foi lançado por responsáveis do *Corpus inscriptionum Latinarum*, em especial por Emílio Hübner. A este respeito, vieram em defesa de Resende autorizados estudiosos portugueses, a começar por Leite de Vasconcelos que revelou terem sido reencontrados textos dados por Hübner como inventados por Resende. A interpretação exacta da atitude assumida pelo antiquário de Évora encontra-se de há muito esclarecida por Costa Ramalho, *Estudos sobre o Século XVI*, 1983, p. 236: “Afinal, André de Resende, se pode ter inventado algumas inscrições romanas, à maneira do seu tempo, em toda a Europa, para exaltar Évora, sua cidade natal, nem por isso é um inveterado mistificador. Pelo contrário, quando percorridos com atenção, os seus livros em latim e em português revelam-nos uma das personalidades mais ricas intelectual e espiritualmente da cultura europeia do século XVI.”

Nesta senda caminharam José D’Encarnação (em texto de uma lição de concurso universitário: “... urge reabilitar André de Resende...”) e Rosado Fernandes: “... os documentos falsificados detêm uma realidade: ... a exaltação patriótica e a defesa da nacionalidade...”

Emílio Hübner não teria a menor dificuldade em separar “o trigo do joio”. Alheio ao espírito que animava o humanista eborense, a Hübner pertencia apenas aproveitar para o seu *Corpus* os textos

epigráficos inquestionavelmente autênticos; quanto aos que considerava suspeitos, ou mesmo falsos, não podia o sábio alemão compreender as razões por que tinham sido feitos. Deveria, assim, pô-los de lado – só nós, Portugueses, poderíamos compreendê-los –, e não se limitar a apodar de “falsário” quem, afinal, lhe dera uma tão rica contribuição para o seu *Corpus*. Escreve ainda D’Encarnação: “Excedeu-se um pouco o Mestre, nada mais.” Também não é exacto: não há da parte de Resende um excesso, há um propósito, compreensível e aceitável – não no plano do estudo científico da Epigrafia, é óbvio. Situe-se tudo na sua época.

*

A comemoração do 4.^o centenário da edição romana das *Antiquitates* de Resende seria pretexto para longa dissertação, mas não foi isto que desejámos fazer. Entenda-se este comentário, que hoje publicamos, como uma homenagem a André de Resende, numa época repleta de tecnicismo, mas tão carente de humanismo, erudito português de primeira água, amigo e correspondente de Erasmo, e uma evocação das *Antiquitates Lusitaniae*, um livro de cabeceira para humanistas, arqueólogos e epigrafistas.

Lisboa, 7 de Março de 1998.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 235-236

**APRESENTAÇÃO DO 6.º VOLUME DOS “ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS”
OEIRAS, LIVRARIA-GALERIA VERNEY, 27 DE MAIO DE 1997**

Decorreu na Livraria-Galeria Verney, em Oeiras, no dia 27 de Maio de 1997 a sessão pública de lançamento do 6.º Volume da série “Estudos Arqueológicos de Oeiras”. O evento, com a participação de numeroso público e ilustres convidados, foi presidido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras. Usaram da palavra, para além do Dr. Isaltino de Morais, o Magnífico Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, que apresentou a obra. Antes, foi este ilustre Professor saudado pelo Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras, Prof. Doutor João Luís Cardoso, através de breves palavras, transcritas na íntegra:

“É com grande satisfação que apresento as boas-vindas ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, Magnífico Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões e agradecer-lhe a apresentação, que fará, do vol. 6 dos Estudos Arqueológicos de Oeiras.

A sua obra dispensa apresentações: não cometeria agora a ousadia de as fazer, pois faltava-me o tempo para ser breve. Ela constitui um raro e notável exemplo onde a vastidão das áreas temáticas que cultiva se alia ao rigor da análise, que transparece em todos os seus trabalhos, desde os mais especializados estudos sobre epigrafia e textos clássicos, até aos ensaios sobre linguística, passando pelos estudos quinhentista, camonianos, seiscentistas e setecentistas, estudos camilianos e outros, alguns deles recentemente reunidos em grosso volume, editado pela Academia Portuguesa da História, paradigma daquela realidade. Em todos os seus estudos se afirma a figura do Humanista consagrado e a do Historiador da Cultura Portuguesa, na qual se reflecte a própria Consciência Nacional.

Porém, a obra do Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida ultrapassa largamente a do Universitário e Investigador, erudito e meticoloso; ela traz ao de cima a visão segura dos Homens e dos Acontecimentos, que só o longo amadurecimento das ideias proporciona. Tal característica demonstrou-a, sobejamente, quando, na Vice-Presidência do então IPPC, no início da década de 1980, decididamente e sem hesitações promoveu a existência de um Departamento de Arqueologia e a plena afirmação dos respectivos Serviços Regionais de Arqueologia, os quais se revelaram de grande importância para a salvaguarda do Património Arqueológico Nacional. Os arqueólogos portugueses têm uma dívida de gratidão para com quem, com determinação, criou efectivas e duradouras condições para a defesa e estudo da nossa herança multissecular comum, cada vez mais necessária à própria compreensão do

tempo presente. E o Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida é um Homem plenamente do seu tempo, empenhado na formação das gerações jovens, da mesma forma que dispende quotidiana e desinteressadamente largas parcelas das suas energias, quase inesgotáveis, à plena e efectiva afirmação dos princípios Humanistas da nossa cultura, desde o mais alto nível, na qualidade de Secretário-Geral da Academia das Ciências de Lisboa ou na de Vice-Presidente da Academia Portuguesa da História, até às singelas cerimónias como aquela que hoje aqui nos reúne.

Ao ter prontamente aceite o convite que lhe foi endereçado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, o Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, honrou-nos com a sua presença, constituindo, especialmente para mim, motivo de justificada satisfação e um estímulo para prosseguir com empenho e vontade acrescidas.

Por tudo, Bem Haja, Senhor Reitor!"



Lançamento do n.º 6 dos "Estudos Arqueológicos de Oeiras", Oeiras, Livraria-Galeria Verney, 27 de Maio de 1997. Foto GRP/CMO.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 237-241

**PALAVRAS PROFERIDAS PELO MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA DE LISBOA, PROF. DOUTOR JUSTINO MENDES DE ALMEIDA,
NO DIA 27 DE MAIO DE 1997, NA APRESENTAÇÃO DO 6.º VOLUME DOS
ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS**

A Câmara Municipal de Oeiras, pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho, faz publicar mais um volume, o 6.º, de estudos desenvolvidos no âmbito daquele Centro fundado em 1988. Recorde-se que, desta série, o volume 4.º contém a “Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras”. Se há municípios que se têm salientado pelo patrocínio que concedem à Arqueologia e aos seus cultores, a Câmara de Oeiras ocupa, por direito próprio, lugar entre os primeiros. São disso prova bastante os volumes cuja publicação vem promovendo desde 1991, e que representam um *corpus* documental arqueológico difícil de igualar.

Este volume abre com um *prefácio* do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Isaltino de Moraes, em que recorda uma verdade de aceitação unânime: a construção da sociedade do futuro é indissociável do bom conhecimento do passado; o Senhor Presidente põe ainda em relevo a notável ação do Prof. Doutor João Luís Cardoso na execução dos programas do Centro, que é de toda a justiça evidenciar, em consonância com os propósitos do actual presidente da Câmara. Reconhecido, o Município concede ao ilustre investigador a “Medalha de Ouro de Mérito Municipal”; por outro lado, o Prof. João Cardoso viu serem-lhe atribuídos dois altos galardões aos seus méritos científicos: o Prémio Professor Carlos Teixeira, da Academia das Ciências de Lisboa, e a admissão na Academia Portuguesa da História. Num e noutro, tivemos a honra e o gosto de participar.

A *apresentação* deste volume 6.º é feita pelo Prof. João Cardoso, que assina também 17 dos 19 artigos publicados, a maioria, é certo, em colaboração. São esses artigos que desejamos percorrer, ainda que apressadamente. Não se estranhe que um filólogo clássico, como é a minha formação, se atreva a falar de arqueologia. *Arqueologia*, ciência do antigo, no sentido etimológico, está muito próxima da *Filologia Clássica*, estudo da antiguidade grega e latina. Por isso mesmo, convivi sempre muito de perto com os arqueólogos, e até me dediquei a estudos que têm a ver com a Arqueologia: refiro-me aos estudos epigráficos, em particular os lusitano-romanos.

Falando ainda da *apresentação* do volume, registre-se que nela se vaticina também a construção de um Museu Municipal de Arqueologia e se esclarece que os estudos apresentados neste volume 6.º, do Neolítico antigo à Alta Idade Média, são em grande parte consagrados a materiais provenientes do

arqueossítio de Leceia, ex-libris de Oeiras, mas contém também, numa espécie de publicação arqueológica de carácter regional, estudos de materiais de concelhos de uma área geográfica mais vasta, além de Oeiras.

Vejam os diferentes artigos do volume.

João Luís Cardoso, Júlio Roque Carreira e Octávio da Veiga Ferreira assinam o trabalho *Novos elementos para o estudo do Neolítico antigo da região de Lisboa*. São materiais cerâmicos e duas peças líticas provenientes do povoado da pedreira das Salemas e da gruta do Correio-Mor que os autores situam no Neolítico antigo evolucionado. Como características deste trabalho permitam que aponte duas: o rigor, a precisão possível no estudo e datação dos materiais e o uso de um esquema de desenvolvimento pedagogicamente muito louvável: localização, descrição dos materiais, natureza, cronologia e integração cultural das estações, conclusões e bibliografia. Valoriza muito este estudo o desenho das peças recolhidas. Aos mais jovens, que pretendam iniciar-se na publicação de trabalhos desta índole, eu recomendaria a adopção deste modelo de investigação arqueológica.

João Luís Cardoso é autor do estudo *Materiais arqueológicos inéditos do povoado pré-histórico de Carnaxide (Oeiras)*. Belo estudo que me trouxe uma surpresa: nunca suspeitaria que o Prof. Abílio Roseira, um filólogo românico, discípulo de Leite de Vasconcelos, editor da *Vida do Cativo Monge Confesso*, um códice alcobacense, pudesse ter sido um dia arqueólogo! Vejo por este trabalho de João Cardoso que o antigo professor da Faculdade de Letras de Lisboa pesquisou em Carnaxide depois do General Carlos Ribeiro!

A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988, da autoria de João Luís Cardoso, Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva, estes um casal de arqueólogos dos meus tempos de entusiasta com Fernando Bandeira Ferreira, Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão, “estudo da indústria lítica de pedra lascada da Camada 4 de Leceia”, para além do mérito global do trabalho, que é indiscutível, contém um pormenor que muito apreciei como linguista: relação da designação dos utensílios líticos, que é uma contribuição para uma obra que desejei publicar um dia, mas não passei de *subsídios para*, e que teria este título: *Glossário da Terminologia Arqueológica Portuguesa*. Talvez já não faça tanta falta hoje como fazia então, quando se notava desacordo entre arqueólogos sobretudo no uso de vocábulos de origem estrangeira. Mas ainda seria útil em nossos dias!

Estatuetas zoomórficas de terracota e Pesos de pesca do povoado de Leceia são dois estudos de João Luís Cardoso com materiais muito interessantes analisados comparativamente com espólio do povoado de Olelas – topónimo característico de área arqueológica: *ola* mais sufixo diminutivo – *ela* –, revelado por Prescott Vicente e Cunha Serrão, a que assisti. Excelente representação gráfica a destes artigos! Interessante a discussão da funcionalidade, para se concluir, em relação aos últimos e contra a opinião de Mestres consumados, que a mais provável classificação é a de “pesos”.

João Luís Cardoso, M. Telles Antunes e P. Mein são os autores do artigo *Pequenos mamíferos do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)*. Trata-se de um estudo minucioso de restos de insectívoros, de

lagomorfos e roedores, cientificamente elaborado, em comparação com espécies detectadas no castro do Zambujal, tendo-se concluído que, com ligeiras diferenças, a fauna de pequenos mamíferos é basicamente a mesma em Leceia e no Zambujal.

O monumento pré-histórico de Tituaria, Moinhos da Casela (Maфра) é o título do extenso trabalho assinado por João Luís Cardoso, Manuel Leitão, O. da Veiga Ferreira, C. T. North, José Norton, J. Medeiros e P. Fialho de Sousa, que consiste na descrição da escavação do monumento e no estudo do espólio recolhido no Verão de 1978, sob a égide dos Serviços Geológicos de Portugal. O monumento de Tituaria é uma tolos de cujos trabalhos de escavação os autores publicam um pormenorizado diário, bem como a menção dos materiais dia a dia encontrados e criteriosamente estudados. É notável a variada ilustração deste artigo.

João Luís Cardoso, J. R. Carreira e O. da Veiga Ferreira são os autores do bem elaborado e graficamente documentado artigo *O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior)*, no qual se estuda, com a habitual proficiência, uma incomensurável diversidade de peças, entre as quais uma, de extrema raridade, “espiral” de ouro cilíndrica, de cinco “espiras”, mais tarde integrada nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia.

Miguel Kunst, do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, estuda *As cerâmicas decoradas do Zambujal e o faseamento do Calcolítico da Estremadura Portuguesa*, materiais do mais alto interesse que nos fazem recuar aos tempos de arqueólogos que conhecemos: Leonel Trindade, Eugénio Jalhay, Afonso do Paço, Aurélio Ricardo Belo, H. Schubart e E. Sangmeister. Desnecessário se torna acentuar também o rigor da redacção deste artigo onde se estudam corpos cilíndricos, decorações com “folhas entalhadas” e vasos campaniformes.

Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras) é um trabalho de João Luís Cardoso, José Norton e Júlio Roque Carreira onde são estudados “restos de um hipogeu do Neolítico final e de duas ocupações pré-históricas, uma atribuível ao Calcolítico inicial, outra ao Calcolítico final”.

É de Júlio Roque Carreira, João Luís Cardoso e Fernando Peixoto Lopes o estudo *A estação pré-histórica do Casal de Barronhos (Oeiras)* no qual são analisados materiais que permitem identificar um espólio que se dispersa ao longo de cerca de dois milénios, desde, pelo menos, o Neolítico final até o Bronze final.

Aos *Materiais campaniformes e da Idade do Bronze do concelho de Sintra* dedicam João Luís Cardoso e Júlio Roque Carreira um trabalho circunstanciado de estudo de materiais inéditos, cerâmicos e líticos, da época campaniforme e da Idade do Bronze, oriundos de cinco estações do concelho de Sintra, prospectadas por diferentes arqueólogos. Essas estações são: Alto do Montijo, Fetal e Pombal (também designados por Casal dos Planos), Funchal e Anços.

João Luís Cardoso e Júlio Roque Carreira estudam os *Materiais cerâmicos da Idade do Bronze da gruta da Lage (Oeiras)*, exumados por Carlos Ribeiro em 1879 e por Veiga Ferreira e colaboradores em 1958, hoje no Museu do Instituto Geológico e Mineiro. Trata-se de fragmentos de taças, de vasos, de cerâmicas decoradas atribuíveis ao Bronze final. Da mesma fase são os materiais do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras) estudados por João Luís Cardoso e Guilherme Cardoso.

Em breve artigo sobre *O final da Idade do Ferro no concelho de Oeiras: um contributo*, João Luís Cardoso ocupa-se de materiais romanos, já referenciados por Leite de Vasconcelos, os quais são de particular importância, não pela raridade, mas porque preenchem uma lacuna da ocupação humana daquele concelho, correspondente ao final da Idade do Ferro.

Reveste-se também de particular interesse o artigo de Mário Varela Gomes, João Luís Cardoso e Maria da Conceição André sobre *O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia*. Na origem deste estudo está uma vez mais o nome do Doutor Leite de Vasconcelos, com base num manuscrito seu inédito no Museu Nacional de Arqueologia que se reproduz em fac-símile no presente trabalho. O mosaico, há muito conhecido, nunca foi objecto de profundo estudo como o que agora se verifica e pode ser tomado por modelo para trabalhos congéneres. Os autores revelam muita erudição clássica e, sobretudo, bom conhecimento da bibliografia portuguesa e espanhola pertinente, o que lhes permite datar a obra dos finais do séc. II ou começo do III.

Um outro manuscrito de Leite de Vasconcelos, também do Museu Nacional de Arqueologia, que se reproduz em fac-símile, está ainda na origem do trabalho de João Luís Cardoso e Júlio Roque Carreira sobre *A necrópole tardo-romana e alto-medieval de Oeiras*, ou seja, o estudo de quatro sepulturas que o Doutor Leite não datou por precaução, mas que os autores deste artigo atribuem, com razões válidas, ao séc. II d.C.

Ao Prof. João Luís Cardoso deve-se ainda um artigo sobre *O complexo fabril de produção de cal de Paço de Arcos. Resultados das escavações arqueológicas realizadas em um dos seus fornos*, na sequência de um projecto de musealização do complexo de produção de cal constituído por cinco fornos, um dos quais foi escavado na área da caldeira do forno e na sua zona exterior. Trabalho de grande delicadeza, realizado em 1994, permitiu concluir que a cessação da produção de cal se poderá situar entre os meados e os finais do séc. XIX.

O último artigo, *Entre sossegos e angústias: a natureza das periodizações arqueológicas*, é da autoria do Dr. Luís Raposo, director do Museu Nacional de Arqueologia, que, através da comunicação social, tem difundido a sua muita erudição arqueológica. O seu título lembra-nos um outro de um livro há pouco publicado por um colega meu da Universidade do Minho, Vítor Aguiar e Silva, a propósito da obra de Camões: *Labirintos e Fascínios* – a poesia camoniana é fascinante, não obstante os labirintos em que se enredam quantos nela desejam penetrar. Artigo singular, diríamos difícil, duvidamos se aconselharíamos a sua leitura, contrariamente ao que fizemos para os artigos anteriores, a jovens arqueólogos. Porque a doutrina exposta é tão cheia de dúvidas e de interrogações, para não falar de cepticismo, tão carregada de sombras que, quem deseje iniciar-se, dificilmente se atreverá a caminhar em selva tão obscura, para traduzir as palavras de Dante.

Não digo que não se leiam com agrado as reflexões do autor, sobretudo que as leia quem já tiver muitos anos de arqueologia. Nem digo que não sejam de aceitar muitas das afirmações dos fundadores da Nova História, mas concordar em “que toda a periodização deve ser, na sua essência, antimetodológica”, como se escreveu a propósito de um desejo de revisão crítica da pré-história espanhola, não me parece

pedagogicamente recomendável, nem assim tão fácil de destruir, ou de substituir por melhor teoria, uma pedagogia que os nossos antecessores levaram dezenas de anos a edificar.

Perguntar se “existe uma idade do Cobre” ou uma “culturaургânica” é, sob certos aspectos, o mesmo que perguntar se “existe uma cultura portuguesa”, escreve o autor quase no final do seu artigo. E responde: “Todas existem – e não existem ao mesmo tempo...” Tão inoportuna me parece a pergunta como a resposta. Em arqueologia, como nas demais ciências, deve prevalecer a clareza e a simplicidade.

Ao tratar do intrincado e difícil problema, reconhecemos, da periodização em arqueologia, haverá sem dúvida aspectos obscuros a preocupar, mas uma tão densa carga de angústia, como se pode depreender do título do artigo e se desprende das páginas desenvolvidas, não me parece que seja de aplaudir sem reservas. Nem mesmo se considerarmos situados em planos diversos o autor do artigo e quem redige estas linhas: ele, um pré-historiador, eu um cultor da antiguidade clássica e, portanto, de mais fácil acesso às fontes. Bom, a discussão não terminaria mais... Direi com o poeta Virgílio: *sat prata biberunt*.

Este excelente volume de erudição arqueológica, em que todos os trabalhos são acompanhados da bibliografia consultada, nalguns casos exaustiva, termina com a notícia da entrega, na Academia das Ciências de Lisboa, do prémio “Professor Carlos Teixeira” ao Professor João Luís Cardoso, justa homenagem em que participámos, como dissemos, e com a publicação do relatório das actividades do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras no ano de 1996, actividade notável, que deveria chegar ao conhecimento de todos, quanto mais não seja para estímulo de instituições congéneres.

Chegámos ao fim desta apreciação e receamos não ter conseguido transmitir uma noção tão completa quanto desejaríamos do real valor de uma obra tão vasta e tão complexa. Cremos que o leitor interessado só ficará satisfatoriamente informado depois de a percorrer da primeira à última página. Só então reconhecerá que este vol. 6.º dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* é um verdadeiro manual de Arqueologia, onde poderá ressarcir-se quem já é arqueólogo e encontrará as bases fundamentais todo aquele que deseje iniciar-se neste género de estudos.

Bem haja a Câmara Municipal de Oeiras pelo alto serviço que prestou à Arqueologia em Portugal.

NOTÍCIAS
E
RELATÓRIOS (1997)

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 245

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO MONOGRÁFICA “LECEIA SENTINELA DO TEJO NO TERCEIRO MILÉNIO a.C.”, NO MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS - MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Decorreu no dia 17 de Julho de 1997 a cerimónia inaugural da exposição “Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C., no Mosteiro dos Jerónimos – Museu Nacional de Arqueologia. Ao acto, que foi presidido pelo Senhor Ministro da Cultura e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, assistiu numeroso público e ilustres convidados. A exposição manteve-se aberta até inícios de Abril de 1998, altura em que foi desmontada para de novo ser organizada em dependências da antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena, propriedade do Município de Oeiras, onde já se encontra. Salienta-se que foi a primeira vez que uma colaboração inter-institucional desta índole foi concretizada pelo Museu Nacional de Arqueologia, a que prontamente a Câmara Municipal de Oeiras decidiu associar-se.

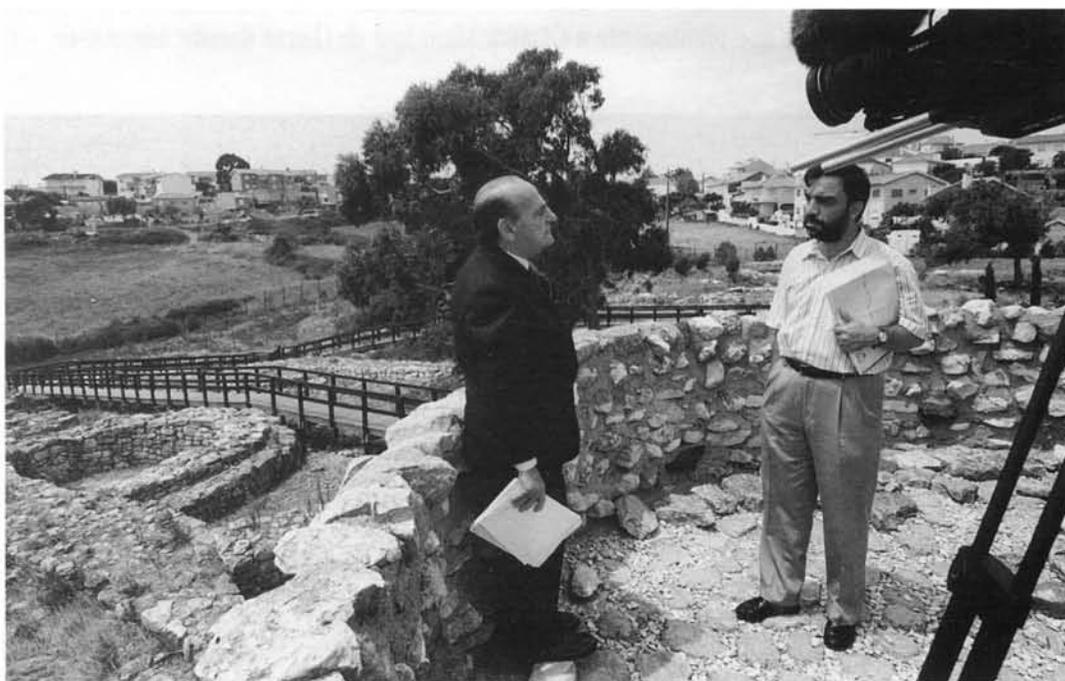


Aspectos da visita inaugural efectuada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras à exposição “Leceia Sentinela do Tejo no Terceiro Milénio a.C.”, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 17 de Julho de 1997. Foto GRP/CMO.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
7, Oeiras, Câmara Municipal, 1997/1998, pp. 246

VISITA DO PROF. JOSÉ HERMANO SARAIVA AO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA

O Prof. José Hermano Saraiva, no âmbito da preparação de programa de carácter cultural sobre o concelho de Oeiras integrado na série televisiva “Horizontes da Memória”, visitou o povoado pré-histórico de Leceia. O referido programa, teledifundido no dia 21 de Setembro de 1997 na RTP 2, apresentou diversas imagens das escavações realizadas naquela estação arqueológica, acompanhadas de explicações que, previamente, o Prof. Doutor João Luís Cardoso tinha fornecido ao ilustre visitante.



Visita do Prof. José Hermano Saraiva ao Povoado Pré-histórico de Leceia (24 de Julho de 1997). Foto VIDEOFONO.

RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 1997

1 - INTRODUÇÃO

Este relatório diz respeito às actividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CEACO) no ano de 1997.

As acções efectuadas podem agrupar-se em duas grandes áreas:

- Acções de Inventariação e Investigação, do Património Arqueológico;
- Acções de Divulgação e de Valorização do Património Arqueológico;

2 - ACÇÕES DE INVENTARIAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

2.1 - Inventariação

Realizou-se o inventário, incluindo lavagem, marcação e arquivo de cerca de três mil peças recolhidas na campanha de escavação do povoado pré-histórico de Leceia no ano de 1997.

Deu-se, deste modo, seguimento ao inventário sistemático dos materiais ali recolhidos, indispensável aos estudos que ulteriormente serão efectuados.

É de salientar que se encontra concluído o inventário de todas as peças recolhidas naquele povoado desde o início das escavações sistemáticas do mesmo, em 1983.

Diversos materiais de superfície oriundos de diversos locais, os quais foram, de igual modo, lavados e marcados, para além de outros resultantes de dádivas de particulares. Neste contexto, é de destacar o conjunto obtido pelo signatário no sítio do Carrascal (Leceia), na sequência de descoberta e

primeiras colheitas efectuadas pelo Eng.^o A. M. Monge Soares, também oferecidas pelo próprio a este Centro de Estudos Arqueológicos.

2.2 - Investigação

2.2.1 - Escavações arqueológicas

- Prosseguiu em Agosto a escavação sistemática do povoado pré-histórico de Leceia, com a realização da décima-quinta campanha de escavações, a qual foi, tal como as anteriores, dirigidas pelo signatário. No final desta última campanha, cerca de 9/10 da área primitivamente ocupada pela estação encontrava-se escavada, correspondendo a, aproximadamente, 900 m². Tal área faz de Leceia o povoado pré-histórico existente no território português até ao presente escavado em maior extensão, conferindo-lhe importância ímpar, no contexto da pré-história europeia, como vem sendo reconhecido internacionalmente.

2.2.2 - Prospecções arqueológicas

Procedeu também o signatário no decurso de 1997 ao acompanhamento preventivo de grandes obras que requereram movimentações significativas de terras, em curso em diversos locais do Concelho. Merecem destaque as obras de construção do Centro Comercial de Oeiras, bem como as obras do sistema de saneamento das ribeiras de Barcarena e Lage. Têm sido, igualmente, acompanhados os trabalhos de urbanização em curso no Taguspark e na antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena.

2.2.3 - Projectos de investigação

As acções de escavação efectuadas no povoado pré-histórico de Leceia foram, até 1995 apoiadas por um Projecto de Investigação superiormente aprovado pelo então IPPC, em 1983, dirigido pelo signatário. Porém, a diversidade cronológica das estações a que, no âmbito da sua actividade, o CEACO tem sido chamado a intervir, justificou a elaboração de novo Projecto de Investigação, melhor adaptado à realidade referida, o qual mereceu superior aprovação do IPPAR em 12/4/95 (ofício n.^o DA 94/1 (174)). Ficou, desta forma salvaguardado, um dos requisitos legais, que deverão presidir à realização de escavações arqueológicas. Foi ao abrigo deste Projecto que se executou a 15.^a Campanha de escavações no povoado pré-histórico de Leceia, realizada em 1997.

2.2.4 – *Trabalhos laboratoriais e de gabinete*

No âmbito desta rubrica, avultam ainda os estudos laboratoriais realizados sobre materiais arqueológicos de diferentes épocas e proveniências, os quais deram ou darão origem a publicações de co-autoria, patrocinadas por entidades ou investigadores que ao CEACO solicitaram colaboração científica:

– Conclui-se o estudo sedimentológico de depósitos arqueológicos do século V a.C. coevos da ocupação fenícia identificada na Baixa Pombalina (Estudo solicitado pelo Dr. Clementino Amaro, Chefe de Divisão do IPPAR e coordenador dos respectivos trabalhos arqueológicos); realizou-se análise idêntica para os depósitos arqueológicos postos a descoberto nas escavações de emergência, dirigidas pelo mesmo arqueólogo, na Praça D. Pedro IV (Rossio), o qual se encontra já concluído, de modo a poder ser integrado no estudo de conjunto sobre a inventariação arqueológica ali realizada.

Proseguiu ininterruptamente durante o ano de 1997 o desenho de materiais arqueológicos, destinados a ilustrar trabalhos de investigação ou de divulgação, realizados no CEACO por desenhador especialista de Arqueologia.

2.3 – **Oferta de materiais arqueológicos**

Março

Oferta de materiais líticos e cerâmicos pelo Sr. António Sanches P. Cardoso, de S. Domingos de Rana, encontrados junto à Escola Preparatória de Talaíde, integrando maioritariamente a Idade do Bronze.

Agosto

Oferta de materiais líticos e cerâmicos pelo Eng.º A. M. Monge Soares, sub-director do Instituto Português de Arqueologia, por si recolhidos na encosta do Carrascal (Leceia), pertencentes ao Neolítico Final. Estes materiais serão objecto de publicação preliminar no vol. 7 de “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, actualmente no prelo.

3 – **ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO**

3.1 – **Publicações**

3.1.1 – *Permutas*

Manteve-se a permuta com diversas Instituições, Universidades e Museus, nacionais e estrangeiros. Em Dezembro do corrente ano, a revista “Estudos Arqueológicos de Oeiras” permutava com 30

revistas periódicas nacionais (23 em 1996) e 74 internacionais (68 em 1996), todas de carácter arqueológico, assim distribuídas por Países:

Alemanha – 6; Espanha – 53; França – 7; Inglaterra – 2; Itália – 4; Marrocos – 1; Mónaco – 1.

De salientar a importância do acervo documental, de carácter especializado, assim reunido, viabilizando o adequado conhecimento de realidades arqueológicas de outros Países e regiões, indispensável à própria actividade de investigação científica no domínio da Arqueologia do Concelho de Oeiras, desenvolvida neste Centro de Estudos Arqueológicos.

Por outro lado, ao fazer chegar a numerosas Instituições de diversos Países, além das nacionais, a actividade que, no domínio da Arqueologia, a Câmara Municipal de Oeiras vem desenvolvendo, se está a contribuir, decisivamente, para o conhecimento generalizado de importância e relevância de tal área científica e cultural, reconhecida nacional e internacionalmente, como se pode concluir pela importância das permutas estabelecidas.

Conforme despacho presidencial, estas publicações, pelo seu carácter especializado, conservam-se no CEACO, podendo, porém, qualquer artigo delas constante, ser fornecido por fotocópia, mediante solicitação de eventuais interessados.

3.1.2 – Revista “*Estudos Arqueológicos de Oeiras*”

O lançamento público do volume 6 dos E. A. O. foi efectuada no dia 27 de Maio do ano transacto, na Galeria – Livraria Verney, em Oeiras. Trata-se de grosso volume de 455 páginas, contendo dezanove artigos científicos sobre estações e materiais arqueológicos de épocas e natureza muito diferentes, do Neolítico Antigo à época Contemporânea. Apresentou-o o Magnífico Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, em cerimónia muito concorrida presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais, que também usou da palavra, para além do Prof. Doutor João Luís Cardoso, na qualidade de responsável pela mesma. Encontra-se no prelo o vol. 7, centrado, como os anteriores, na publicação de estudos de Arqueologia Oeirense, e de outros, relativos à região da Baixa Estremadura e Vale do Tejo, área natural onde o Concelho de Oeiras, naturalmente, se inscreve.

3.1.3 – *Outras publicações*

A acção do CEACO tem-se projectado muito para além dos limites geográficos do Concelho de Oeiras, através de trabalhos científicos de que o signatário foi autor ou co-autor. Citam-se apenas aqueles em que foi expressamente apresentada a sua qualidade de Coordenador do CEACO, publicados no decurso do ano de 1997:

- “Nota acerca das indústrias mustierenses da Gruta Nova da Columbeira”. *Actas do 2.º Congresso Peninsular de Arqueologia* (Zamora, 1996). De colab. com L. Raposo.
- “Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal”. *Comunic. Inst. Geol. e Mineiro*, Lisboa, 82, p. 145-168. De col. com J. R. Correia.
- “Fábrica da Pólvora de Barcarena. Projecto de musealização da Fábrica de Baixo. 1.ª Fase”. Suplemento do n.º 53 de *Oeiras Municipal*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 14 p. De col. com A. C. Quintela, J. M. Mascarenhas e M. V. Gomes.
- “As grutas, os grandes mamíferos e o Homem Paleolítico: uma aproximação integrada ao território português”. *Estudos do Quaternário*, Lisboa, 1, p. 13-23.
- “O povoado de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo”. Lisboa/Oeiras, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras, 128 p.
- “Os Romanos e a água”. In: A. Alarcão (ed.) *Portugal Romano – a exploração dos recursos naturais*. Lisboa, Instituto Português de Museus, p. 17-29. De col. com A. C. Quintela e J. M. Mascarenhas.
- “Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal”. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série IV, 8/10, p. 203-228. De col. com A. M. Monge Soares.
- “Octávio da Veiga Ferreira (1917-1997)”. Madrid, *Trabajos de Prehistoria*, 54 (2), p. 5-11.
- “Reconhecidos a Georges Zbyszewski”. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, 10/11, p. 9-26.

3.2 – Palestras

No ano de 1997, o signatário proferiu as seguintes palestras no âmbito da arqueologia concelhia:

- Integradas em visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia:
 - A membros do Centro de Arqueologia de Almada;
 - A Membros Executivos das Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras;
 - A Sócios do Centro Nacional de Cultura;
 - A participantes da Mesa Redonda Internacional “O Campaniforme – novos elementos para a sua reinterpretação”, promovida pela Associação dos Arqueólogos Portugueses;
 - A alunos da Licenciatura em Antropologia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, acompanhadas do respectivo docente;
 - A Sócios da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos;
 - A alunos e docentes da Licenciatura em Arqueologia da Universidade de Gröningen – Holanda.
 - A alunos e docentes da Licenciatura em Arqueologia da Universidade de Leipzig – Alemanha, acompanhados de membros do Instituto Arqueológico Alemão (Delegação de Lisboa);
- Outras palestras:
 - “Do Bronze Final à Idade do Ferro na região de Lisboa: a síntese possível”. Palestra proferida em sessão ordinária da comissão de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa).

3.3 – Participação com comunicação em reuniões científicas

- O Campaniforme: novos elementos para a sua reinterpretação. Mesa-Redonda Internacional promovida pela Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa), da qual foi membro da Comissão Organizadora.
- A Pré-história na Beira Interior. Colóquio promovida pelo Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Tondela). Presidente de uma das sessões de trabalho.
- *Ora Marítima* – das Colunas de Hércules e Finisterra. Colóquio promovido pela Câmara Municipal de Póvoa de Varzim e Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Conferencista convidado.
- Primeiras Jornadas de Arqueologia da Região Oeste. Encontro promovido pela Câmara Municipal do Bombarral.

3.4 – Visitas guiadas

Durante o ano de 1997 realizaram-se, no âmbito das actividades deste Centro, vinte e sete visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia, a pedido de diversos estabelecimentos de ensino (preparatório, secundário e universitário) da área da Grande Lisboa, de organismos oficiais e particulares, ou no âmbito de visitas ao Concelho organizadas pelo Município. O número total aproximado de visitantes foi de cerca de mil pessoas, assim distribuídas:

Fevereiro

- visita de grupo de alunos do 2.º e 3.º ciclo da Escola D. Manuel I de Pernes (cerca de 120 alunos);

Março

- visita de grupo de alunos do 7.º ano da Escola Secundária Luís de Freitas Branco de Paço de Arcos (cerca de 20 alunos);

Abril

- visita de grupo de jovens, entre os 17 e 19 anos, do Centro Escolar Cultural Português de Lyon – França, no âmbito de programa de intercâmbio com o Gabinete de Apoio à Juventude/CMO (cerca de 10 alunos);
- visita de grupo integrada no programa “ Reencontro com o Concelho ” do Sector de Acção Social/ C.M.O. (cerca de 40 pessoas);
- visita de alunos do 3.º ano, da Escola n.º 1 de Paço de Arcos (cerca de 30 alunos);

Maio

- visita de grupo de Presidentes de Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras, organizada pela Junta de Freguesia de Queijas (cerca de 60 pessoas);

- visita de membros do Centro Nacional de Cultura (cerca de 50 pessoas);
- visita de grupo integrada no III Encontro de Cultura e Educação (cerca de 13 alunos);
- visita de participantes na Mesa Redonda "O Campaniforme – novos elementos para a sua reinterpretação" (cerca de 40 pessoas);
- visita de membros do Grupo de Arqueologia da Universidade de Gröningen – Holanda (cerca de 30 pessoas);
- visita de âmbito geral aos Núcleos de Interesse Histórico no Concelho de Oeiras, de membros de órgãos de comunicação social, de Associações Culturais e professores de Escolas Preparatórias e Secundárias concelhias (cerca de 40 pessoas);

Junho

- visita de membros da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos (cerca de 30 pessoas);
- visita de grupo de alunos da disciplina de Antropobiologia da Licenciatura em Antropologia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (cerca de 35 alunos);
- visita de grupo de alunos da Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo (cerca de 10 alunos);

Julho

- visita de membros da Associação do Desenvolvimento Cultural da Parede (cerca de 20 pessoas);
- visita de membros do Centro de Arqueologia de Almada (15 pessoas);

Agosto

- visita de grupo de estudantes universitários do Instituto Luso-Africano, no âmbito de visita ao Concelho (cerca de 50 pessoas);

Outubro

- visita de grupo de tripulantes do Veleiro "Wegewind", em visita a Lisboa, no âmbito de programa de intercâmbio internacional organizado pela Liga do Mar-Mar Azul, em visita ao Concelho de Oeiras (cerca de 15 pessoas);
- visita de estudantes do Mestrado de Pré e Proto-História da Universidade de Leipzig, Alemanha, em visita de estudo a Portugal, organizada pelo Instituto Arqueológico Alemão (cerca de 15 alunos);
- visita de alunos do 1.º ano da Universidade Atlântica do curso de Gestão do Ambiente (cerca de 10 alunos);

Novembro

- visita de grupo de alunos do 10.º ano da Escola Secundária da Parede (cerca de 20 alunos);
- visita de alunos do 7.º ano da Escola Secundária Prof. Noronha Feio, de Queijas (cerca de 25 pessoas);

- visita de grupo de idosos, no âmbito do programa “Reecontro com o Concelho” (cerca de 10 pessoas);
- visita de alunos do 7.º ano da Escola Secundária Aquilino Ribeiro, de Talaíde (cerca de 50 alunos);
- visita de alunos do 4.º ano da Escola n.º 1 de Barcarena (cerca de 40 alunos);
- visita de alunos do 7.º ano da Escola E B 2-3 do Alto do Moinho – Catujal, Loures (cerca de 75 alunos);
- visita de membros da Associação Olho Vivo de Queluz, com a Escola E B 2-3 do Monte Abrão (cerca de 50 pessoas);
- visita de grupo de alunos do 4.º ano da Escola n.º 2 de Oeiras (cerca de 60 alunos);

Além das referidas visitas guiadas, as portas da estação arqueológica estiveram franqueadas à visita de numeroso público, todos os Sábados, de Agosto a Novembro de 1997, completando-se deste modo, a visita à exposição monográfica que nesse período esteve patente ao público no mosteiro dos Jerónimos (ver ponto 3.5 deste Relatório).

3.5 - Exposições

Julho

Inauguração de Exposição Monográfica sobre o Povoado pré-histórico de Leceia, comissariada e organizada pelo signatário, intitulada “Povoado de Leceia Sentinela do Tejo no terceiro milénio a. C.” no Museu Nacional de Arqueologia promovida pela Câmara Municipal de Oeiras e pelo Instituto Português de Museus.

Esta exposição esteve patente ao público numa das alas do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, de 17 de Julho de 1997 a 6 de Abril de 1998, tendo sido inaugurada por Sua Excelência O Ministro da Cultura e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

3.6 - Outras colaborações

Janeiro

Foi prestado apoio bibliográfico a Maria de Fátima Mendes Inácio aluna de Arqueologia do curso de História do 1.º ano da Universidade Lusíada para execução de trabalho sobre Arqueologia do Concelho de Oeiras.

Cedeu-se apoio bibliográfico e informações diversas a Maria Teresa Costa, aluna da Faculdade de Letras em trabalho de museologia relativo à Fábrica da Pólvora de Barcarena.

Março

Por solicitação contida Despacho de 97/3/18, na Inf. n.º 28/GCAJ/SEC. EXP/97 do Gabinete do Contencioso e Apoio Jurídico, foi fornecido texto relativo ao Projecto da Obra do Castro de Leceia – Proc. Exp. n.º 133. No âmbito deste processo, incumbiu-se a este Centro do acompanhamento para efeitos de vistoria “ad perpetuum rei memoriam”, envolvendo várias deslocações antecipadamente solicitadas pelo Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico.

Abril

Foi prestado apoio bibliográfico a Maria Manuela Andrade, aluna do curso de Eng.º do Ambiente e da Qualidade – I.S.E.L., para a realização de trabalho escolar no âmbito da cadeira de Ordenamento e Gestão do Território.

Mai

Foi prestado apoio na realização de reportagem fotográfica efectuada pelo Sr. Jorge Lopes do G. R. P. no povoado pré-histórico de Leceia no âmbito da realização de Atlas sobre o Concelho de Oeiras, coordenado pelo Dr. António Fernandes, do Gabinete de Estudos.

Julho

Foi prestada colaboração na execução do programa “Horizontes da Memória” da responsabilidade do Prof. José Hermano Saraiva, sobre Oeiras. Foi emitido no dia 21 de Setembro no canal 2 da RTP.

Colaboração prestada à D. Ana Sofia Carvalhêda, jornalista da Antena 1 da RDP á realização de reportagem sobre o povoado pré-histórico de Leceia para o Programa “Encontro”.

Agosto

Colaboração prestada ao Arq.º Nuno Freitas Lopes do G.T.L. de Paço de Arcos, mediante a cedência de material fotográfico, para Exposição realizada nos Fornos da Cal de Paço de Arcos por ocasião das Festas daquela Localidade.

Outubro

Foi prestada colaboração a Cláudia Costa, finalista do curso de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa sobre o achado de peças paleolíticas encontradas em Alfragide.

Fornecido parecer ao Arq.º Rui Alves do INA, parecer sobre o eventual interesse arqueológico de uma rocha, situado na zona da Tapada do Mocho, perto do viaduto.

Foi prestada colaboração a Cristina Silva – Sector dos Centros Históricos – G. P. E. em levantamento do espaço envolvente do mosaico romano da rua das Alcássimas.

Novembro

Foi prestada colaboração a Lígia Andrade, aluna da Universidade Lusíada (Lisboa) na realização de trabalho sobre o Prof. Octávio da Veiga Ferreira.

3.6.1 – Valorização do povoado pré-histórico de Leceia – Circuitos de visita

Iniciados em Janeiro de 1997, os circuitos de visita do povoado pré-histórico de Leceia, correspondem a passadiços de madeira em parte com trajecto aéreo, suportado em estacaria, permitem um fácil acesso à zona escavada da estação arqueológica. Ficou, deste modo, a cómoda e adequada, observação das estruturas arqueológicas situadas no interior da área escavada doutro modo dificultada especialmente no caso de grupos numerosos de visitantes, os quais concorriam, ainda que inadvertidamente, para a degradação da própria estação arqueológica.

4 – CONCLUSÃO

Os trabalhos desenvolvidos em 1997 no CEACO deram continuidade aos objectivos estratégicos e programáticos anteriormente definidos. Verificou-se uma estabilização do número de visitantes ao povoado pré-histórico de Leceia, integrados em visitas guiadas – vinte e sete contra vinte e cinco em 1996 – denunciando o hábito, já adquirido, especialmente pelos estabelecimentos escolares concelhios, de promoverem deslocações de estudo regulares àquela estação arqueológica.

Porém, o número total de visitantes foi largamente superior, considerando os que ali acorreram, todos os Sábados dos meses de Agosto a Novembro, na sequência da visita ao Museu Nacional de Arqueologia, onde então se encontrava organizada exposição monográfica sobre o povoado pré-histórico de Leceia (ver ponto 3.5 deste Relatório).

Onde as actividades de investigação e divulgação do Património Arqueológico concelhio se encontram mais expressivamente espelhadas, especialmente no que concerne à sua projecção a nível nacional, é no amplo conjunto de revistas de índole arqueológica com as quais os “Estudos Arqueológicos de Oeiras” mantém ou estabeleceram permuta, no decurso de 1996. Verifica-se, com efeito, que no final de 1996 se recebiam por permuta 23 revistas periódicas nacionais e 68 internacionais, tendo, em 1997, tais valores subido para 30 revistas nacionais e 74 internacionais, todas de carácter arqueológico, facto bem demonstrativo da qualidade da investigação desenvolvida neste domínio pelo CEACO, constituindo exemplo ímpar no panorama arqueológico nacional.

Os factos aludidos neste Relatório evidenciam o reconhecimento público, ao nível das mais diversas instâncias, da valia e interesse do trabalho desenvolvido no CEACO, constituindo, decerto, estímulo para prosseguir, com vontade e empenho acrescidos, no espírito de equipe que anima todos os que aqui trabalham.

Paço de Arcos, 27 de Abril de 1998

O Coordenador do Centro de Estudos
Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Prof. Doutor João Luís Cardoso